



INTERSECÇÕES

Revista de Estudos sobre Práticas Discursivas e Textuais

ISSN: 1984-2406

Centro Universitário Padre Anchieta Jundiaí/SP Graduação e Pós-Graduação em Letras

EDIÇÃO 21

ANO 9

NÚMERO 4

NOVEMBRO 2016

Organização: Profa. Dra. Maria Cristina de Moraes Taffarello



INTERSECÇÕES

ARTIGOS

A IRONIA EM “BYE BYE, BRASIL”, DE CHICO BUARQUE E A NAÇÃO QUE (AINDA NÃO) SOMOS	5
Marília KÖENIG	5
ANÁLISE DIALÓGICA DA AUTORIA EM ENUNCIADOS DA PRAÇA DA ALEGRIA	17
Joserlândio da Costa SILVA	17
Pedro Farias FRANCELINO.....	17
ANÁLISE DO DISCURSO DA MÍDIA: O CASO DA CAPA DE REVISTA DE INFORMAÇÃO	29
Ivandilson COSTA	29
ANÁLISE RETÓRICA DO DISCURSO: REFLEXÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS	46
Ivo José DITTRICH	46

APROXIMAÇÕES E ESTRANHAMENTOS ENTRE A HISTÓRIA E A LITERATURA ATRAVÉS DE SARAMAGO.	66
Elisabete da Costa LEAL	66
Amanda Basilio Santos	66
AS METÁFORAS DA CRÍTICA LITERÁRIA: O ELOGIO DE ÓRRIS SOARES A AUGUSTO DOS ANJOS.....	78
Stefani Daiana KREUTZ.....	78
Fernando de Moraes GEBRA.....	78
AS PERSONAGENS FEMININAS EM DESMUNDO, DE ANA MIRANDA: UMA REPRESENTAÇÃO DA MARGINALIZAÇÃO E DA VIOLÊNCIA DA COLONIZAÇÃO BRASILEIRA.....	92
Eneideir Silva SANTOS	92
Kelcilene GRÁCIA-RODRIGUES	92
DISCURSO POLÍTICO, RELIGIÃO E PRECONCEITO: UM ENLACE QUE NÃO CESSA DE PRODUZIR EFEITOS	105
Maria do Carmo Gomes Pereira CAVALCANTI.....	105
Nadia Pereira Gonçalves de AZEVEDO.....	105
EFEITOS DA BIOPOLÍTICA E DO BIOPODER NA CAMPANHA PUBLICITÁRIA DO GOVERNO FEDERAL: DA SAÚDE SE CUIDA TODOS OS DIAS	116
Louise Medeiros PEREIRA	116
Regina BARACUHY	116
LÉXICO E CULTURA: BREVE ANÁLISE DE DOCUMENTOS OITOCENTISTAS SOBRE A ESCRAVIDÃO NEGRA EM CATALÃO.....	132
Maria Helena de PAULA	132
Amanda Moreira de AMORIM.....	132
MULTIFUNCIONALIDADE DO ITEM “AGORA” NAS INTERAÇÕES DO PERSONAGEM GATÃO DE MEIA-IDADE.....	152
Maria da Penha Pereira LINS.....	152
Rivaldo CAPISTRANO JÚNIOR.....	152
NARRATIVA COMO ESCRITA DE SI E TEORIA DO PROGRESSO EM DOIS IRMÃOS	171
João Luis Pereira OURIQUE	171
Gomercindo GHIGGI.....	171
Priscila Monteiro CHAVES	171

O EXTINTOR QUE (D) ENUNCIA A/NA NOVELA “OS DEZ MANDAMENTOS”: UMA ANÁLISE DISCURSIVA	186
Dalexon Sérgio da SILVA	186
Nadia Pereira da Silva Gonçalves de AZEVEDO.....	186
ONNA BUGEISHA - A MULHER GUERREIRA SAMURAI: A CONSTRUÇÃO DA PERSONAGEM TOMOE GOZEN NA PEÇA DE TEATRO NOH “TOMOE”	200
Paula Graciano PEREIRA.....	200
OTIMISMO E MEMÓRIA RELIGIOSA NO FACEBOOK: ESTUDO SOBRE A COMUNIDADE “OTIMISMO SEMPRE”	219
Aline de Caldas COSTA dos Santos	219
Edvania Gomes da SILVA	219
QUEM FOI ESCALADO PARA COMPOR O ELENCO? ANÁLISE DA REPRESENTAÇÃO DE ATORES SOCIAIS NO DISCURSO DE POSSE DA PRESIDENTA DO BRASIL EM 2015	230
F. Cordelia Oliveira da SILVA	230
Rodrigo dos Santos CAMILO	230
“SIGNIFYIN(G)” COMO JOGO DE LINGUAGEM: REFLEXÃO SOBRE SENTIDO E CULTURA AFRO-AMERICANA	248
Luciana de Mesquita SILVA.....	248
TOPOGRAFIA DA CULTURA: UM CONCEITO DESCRITIVO ACERCA DA MATERIALIDADE COGNITIVO-DISCURSIVA	261
Marlúcia Mendes da ROCHA	261
Camilla Ramos dos SANTOS	261
UMA ANÁLISE DA PAUSA E DA DURAÇÃO SILÁBICA NA LEITURA DO ROMANCE UM COPO DE CÓLERA, DE RADUAN NASSAR	281
Daniela MENEZES	281
Vera PACHECO	281

A IRONIA EM “BYE BYE, BRASIL”, DE CHICO BUARQUE E A NAÇÃO QUE (AINDA NÃO) SOMOS

Marília KÖENIG¹

Resumo: Este artigo vai abordar o papel da ironia na música *Bye bye, Brasil*, de Chico Buarque e Roberto Menescal (1979) pelos estudos de Hutcheon (2000) sobre ironia. A letra, pelas menções ao contexto do norte e nordeste à época do lançamento, representa a partilha do sensível (RANCIÈRE, 2005). Embora fale de esperança, a música destaca exclusão e desengano na luta pela sobrevivência. Serão, aqui, analisados três pontos: a ironia, a cena desta na letra de *Bye bye, Brasil* e a relação intencional de intertextualidade/correspondência com a vivência das personagens do filme para a qual a música foi feita.

Palavras-chave: Música. *Bye bye, Brasil*. Filme. Ironia.

Abstract: *This article is going to broach the role of the irony in the music *Bye Bye, Brasil*, by Chico Buarque and Roberto Menescal (1979), through the study by Hutcheon (2000) about irony. The lyrics, because of their several mentions to North and Northeast regions at the time of release, represents the apportionment of the sensible (RANCIÈRE, 2005). It says about exclusion on the fight for survival. We are going to analyze three points: the irony, its scene in the lyrics and the intentional relation of intertextuality with the experience of the movie's characters for which the music was composed.*

Keywords: *Song. Bye bye, Brasil. Movie. Irony.*

¹ Jornalista, mestra e doutora em Ciências da Linguagem pela Universidade do Sul de Santa Catarina. Docente do curso de Jornalismo da Faculdade SATC (Associação Beneficente da Indústria Carbonífera) em Criciúma – SC. E-mail: maiam_78@hotmail.com.

Introdução

A ironia é uma forma estranha de discurso. Assim, Hutcheon a define em “A ‘cena’ da ironia (2000). Sendo irônicos, dizemos A querendo dizer B. A partir desses termos, a autora descreve o conceito desse tropo literário e discorre, posteriormente, sobre os efeitos de sentido causados pela ironia.

A autora compõe sua análise em primeira pessoa e se reportando ao leitor, destaca ser esta baseada no que já foi dito sobre a ironia. Busca entender como se dá (ou não) a ironia e as implicações de vermos um texto como “irônico”. A autora opera o isolamento artificial dos elementos que trabalham juntos para compor a ironia - arestas críticas, comunidades discursivas e complexidade semântica – a fim de entender sua indissociável relação com o contexto no qual foi proferida/ realizada.

Esta, portanto, será nossa ferramenta de análise da música *Bye bye, Brasil* (letra anexa), de Chico Buarque e Roberto Menescal, trilha composta a pedido do cineasta Carlos (Cacá) Diegues, que, no ano de 1979, realizou o filme homônimo. Na música em questão, um homem, ao telefone, parece descrever à amada um cenário moderno, um Brasil em franca evolução. Contudo, paradoxalmente, há ironia. Essa é a tônica da canção a qual, já no título, denuncia a relação de “querer dizer algo”.

Para realizar a análise aqui proposta, partiremos do argumento de Hutcheon (2000) no qual ela enuncia que a “cena” da ironia e sempre uma cena política e social. De modo que não se pode entender uma ironia se desconhecermos o contexto no qual ela foi formulada. Isso vale para uma charge, um chiste e, no caso deste ensaio, para a música que ora analisaremos.

A “cena da ironia” em Chico e Menescal

Em se tratando dos efeitos da ironia, Hutcheon pontua que “a ‘cena’ da ironia envolve relações de poder baseadas em relações de comunicação. Inevitavelmente, ela envolve tópicos sensíveis como exclusão e inclusão, intervenção e evasão” (HUTCHEON, 2000, p. 17). Tais tópicos podem ser visualizados na letra de Chico Buarque.

Vamos analisar, nesse ensaio, três pontos fundamentais: a ironia, a cena da ironia na letra de *Bye bye, Brasil* e a relação intencional de intertextualidade/ correspondência com a vivência das personagens do filme para a qual foi feita, em 1979.

De diversos modos, conforme vimos em sala, a caravana Rolidei, suas aventuras e desventuras (expostas sobretudo na cena da igreja, em que todos assistem à novela *Dancing Days*), denotam a americanização a qual o Brasil experimentou ao final da década de 70. Assim como o filme, a letra denuncia esse fator, uma vez que o título, em inglês, enfatiza o adeus dado às coisas do país, embora, à época, o desenvolvimento econômico motivavam, no discurso ditatorial, a propagação da ideia de ser o Brasil o “país do futuro”.

Isso posto, é interessante percebermos a observação de Hutcheon (2000) acerca da direta relação entre a ironia e o contexto, o presente. Destaca-se, para tanto, o caráter contextual desse tropo: o que é irônico em um contexto e para um determinado sujeito pode não o ser para outro. A produção de Chico Buarque, assim como a de outros nomes consagrados da música popular brasileira, manifesta esse viés “transideológico” da ironia, próprio, nesse caso, a “burlar”, a se evadir à censura inerente ao regime. Chico faz uso do que Caetano Veloso classificou como “linguagem da fresta”, ou seja, a que fica implícita, subjacente, no nível do “não-dito, do não ouvido e do não visto sempre fascinou críticos, artistas e teóricos, na cultura ocidental, sendo “o mais malcomportado tropo literário” (HUTCHEON, 2000, p. 25).

Para Derrida e Burke (*apud* HUTCHEON, 2000), a ironia é inerente à comunicação, por seus jogos de poder, marcados por negações e diferimentos.

Pelo que entendemos, a ironia pode não ser intencional, mas há públicos que a “pegam” como tal e vice-versa. Para que a “pegue”, portanto, é necessário ao receptor entender-desvelar o sentido oculto que a ironia contém. Há arestas avaliadoras (inferências, marcadores), as quais denotam tanto a intenção do ironista quanto a do interpretador. Pode ser a ironia tanto uma brincadeira leve (como algumas charges) quanto uma crítica ácida.

Na ironia, está implicado não somente um sentido, mas um *querer dizer*, que denota essa intencionalidade do ironista, mas que também exige um certo repertório (semântico sobretudo) do interlocutor. Na música ora exposta, há a criação de sentido também por parte do interpretador, para o qual a ironia é possível se este conhece ou vivenciou as agruras da Ditadura militar.

Na ironia, o tempo todo, lidamos com sentidos que interagem. Há, em primeiro lugar, o dito, ou seja, o linguístico, que indica, justamente, aquilo que não é dito, estabelecendo, junto ao interpretador, um significado, a dimensão semântica ali implicada.

A ironia nega nossas certezas. Tem, como destaca Hutcheon (2000), sempre um fio cortante e um “alvo”. A munição é a intenção. No caso da música estudada, denota-se, ironicamente, a situação de um homem que, saído do campo para a “cidade grande”, relata à

mulher amada o cenário moderno com que se depara, destacando as possíveis oportunidades, mesmo para quem, como ele, “não tem o ginásio”.

Entretanto, a todo o momento, forma-se para com a letra (à primeira vista) esperançosa (“e o sol nunca mais vai se pôr”), um paradoxo. O interlocutor mostra-se entusiasmado com um Brasil que se viu na TV, mas, ao mesmo tempo, desde o título, dá-se um *bye bye* ao país que, embora modernamente retratado nos meios de comunicação, sob a febre da *disco music*, é também lugar de desânimo, de desterritorialização, de diáspora e de apatia. É o capital que faz a personagem da música de Chico e Menescal circular. É em busca pelo horizonte, que tanto ele quanto a trupe de Lorde Cigano, no filme homônimo, estão constantemente.

A música de Chico Buarque e Roberto Menescal foi composta em uma fase em que, por conta do afrouxamento da repressão exercida pelo regime militar, o cinema nacional e a música receberam um *up grade* por parte do governo militar (VASCONCELOS, 2008).

Nessa perspectiva, Cacá Diegues filma, em 1979, “Bye bye, Brasil”.

Também na música, ainda de acordo com Vasconcelos (*ibid.*, p. 16), essa expansão se dá.

A indústria do disco atravessa notável fase de crescimento, atingindo o final da década como o sexto mercado do mundo. São expressivas também a expansão e a diversificação das edições de livros e revistas. E no caso da televisão ocorre a implementação das redes nacionais, a implantação da cor e um significativo aumento do número de aparelhos.

Para o autor, o filme de Diegues constitui-se em uma produção denunciatória, retratando “um Brasil que desconhecemos” (VASCONCELOS, 2008, p. 16).

A relação com o filme homônimo, via ironia

Engloba, por assim dizer, questões de identidade, diáspora, busca por um horizonte de sentido à existência e, de forma bastante irônica, a americanização da cultura, da neve artificial no sertão à indumentária das personagens. O que se aplica de forma idêntica, como não poderia deixar de ser, à música-título.

A impressão de ver um Brasil deprimido e apático, aliás, foi o que invadiu Cacá Diegues em seu retorno ao país após seu exílio voluntário na França, em 1972. O que ele mesmo, aliás, declarou em entrevista sobre o que o motivara a escrever o roteiro do filme. O Brasil apático e deprimido que vira ao voltar daria espaço ao Brasil da ironia, a partir das andanças de Lorde Cigano, Salomé e Andorinha pelo interior do Brasil. Eles representam a necessidade de ironizar,

via arte, a concorrência com a televisão. Modernizam-se para não ficar para trás. Para continuar a circular.

Para tanto, até mesmo o neon em seu moderníssimo caminhão novo, mostrado já nas cenas finais da trama, faz isso, passando a utilizar do “ípsilon” na nova grafia de “Roliday” e ao incluir, no caminhão, luzes de neon que, ironicamente, representam um “que se dane”, em um gesto obscuro, ao sistema.

A caravana, dantes mambembe, americaniza-se e refina-se ainda mais para se manter na estrada. Desterritorializa-se, hibridiza-se, tal como também ocorre ao sanfoneiro Ciço e sua mulher Dasdô. Rumam do sertão a Brasília, tal como a personagem da letra de Chico. A relação é ampla, interdiscursiva, é evidente. Também Chico ressalta a adoção, pela personagem, de termos da língua inglesa.

Para Vasconcelos (2008, p. 18), no filme *Bye bye, Brasil*, “as canções constituem um importante meio de articulação no desenvolvimento dramático deste. Menescal e Chico construíram, portanto, algo além de uma música que expressa a conversa de um viajante com sua namorada. Expõe as contradições e dificuldades vivenciadas por quem não foi agraciado com oportunidades. As únicas alegrias do homem que fala ao telefone são uma dança com uma dona (assim como ele) infeliz no Tabariz, lembrar o lar e a esperança de, quem sabe, ter por perto o ser amado em breve. Mas, sobretudo, a esperança de sobreviver à modernização, à necessidade de, nessa modernidade tardia, sair do campo e ingressar na vida urbana.

Ainda acerca da trilha ora estudada, a canção-título do filme de Cacá Diegues, Vasconcelos pontua que esta, como as demais incluídas na trilha de *Bye bye Brasil* “vão agir na forma de ‘leitmotivs’, como fios condutores das personagens. Destaca que as canções, de modo geral, valorizam “a construção imagética das personagens, num estreito laço entre o visual e o auditivo, elementos esses atuantes sobre a percepção e assimilação das identidades” (VASCONCELOS, 2008, p. 18).

Ainda sobre relação filme-trilha, cabe destacar que a saga da caravana de nome inglês na pronúncia, mas portuguesa na grafia em muito se assemelha à trajetória diaspórica do homem que fala ao telefone na música homônima. Ele é capaz de perceber a chegada do fliperama em Macau, a usina que se ergue no mar, a oportunidade de trabalho na Capital, mas não deixa de enunciar sua saudade de roça e sertão, da “nossa canção”, de dizer que pensa em sua gente *night and day*.

Assim como Lorde Cigano e trupe se modernizam, hibridizando-se muito mais do que propriamente pela indumentária e o nome da caravana. O mesmo se pode dizer sobre o jovem

casal Ciço e Dasdô, que após muito sofrimento, decide deixar a caravana para se instalar em Brasília, que, para eles, é o horizonte em que (pretensamente) o sol nunca mais vai se pôr.

Heloisa Murgel Starling, em artigo publicado em 13 de junho de 2004 no portal Folha *On line*, discorre sobre o livro “Chico Buarque”, de Fernando Barros e Silva. Ela destaca que, para o compositor, a nação brasileira é um devir. Nesse sentido, pontua que “a aventura nacional brasileira se deposita e se revela nas canções e na literatura de Chico, ambas dotadas de um rigor formal incomum, com todo seu potencial de utopia e toda dor do Brasil que não somos, desterro, pátria em abandono” (2012, p. 1). Daí destacamos esse duplo movimento, feito via ironia: a fala, ao telefone, é de esperança. Mas denota também desolação, angústia. A voz que vem da margem do processo e do discurso enunciado pelo discurso do regime militar, à época.

Um duplo movimento em torno da nação que (ainda não) somos

Outro ponto que nos ocorreu destacar é a abertura ocorrida no ano de 1979, ano da anistia, no qual muitos membros da classe intelectual e artística de nosso país retornam do exílio a que foram relegados.

Desse modo, o tema musical, embora dotado do horizonte utópico no Brasil de 50 e 60, é a “expectativa de afirmação de uma nacionalidade comprometida com um amplo programa democrático e modernizador [...] a estimular o desejo de integração do interior ao centro, do Brasil ao mundo, da tradição à modernidade” (STARLING, 2012, p. 2).

Não obstante esse aspecto, a obra de Chico, como um todo, carrega também o “avesso da utopia nacional-populista e de seu esforço ingênuo em modernizar o país procedendo à síntese apressada e artificial entre povo e nação” (*ibid.*). Síntese esta que é ridicularizada, via ironia, no filme de mesmo nome. Pensamento este corroborado por Marcela Franco Fossey (2011), em artigo publicado na edição de dezembro último da revista *Língua Portuguesa*. Sobre a relação da música com o filme de Diegues, a autora expressa que

a caravana Rolidei [...] tenta sobreviver ao processo de globalização, já que precisa disputar com as novas tecnologias que tomam o lugar das antigas formas de diversão”. Nesse contexto, “a música de Chico e Menescal enuncia o cenário encontrado pela trupe mambembe, mas na voz de um viajante conversando com sua namorada (FOSSEY, 2011, p. 03).

Embora na ironia a intenção tenha papel preponderante, pode ser que, em uma obra, não haja um claro intuito de ironizar, destaca Hutcheon (2000), o que, evidentemente, não se aplica à música ora analisada, e parte indissociável, pode-se afirmar, da ironia fílmica composta por

Cacá Diegues. A saga de Lorde Cigano, Salomé e Andorinha pelo interior do país, compõe uma tentativa inicialmente mambembe e altamente irônica, de representar o processo de modernização “pelo alto” promovido no Brasil à época.

O mesmo se pode dizer da música-tema do filme. É como se a personagem, ao relatar, tudo observasse em termos de modernização do espaço urbano, sem, entretanto, estar nela inserido de fato. Ele é um sujeito à margem. Seu lugar é, naquele momento do diálogo que a música encerra, o entre-lugar. O deslocamento.

É fazendo “nevar” no sertão, modernizando a caravana, mas sobretudo, “tirando do plug” a TV que transmite na igreja (portanto, de forma sacralizada) a novela *Dancing Days*, que também, no filme, a ironia se materializa. É nesse “Brasil novo” que a caravana Rolidei se apresenta; lugar em que os valores estrangeiros e a fragilíssima e deslocada identidade busca ali se efetivar, mostrar a sua cara.

Em se desterritorializando, se hibridizando e atuando, permanentemente, nesse entre-lugar, nesse vir a ser, constitui-se um significativo traço comum, e não por acaso, entre a caravana Rolidey (repaginada ao final do filme) e o indivíduo na letra de Chico Buarque.

E é justamente no entre-lugar que a trilha principal de Bye bye, Brasil se localiza. Está no que expressa a personagem da música, “entre o sacrifício e o jogo, entre a prisão e a transgressão, entre a submissão ao código e a agressão, entre a assimilação e a expressão” (SANTIAGO, 2004, p. 26) como uma forte e irônica crítica ao discurso ditatorial de progresso e futuro.

Tal obra carrega em si, ao mesmo tempo, a apropriação do idioma e dos signos da opulência, da globalização, para que, paradoxalmente, haja a continuidade do discurso da margem. Em cenas do filme, como a simulação de neve e a modernização do caminhão da caravana, percebemos um movimento de transculturação contrária, nos termos de Mary Louise Pratt (1999), quando, fazendo uso do repertório do opressor, fazemos nossa oposição.

Assim, a indumentária, a neve, a nova grafia do nome da caravana e a música de Frank Sinatra (na cena em que Lorde Cigano mostra ao sanfoneiro Ciço o novo veículo da trupe) relacionam-se ao conteúdo da música, na qual, ao telefone, o homem diz à amada que “o bom mesmo é ter um caminhão”, a fim de transitar, de se deslocar, de correr territórios, vencer fronteiras, sobretudo as metafóricas, tanto dele quanto da caravana Rolidey. Isso porque tanto na música quanto no filme de mesmo nome há essa apropriação para transmitir uma mensagem do entre-lugar entre a esperança (o horizonte) e a frustração e crítica suscitada pelo discurso da

Ditadura e da utópica ideia de uma consciência nacional, à época. Transculturação contrária e ironia, então, são aqui, armas para contestar o discurso e a ele resistir.

Nesse cenário, tal como os exemplos citados tanto por Pratt quanto por Hutcheon (Madonna, em especial), fazemos uso do espaço e do discurso dominantes justamente para criticar, para “debochar” do *stabliment*. Chico e Menescal fazem isso, citando na letra ícones da modernidade, do progresso em termos de infraestrutura urbana; mas, ao mesmo tempo, fazem uso de uma melodia que, no filme, recebe diferentes arranjos, do mambembe ao orquestrado, para gerar no receptor esse paradoxo.

Como já mencionamos, nos deparamos na música com esse duplo movimento: criticar e lamentar (semanticamente), embora literalmente, lembra-nos Starling (2004), parece-se crer, desejar e esperar. A ironia, aqui, pode ainda evidenciar o mesmo que o desfecho do filme *Bye bye, Brasil* encerra. Apesar de tudo, há espaço à eterna busca pelo horizonte, por um Brasil que, ironicamente, aparece na TV.

A letra da canção-título expressa também hibridação (CANCLINI, 2001). Além dos termos em inglês que, na última estrofe, ele faz uso, enuncia-se o contato do emissor com outra cultura (“O chefe dos parintintis vidrou na minha calça Lee”, outro forte signo da inserção dos valores e marcas norte-americanos em nosso país). Esse emissor é certamente, como já aludimos acima, um dos muitos indivíduos que, por força da modernização, submete-se à diáspora (manifestada pela “saudade de roça e sertão”, onde, certamente, a vida podia ser dura, havendo, porém, a proximidade “da mãe e do pai”, nos quais ele pensa “*night and day*”). À busca por uma vida melhor, mais digna, mais humana, ainda que singela.

Outra relação que fizemos ao analisar a canção é a intensa procura, à época, por minérios valiosos (em Serra Pelada, ouro, e no chamado Vale das Trombetas, bauxita, sendo que ambas as minas se localizavam no estado do Pará, mas também no Ceará, para onde, “com a bênção do orixá”, ele pretende ir). Essa possibilidade constitui, para o homem que fala ao telefone, uma de seus limitados porvires, meios parcos de subsistência e de expectativa de retorno à terra natal para buscar sua amada.

Mais uma vez, a fascinação por aquilo que vem do “estrangeiro” é também destacada na música. Desde a menção ao som “como o dos *Bee Gees*” ao jeans da *Lee*, ironiza-se a ideia daquilo que vem de fora como melhor, como referência.

A nosso ver, aqui, Chico Buarque denota essa ironia. De alguém que, em viagem procura se comunicar com a família. Em diáspora, procura estabelecer contato com “as raízes”. A letra, por suas várias menções ao Brasil do norte-nordeste à época do lançamento de *Bye bye, Brasil*,

representa a partilha do sensível destacada por Jacques Rancière (2005). Quem tenha “ouvidos de ouvir”, leia nas entrelinhas aquilo que está sendo (não) dito por Chico Buarque.

A voz daqueles que estão à margem, na transição, embora fale de esperança, diz muito sobre exclusão, doença, dor e desengano na luta pela sobrevivência a quem conhece o contexto do Brasil de 1979. O que Chico canta retrata isso. A conversa, aparentemente desconexa ao telefone, denuncia essa incessante busca por um horizonte, o qual, por vezes, pode nunca chegar.

“Eu vi um Brasil na TV”: querer dizer e vir a ser

Em todos os versos da canção, percebemos o movimento que o jogo da ironia encerra. A dor está implícita, mas há um horizonte, um devir permanente. A música de Chico e Menescal celebra, ironicamente, falando de esperança deixando entrever tristeza e migração certamente involuntária, a aventura de um porvir que talvez, para essa nação esperançosa (mais no discurso do que na vivência), seja possível de ver somente na TV.

Ainda, no verso “aquela aquarela mudou” percebemos um traço de intertextualidade com outra música, Aquarela do Brasil, de Ary Barroso, a qual é toda esperança e deleite. Nessa relação, a morena sestrosa, as fontes murmurantes e o coqueiro onde se amarra uma rede nas noites claras de luar dão lugar à saga de um homem que, saído do sertão, busca, na vida urbana, um horizonte que ele percebe na televisão. Um, mas não o único, assim como um Brasil que, esperançosamente, ele aguarda.

Interessante citarmos, ainda, o artigo sobre o livro “Folha explica Chico Buarque” (FOLHA ON LINE, 2012, p. 1), também de Fernando Barros e Silva, destaca que o quinto capítulo é denominado Bye bye, Brasil, traz também argumento semelhante ao que expusemos acima.

Bye Bye, Brasil [...] procura revelar como Chico irá traduzir, ao longo dos anos 80, o sentimento de impotência e de desajuste diante do desmanche de um projeto histórico nacional e popular, o mesmo que o golpe havia abortado e que não pode ser mais retomado quando as forças que haviam sido derrotadas reaparecem em cena. A música que dá título ao capítulo, uma obra-prima, não deixa de ser também o avesso da profecia tropicalista. A expansão do lirismo, que assume nova dicção, e o distanciamento em relação à referência política são traços que distinguem a obra do compositor a partir dessa época. (FOLHA ON LINE, 2012, p. 1)

Por fim, cabe voltarmos ao argumento no qual Hutcheon (2000) destaca que a cena da ironia é, sempre, social e política. A música ora estudada carrega consigo um discurso outro,

uma voz dissonante, embora, na literalidade (questão fundamental para que a ironia aconteça), nada pareça além de uma conversa ao telefone entre o aventureiro, o errante, e sua amada.

Contudo, é do momento político e daqueles sem voz que Chico e Menescal falam, em letra e música, *na linguagem da fresta* a que aludiu Caetano, e que é, inevitável e felizmente, sempre irônica. O momento incita, à primeira vista, a esperança no futuro, a partir do afrouxamento da repressão e da volta dos exilados. Porém, se vai muito além, de certa forma colocando em xeque esse sentido primeiro.

Todavia, *Bye bye, Brasil* não esquece dos relegados à sorte que, no entre-lugar chamado globalização, buscam o seu lugar. O seu horizonte em meio à promessa de progresso. É uma ode à reflexão acerca das ideologias dominantes circulantes à época do lançamento, e ainda hoje, quando muito se fala em liberdade, e os mecanismos utilizados para censurar e alienar se firmam na sutileza e na ideia de que há “total liberdade” de expressão.

Para finalizar, vale destacarmos o argumento final de Hutcheon (2000) em “A política transideológica da ironia”. A autora enfatiza ser a ironia verdadeira arma, da qual a munição é a intenção, mas não só de quem lança, mas também de quem a ouve, vê e interpreta.

Considerações finais

No contexto do Brasil atual, *Bye bye, Brasil* continua extremamente atual, justamente pelo exercício crítico ao qual nos convida para pensar o contexto da época e o atual, sobretudo no que tange à nação que (ainda não) somos, não obstante as mudanças operadas ao longo desses 33 anos. A nação é ainda um vir a ser.

Ao longo desse trabalho, nossa tentativa, aqui, foi a de perceber esse “querer dizer B, dizendo A” que o mais malcriado dos tropos literários traz consigo. Por essa razão, a ironia sempre nos afeta. A letra de Chico é uma expressão de afeto (“Oi, coração... “abraço na mãe e no pai”), pela interlocução, mas também pela coloquialidade inerente à fala cotidiana, com aqueles que nos são caros. Mas é também uma poderosa crítica à situação vivenciada em virtude da Ditadura (presente nos versos “Eu só ando dentro da lei” e “a última ficha caiu”). E isso, como sabemos, também é uma forma de afeto, das mais significativas.

Nesse contexto, o signo “ferro” (do inglês *iron*, iron- irony) aplica-se à música ora estudada. Desse modo, a “cena” da ironia montada por Chico e Menescal, na relação dialógica com o filme de Cacá Diegues, é signo de pura resistência.

Referências

CANCLINI, Néstor García. Introdução à edição de 2011 de Culturas híbridas. In: Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: Edusp, 2001.

FOLHA ON LINE. Livro interpreta Chico Buarque e revela complexidades e sutilezas de sua obra. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/publifolha/ult10037u352085.shtml>>. Acesso em 13 jan. 2012.

FOSSEY, Marcela Franco. Leitura além da língua: muitos elementos constituem a possibilidade de leitura de um bom texto. In: Revista Língua Portuguesa. Ed. 74, dezembro de 2011. Disponível em: <<http://revistalingua.uol.com.br/textos.asp?codigo=12216>>. Acesso em 17 jan. 2012.

HUTCHEON, Linda. A “cena de ironia” e “Negócio arriscado: a política transideológica da ironia. In: Teoria e política da ironia. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

PRATT, Mary Louise. Introdução: crítica na zona de contato. In: Os olhos do império – Relatos de viagem e transculturação. Bauru: EDUSC, 1999.

RANCIÈRE, Jacques. A partilha do sensível: estética e política. Tradução de Mônica Costa Netto. São Paulo: EXO experimental. Ed. 34, 2005.

SANTIAGO, Silviano. O cosmopolitismo do pobre: crítica literária e cultural. Belo Horizonte: UFGM, 2004.

SEVERIANO, Jairo. MELO, Zuza Homem de. Notas sobre Bye bye Brasil. In: 85 anos de Música Brasileira Vol. 2, 1ª ed., 1997, Editora 34. Disponível em: <http://www.chicobuarque.com.br/letras/notas/n_zuza_bye.htm>. Acesso em 10 jan. 2012.

STARLING, Heloísa Maria Murgel. **Ensaio capta a utopia e a dor do Brasil que não somos.** Folha On line. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/publifolha/ult10037u352027.shtml>>. Acesso em 16 jan. 2012.

VASCONCELOS, André Luiz Olson de. **A influência da trilha sonora sobre a percepção da obra cinematográfica:** a análise fílmica de Bye bye, Brasil, Pra frente Brasil e Central do Brasil (dissertação). Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=00043419>> . Acesso em 13 jan. 2012.

Bye bye Brasil, a música

Oi, coração/ Não dá pra falar muito não
Espera passar o avião/ Assim que o inverno passar
Eu acho que vou te buscar/ Aqui tá fazendo calor
Deu pane no ventilador/ Já tem fliperama em Macau
Tomei a costeira em Belém do Pará/ Puseram uma usina no mar
Talvez fique ruim pra pescar
Meu amor/ No Tocantins
O chefe dos parintintins/ Vidrou na minha calça Lee
Eu vi uns patins pra você/Eu vi um Brasil na tevê
Capaz de cair um toró/ Estou me sentindo tão só
Oh, tenha dó de mim/ Pintou uma chance legal
Um lance lá na capital/ Nem tem que ter ginásial
Meu amor
No Tabariz/O som é que nem os Bee Gees
Dancei com uma dona infeliz/ Que tem um tufão nos quadris
Tem um japonês trás de mim
Eu vou dar um pulo em Manaus/Aqui tá quarenta e dois graus
O sol nunca mais vai se pôr
Eu tenho saudade da nossa canção/Saudade de roça e sertão
Bom mesmo é ter um caminhão/ Meu amor
Baby, bye bye/Abraços na mãe e no pai
Eu acho que vou desligar/ As fichas já vão terminar
Eu vou me mandar de trenó/Pra Rua do Sol, Maceió
Peguei uma doença em Ilhéus/Mas já tô quase bom
Em março vou pro Ceará com a benção do meu orixá
Eu acho bauxita por lá/Meu amor
Bye bye Brasil/ A última ficha caiu
Eu penso em vocês night and day
Explica que tá tudo okay/Eu só ando dentro da lei
Eu quero voltar podes crer/ Eu vi um Brasil na tevê
Peguei uma doença em Belém/Agora já tá tudo bem
Mas a ligação tá no fim/ Tem um japonês trás de mim
Aquela aquarela mudou/ Na estrada peguei uma cor
Capaz de cair um toró/ Estou me sentindo um jiló
Eu tenho tesão é no mar/ Assim que o inverno passar
Bateu uma saudade de ti/ Tô afim de encarar um siri
Com a benção do Nosso Senhor/ O sol nunca mais vai se pôr

(Letra de Chico Buarque e música de Roberto Menescal)

ANÁLISE DIALÓGICA DA AUTORIA EM ENUNCIADOS DA PRAÇA DA ALEGRIA

Joserlândio da Costa SILVA²

Pedro Farias FRANCELINO³

Resumo: Fundamentados nas discussões do chamado Círculo de Bakhtin, propomo-nos a analisar a constituição do sujeito autor em enunciados inscritos na praça do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba, mais conhecida como *Praça da Alegria*. A partir de uma pesquisa bibliográfica e documental, de natureza qualitativo-interpretativista, observamos como os sujeitos inscreveram-se naquele espaço e quais estratégias enunciativo-discursivas utilizaram para a defesa de seus pontos de vista.

Palavras-chave: Dialogismo. Autoria. Praça da Alegria

Abstract: *Based on the discussions of the Bakhtin's Circle, we proposed, in this work, to analyze the author subject construction in written utterances of Praça da Alegria (a place located in the Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes in the Universidade Federal da Paraíba). For this reason, we chose the documental and bibliographical researches in addition to the qualitative and interpretative nature. Thus, we observed how the subjects inscribed themselves in that space and which discursive and enunciative strategies they used to defend their points of view.*

Keywords: *Dialogism. Authorship. Praça da Alegria.*

² Mestrando em Linguística pelo Programa de pós-graduação em Linguística da Universidade Federal da Paraíba, UFPB, *campus* I, João Pessoa-PB, Brasil. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Endereço eletrônico: jcsletras@hotmail.com.

³ Doutor em Linguística pela Universidade Federal de Pernambuco. Professor do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Universidade Federal da Paraíba, UFPB, *campus* I, João Pessoa-PB, Brasil. Endereço eletrônico: pedrofrancelino@yahoo.com.br

Introdução

A interação entre os indivíduos envolve o diálogo, a partir do qual eles vão se construindo como sujeitos ativos no mundo. Dessa forma, para cada ato praticado, surgirão outros atos-respostas, dados a partir de pontos de vista diversos, já que, conforme afirma Bakhtin, “não existe ‘o homem-em-geral; *eu* existo, e um *outro* particular concreto existe” (BAKHTIN, 1993, p. 65, grifos do autor)⁴. Cada ato-resposta veicula pontos de vista diferentes marcados pelas singularidades dos contextos nos quais os sujeitos estão situados.

Neste trabalho, propomo-nos a analisar como o princípio da responsividade operou na construção de enunciados inscritos nas paredes de um ambiente acadêmico. Especificamente, adotamos como *corpus* para a análise inscrições circulantes na praça do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba (CCHLA-UFPB), mais conhecida como *Praça da Alegria*. Pretendemos observar, a partir da teoria dialógica da linguagem desenvolvida por Bakhtin e o Círculo, como os sujeitos se inscreveram naquele espaço e quais estratégias enunciativo-discursivas utilizaram para a defesa de seus pontos de vista.

Com esses objetivos, intentamos responder às seguintes questões: Qual o centro de valores a partir do qual os enunciados analisados surgiram? A quem se direcionam?

Temos diante de nós duas dificuldades. A primeira é que, embora sendo estudiosos dos discursos, não nos tornamos sujeitos neutros em face deles. Até mesmo para mantermos fidelidade à teoria dialógica adotada por nós, esse trabalho não deixa de ser, em maior ou menor grau, uma resposta ao que ora analisamos. O simples fato de que eu comecei a falar de um objeto já significa que eu assumi certa atitude sobre ele (BAKHTIN, 1993). Conscientes disso, teremos o cuidado de minimizar nossos posicionamentos valorativos.

A segunda dificuldade se impõe pela ausência de conceituações acabadas para quem decide escrever levando em consideração as noções de autoria e de enunciado, a partir dos postulados de Bakhtin e o Círculo. Assim, dividimos o artigo em duas partes. Na primeira, apresentamos um recorte teórico de algumas noções mobilizadas pelo Círculo que serão usadas neste trabalho. Na segunda, assumimos essas noções como base para a análise dos enunciados que formam o *corpus* deste artigo.

⁴ Estamos usando a tradução de *Para uma filosofia do ato* feita por Carlos Alberto Faraco e Cristóvão Tezza, para uso didático e acadêmico. Como essa tradução não está datada e remete à edição em Inglês, de 1993, a obra será referida por esta data. Para esse procedimento com as datas, baseamo-nos em Geraldí (2010), cuja referência completa consta da lista de referências deste trabalho.

A noção de autoria nos escritos de Bakhtin e o Círculo

Ao discorrermos sobre a noção teórica de autoria em Bakhtin, pontuamos que outra questão surge imediatamente relacionada a esta: a do sujeito. Devemos observar, entretanto, que não somos os primeiros a abordá-la. Pesquisadores como Sobral (2009) e Geraldi (2010), com os quais dialogamos, já o fizeram com maestria. Entretanto, o já-dito, retomado em outro “aqui” e “agora”, torna possível um enunciado novo.

Já no manuscrito *Para uma filosofia do ato* (1993), Bakhtin postula a existência de três momentos básicos na realização de uma ação: trata-se do “eu-para-mim”, “outro-para-mim” e “eu-para-o-outro”. Ele afirma que “todos os valores espaço-temporais e todos os valores de conteúdo são atraídos para e concentrados em torno desses momentos centrais emocionais-volitivos: eu, o outro, e eu para o outro” (1993, p. 72). Estamos, portanto, na base do pensamento dialógico de Bakhtin e o Círculo, para os quais o dialogismo constitui não apenas a relação entre enunciações/enunciados, mas é o próprio fundamento das relações humanas. O sujeito, portanto, se constitui nas relações de alteridade. Ainda no manuscrito citado, Bakhtin afirma que

A vida conhece dois centros de valor que são fundamental e essencialmente diferentes, embora correlacionados um com o outro: eu e o outro; e é em torno desses centros que todos os momentos concretos do Ser se distribuem e se arranjam. Um e o mesmo objeto (idêntico em seu conteúdo) é um momento do Ser que se apresenta diferentemente do ponto de vista valorativo quando correlacionado comigo e quando correlacionado com o outro. (BAKHTIN, 1993, p. 91)

Em *Para uma filosofia do ato* (1993), “ser” pode remeter tanto ao processo histórico, inacabado, em que os indivíduos estão concretamente situados no mundo, que Bakhtin chama de “mundo da vida”, quanto a uma parte objetivada desse processo, que Bakhtin situa no “mundo da cultura”. Um é o mundo diretamente experimentado pela ação. Outro é o mundo teorizado pelos discursos. Vejamos como Bakhtin fala da relação entre esses dois mundos. Antes, porém, já que falamos em sujeitos concretamente situados no mundo da vida, destacamos um trecho do livro *Estética da criação verbal* (2011) em que Bakhtin trata da relação estabelecida entre esses sujeitos. Diz ele que

Quando contemplo no todo um homem situado fora e diante de mim, nossos horizontes concretos efetivamente vivenciáveis não coincidem. Porque em qualquer situação ou proximidade que esse outro que contemplo possa estar

em relação a mim, sempre verei e saberei algo que ele, da sua posição fora e diante de mim, não pode ver. [...]

Esse *excedente* da minha visão, do meu conhecimento, da minha posse – *excedente* sempre presente em face de qualquer outro indivíduo – é condicionado pela singularidade e pela insubstituíbilidade do meu lugar no mundo. (BAKHTIN, 2011, p. 21, grifos do autor)

De acordo com o Círculo, portanto, o que fundamenta as ações responsáveis de um sujeito é a tomada de consciência de sua participação singular na vida. O ponto de origem de todas as suas ações é o reconhecimento de que, nela, ele participa efetiva e singularmente. Trata-se do reconhecimento de que eu, um real participante da vida, não possuo um *álibi* nela, logo, no local em que eu estou nesse momento, ninguém mais poderia estar. “Aquilo que pode ser feito por mim não pode nunca ser feito por ninguém mais” (BAKHTIN, 1993, p.58). O que faz de mim um sujeito responsável é o reconhecimento de que “em relação a qualquer coisa, seja o que for e em que circunstâncias seja dado a mim, eu devo agir do meu próprio lugar único, mesmo que eu faça isso apenas interiormente” (BAKHTIN, 1993, p. 59).

Feitas essas considerações, tratemos mais da relação entre o mundo da vida e o mundo da cultura. Ao afirmar que tanto o pensamento teórico discursivo, quanto a descrição-exposição histórica e a intuição estética estabelecem uma divisão entre o conteúdo de um ato e a sua realidade histórica, Bakhtin diz que

Como resultado, dois mundos se confrontam, dois mundos que não têm absolutamente comunicação um com o outro e que são mutuamente impenetráveis: o mundo da cultura e o mundo da vida, o único mundo no qual nos criamos, conhecemos, contemplamos, vivemos nossas vidas e morremos ou – o mundo no qual os atos da nossa atividade são objetivados e o mundo do qual esses atos realmente provêm e são realmente realizados uma e única vez. (BAKHTIN, 1993, p. 20)

Permaneceriam esses mundos cindidos? Conforme prosseguimos na leitura de *Para uma filosofia do ato* (lembramos que esse é um dos textos mais antigos de Bakhtin, datado de 1919-1921), vemos que o mundo da cultura não é separado do mundo da vida. Aquele é devolvido a este como um momento de seu realizar-se ininterrupto. E como isso acontece? Mediante a ação dos sujeitos historicamente situados que devolvem ao mundo da vida, ou mundo das ações, fenômenos objetivados no mundo da cultura.

Falar sobre sujeitos historicamente situados, portanto, implica dizer que o “eu” não lança seu olhar sobre o “outro” de forma neutra. Ele é preenchido por uma carga de valores de uma época específica em determinada esfera de atuação humana a partir da qual enforma todos os que são outros para ele.

Assim, sujeitos socialmente organizados lançam, por meio da linguagem, seus olhares valorativos sobre outros sujeitos, também socialmente organizados, ainda que em tempo e espaços diversos. É pela linguagem que nos relacionamos. Orientamos nossas palavras em função de nossos interlocutores e, conforme Bakhtin/Volochínov,

Essa orientação da palavra em função do interlocutor tem uma importância muito grande. Na realidade, toda palavra comporta *duas faces*. Ela é determinada tanto pelo fato de que procede *de* alguém, como pelo fato de que se dirige *para* alguém. Ela constitui justamente o *produto da interação do locutor e do ouvinte*. Toda palavra serve de expressão a *um* em relação ao *outro*. Através da palavra, defino-me em relação ao outro, isto é, em última análise, em relação à coletividade. A palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros. Se ela se apoia sobre mim numa extremidade, na outra apoia-se sobre o meu interlocutor. A palavra é o território comum do locutor e do interlocutor. (BAKHTIN/VOLOSHÍNOV, 2012, p. 117, grifos dos autores)

Dessa forma, oriundos de sujeitos dialógicos, os enunciados, mediante os quais esses sujeitos expressam seus pontos de vista, são também dialógicos. Eles são elaborados a fim de dialogarem com outros enunciados de outros sujeitos, quer pertençam ao mesmo campo de atividade humana, quer pertençam a um campo diferente.

Vejamos, então, como o mecanismo de orientação dos sujeitos em relação a outros sujeitos com posicionamentos valorativos diversos está presente nos enunciados que nos propusemos a analisar. É importante precisarmos que esses sujeitos não assinam nenhum de seus enunciados. Ou seja, não conheceremos a pessoa que marcou semioticamente as paredes da praça. Entretanto, não é isso que nos interessa. O que queremos pontuar é a relação do sujeito com a linguagem através de mecanismos linguísticos, discursivos e enunciativos, o que nos permite falar de autoria, ainda que não conheçamos a pessoa física, o autor-pessoa.

Neste ponto, também estamos fundamentados em parte da discussão de Francelino (2007). Da noção de sujeito desenvolvida pelo Círculo, ele formula dois princípios por meio dos quais o sujeito configura-se como autor no processo enunciativo-discursivo. O primeiro é que “*o autor é uma instância individual que se constitui na alteridade*” (FRANCELINO, 2007, p.103, grifos do autor). Partindo desse princípio, o autor, para instaurar os seus enunciados, reclama um espaço já habitado por outros enunciados, com os quais dialoga. Em meio a esses enunciados dos outros, o sujeito marca o seu próprio enunciado e demarca sua singularidade.

O segundo princípio é que o “*autor instaura um leitor/interlocutor no processo enunciativo*” (idem, p.104, grifos do autor). Segundo Bakhtin (2011), uma característica principal do enunciado é que ele se dirige a alguém e está voltado para esse destinatário. Nesse

sentido, a inevitável instauração de um interlocutor, feita pelo autor e para o qual se orienta o seu enunciado, aponta para a sua consciência autoral.

Vejamos, então, como esses mecanismos estão presentes nos enunciados da *Praça da alegria*.

Analisando o corpus

Os enunciados que passaremos a analisar estão inscritos nas paredes e nas colunas da Praça do CCHLA da UFPB. Ao CCHLA estão vinculados os departamentos e coordenações dos cursos de Ciências Sociais, Filosofia, História, Letras, Mídias Digitais, Psicologia e Serviço Social, além de outros espaços como laboratórios de informática, de línguas, ambientes de professores e auditórios. Assim, boa parte dos sujeitos que circulam na praça são os discentes que, em sua maioria, compartilham de pontos de vista comuns acerca de determinadas questões do mundo da vida e que se inserem nele defendendo seus pontos de vista. Para isso, fazem uso da linguagem. É a relação desses sujeitos com a linguagem, caracterizada pela inscrição de suas vozes naquele espaço, que iremos analisar a partir de agora.

Figura 01: Inscrição na *Praça da Alegria* – maio/2015



Fonte: acervo fotográfico dos pesquisadores

Nesse enunciado, o sujeito marca seu ponto de vista tanto linguisticamente quanto discursivamente. Discursivamente, esse ponto de vista é apreendido pela correlação entre o posicionamento axiológico do autor a aspectos históricos/sociais do tempo e do espaço em que ele escreveu. Temporalmente, estes aspectos dizem respeito ao embate entre dois sistemas

político-econômicos opostos: o capitalismo e o socialismo. Faz parte da compreensão desse enunciado o conhecimento sócio-histórico de que, atualmente, o sistema econômico vigente no Brasil é o capitalismo e de que este tem como ponto central a obtenção do lucro através da propriedade privada. A partir da mobilização desse contexto, que integra o enunciado, o autor marca um posicionamento axiológico contrário ao capitalismo.

Para a instauração desse posicionamento, houve uma retomada, ainda que de forma implícita, de vozes que apoiam o sistema capitalista a fim de que a elas fosse dada uma resposta negativa. Ora, ninguém diria que *violento é o capital*, marcando negativamente o capitalismo pelo uso do adjetivo *violento*, se não existissem vozes anteriores contrárias a essa. O capitalismo é marcado negativamente, portanto, porque, primeiramente, houve sujeitos que o consideraram um sistema econômico não-violento.

A autoria desse enunciado revela-se, assim, pela instauração de um ponto de vista crítico tecido a partir de um ponto de vista de apoio. Além disso, o espaço no qual esse enunciado está inscrito também legitima a defesa do ponto de vista que ele demarca. É muito comum, nos cursos de Ciências Humanas, predominarem vozes alinhadas à esquerda que, fundamentadas, principalmente, na voz de Marx, pregam a morte da propriedade privada. Assim, a instauração de um ponto de vista nesse enunciado acontece em um espaço discursivo em que diversos outros enunciados também tratam dessa temática com o mesmo posicionamento axiológico.

Linguisticamente, a autoria é marcada por, pelo menos, dois fenômenos na estruturação das sentenças *somos a morte da propriedade privada* e *violento é o capital*. O primeiro é o uso do verbo na primeira pessoa do plural na sentença *somos a morte da propriedade privada*. O pronome *nós*, não marcado na estrutura linguística, aponta para sujeitos cujo posicionamento axiológico está materializado semioticamente nessa estrutura. Ademais, o posicionamento responsivo do autor também é marcado pela construção sintática *violento é o capital*. Usar o adjetivo antes do substantivo torna a sentença mais responsiva a uma acusação anterior (por exemplo, *vocês são violentos* ou *o socialismo é violento*). Como diria Bakhtin, esse enunciado é apenas um elo na cadeia de enunciados em que está inserido. Chama-nos a atenção, ainda, a disposição gráfica das palavras, a forma como elas são registradas, que já revela o tom emotivo-valorativo de seus(s) sujeito(s) produtor(es). Vejamos outro enunciado que circula no mesmo espaço.

Figura 02: Inscrição na *Praça da Alegria* – maio/2015



Fonte: acervo fotográfico dos pesquisadores

O quadro enunciativo desse texto é diferente do anterior, uma vez que envolve a construção de sentidos a partir de uma imagem. O leitor deve perceber, primeiramente, que o signo impresso na parede tem como referente a erva popularmente conhecida como maconha. Assim, o ponto de vista do autor, para ser compreendido, exige do leitor ativo que ele detenha um conhecimento que ultrapasse o mero reconhecimento dos signos linguísticos utilizados. É preciso saber, também, como seus referentes são veiculados valorativamente nas diversas esferas sociais. O autor, portanto, instaura aqui um leitor para o qual dirige uma ordem expressa pelo verbo no imperativo.

Discursivamente, o mecanismo da responsividade operou com o discurso que tem como tema central a liberalização da maconha. Enquanto objeto de discurso correlacionado com diferentes sujeitos, esse tema é apresentado sob diversos pontos de vista valorativos. De um lado, fundamentados em discursos das esferas política e religiosa, por exemplo, estão aqueles contrários à liberação da comercialização da droga. De outro, embasados em discursos que veiculam outros pontos de vista, estão aqueles que são favoráveis.

A autoria nesse enunciado revela-se pela instauração de um ponto de vista favorável à legalização da maconha, marcado pelo verbo *legalizar*, no imperativo, seguido de uma imagem da folha da erva. O sujeito “esconde-se” nesse enunciado performativo implícito. Explicitamente, esse enunciado performativo ficaria mais ou menos assim: *Eu ordeno que você legalize*, o que nos permite, linguisticamente, captar o sujeito do enunciado materializado no pronome de primeira pessoa do singular. A posição subjetiva é marcada mediante o emprego de um complexo semiótico híbrido (palavra mais imagem) caracterizador de um

posicionamento axiológico favorável ao uso da maconha, firmando uma luta entre pontos de vista divergentes.

No mesmo espaço, vejamos outro enunciado que compõe o quadro enunciativo da Praça da Alegria:

Figura 03: Inscrição na *Praça da Alegria* – Maio/2015



Fonte: acervo fotográfico dos pesquisadores

Esse enunciado, assim como os anteriores, também exige de seus leitores uma compreensão além do que está posto em signos linguísticos. É necessário compreender os discursos com os quais o autor opera aqui utilizando-se do mecanismo da responsividade. Para a captação do ponto de vista defendido, é preciso compreender que os discursos acadêmicos fundamentados em uma visão marxista do mundo, sobretudo na área das Ciências Humanas (área do conhecimento em que ocorre, predominantemente, a circulação de textos que materializam esses discursos), por vezes, são opostos aos discursos produzidos em outras esferas sociais, como, por exemplo, esferas marcadas pela religião cristã.

Pelo contexto em que esse enunciado foi produzido, sabemos que *Deus* faz referência ao Deus cristão. Os adjetivos *marxista* e *leninista*, por sua vez, são usados comumente para qualificar sujeitos que adotam uma postura discursiva embasados no conjunto de ideias do marxismo. É necessário que o leitor tenha, assim, conhecimento, mesmo que superficialmente, do que seja o marxismo e que, por vezes, os discursos produzidos numa esfera de atuação marxista são opostos aos discursos produzidos numa esfera de atuação cristã.

Assim, a autoria desse enunciado revela-se, discursivamente, na composição de um quadro enunciativo que mobiliza a confrontação entre pontos de vista e instaura um ponto de vista crítico ao cristianismo. Linguisticamente, essa autoria é captada pela atribuição proposital de dois adjetivos de campo semanticamente oposto ao substantivo por eles qualificado. Ora, Deus é o sujeito que ocupa o lugar mais elevado na religião cristã, de forma que, para os cristãos, todas as suas qualidades são perfeitas. Sabendo disso, o autor do enunciado adjetiva o substantivo “Deus” com a característica de ser marxista/leninista. A ideia aqui instaurada é a de que se até Deus é marxista, então a cosmovisão fundamentada no marxismo é válida e não há por que ser confrontada pelos que se apoiam em discursos cristãos.

Por fim, vejamos mais um enunciado em que o autor percorre dois campos discursivos diferentes. Um é o dos discursos sobre a discriminação aos negros na sociedade brasileira. Outro é o discurso fundamentado nas questões de gênero, que propõe o uso do *x*, ao invés de *a* e *o*, para evitar o binarismo masculino/feminino.

Figura 04: Inscrição na *praça da alegria* – Maio/2015



Fonte: acervo fotográfico dos pesquisadores

Para a instauração dos pontos de vista veiculados nesse enunciado, o autor retoma um discurso bastante recorrente na sociedade brasileira: o da discriminação sofrida pelos negros. Assim, por exemplo, um leitor que não tenha conhecimento de toda a discussão que envolve as questões raciais no atual cenário nacional e do histórico de discriminação à população negra, provavelmente não interpretará esse enunciado conforme o projeto enunciativo do autor.

Linguisticamente, a autoria é apreendida pela marcação do tom volitivo-emocional do autor por meio do ponto de exclamação no final da sentença. Aqui, também, mais uma vez, é

realizado um enunciado performativo implícito. Explicitamente, esse enunciado ficaria mais ou menos assim: *eu ordeno que você reaja*, o que nos permite captar a existência de um sujeito do discurso, materializado pelo pronome da primeira pessoa do singular.

Além de se responsabilizar por um ponto de vista segundo o qual os negros precisam reagir, o autor assume outro posicionamento marcado no fio linguístico do discurso pelo uso do *X* no lugar do *O* em *mortx*. Trata-se do uso do *x*, ao invés de *A e O*, para marcar uma suposta linguagem neutra, politicamente correta. Assim, é solicitado do leitor o conhecimento das discussões sobre identidade de gênero, para que possa compreender os pontos de vista veiculados neste enunciado. É exigido, mais uma vez, um conhecimento extralinguístico.

É possível notar, ainda, que a problemática da questão racial é posta a partir de enunciados polarizados, que convocam os leitores para a assunção de uma das duas possíveis únicas posições nesse embate: ou o da reação ou da aceitação da morte (morte metafórica, ou seja, a exclusão social). Corroborando, ainda, esse tom volitivo-emocional o uso do adjetivo “preto”, na locução “povo preto”, chamando-se a atenção do leitor para a condição subjetiva de negro, ou seja, para a questão de identidade.

Considerações finais

Já temos condições de responder às perguntas formuladas na introdução. Qual o centro de valores a partir do qual estes enunciados surgiram? A quem eles são direcionados?

Observamos, primeiramente, que a autoria de todos os enunciados expostos acima é marcada pela manifestação de posicionamentos valorativos que, de forma geral, correspondem a sujeitos concretamente situados em um mesmo campo de produção discursiva bastante comum no espaço em que esses enunciados foram inscritos: o campo dos discursos acadêmicos alinhados a um posicionamento ideológico de esquerda. Portanto, os enunciados aqui analisados estão fundamentados em valores centralizados em discursos associados a esse lado da política.

É do relacionamento dos autores desses enunciados com sujeitos concretamente situados em campos discursivos diferentes, que para eles são outros, que se concretizaram os enunciados inscritos na Praça da Alegria do CCHLA-UFPB. Só foi possível aos autores a definição de seus posicionamentos valorativos pela correlação com outros posicionamentos oriundos de outras produções discursivas, como, por exemplo, discursos que resultam do posicionamento de sujeitos partidários de uma cosmovisão conservadora. De maneira

específica, é com esses sujeitos que os autores dos enunciados analisados dialogam, revelando, assim, um espaço de tensão entre “eus” e “outros”, marcada discursiva e linguisticamente nas inscrições ora investigadas.

Referências

BAKHTIN, M. M. **Para uma filosofia do ato**. Tradução de Carlos Alberto Faraco e Cristovão Tezza da edição americana *Toward a philosophy of the act*. Austin: University of Texas Press, 1993. (Tradução destinada exclusivamente para uso didático e acadêmico).

_____. **Estética da criação verbal**. 6. ed. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2011.p. 261-335.

_____. (VOLOCHÍNOV, V. N.). [1929]. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 13. ed. Tradução de Michel Lahud e Yara Vieira. São Paulo: Hucitec, 2012.

FRANCELINO, P. F (Org.). **A autoria no gênero discursivo aula**: uma abordagem enunciativa. 2007. 184f. Tese (Doutorado em Linguística)- Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco, 2007.

GERALDI, J.W. Sobre a questão do sujeito. In: PAULA, L. STAFUZZA, G. (Organizadoras). **Círculo de Bakhtin**: teoria inclassificável. Campinas-SP: Mercado de Letras, 2010. p.279-292

SOBRAL, A. **Do dialogismo ao gênero**: as bases do pensamento do círculo de Bakhtin. Campinas, SP: Mercados de Letras, 2009.

ANÁLISE DO DISCURSO DA MÍDIA: O CASO DA CAPA DE REVISTA DE INFORMAÇÃO

Ivandilson COSTA⁵

Resumo: O presente artigo pretende abordar um fenômeno envolvendo o discurso da mídia, qual seja o da reestruturação promocional de gêneros jornalísticos. Para tanto, focalizamos o caso específico da capa de revista de informação. Como apoio teórico, tomamos os pressupostos da Análise Crítica do Discurso (FAIRCLOUGH, 1992 [2001]; 1995; 2003), além de outras abordagens transversais, como a Gramática do Design Visual (KRESS; VAN LEEUWEN, 2006).

Palavras-chave: Análise Crítica do Discurso. Discurso midiático. Texto jornalístico.

Abstract: *This article aims to address a phenomenon involving the media discourse, which is the promotional restructuring journalistic genres. Therefore, we focus on the specific case of information magazine cover. As theoretical support, we take the assumptions of Critical Discourse Analysis (Fairclough, 1992 [2001]; 1995; 2003), and other cross-cutting approaches, such as Visual Design Grammar (KRESS; VAN LEEUWEN).*

Keywords: *Critical Discourse Analysis. Media discourse. Journalistic text.*

⁵ Professor adjunto do Departamento de Letras Estrangeiras da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Doutor em Letras/Linguística pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Assu, Rio Grande do Norte, Brasil. ivandilsoncosta@uern.br.

Introdução

A presente investigação focaliza o processo de reestruturação da ordem do discurso jornalístico, recontextualizada em função do caráter mercadológico do discurso publicitário, tal como exposto em trabalho mais amplo (COSTA, 2016). Parte-se do princípio de que domínios e instituições sociais, cujo propósito não seja produzir mercadorias no sentido econômico restrito de artigos para venda, vêm a ser organizados e definidos em termos de produção, distribuição e consumo de mercadorias.

Tomando como base teórica a abordagem da Análise Crítica do Discurso (ACD), procuramos tratar neste artigo especificamente de um gênero do domínio midiático jornalístico para exame do processo de recontextualização pelo movimento colonizador da publicidade: a capa de revista semanal de informação.

O trabalho procura se ancorar em uma pesquisa qualitativa e interpretativista de caráter documental, sendo o material delimitado para a abordagem composto de exemplares do gênero, coletados da revista *Veja*, publicada durante o período em que vigorou a propaganda política para o cargo de Presidente da República – de 19 de agosto a 24 de outubro do ano civil de 2014.

A pesquisa aponta, nesse contexto, para uma reestruturação premente do texto jornalístico a partir de elementos próprios do discurso promocional, especialmente quanto ao design visual, emprego de recursos diagramáticos, de fotojornalismo, manutenção de marca publicitária, valor de notícia e itens lexicais. Produtos jornalísticos, por conseguinte, são tomados como inseridos em uma lógica comercial, apresentando-se sob a forma de mercadoria, pela mitigação de fronteiras entre os domínios midiático e aquele ligado à promoção e consumo, o publicitário.

Uma teoria de base: a Análise Crítica do Discurso

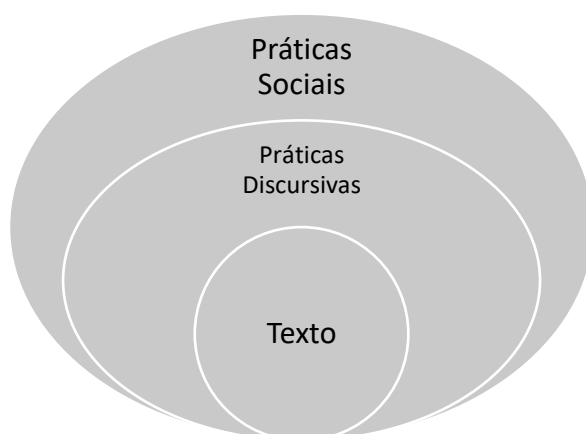
Inicialmente inserida em uma proposta de continuidade à Linguística Crítica, a Análise Crítica do Discurso (ACD) possui raízes múltiplas, ligadas à Retórica, Linguística Textual, Antropologia, Filosofia, Sócio-Psicologia, Ciência Cognitiva, Estudos literários, Sociolinguística, bem como à Linguística Aplicada e Pragmática. Abrange uma abordagem teórico-metodológica que atribui grande relevância à compreensão da linguagem na condução da vida social, vindo preencher uma lacuna quanto à atenção até então dada ao discurso como elemento que molda e é moldado pelas práticas sociais.

A ACD considera o contexto de uso da linguagem como um elemento crucial, propondo pesquisas voltadas mais para relações sociais não tão estabilizadas de luta e conflito, materializadas por discursos como o institucional, político, de gênero (*gender*), da mídia. Com isso, os conceitos de ideologia, poder e hierarquia vêm a ser fundamentais para a interpretação ou explicação do texto. A ACD leva em conta, ainda, os pressupostos de que: (a) o discurso é estruturado pela dominação; (b) cada discurso é historicamente produzido e interpretado, isto é, está situado no tempo e no espaço; (c) as estruturas de dominação são legitimadas pelas ideologias dos grupos que detêm o poder (cf. WODAK, 2004).

Para a ACD, o discurso é tido como uma forma de prática social, realizada por intermédio de gêneros textuais. Isto tem as seguintes implicações (FAIRCLOUGH, 2001): (a) os indivíduos realizam ações por meio da linguagem; (b) há uma relação bidirecional entre o discurso e as estruturas sociais, na exata medida em que o discurso é simultaneamente influenciado pelas estruturas sociais e as influencia; (c) há uma preocupação com os recursos empregados na produção, distribuição e consumo dos textos, recursos sociocomunicativos, porquanto perpassados por discursos e ideologias.

Numa primeira fase dos estudos em ACD, Fairclough (1990, 2001), ao conceber sua *Teoria Social do Discurso*, elaborou um modelo que considera três dimensões passíveis de serem analisadas: a do texto, a da prática discursiva e a da prática social, conforme esboçado na figura 1, seguinte.

Figura 1: Modelo tridimensional do discurso



Fonte: Fairclough (2001 [1992])

Diferentes categorias analíticas se enquadram em cada uma das dimensões. Na dimensão do *texto* devem ser observadas as categorias de vocabulário, gramática, coesão e estrutura textual, a fim de se observar a organização textual. Nesse ponto, ênfase é dada ao processo de lexicalização (*wording*), em que o vocabulário corresponde a diferentes domínios, instituições, práticas, valores, perspectivas, interesses. Põe-se, então, o fenômeno no campo das lutas sociais e políticas. Considerar a coesão, por outro lado, corrobora para o exercício de dados “esquemas retóricos segundo os quais grupos de enunciados podem ser combinados” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 106). Já por estrutura textual, pode-se tomar a arquitetura, bem como aspectos superiores de planejamento de diferentes tipos de texto.

Na dimensão da *prática discursiva* devem ser examinadas as categorias de produção, distribuição e consumo de textos, bem como noções como contexto, força ilocucionária, coerência e intertextualidade, a fim de verificar o modo como o discurso é distribuído e consumido pela sociedade ou por grupos sociais específicos. Ênfase, quanto a essa dimensão, é dada para a questão da produção e sua natureza variável de acordo com fatores sociais, na medida em que textos são produzidos de formas particulares em contextos sociais específicos. Também há que se destacar o processo de desconstrução do produtor textual em um conjunto de posições, tal que teríamos um ‘animador’, a pessoa que realmente realiza os sons ou as marcas; o ‘autor’, aquele que reúne as palavras e é responsável pelo texto; e o ‘principal’, aquele cuja posição é representada pelas palavras (FAIRCLOUGH, 2001, p. 107).

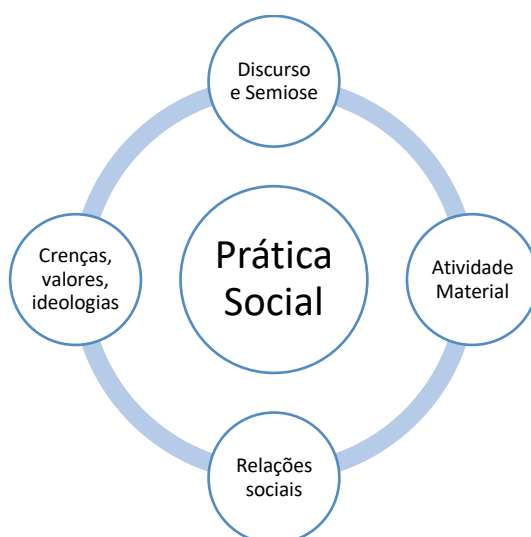
Na dimensão da *prática social* devem ser observadas as categorias de ideologia, sentidos, pressuposições, metáforas, hegemonia, orientações econômicas, políticas, culturais e ideológicas, a fim de se observar a manutenção ou a mudança que o discurso produziu na sociedade ou em grupos sociais particulares. É, portanto, nesse ponto que se discute o conceito de discurso em relação ao poder como ideologia e em uma concepção da evolução das relações de poder como luta hegemônica. No tratamento da hegemonia, abre-se um espaço para uma discussão importante quanto a nossa pesquisa, qual seja, o fato de estudos atuais verem surgindo uma forma organizacional hegemônica de poder, ligada a um “modelo ‘mosaico’ de discurso que caracteriza a prática discursiva como uma constante rearticulação de elementos minimamente restringidos” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 125), ao que se atribui, enquanto prática discursiva correspondente, aquela identificada como ‘pós-moderna’ e cujo exemplo mais claro seria o da publicidade.

Mais recentemente, especialmente a partir dos estudos expostos em Chouliaraki e Fairclough (1999), a teoria caminhou para uma consideração mais enfática do papel crucial da

prática social para a análise. Passou a ser posta em xeque a centralidade do discurso como foco dominante na análise, passando a ser visto como tão somente um dos momentos das práticas sociais. Foi nesse contexto que tomaram assento novos aportes que se agregaram para reconstruir o arcabouço teórico da ACD: o Realismo Crítico, de Baskhar; a teoria crítica da racionalidade comunicativa, de Habermas; a teoria da estruturação, de Giddens; o materialismo histórico-geográfico, de Harvey; o tratamento da ideologia, da teoria social crítica de Thompson.

A abordagem, assim, passa a ser tomada como relacional, não apenas concernente a discurso e texto, mas na relação do discurso com outros elementos da vida social. Como aponta o próprio Fairclough (2006, p. 29): “a mudança social pode ser concebida como mudança nas relações entre os elementos sociais de todos os tipos, como uma ‘rearticulação’ de elementos sociais que os põe em novas relações”. Assim, o discurso é tomado como um elemento da prática social que tanto constitui outros elementos como é constituído por eles, em uma relação dialética de articulação e internalização:

Figura 2: Momentos das práticas sociais



Fonte: Resende; Ramalho (2006); Resende (2009)

O discurso é considerado, portanto, como um momento integrante e irreduzível das práticas sociais que, como tal, envolve a linguagem em articulação com os demais momentos das práticas: a atividade material, as relações sociais, o fenômeno mental. É possível ainda

enxergar o discurso, enquanto linguagem, como um momento crucial da vida social e, de um modo mais concreto, como um modo particular de representar parte do mundo.

Por uma análise do aparato multimodal

Quando se advoga em favor de uma análise multimodal do discurso (JEWITT, 2009; O'HALLORAN, 2011), postula-se que, antes de tudo, discursos são fatias de conhecimentos socialmente construídos de algum aspecto da realidade, desenvolvidos em contextos sociais específicos, em meios que são apropriados aos interesses de atores sociais nestes contextos. Nesse âmbito, temos que aparatos semióticos são usados para descrever os recursos/modos (por exemplo, visual, auditivo, tátil, olfativo, gustativo, cinestésico) em textos, discursos e eventos, chamados coletivamente de fenômenos multimodais.

Para Kress (2009), o modo é um recurso formado social e culturalmente para a construção de sentido. Dessa forma, imagem, escrita, layout, música, gesto, fala, imagem em movimento, som podem ser tomados como modos, usados em representação e comunicação. Como tais, os modos podem oferecer diferentes potenciais para se construir significado. Chega-se, pois, ao conceito de provisão multimodal (*affordance*), compreendido aqui como o potencial que tem um objeto de ser usado como foi projetado para ser usado. Modos, assim, possuem diferentes potenciais provisionais: fala e escrita nomeiam; imagens retratam; gestos dão ênfase e delineiam tópicos e temas; o layout organiza informação, categorizando e orientando participantes como parte integrante ou não de um dado grupo.

A multimodalidade, por conseguinte, lida com uma compreensão da comunicação e representação para além da linguagem falada e escrita, apontando para toda uma gama de plataformas de formas comunicação usadas pelas pessoas – imagem, gestos, olhar, postura – e a relação estabelecível entre elas.

Jewitt (2009) esboça, nessa perspectiva, quatro concepções que subjazem à questão da multimodalidade. Uma primeira se reporta ao fato de que a linguagem é parte integrante de um conjunto multimodal. A linguagem – oral, escrita – é largamente tida como o mais importante modo de comunicação e interação social. A multimodalidade, paralelamente, parte do princípio de que representação e comunicação sempre se constroem a partir de uma multiplicidade de modos, todos possuindo potencial para contribuir igualmente na construção do sentido. A concepção básica que subjaz à multimodalidade é, nessa perspectiva, a de que “os sentidos são construídos, distribuídos, recebidos, interpretados e reconstruídos pela interpretação de

múltiplos modos e não apenas através da linguagem – seja oral ou escrita” (JEWITT, 2009, p. 14).

Um segundo aspecto diz respeito à constatação de que cada modo em um conjunto multimodal é compreendido como realizando trabalhos comunicativos diferentes. Teorias sobre multimodalidade partem do pressuposto de que todos os modos têm sido moldados pelos seus usos culturais, históricos e sociais com o fim precípua de realizarem funções sociais. A imagem e outros modos não linguísticos assumem seus papéis específicos em contextos específicos, funções, vale dizer, não fixas, estanques, mas sobretudo articuladas e situadas. Diferentes modos, por conseguinte, proveem diferentes efeitos potenciais sobre as atividades sociocomunicativas, sendo a escolha de um modo em detrimento de outro uma tarefa basilar na formação mesma do conhecimento e construção ideológica.

Uma terceira concepção está relacionada com o fato de que as pessoas trabalham para orquestrar sentido através da seleção e configuração que fazem dos modos. A interação entre modos é, dessa forma, fundamental para a construção do sentido. Jewitt (2009), ao se reportar a pesquisa sobre a mídia jornalística, reflete acerca de que as várias possibilidades de combinação de modos comunicativos naquela esfera, especialmente com o advento do computador e da internet, têm levado os usuários a ponderar acerca das características particulares desses modos e a forma como eles funcionam e se combinam nas práticas discursivas contemporâneas. Como acentua a autora, “os significados em alguns modos são entrelaçados com os significados produzidos a partir de todos os outros modos co-presentes e em ‘co-operação’ nos eventos comunicativos” (JEWITT, 2009, p. 15). Dessa forma, a interação entre os modos é, por si, parte integrante da produção do sentido, tal como reforça Kress (2009, p. 64), quando preceitua que o sentido existe tão somente enquanto materializado no modo, ou como um conjunto multimodal.

Por fim, registra Jewitt (2009), podemos partir do princípio de que os sentidos formados a partir de recursos semióticos multimodais são, antes de tudo, sociais. Isto diz respeito ao fato de que eles são formados pelas normas operantes no momento de construção de sentido, regras estas influenciadas pelas motivações e interesses de um agente produtor de sentido em um contexto social específico. Como já nos lembra Kress (2009, p. 59), “os significados de uma fonte, cor ou layout são culturalmente produzidos, socialmente acordados, bem como social e culturalmente especificados”.

Diante do que se viu, com o olhar voltado para essa capacidade dos recursos multimodais de lidarem com uma gama de plataformas de formas de comunicação e seus

potenciais para a construção do sentido, passaremos a tratar de tópicos mais relacionados ao presente trabalho, especialmente relacionados a aspectos como imagem, layout, estrutura de cores, sistemática de sons e voz.

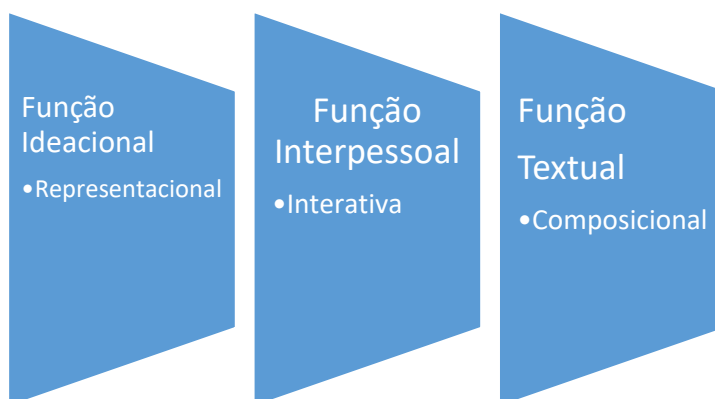
É, por conseguinte, cada vez mais urgente o debate acerca da importância das imagens na sociedade contemporânea. Não é desarrazoado falar, junto com Aumont (1993) de ‘civilização da imagem’, expressão que revela bem o quadro geral de se viver em um âmbito crescentemente permeado de apelos visuais, cada vez mais numerosos, diversificados, e insidiosamente intercambiáveis. Nessa perspectiva, temos que a relação entre a imagem e os usuários não se dá no seio de uma relação abstrata, de modo dissociado de um contexto múltiplo – social, institucional, técnico, ideológico. Isso suscita questões básicas relativas ao funcionamento da imagem tais como que relação ela estabelece com o ‘real’; como se dão as formas e meios de tal representação; como ela trabalha com categorias singulares de nossa concepção de realidade, relações de espaço e tempo, por exemplo; como a imagem lida com a inscrição de significações.

Em busca de um postulado que abordasse como se dá a arquitetura dos elementos visuais em construtos semióticos, Kress e van Leeuwen (2006) conceberam a Gramática do Design Visual (GDV). Baseada em pressupostos da Gramática Sistêmico-Funcional, de Halliday, ela prevê que o aparato visual, tal como se concebe quanto à linguagem verbal, trabalha com formas próprias de representação, lida com relações entre participantes do evento sociocomunicativo e opera com relações de significado a partir do modo como se compõem os textos do ponto de vista de sua estruturação e formato.

De acordo com a abordagem da Gramática Sistêmico-Funcional, o significado linguístico, em sua interface com o aparato lexicogramatical, não se apresenta em uma relação especular com a realidade. O que temos são dimensões da estrutura semântica que se organizam para a construção em três dimensões: como representação, como intercâmbio, como texto. Assim, temos um princípio metafuncional *ideacional*, quando da utilização da linguagem para organizar, compreender e expressar as nossas percepções do mundo e a nossa própria consciência, para descrever eventos, estados e as entidades nele envolvidas; uma metafunção *interpessoal*, porquanto utilizamos a linguagem para participarmos de atos de comunicação com outras pessoas, para com elas interagirmos, para com elas estabelecermos e mantermos relações sociais, para influenciarmos seus comportamentos ou para lhes expressar os nossos pontos de vista sobre a realidade; uma metafunção *textual*, quando utilizamos a linguagem para organizar e relacionar o que dizemos ou escrevemos com outros eventos linguísticos e com o

mundo real (HALLIDAY; MATHIESSEN, 2004, p. 20; GHIO; FERNÁNDEZ, 2008, p. 91). Uma correlação entre os dois aportes pode ser visualizada na figura 3, abaixo:

Figura 3: Correlação Gramática Sistêmico-Funcional/Gramática do Design Visual



Fonte: Almeida (2008)

Conforme demonstrado na figura acima, a GDV procura se ancorar nos padrões metafuncionais da Gramática Sistêmico Funcional. Em uma primeira instância, a função representacional, derivada da metafunção ideacional, lida com estruturas responsáveis pela construção visual de eventos, objetos, e elementos envolvidos na cena em foco, bem como as circunstâncias em que ocorrem.

Um estudo de caso: a reestruturação do gênero capa de revista de informação

Na presente seção, discorreremos acerca dos traços de recontextualização do discurso midiático jornalístico, em função do discurso colonizador da publicidade. Para tanto, tomamos para análise um objeto representativo da instância midiática – a capa de revista semanal de informação. A escolha por este exemplar de gênero não se deu de modo aleatório, mas foi guiado sobretudo pela sua natureza capitular, em outros termos, pelo fato de figurar na abertura do segmento de mídia, sendo, como tal, suscetível a uma pregnância de elementos e características promocionais.

Figura 4: Capa de revista de informação



Fonte: Veja, 29 out. 2014.

A imagem em foco apresenta, do ponto de vista de sua estruturação, a presença de elementos interligados. No caso específico a marcação por linhas divisórias se mostra de modo tênue. As partes distintas, marcadas pelas figuras da presidenta (então candidata à reeleição) Dilma Rousseff, o bloco textual contendo a manchete principal do semanário, bem como a imagem do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, vêm, por conseguinte, separadas por conjunturas definidas por linhas de estruturação basicamente ausentes (estruturação fraca), caracterizando um sentido de identidade de grupo. Diz-se, assim, que as partes da imagem, em nível de estruturação fraca, estão em conexão, o que sugere um significado de comunhão entre as duas figuras representadas e o bloco central na qual estão contidos o texto curto e a manchete.

Neste caso também é mobilizada a estratégia visual de tríptico, em que elementos de uma composição são dispostos a par de um item centralizado, para o caso em questão nos espaços à direita e à esquerda.

Figura 5: Valor de informação/tríptico



Fonte: Veja, 29 out. 2014.

Nesse âmbito, é marcante a ausência de linhas divisórias nas três porções visuais significativas da imagem, fator ainda mais acentuado pelo emprego de uma fotografia em tom de pouca saturação, pouca iluminação, pouco brilho, quase em preto e branco, como podemos comprovar pelo comparativo na figura mais adiante. A opção por escala de quase ausência de cor se justificaria pela intenção de tratar a matéria com significado de seriedade, crueza, com objetivo de causar impacto, para o que se aproveita de sentidos de distanciamento, frieza, amparados pelo uso de relações de cor próximas ao cinza, ao preto e branco. A relação praticamente monocromática só é quebrada pela apresentação da cor vermelha na manchete, o que pode nos sugerir duas hipóteses não excludentes – ou se está querendo reforçar sentidos de excitação, perigo e hostilidade, agregados à cor; ou se está fazendo referência ao partido a que pertencem as figuras políticas representadas, que tradicionalmente tem o vermelho basicamente como símbolo de campanha.

Figura 6: Relação cor/acromia



Fonte: *Veja*, 29 out. 2014

Para o caso da capa em destaque, a relação composicional de informação verbo-visual na distribuição centro-margem se mostrou significativa. Com linhas evanescentes separando os dois participantes representados, é para o segmento intermediário que se deseja que se concentre o olhar do observador.

No ponto concêntrico está contido um texto curto, em linhas resumitivas da reportagem principal da edição, acrescido da manchete. O texto curto é encabeçado por um índice, “*Petrolão*”, que aponta para um termo criado pela própria imprensa para representar o conjunto de escândalos envolvidos na gestão da companhia estatal Petrobras.

A escolha léxica, como vimos, envolve sistemas de classificação ideologicamente motivados, de acordo com dados interesses (FAIRCLOUGH, 2001). O uso do item em questão aponta para um fatiamento da conjuntura política brasileira tal como a explora a editoria do periódico em análise. Também faz parte do modo como este e seus leitores categorizam essa realidade, o que demarca uma relação entre veículo de mídia e espectador, entre produtor e mercado.

Não é desarrazoado relacionar a outro termo criado pela mesma comissão editorial, *mensalão*, e fazer um correlativo, inclusive levando em conta o aparato fônico e o termo de sentido mais geral que seria motivador daqueles lexemas neológicos, a saber: *corrupção*. Trata-se, como se pode notar, de termos de sentidos extremamente pejorativos e, como tais, erigidos para a composição dos textos jornalísticos dessa ordem, não raramente lançados na composição de manchetes e figuração em gêneros como os que estão em foco no presente trabalho. A manchete, por seu lado, se apõe na parte inferior deste tomo central, o que pode, pela relação

de espaço ideal/real, sugerir uma intenção de se expor nesse campo o concentrado de informação que se julgou mais concreta, prática, mais ‘verdadeira’.

Figura 7: valor de informação centro-margem



Fonte: *Veja*, 29 out. 2014

Há que se destacar ainda, incitado na parte verbal da principal unidade da capa, o emprego de recurso intertextual (FAIRCLOUGH, 2001; FAIRCLOUGH, 2003; RAMALHO; RESENDE, 2011). Pelo uso da expressão *tenebrosas transações*, a edição alude a uma canção composta por Chico Buarque, autor da letra, em coautoria com Francis Hime, que tratou da melodia. É possível enxergar uma relação muito estreita entre intertextualidade e hegemonia (FAIRCLOUGH, 2001, p. 135; 2003, p. 45; CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 119), na exata medida em que está situado no campo da produtividade – os textos podem transformar textos anteriores e reestruturar convenções existentes para gerar novos textos. No caso em tela, é preciso recorrer ao contexto histórico-social em que a composição original foi produzida. Eram meados dos anos de 1980 e o Brasil saía de um período bastante sombrio de sua história, o da Ditadura Militar. Prisões arbitrárias, perseguições políticas, quebra de direitos civis, censura, cerceamento da liberdade de expressão, eram caracteres marcantes desse período. A composição faz referência ao exato momento em que se vivia o fim do regime de exceção, o que é marcado pela expressão de efeito que se repete e dá título à canção: *vai passar*. O trecho, que ora foi apropriado pelo texto jornalístico da capa em análise, alude a essa conjuntura, na qual, os cidadãos, impedidos de participar mais ativamente das decisões políticas e sociais,

sofriam com ações da base do governo ditatorial, como o foi a promulgação do Ato Institucional n.º 5, conjunto de normatizações, que, culminando com a expressão singular daquele regime, tratava, dentre outras, de punir arbitrariamente os assim considerados inimigos de sua política de exceção. Ecoa, assim, a partir da letra da canção:

*Num tempo/Página infeliz da nossa história/Passagem desbotada na memória/Das nossas
novas gerações/Dormia/A nossa pátria mãe tão distraída/Sem perceber que era subtraída/
Em tenebrosas transações*

Ora, essa produtividade textual, como defende Fairclough (2001), é socialmente limitada, bem como restringida e condicional conforme tais relações. A intertextualidade, portanto, precisa ser situada a partir de uma teoria de relações de poder e de como estas moldam e são moldadas por estruturas e práticas sociais. O que vemos no emprego intertextual do trecho da canção em um texto jornalístico é, portanto, uma contraposição de posições ideológicas diversas. De um lado, temos a composição de artistas expressamente contrários ao golpe e seu regime totalitário e, de outro, temos a editoria da revista de informação, peremptoriamente alinhada aos princípios políticos e ideológicos que fomentaram aquela conjuntura. De um lado, temos posições progressistas, defendidas até hoje pela figura pública do intelectual que compôs a peça artística; de outro, a conjuntura reacionária assumida pelo corpo editorial do veículo de mídia. Esquerda e direita, se quisermos simplificar, por rótulos, o campo dos embates ideológicos, em sua contrariedade na ação do emprego intertextual. É possível, portanto, não só mapear, nesse caso, as possibilidades e limitações dos processos intertextuais dentro dos estados de luta hegemônica, como reforçou Fairclough (2001; 2003), mas sobretudo situar tais processos como de luta hegemônica na esfera do discurso, o qual tem efeito sobre a conjuntura social, ao mesmo tempo que por ela é afetado.

Do ponto de vista do valor da notícia, o conjunto dos elementos verbais e de design visual abordado aponta para caracteres como ineditismo – a notícia inédita é mais importante –, interesse – quanto mais pessoas puderem ter suas vidas afetadas pela notícia, mais importante ela é –, negatividade e competição – a exclusividade da notícia, itens corroboradores da capacidade de impacto da peça midiática e conseqüente do potencial promocional, principalmente quanto aos recursos publicitários retóricos de chamar a atenção, despertar o interesse e estimular o desejo.

Considerações Finais

Um dos pontos chave que envolve a análise textual dentro do amplo escopo da pesquisa social sobre a instância midiática é o exame dos eventos sociais envolvidos nas práticas discursivas (FAIRCLOUGH, 2003, p. 191). Mostra-se necessário encontrar, nesse âmbito, resposta para questionamentos acerca de que evento social e de que cadeia de eventos sociais os textos em análise fazem parte; a que práticas ou rede de práticas sociais podem ser referidos ou ser enquadrados; se os textos em foco fazem parte de uma cadeia ou rede de textos.

É possível ancorar, diante dessa perspectiva, o objeto de nossa análise como situado em um conjunto de práticas sociais que se encontram no campo das práticas midiáticas, sua presença e seu papel na constituição da vida social. É factual que, do ponto de vista de sua produção, quando nos reportamos a conglomerados de mídia, estamos diante de centros de poder. Primeiramente de poder econômico – empresas privadas transmitem e vendem mercadorias – e, em segundo lugar, centros de poder político, de controle social e cultural (CHAUI, 2006). De outro lado, fica difícil estabelecer linhas de limite entre a produção artística e cultural e a produção geral de mercadorias. Historicamente, o desenvolvimento das indústrias de mídia foi atrelado ao fato de que, com a evolução tecnológica e aumento do número de leitores, passaram a trabalhar no sentido de buscar uma apresentação mais atraente, principalmente em face dessa nova demanda e da concorrência iminente. Nesse contexto a propaganda comercial adquiriu papel crucial na organização financeira da indústria midiática: os jornais passavam a se constituir em grandes empreendimentos comerciais (THOMPSON, 1998). A mercantilização, como tal, arrasta para as atividades de consumo de massa e comércio de significados toda uma gama de manifestações cada vez mais atreladas à publicidade, aos esquemas promocionais, aos cálculos da lógica financeira, aos efeitos de atração de audiência (MORAES, 2013).

Por outro lado, forte foi a relação entre o fenômeno estudado e as estratégias de gerenciamento de atenção nos gêneros da mídia jornalística. Tem-se, sob esse aspecto, que o texto jornalístico tem por princípio de organização trabalhar para que a unidade noticiosa construa pontos de atração de curiosidade, dentro do projeto básico, como já se referenciou, de se criar iscas para o olhar do potencial leitor.

Pela análise da instância midiática notamos uma prioridade comercial que dita, de certa forma, o modo como se dão os estágios de produção, circulação e consumo de um bem simbólico. Um elemento basicamente cultural, como o da produção de mídia, os produtos

jornalísticos em especial, acaba se encontrando inserido em uma lógica comercial, apresentando-se como uma forma de mercadoria, pela mitigação mesma de zonas fronteiriças entre a produção econômica e outra instância da vida social, a midiática. A indústria cultural busca, por conseguinte, vender cultura e, para tanto, tende a procurar seduzir e agradar o, então, consumidor. É o campo para trabalho do fazer publicitário, processo em que se dá a recontextualização do domínio midiático, em função de uma rearticulação de elementos constitutivos das práticas discursivas, em termos dos caracteres de apelo, promoção e consumo.

Referências

ALMEIDA, Danielle (Org.). **Perspectivas em análise visual: do fotojornalismo ao blog**. João Pessoa, Ed. UFPB, 2008.

AUMONT, Jacques. **A imagem**. Campinas: Papirus, 1993.

COSTA, Ivandilson. **Análise do discurso da mídia: a reestruturação publicitária do texto jornalístico**. 2016. 242f. Tese (Doutorado em Letras/Linguística) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

CHAUI, Marilena. **Simulacro e poder: uma análise da mídia**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. **Discourse in late modernity: rethinking Critical Discourse Analysis**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.

FAIRCLOUGH, Norman. **Language and Globalization**. London; New York: Routledge, 2006.

_____. **Analysing discourse: Textual analysis for social research**. London/New York: Routledge, 2003.

_____. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora da UnB, 2001[1992].

_____. **Media discourse**. Londres: Arnold, 1995.

_____. **Language and power**. 2. ed. London: Longman, 1990.

GHIO, E.; FERNÁNDEZ, M. **Lingüística sistémico funcional: aplicaciones a la lengua española**. Santa Fé: UNL, 2008.

HALLIDAY, M.A.K.; MATTHIESSEN, C.M.I.M. **An introduction to functional grammar**. London: Arnold, 2004.

JEWITT, Carey. An introduction to multimodality. In: JEWITT, C. (Ed.) **The Routledge handbook of multimodal analysis**. London: Routledge, 2009.

KRESS, Gunther. What is mode? In: JEWITT, C. (Ed.) **The Routledge handbook of multimodal analysis**. London: Routledge, 2009.

KRESS, G.; LEEUWEN, T. van. **Reading images: the grammar of visual design**. London/New York: Routledge, 1996.

MORAES, Dênis (Org.). **Mídia, poder e contrapoder: da concentração monopólica à democratização da informação**. Rio de Janeiro: FAPERJ/Boitempo, 2013.

O'HALLORAN, Kay. Multimodal Discourse Analysis. In: HYLAND, K.; PALTRIDGE, B. (Eds.) **The Continuum companion to discourse analysis**. London: Continuum, 2011.

RAMALHO, Viviane; RESENDE, Viviane de Melo. **Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa**. São Paulo: Pontes, 2011.

RESENDE, Viviane; RAMALHO, Viviane. **Análise do Discurso Crítica**. São Paulo: Contexto, 2006.

RESENDE, Viviane . **Análise de Discurso Crítica e Realismo Crítico**. São Paulo: Pontes, 2009.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Tradução de Wagner de Oliveira Brandão. Petrópolis: Vozes, 1998.

WODAK, Ruth. Do que trata a ACD: um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, v. 4, n. esp., p. 233-243, 2004 [2001].

ANÁLISE RETÓRICA DO DISCURSO: REFLEXÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Ivo José DITTRICH⁶

Resumo: Este artigo, predominantemente reflexivo e teórico, aborda questões relativas a discurso e persuasão, com ênfase nas problemáticas envolvidas na análise do discurso como um todo e na análise retórica em particular. Para isso, aborda princípios que deveriam dar suporte à análise de discursos com base na Retórica, propondo perspectivas teóricas e metodológicas para desenvolvê-la em âmbito mais amplo ou restrito.

Palavras-chave: Discurso. Análise do discurso. Análise retórica.

Abstract: *This paper, mainly reflexive and theoretical, approaches some questions about discourse and persuasion, whit focus on the problematics involved in the discourse analysis in a whole and the rhetorical one in particular. Therefore, approaches principles that should support a discourse analysis based on Rhetoric, proposing theoretical and methodological perspectives in developing it in a more restrict or amplified way.*

Keywords: *Discourse. Discourse analysis. Rhetorical analysis.*

⁶ Professor e Pesquisador do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Sociedade, Cultura e Fronteiras da UNIOESTE – Campus de Foz do Iguaçu, Paraná – Brasil. E-mail: dtrch@unioeste.br

Introdução

O desafio de analisar discursos com base na Teoria Retórica configura-se como entrave e motivo para angústia, mesmo porque o uso da própria expressão – análise retórica do discurso (ou de discursos) ainda carece de suporte teórico-metodológico. Assim, pretende-se contribuir, apresentando reflexões e sugestões para estabelecer parâmetros que possam, pelo menos, nortear a análise retórica. Resultam, em grande parte, de leituras e releituras em diversas áreas, consequência de inquietações teóricas e decisões metodológicas na orientação de trabalhos acadêmicos.

Vale ressaltar que não se pretende apresentar um receituário definido e definitivo para a análise retórica de discursos, mesmo porque iria ao encontro do que preconiza qualquer análise de discurso, sempre interpretativa e fruto da reflexão e estruturação do analista. O risco de constituir um “molde”, por mais atraente, moldadora e emoldurada que poderia parecer tal alternativa, viria a empobrecer análises com novas perspectivas e outro espectro de objetivos. Assim, a intenção é preservar a capacidade de opção e reflexão no desenvolvimento de análises retóricas, oferecendo algumas diretrizes referenciais - nunca prescrições – que possam servir como suporte, inclusive para futuras revisões e novas perspectivas analíticas.

Análise do discurso

Cabe observar, de início, que a própria expressão “análise do discurso”, paradoxalmente, parece inserir uma contradição epistemológica, considerando que, pelo menos teoricamente, os procedimentos analíticos predominam nas ciências naturais, cujo objetivo reside em *explicar* os fenômenos, apoiando-se na lógica, na demonstração, na formulação de regras, na relação causa/efeito (MORIN, 2008). Ou ainda: na noção de analisar aparece implicada a metodologia cartesiana de dividir o todo em suas partes mínimas a fim de descrever o objeto, partindo do mais simples ao mais complexo. Dever-se-ia, portanto, falar em compreensão do discurso, visto que o *compreender* é característico das metodologias voltadas para a interpretação nas ciências humanas e sociais.

Abbagnano, (1982), por exemplo, fala da “noção de compreender como atividade cognoscitiva específica, diferente do conhecimento racional e das suas técnicas explicativas...”. Morin (op. cit., p.159) também entra no mérito de uma possível distinção ao dizer que “compreendemos o que sente o outro por projeção do que sentiríamos nós mesmos em

semelhante circunstância e por retorno de identificação sobre si do sentimento projetado no outro”, o que revela distanciamento com relação às clássicas metodologias positivistas. No geral, entretanto, seu posicionamento não é tão ortodoxo⁷, pois admite uma relação dialética entre o compreender e o explicar, respectivamente entre o analógico e o lógico, entre a subjetividade e a dessubjetivação, entre o concreto e o abstrato, entre análise e interpretação, portanto. Coaduna-se, assim, com a de Santos (1987), o qual assume que a própria contraposição entre ciências naturais e ciências sociais se encontra em questionamento, o que estaria apontando para o surgimento de um novo paradigma na epistemologia do conhecimento. Apesar da relevância destas questões metodológicas e epistemológicas, ainda é preferível permanecer com a expressão já consagrada – *análise do (de) discurso* -, invocando o sentido mais corrente do verbo analisar na sua similaridade semântica com observar, examinar, descrever, desde que com método e olhar crítico.

Também é importante considerar que “primeiro, análise do discurso não é apenas um método, mas trata-se de uma perspectiva abrangente na pesquisa da vida social e, segundo, que todos os métodos envolvem um espectro de pressupostos teóricos”⁸. (POTTER, 1996, p.132). A análise do discurso⁹, portanto, faz referência a um campo de estudos abrangente, disperso e diversificado, que estuda discursos com base em diferentes enfoques e perspectivas, tendo como objeto o discurso “em si mesmo”, ou seja, a análise do discurso não se vincula àquelas disciplinas que o utilizam como meio para alcançarem seus objetos, orientando-se pela busca de respostas a “o que o texto diz”? Ao contrário, aborda suas configurações, modos de dizer, efeitos de sentido, por exemplo. Com a devida ressalva sobre análise do discurso como metodologia, vale considerar o que diz Vergara (2010, p.19):

A análise do discurso presta-se ao leitor cujo objetivo de pesquisa não descarta o conteúdo, ou seja, o que está sendo dito sobre determinado tema, mas vai além. Investiga como o conteúdo é usado para o alcance de determinados efeitos. Assim, se é importante verificar a forma pela qual se diz alguma coisa, a análise do discurso é recomendada como método de pesquisa; se, ao contrário, basta verificar o que se fala, a análise de conteúdo parece viável.

⁷ Consulte-se, por exemplo, todo o Capítulo 7 de seu Método 3, dedicado às duplicidades do conhecimento, onde discute com propriedade a relação entre o explicar – tradicionalmente vinculado às ciências naturais – e o compreender – mais característico das ciências humanas e sociais.

⁸ “...first, discourse analysis is not just a method but is a whole perspective on social life and its research, and, second, that all methods involve a range of theoretical assumptions.

⁹ Apesar de sua relevância histórica e teórico-metodológica, a expressão não se restringe à “análise de discurso de linha francesa”, ou simplesmente AD, campo de estudos que tem origem e suporte nos estudos de Pêcheux (1969). Para uma boa compreensão dos seus princípios e procedimentos, consulte-se Orlandi (2002).

Acrescente-se, ainda, que Charaudeau e Maingueneau (2004), no respectivo verbete de seu Dicionário, dizem que à análise do discurso podem-se atribuir várias definições: “muito *amplas*, quando ela é considerada como um equivalente de ‘estudo do discurso’, ou *restritivas* quando, distinguindo diversas disciplinas que tomam o discurso como objeto, reserva-se esta etiqueta para uma *delas*”. Assim, uma das primeiras questões enfrentadas pelo analista de discursos reside em definir o enfoque teórico à luz do qual pretende desenvolver sua análise: compreender, descrever e explicar a sua fonte (*corpus*) – documento verbal, escrito, não verbal, ou ambos – e então definir em que extensão sua análise transcorrerá no interior do quadro teórico e metodológico escolhido. Pode-se compreender, portanto, a *análise retórica do discurso* como análise de discursos com base no potencial teórico-metodológico oferecido pela Teoria Retórica.

Imediatamente interligada às questões anteriores, aparece a própria caracterização do que é o discurso. Partindo do conceito de fato social como “toda maneira de atuar, fixada ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior; ou ainda, que é geral na extensão de uma dada sociedade, conservando uma existência própria, independente das suas manifestações individuais” (DURKHÉIM, 1998, p.51), pode-se estender ao discurso essa compreensão na medida em que o sujeito submete-se às coerções que o exercício social da linguagem lhe impõe, ou seja, o sujeito nasce e cresce num ambiente social em que permissões e restrições já vêm estabelecidas. Além disso, é possível amparar-se em Foucault (2005, p.132), que compreende discurso como “conjunto de enunciados que se apoiam na mesma formação discursiva; [...] é constituído de um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência.” Entre estas condições de existência encontram-se permissões, mas também coerções sobre o que pode (ou não) ser dito em determinada circunstância, apontando, assim, para as relações de poder como constituintes do próprio discurso: os usuários não só interagem por meio do discurso, disputando o como e o que dizer, mas lutam pelo seu direito ao discurso. Nessa ordem de raciocínio, a prática discursiva constitui-se como “um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa”. (FOUCAULT, 2005, p.133). Uma concepção dessa natureza não parece contraditória com a perspectiva retórica, visto que a prática discursiva da persuasão não pressupõe um Orador todo poderoso, livre e autossuficiente para organizar seu discurso, controlando a sua interpretação e seus efeitos; ao contrário, ele também está submetido às restrições que lhe impõem a linguagem,

o meio social e histórico, os seus valores e crenças e, mesmo, o poder do interlocutor a quem pretende persuadir.

Cabe, portanto, também ao analista em Retórica compreender o funcionamento do discurso na relação entre linguagem, sujeitos, história, sociedade e outras condições ou condicionantes, com atenção ao *como* são articuladas estas dimensões, como o discurso produz efeitos, como se configura e, além disso, *por que* se organiza desta ou daquela forma, por que recorre ou se socorre de determinados recursos quando poderia ter utilizado outros em seu lugar, considerando, sempre, os papéis sociais dos enunciadores¹⁰. Significa que o analista, mesmo estabelecendo recortes metodológicos, não deveria deixar de abordar *quem* produz o discurso e a quem é dirigido, sem esquecer as *circunstâncias* sociais, históricas ou motivacionais em que se tornou acontecimento – *contextualização*.

Análise retórica do discurso

A Retórica¹¹ configura-se como um dos modos mais antigos de estudar discursos, considerando-a como a arte (ciência) de observar, em cada discurso, o que é próprio para persuadir, tal como a definia Aristóteles. Todavia, o alcance e as implicações da expressão – análise retórica do discurso – não são os mesmos da expressão - análise de discursos retóricos (persuasivos). No primeiro caso, assume-se que todo discurso é retórico, na medida em que se trata de uma prática social efetivada na e pela linguagem, no seu relacionamento entre sujeitos, história, sociedade e outras determinantes, que exerce algum grau de influência e sofre alguma interferência, pelo menos, das circunstâncias, dos objetivos, do objeto, enfim, das condições em que se dá como acontecimento. Mosca (2004, p.23), por exemplo, diz que “todo discurso é uma construção retórica, na medida em que procura conduzir o seu destinatário na direção de uma determinada perspectiva do assunto, projetando-lhe o seu próprio ponto de vista, para o qual pretende obter adesão”. Assim, se a persuasão for entendida como a arte de influenciar o outro através da palavra, então todo e qualquer discurso tem sua retórica, às vezes mais, às vezes menos, explícita ou explicitada. Nessa ordem de raciocínio, o analista se debruça sobre

¹⁰ Em linhas gerais, correspondem aos pontos de vista dos sujeitos envolvidos na prática discursiva, ou seja, tanto daquele que enuncia o discurso quanto daquele a quem é dirigido, visto que ambos contribuem na constituição do discurso ao falarem (e ouvirem) de seus respectivos lugares sociais.

¹¹ Retórica, com inicial maiúscula, refere-se à disciplina ou campo de estudos, cujo objeto é a retórica (com r minúsculo) – a arte (técnica) de proferir discursos persuasivos.

qualquer discurso e estende seu ferramental analítico sobre ele, buscando responder à questão: *Considerando os objetivos do discurso, qual é a retórica com que pretende alcançá-lo?* Aponta-se, portanto, para uma metodologia (não prescritiva) que oriente o analista na condução de suas investigações para responder a aspectos inscritos no bojo da questão geral acima enunciada.

Ao assumir que todo discurso tem sua retórica, assume-se, também, que todo discurso gera alguma influência no meio social em que é proferido e, ao mesmo tempo, que a retórica de um discurso é uma qualidade que o particulariza e abrange, portanto, os meios que contribuem para a persuasão. Neste caso, a compreensão do conceito de persuasão se amplia, vinculando-se aos objetivos de um discurso e, assim, o analista enfrenta o desafio de identificar quais são (os objetivos) e como o autor pretende alcançá-los.

Toda comunicação envolve retórica. Um falante ou escritor tem algum tipo de propósito e a retórica implica os meios para atingi-lo, ou para, pelo menos, tentar atingir tal objetivo, considerada a cultura em que se insere. Os gregos e romanos concebiam este propósito como *persuasão*, e, portanto, o conceito assumia uma significação mais geral e abrangente do que aquela que lhe atribuiria um cientista social contemporâneo.¹² (KENNEDY, 1999, p.2).

Amplia-se, neste caso, o próprio conceito de Retórica: teoria da influência mediante o discurso ou, então, teoria da comunicação eficaz, ou seja, estudo dos meios que fazem um discurso alcançar seus objetivos. Modifica-se, portanto, o enfoque da pergunta-chave do analista: no lugar de perguntar pelo que faz com que determinado discurso seja persuasivo, pergunta pelo que o torna eficaz. Trata-se de um posicionamento desafiador, na medida em que se torna mais difícil encontrar suporte teórico e metodológico no âmbito do que até hoje se escreveu na área. Será preciso apoiar-se em outras teorias e áreas do conhecimento e estabelecer interfaces com disciplinas que igualmente se dedicam ao estudo da comunicação e do discurso e, mesmo, construir um dispositivo de análise adequado, partindo do princípio de que um discurso tem diversos e diferentes objetivos, sendo a persuasão apenas um deles.

Além disso, é preciso considerar, ainda, que além da linguagem, há outros aspectos que interferem no processo persuasivo: os interesses do auditório, os relacionamentos entre este e o orador, a relevância do que está sendo proposto, por exemplo, são fatores que facilitam, dificultam, ou, mesmo, inviabilizam a aceitação (ou não) de um ponto de vista. O discurso

¹² All communication involves rhetoric. A speaker or writer has some kind of purpose, and rhetoric includes the ways of accomplishing, or attempting to accomplish, that purpose within a give culture. The Greeks and Romans thought of this purpose as persuasion, but by that they meant something more general than persuasion as understood by a modern social scientist". (KENNEDY, 1999, p.2).

organizacional, por exemplo, perpassa por estratégias para superar barreiras de resistência que, na maioria das vezes, se erguem em função de questões que até mesmo o uso eficaz da linguagem não consegue transpor. (CIALDINI, 2006). Trata-se de determinantes psicossociais que se inscrevem no discurso por via indireta e suas marcas linguísticas não se mostram claramente, ou mesmo, sequer se configuram. Observe-se que a teoria retórica convencional, voltada para a identificação de argumentos, figuras e estratégias discursivas mais ou menos técnicas ou emotivas, por exemplo, parece debruçar-se apenas sobre o material linguístico, não concedendo atenção às condições em que o discurso é produzido, às circunstâncias em que se insere e ao conjunto de valores, crenças e interesses que entram em jogo quando a adesão está em jogo. Acrescente-se, ainda, que há diferentes teorias da persuasão (DAINTON e ZELLEY, 2005) e, portanto, amplia-se o próprio espectro das possibilidades analíticas e pressupostos teóricos a considerar quando se trata de analisar a retórica de um discurso, estendendo-se a compreensão da própria Retórica para algo como teoria geral da persuasão.

Diferentemente da abordagem anterior, quando se trata da expressão “análise de discursos retóricos”, a restrição se mostra imediata; fica estabelecido, de início, um recorte no objeto a ser investigado, pressupondo que no universo das práticas de linguagem há um conjunto de discursos com características específicas, cujo objetivo particular e explicitado se resume a persuadir um interlocutor para que assuma determinada ideia, valor ou ponto de vista e, mesmo, desenvolva certa ação. Transparece certa circularidade, ou seja, com ou sem conhecimento teórico, já se saberia que se trata de um discurso persuasivo (retórico). Assim, o analista já seleciona previamente determinado discurso e se propõe a descrever e explicitar quais as características que apresenta. Assume, portanto, que nem todo discurso é retórico. É o ponto de partida, por exemplo, de Reboul (2000) que, nas páginas iniciais de seu livro categoriza os discursos em persuasivos e não persuasivos. Neste caso, o analista parte do princípio de que apenas determinados documentos são passíveis de análise retórica porque se trata de discurso com um objetivo claro e pré-determinado – persuadir. Sua questão geral se resume a: *o que faz com que o discurso em tela seja persuasivo*, ou, mais especificamente, *quais são os meios discursivos (técnicas argumentativas, estratégias interativas, recursos estruturais e de linguagem) que o autor mobiliza para alcançar a adesão do interlocutor?*

Parece, portanto, que a “análise de discursos retóricos” se mostra subordinada a uma proposta analítica mais ampla e desafiadora – a análise retórica do discurso. Assim, desde logo o estudioso deverá estabelecer os limites de sua análise, orientando-se por uma das duas questões gerais acima indicadas: no primeiro caso, poderá qualificar a retórica de um discurso

como (predominantemente) técnica, passional, emotiva, pessoal, etc; no segundo, apontará quais técnicas, estratégias ou recursos foram acionados pelo orador para alcançar a adesão, podendo especular, inclusive, quais as possibilidades de êxito. Pode-se acrescentar que as duas questões gerais não são excludentes e que a segunda auxilia a esclarecer a primeira.

Resta, portanto, ao analista definir a amplitude em que pretende desenvolver sua análise, ou seja, em decidir como e em que extensão interpreta a Retórica como descrição dos recursos (linguísticos e psicossociais) que são capazes de promover a persuasão. Está em questão a própria compreensão da Retórica num sentido mais geral, como teoria da persuasão ou, mais restritamente, como teoria do discurso persuasivo. No primeiro caso, ainda que não se trate de um estudo que alcance o status de disciplina (independente), estaria sendo buscado o preenchimento de uma lacuna que se encontra diluída no conjunto teórico-metodológico da Teoria Retórica, objetivando estabelecer diretrizes que auxiliem na análise retórica sob uma perspectiva mais ampla. Tanto numa quanto em outra perspectiva, tratando-se de analisar retoricamente o discurso, está sendo assumido que o quadro analítico se moverá dentro dos conceitos e princípios que a teoria retórica já oferece ou daqueles que ainda virá a construir. Acrescente-se, ainda, que compreendendo o discurso como prática social, sua análise pressupõe como ponto de partida – e de chegada – que o discurso (persuasivo) cria e modifica não somente as mentes das pessoas (GARDNER, 2005), mas interfere no ambiente social e histórico, construindo novas interpretações dos acontecimentos de acordo com o que é justificado e aceito (ou não) em dada cultura, história ou sociedade.

Isso aponta para uma dificuldade a mais que enfrenta o analista do discurso ao tomar a Retórica como referencial: trata-se de uma teoria necessariamente interdisciplinar, cujas bases foram constituídas antes mesmo que a divisão das ciências fosse levada ao extremo, inscrevendo-se simultaneamente nas ciências sociais, humanas e da linguagem. Pode-se dizer, portanto, que a Retórica, assim como outras teorias relativas aos discursos, é uma interdisciplina porque o discurso é fenômeno simultaneamente histórico, social e linguístico. Além disso, a própria persuasão, na medida em que implica determinantes sociais – se dá na interação entre sujeitos -, determinantes psicológicas – trata-se de um processo cognitivo – e determinantes da linguagem – escolhas e restrições quanto ao que dizer e como dizer – é um processo complexo e multifacetado que exige abordagem interdisciplinar, inclusive com as contribuições do senso comum. Trata-se, portanto, de abordar interdisciplinarmente o discurso persuasivo pelas características complexas e dinâmicas do objeto e não por uma questão de opção metodológica. Acrescente-se que esta interdisciplinaridade se amplia porque os discursos inscrevem-se em

diferentes esferas públicas, com características ora específicas, ora compartilhadas: jornalística, publicitária, jurídica, religiosa, didática, administrativa, científica, entre outras. Além disso, o analista precisa estar atento aos gêneros discursivos¹³ que também interferem no modo de estruturação do discurso e, por conseguinte, nos modos de organizar, desencadear e ampliar as possibilidades persuasivas que oferece. Essas questões implicam que uma análise retórica também passe pela apresentação e pela caracterização do discurso, objeto de análise.

Na medida em que se trata de analisar e de compreender como e por que um discurso produz persuasão, pressupõe-se uma abordagem qualitativa na sua análise e interpretação. Assim, os resultados da análise, ainda que por vezes admitam a formulação de quadros ou tabelas (quantificações), não são passíveis de interpretação estatística, ou seja, sempre se apoiam na experiência (talvez introspecção) do analista como pesquisador, da confrontação de seus resultados com o de outros pesquisadores e, mais ainda, na articulação entre a teoria estabelecida e os dados encontrados como meio de assegurar a confiabilidade possível.

A palavra *qualitativa* implica uma ênfase sobre as qualidades das entidades e sobre os processos e os significados que não são examinados ou medidos experimentalmente (se é que são medidos de alguma forma) em termos de quantidade, volume, intensidade ou frequência. Os pesquisadores qualitativos ressaltam a natureza socialmente construída da realidade, a íntima relação entre o pesquisador e o que é estudado, e as limitações situacionais que influenciam a investigação. [...] Buscam soluções para as questões que realçam o *modo* como a experiência social é criada e adquire significado. (DENZIN e LINCOLN, 2006, p.23).

A análise retórica inscreve-se, portanto, na pesquisa qualitativa, amparada na metodologia reflexiva. Entende-se a reflexão “como as próprias interpretações do pesquisador, a capacidade de olhar suas próprias perspectivas da perspectiva dos outros, bem como a capacidade de autocrítica acerca de sua autoridade como intérprete e como autor”. (VERGARA, 2010, p.172). Pressupõe, portanto, como elemento importante a reflexão e a responsabilidade interpretativa do pesquisador, o que implica uma subjetividade controlada pelo confronto com a teoria subjacente às análises e uma postura cética (exercício constante da dúvida) frente a possíveis indicativos que os resultados apontam.

¹³ Para Aristóteles eram três os gêneros discursivos: judiciário, deliberativo e epidítico, julgamento, aconselhamento e louvor (censura), respectivamente. Os avanços tecnológicos da Modernidade, no entanto, fizeram surgir outros gêneros que se renovam e mesclam constantemente e, por isso, a própria teoria retórica precisou de atualização, constituindo-se, assim, uma Nova Retórica, que, embora amparada nos estudos e princípios clássicos, precisou estabelecer novos conceitos e metodologias para dar conta dos discursos de hoje.

Vale ressaltar, ainda, que nem toda a análise retórica tem como objeto apenas o discurso verbal. Na sua interface com os estudos semióticos é possível, por exemplo, analisar a retórica de determinado projeto arquitetônico como, por exemplo, o das igrejas barrocas, cuja estrutura tridimensional – uma entrada para a apresentação, uma nave para a remissão e um altar para a adoração e o perdão – produzia um efeito persuasivo sobre os fiéis na medida em que, percorrendo os diversos espaços, persuadiam-se de que a salvação e a glória na vida eterna passavam pelo respeito ao que a igreja determinava. Tem-se, portanto, que outros objetos semióticos – com outras linguagens, que não a exclusivamente verbal – são passíveis de análise retórica, necessitando, porém, de um instrumental teórico-analítico apropriado. Assim, quando falamos de análise retórica do discurso estamos admitindo que as fontes de análise podem restringir-se à linguagem verbal, mas também quando esta se mostra imbricada com outras linguagens (audiovisual) tal como os discursos publicitários, por exemplo. Cabe lembrar que, em grande parte, a teoria retórica já publicada ainda toma como pressuposto a linguagem verbal, sinalizando que ainda carece de princípios mais elaborados e contundentes quando se trata de discurso multimidiático.

É relevante enfatizar, ainda, que uma das grandes dificuldades metodológicas da análise retórica está na identificação dos resultados que determinado discurso persuasivo tem alcançado, ou seja, de saber em que medida o orador efetivamente conseguiu persuadir, dificuldade que se amplia quando se trata de um Auditório mais amplo e heterogêneo.¹⁴ Uma pesquisa de campo conseguiria revelar uma resposta pelo menos aproximada. Um exemplo clássico: determinado candidato foi eleito (apenas) em função do seu discurso (persuasivo), ou outros fatores interferiram? Ao se tratar da persuasão de um único ouvinte, isso seria mais facilmente observado, ressaltando-se, todavia, que o interlocutor poderia concordar momentaneamente, até para não constranger a quem lhe dirigiu a palavra, ou mesmo mostrar-se indiferente e, ainda, assumir uma postura de concordância quando, de fato, no seu foro íntimo, estaria discordando decididamente. Tem-se, assim, que o desenvolvimento da análise retórica exige rigor metodológico redobrado, apoiando-se em conceitos já devidamente testados e teoricamente estabelecidos pela literatura na área, além de considerar que seus resultados sempre se mostram no universo do provável e assumem maior consistência na medida em que forem consistentemente fundamentados. Isso não deve significar demérito da investigação conduzida pelo analista, até porque todo o discurso científico é clara e necessariamente retórico.

¹⁴ Chabrol e Radu (2008), no 1º capítulo de sua obra, relatam diversas experiências realizadas junto a diferentes grupos de informantes, mostrando como acontece a persuasão discursiva.

(SANTOS, 1989). Assim, não há circularidade em afirmar, ou assumir, que todo o discurso resultante da análise retórica tem sua retórica e implica, sempre, um esforço para persuadir o leitor (examinador) de que se trata de estudo rigoroso e os resultados são consistentes porque se apoiam no que o discurso permite afirmar.

A análise retórica de discursos: aspectos a considerar

Tendo como pano de fundo as considerações acima, apresenta-se, na sequência, um conjunto de aspectos que, minimamente, deveriam ser contemplados quando se trata de analisar discursos numa perspectiva retórica. Convém assinalar, no entanto, que não se pretendem exclusivas e, muito menos, exaustivas, constituindo, apenas, um possível quadro de referência para analisar discursos que convencionalmente são considerados persuasivos: aqueles cujo objetivo preponderante reside em conquistar a adesão de um ouvinte, leitor ou espectador para uma crença, valor ou atitude que lhe está sendo proposta, até porque se espera do analista que construa seu dispositivo de análise (ORLANDI, 2002), numa constante atividade reflexiva de idas e vindas entre teoria, interpretação e resultados.

Assim, articulada com a natureza da pesquisa qualitativa e da metodologia reflexiva, a análise retórica se dá como processo teórico-metodológico em que categorias previamente estabelecidas como referencial analítico poderão ser revistas, ressignificadas ou, mesmo, abandonadas. Mais do que isso: a depender do aspecto contemplado, categorias poderão (e deverão) ser construídas para dar conta da abordagem que se pretende, exigindo que sejam devidamente descritas e consistentemente justificadas. Percebe-se que a questão orientadora da análise retórica, tanto quanto, ou mais ainda, do que em qualquer projeto de pesquisa, necessita ser claramente elaborada e, se for o caso, redefinida de modo a dinamizar e assegurar o processo com ênfase no resultado que se pretende.

Articulada com a problemática anterior, outra questão a ser enfrentada pelo estudioso da Retórica reside nas diversas terminologias – nem sempre claras – que dizem respeito à própria natureza desta análise. Em Bauer e Gaskel (2002), por exemplo, são apresentadas duas metodologias analíticas:

Análise retórica – planejada para produzir seu efeito máximo em discursos completos, convencionais e com objetivos sociais. As falas de políticos, os editoriais de jornais e os discursos de advogados são fontes clássicas para análise retórica. [...] Em síntese, a análise retórica é uma arte interpretativa. (LEACH, 2002, p.307-8); *Análise argumentativa* – trata de trazer o argumento para o primeiro plano da pesquisa social sobre debates públicos. Tem como objetivo oferecer uma visão metodológica compreensiva das estruturas da argumentação, com propósito de compreender melhor os parâmetros que influenciam os debates públicos. (LIAKOPOULUS, 2002, p.218).

Ao mesmo tempo em que os autores procuram diferenciar uma análise da outra com base nos gêneros discursivos tomados como fonte – discursos completos para a análise retórica; debates públicos, para a argumentativa -, revelam assumir determinada postura teórica: a argumentação, como estrutura, articulação e uso dos argumentos não se inscreveria na prática retórica, como se não objetivasse favorecer a aceitação de uma tese ou não teria objetivos sociais. O risco dessa abordagem é esquecer que a argumentação, diferentemente da demonstração, sempre está voltada para um auditório e, ao mesmo tempo, que a prática retórica pressupõe, necessariamente, o uso de argumentos.

Outro autor, Martins, (1996), caracteriza este tipo de estudo como análise retórico-argumentativa¹⁵, sem mostrar maiores preocupações em relação ao mérito teórico-metodológico da sua opção. À pergunta retórica que ele mesmo se faz – “Em que é que consiste a análise retórica do discurso?” – responde dizendo que “a análise interessa-se pela estrutura do discurso que é proferido em público”, acrescentando que “do ponto de vista retórico, a argumentação é ‘então’ entendida como o conjunto de estratégias que organizam o discurso persuasivo”. (p.116). Parece assumir uma perspectiva mais ampla da argumentação, inserindo nela todos os recursos discursivos que favorecem a persuasão. Interessante observar que Pessoa (2004), mesmo utilizando a mesma definição de Martins para a análise retórica, intitula seu Artigo como “A análise retórica de acordo com Perelman”, o que causa certo estranhamento porque na obra perelmaniana predomina a abordagem teórica das técnicas argumentativas e a respectiva classificação e categorização dos argumentos – *logos*, com menor destaque¹⁶ para questões de natureza emotiva – *pathos* – ou da ordem da credibilidade do orador – *ethos*, dimensões geralmente inscritas na retórica. Subjacente, portanto, às diferentes dimensões e alcances inscritos nos conceitos de retórica e de argumentação, como sinônimas,

¹⁵ Mosca (1990), por exemplo, intitula sua Tese de Doutorado como *A subjetividade no Editorial: uma análise retórico-argumentativa*.

¹⁶ Mosca, (2004), no entanto, defende a presença das marcas de afetividade na obra de Perelman.

complementares ou autônomas, reside a problemática em assumir que a teoria da argumentação seja equivalente (sinônima de) à Retórica, o que não parece questão resolvida.

Essa profusão, difusão ou, mesmo, confusão de nomenclaturas e metodologias demanda um esforço adicional para o analista, indicando o quanto é relevante a discussão dos encaminhamentos adotados e, ao mesmo tempo, a justificativa da escolha adotada. Ou seja, uma das primeiras tarefas (árduas, mas fundamentais) do analista reside em especificar e justificar sua decisão analítica – análise retórica, argumentativa, retórico-argumentativa: dependendo dela irá caracterizar o discurso analisado como persuasivo, argumentativo, retórico ou até, retórico-argumentativo. Além disso, para manter a uniformidade (possível), deverá indicar e justificar se opta por técnicas argumentativas, estratégias argumentativas, argumentos, estratégias retóricas, estratégias persuasivas, ou algo similar. Ao mesmo tempo, suas decisões perpassam pela abordagem da retórica e da argumentação como processos discursivos distintos, complementares ou imbricados. Martins e Grácio (2010, p.5), por exemplo, dizem que “o tema da argumentação e da retórica se foi progressivamente afirmando no panorama cultural...”¹⁷, indicando que se trata de duas realidades distintas, pelo menos teoricamente.

Diante desse cenário, nem sempre animador, opta-se, aqui, por uma compreensão da Retórica que assume, tal como Aristóteles¹⁸, que a argumentação é um dos recursos – nem sempre o mais importante – que contribui para o processo de persuasão, considerando que o discurso persuasivo implica necessariamente o uso de argumentos; do contrário se inscreveria na manipulação ou na sedução – processos menos transparentes (e consistentes) para conquistar o interlocutor. Assim, quando se trata de análise retórica do discurso, a análise da argumentação se pressupõe subentendida, ou seja, um dos possíveis objetivos traçados para a análise retórica do discurso pode consistir na descrição, compreensão e interpretação dos argumentos ou das estratégias (técnicas) argumentativas utilizadas ou predominantes.

Uma vez definido o discurso (ou discursos) que serão submetidos à análise, configura-se a tarefa de delimitar que aspecto(s) será contemplado: mesmo que o analista opte por contemplar tão somente o *logos*, ou seja, a identificação, classificação e articulação dos argumentos em função da tese defendida pelo orador, o desenvolvimento do seu trabalho poderá exigir nova delimitação, atendo-se a argumentos predominantes. Poderá, por exemplo, deter-se sobre a frequência e o papel persuasivo do argumento de autoridade em determinado discurso,

¹⁷ E Emereen e Groothendorst, [...], sequer contrapõe retórica e argumentação. Intitulam sua obra como Teoria da argumentação: uma abordagem pragma-dialética.

¹⁸ Para o filósofo grego, a Retórica se compõe de uma Teoria da Argumentação, da Elocução, da Disposição e da Ação. (Os romanos acrescentaram uma teoria da Memorização).

ou então, sobre a conjugação deste com a argumentação pelo exemplo num mesmo discurso, buscando mostrar como ambos se articulam e se complementam na defesa da tese. Poderá optar, também, por privilegiar a abordagem de aspectos afetivo-emotivos explorados no discurso como estratégia persuasiva, por estratégias de relacionamento entre os interlocutores, pelo papel e impacto das figuras, pela organização geral do discurso, pela presença de certas expressões recorrentes na sua articulação com o propósito do discurso, enfim, dentro deste amplo e diversificado “cabelo”, escolher o foco que deverá orientar a análise, sempre com a preocupação de torná-la aprofundada, consistente e merecedora de confiança.

Como todo o discurso é acontecimento simultaneamente linguístico, histórico e social e em função disso é que significa e produz efeitos, qualquer análise não deve passar ao largo de sua *contextualização*: precisa descrever, para depois compreender e interpretar, as circunstâncias sociais e históricas em que o discurso aconteceu, além de considerar suas motivações – por que aconteceu. Mesmo que o analista opte pelos conceitos retóricos convencionais de Orador e Auditório, precisa considerar que se trata de sujeitos social e historicamente situados, com seus valores, crenças e interesses, pois o *Orador* se pronuncia em determinada condição institucional, cultural e social e, portanto, não se restringe unicamente àquele que efetivamente escreve ou pronuncia o discurso: fala como candidato, juiz, professor, líder empresarial, por exemplo. Ainda que diga estar falando em seu próprio nome ou especifique que está falando como profissional da área, na condição de leigo ou como “simples mortal”, é preciso estar atento ao efeito que essa enunciação acarreta: para compreender possíveis efeitos persuasivos que são promovidos, mobilizados ou descartados, o analista deveria perguntar-se por que essa condição foi acentuada. A mesma atenção deve ser dedicada ao Auditório: uma análise não poderia restringir o *Auditório* àqueles efetivamente presentes quando de um proferimento oral, por exemplo: dependendo do alcance social do evento em que o discurso acontece, a mídia está presente, transmite simultaneamente ou recorta passagens para publicar posteriormente e, portanto, também faz parte do Auditório, ainda que o Orador esteja se dirigindo a um grupo de ambientalistas, por exemplo. Em suma, a análise deveria dar conta deste *Auditório Complexo*: os interlocutores imediatos, efetivos e mesmo estimados inscritos no acontecimento discursivo, seja ele oral ou escrito.

Também é preciso salientar que ao analista não basta dizer que determinada *estratégia* é persuasiva, dado que assim consta na teoria retórica: é preciso um passo além, um esforço adicional, justificando o porquê de aquela estratégia se mostrar ou funcionar como elemento de persuasão. Por exemplo: a teoria retórica assenta que a metáfora é recurso persuasivo, mas é

preciso dizer por que razões aquela metáfora, nas condições em que aparece no discurso, funciona persuasivamente. Implica recuperar a analogia que lhe subjaz e lhe dá origem, além de considerar que o processo de conhecimento bem como a sua construção se dá mediante procedimentos cognitivos analógicos, por exemplo. Se a analogia estiver bem estabelecida, a ponto de não poder ser questionada, amplia-se a sua possibilidade persuasiva na medida em que o interlocutor não teria como negá-la. A efetiva contribuição do analista aparece nesta racionalização, afastando-o da mera aplicação de conceitos retóricos.

Estas e outras questões apontam para o estabelecimento das *unidades de análise*: como se trata de análise do discurso, dificilmente uma palavra, frase ou enunciado (unidade teoricamente pragmática) se mostram suficientemente completas para sustentar o uso de determinada estratégia pelo Orador. Assim, a extensão das unidades de análise – passagens (ou fragmentos) iguais, menores e mesmo maiores que um parágrafo - passa a ser dimensionada em função da categoria analítica que se pretende abonar e da necessidade que determinada interpretação exige para que seja bem compreendida. Caso se pretenda, por exemplo, analisar como o Orador constrói sua credibilidade no discurso – *ethos* -, será preciso amparar-se em categorias já teoricamente estabelecidas ou então criá-las e descrevê-las adequadamente, sempre abonando as afirmações com as respectivas passagens do discurso, mostrando onde se encontram e como produzem seus efeitos sobre o Auditório. Vale o mesmo, quando a opção for pela análise da afetividade – *pathos* – que é ativada pelo Orador a fim de criar um clima de empatia com seu Auditório, direcionando, na medida do possível, a sua emotividade favoravelmente à proposta em causa.

Mesmo que se trate de analisar a *organização estrutural* do discurso, a complexidade maior ou menor da fonte (documento) deverá indicar o dispositivo analítico adequado, ou seja, mesmo que previamente o analista vá para a análise com seu arcabouço metodológico, não deveria aplica-lo como “camisa de força”, permitindo ao objeto a condição de sujeito, de modo que este aponte para a configuração do dispositivo analítico mais adequado. Além disso, o analista sempre deve ter presente que é na dinâmica do discurso em análise que as estratégias produzem (ou não) seus efeitos, isto é, que no discurso como acontecimento que se constitui em determinadas condições e com razões mais (ou menos) explicitadas é que as estratégias ampliam ou reduzem seu potencial para persuadir. A estrutura do relatório – resultados da análise -, portanto, nem sempre se inscreve na apresentação estética que o analista gostaria: define-se, ou resulta, antes, da adequação e da pertinência do que os dados pretendem mostrar,

da melhor maneira que o fruto do seu trabalho interpretativo possa tornar-se teoricamente aceitável e analiticamente acessível.

Consistência nos resultados da análise

A qualidade e a confiabilidade dos resultados (mais ou menos definitivos) que uma análise retórica produz passam pela capacidade criativa e reflexiva do analista, tangenciando em todo momento as interpretações subjetivas e a adequação dos resultados às perspectivas previamente estabelecidas. Trata-se de um risco enfrentado por todo pesquisador nas ciências sociais e humanas, pois mesmo o sujeito pesquisador, a não ser artificialmente, continua sujeito do seu dizer e, portanto, também sujeito às restrições e condições em que o discurso, mesmo o analítico, se torna acontecimento. O controle possível passa, assim, por uma postura cuidadosa do analista para que não se deixe enganar pela suposta transparência do discurso e que se monitore frequentemente em relação às análises que desenvolve, perguntando a si mesmo em que medida não estará interpretando o que deseja e não o que o discurso efetivamente permite.

Significa que, por um lado, a interpretação analítica deve estar assegurada pela constante articulação com as bases teórico-metodológicas estabelecidas e, por outro, na sustentação clara, precisa e consistente da categorização estabelecida de modo a que possa ser compreendida e, se for o caso, replicada por outros pesquisadores a fim de consolidar sua consistência. Ou seja: não basta estabelecer categorias analítico-descritivas e constatar que determinada unidade de análise nelas se enquadra; é necessário justificar por que se enquadra. Mais ainda no caso da análise retórica: não é suficiente dizer que se trata de uma estratégia que produz persuasão apenas porque outros teóricos já o disseram; exige-se do analista que explicita e justifique em que reside seu potencial persuasivo no discurso em tela e em como está sendo explorada. Lembre-se que também o propósito fundamental da análise retórica está menos no que o discurso diz e mais, e primordialmente, no como e por que diz em razão dos efeitos que pretende produzir em termos persuasivos. No limite, o analista deveria orientar-se pelo convencimento de um auditório universal (PERELMAN, 1996), ou seja, suas análises deveriam pautar-se pela irrefutabilidade do que suas análises apontam, pelo menos de todos e quaisquer seres humanos dotados de razão. Nota-se, por aí, que o texto resultante da análise retórica é sempre, e mais ainda do que em outras áreas do conhecimento, um produto inacabado, mas persuasivo em toda sua extensão: o analista precisa convencer (persuadir) a si mesmo, aos seus pares da Academia

e ao público interessado que a sua análise não apresenta inconsistências teóricas e nem subjetividades que o próprio discurso deixaria de abonar.

Mesmo considerando que um Artigo científico, Ensaio ou Resenha já se destinem a um público especializado e, portanto, seja possível pressupor um conhecimento prévio da parte do leitor, as decisões metodológicas precisam ser contempladas no âmbito e na consistência que o estudo exige. Ainda que não seja possível dedicar-lhes um item específico, as diferentes possibilidades parecem exigir que o analista invista boa parte do seu tempo e significativo espaço em sua abordagem e explicitação. Precisa deixar claros, para si e para os outros, os encaminhamentos adotados, justificando por que optou em estudar e apresentar seus dados desta ou daquela maneira, adequando os procedimentos ao que as análises e os dados exigem e não a configurações metodológicas prévias que poderiam empobrecer suas considerações.

Além disso, é necessária uma rigorosa e bem focada fundamentação teórica que dará suporte e controle às análises desenvolvidas. Os conceitos, com as respectivas definições normativas – aquelas que especificam o sentido e o uso que o conceito assumirá no trabalho em questão – precisam ser criticados, compreendidos e justificadamente assumidos. Para isso, o problema – a tese do artigo - necessita de delimitação clara e rigorosa a fim de assegurar uma resposta consistente a um objetivo específico. Assim, para que o estudo não seja caracterizado como superficial ou desconexo, é necessário que o analista se mantenha focado naquele aspecto escolhido para análise. Dessa forma, a objetividade (razoável) – foco no objeto da análise – da abordagem e do seu produto balizará um resultado consistente e compreensível que possa servir como suporte, inclusive, para futuros desenvolvimentos.

Considerações finais

Numa sociedade que, até certo ponto, busca respostas imediatas e, de preferência, soluções ou aportes bastante pragmáticos (voltados para resultados relevantes) para suas questões mais rotineiras, ainda haveria lugar para a retórica? Perelman (1993, p.13), ao abordar o declínio e, mesmo, a compreensão pejorativa que ainda predomina na área, diz: “se, no entanto, faço hoje questão em insistir no papel da retórica, é porque as minhas investigações me convenceram da importância desta disciplina para o pensamento contemporâneo”. Diante desse quadro, às vezes mais favorável e outras nem tanto, pode ser perguntado, agora de maneira mais específica, se no universo da Academia ainda haveria lugar para o desenvolvimento de análises retóricas? Em outras palavras, em que residiria a relevância social,

não apenas acadêmica, da análise retórica de discursos? Uma resposta não poderia ser completa, única ou definitiva, mas algumas linhas de raciocínio e, portanto, da racionalidade e da racionalização desta atividade podem ser apontadas. O pleno (ou pelo menos razoável) exercício da cidadania passa pela capacidade argumentativa e consequente potencial comunicativo dos cidadãos na busca de seus direitos e, para isso, é importante que saibam estabelecer e justificar claramente o que estão pretendendo e, se necessário, envolver sua solicitação numa atmosfera de emotividade e credibilidade que favoreçam a aceitação do seu pedido ou alcance da reivindicação. E a compreensão da análise retórica, até por que desenvolvida sobre um discurso já proferido, permite entender as bases em que se desenvolve o processo da persuasão e, portanto, pode servir como apoio para a produção de discursos.

Assim, a análise retórica contribui para que o cidadão assuma postura mais crítica e menos passiva diante dos discursos de diversa ordem, origem ou natureza – jornalística, política, religiosa, administrativa, jurídica, entre outras - que, no seu cotidiano pretendem lhe desenhar um modo de viver e de pensar. Os discursos publicitários, por exemplo, bombardeiam constantemente o cidadão com ofertas mais ou menos transparentes sobre serviços, produtos e ideias a serem consumidas num ritmo desenfreado e, de preferência, moldado pela pressa, sempre numa acepção de última ou única oportunidade. A força persuasiva destes e de outros discursos pode ser contra-atacada e barrada na medida em que o cidadão tiver capacidade de leitura e discernimento suficientes para conhecer os mecanismos retóricos em que se apoiam e as estratégias persuasivas que exploram.

Significa dizer que a análise retórica atua como instrumento crítico na interpretação e recepção de discursos, fornecendo elementos que permitem ao cidadão aderir ou resistir com conhecimento de causa, ou seja, quanto mais e melhor souber como os efeitos persuasivos são produzidos e mediante quais estratégias são explorados, melhor condição reúne para interpor barreiras ao que lhe está sendo proposto. Em suma, a análise retórica do discurso oferece suporte acadêmico e social para que o cidadão, de um lado atinja seus objetivos na sociedade mediante a elaboração de um discurso convincente, porque consistente, cativante e confiável e, de outro, torne-se um interlocutor que não se deixa persuadir com facilidade porque conhece os meandros em que o processo de persuasão se configura.

Referências

- ABAGNANO, N. **Dicionário de filosofia**. Trad. Alfredo Bosi. 2. ed. São Paulo: Mestre Jou. 1982.
- ARISTÓTELES. **Arte retórica e arte poética**. Trad. Antônio P. de Carvalho. Rio de Janeiro: Ediouro. 2002.
- _____. **Tópicos e dos argumentos sofisticos**. Trad. Leonel Vallandro e Gerd Bornheim. São Paulo: Abril Cultural. 1973. (Col. Os Pensadores – Vol. IV).
- CHABROL, C ; RADU, M. **Psicologia da comunicação e persuasão: teorias e aplicações**. Trad. Maria João B. Reis. Lisboa: Instituto Piaget. 2010.
- CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. **Dicionário de análise do discurso**. Coord. de Tradução: Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto. 2004.
- CIALDINI, R. P. **O poder da persuasão: você pode ser mais influente do que imagina**. Trad. Marcello Lino. Rio de Janeiro: Elsevier; São Paulo: HSM. 2006.
- DAINTON, M.; ZELLEY, E.D. **Applying communication theory for professional life: a practical introduction**. Thousand Oaks/California: Sage Publications. 2005.
- DENZIN, N.K.; LINCOLN, Y.S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Trad. Sandra R. Netz. Porto Alegre: Artmed. 2006.
- DURKHÉIM, E. As regras do método sociológico. In: OLIVEIRA, P. de S. (Org.). **Metodologia das ciências humanas**. São Paulo: Hucitec/Unesp. 1998.
- EEMEREN, F. H.; GROOTENDORST, R. **A systematic theory of argumentation: the pragma-dialectical approach**. Cambridge: CUP. 2004.
- FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Trad. Luiz F. B. Neves. Rio de Janeiro: Forense. 2005.
- GARDNER, H. **Mentes que mudam: a arte e a ciência de mudar as nossas ideias e as dos outros**. Trad. Maria A.V. Veronese. Porto Alegre: Artmed/Bookman. 2005.
- GILL, R. Análise de discurso. In: BAUER, M.W; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Trad. Pedrinho A. Guareschi. 7. ed. Petrópolis: Vozes. 2008. p. 244-270.
- KENNEDY, G. A. **Classical Rhetoric & its christian & secular tradition from ancient to modern times**. Carolina do Norte. USA: The University of North Carolina Press. 1999.
- LEACH, J. Análise retórica. In: BAUER, M.W; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Trad. Pedrinho A. Guareschi. 7. ed. Petrópolis: Vozes. 2008. p. 293-318.

LIAKOPOULUS, M. Análise argumentativa. In: BAUER, M.W; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Trad. Pedrinho A. Guareschi. .7. ed. Petrópolis: Vozes. 2008. p.218-243.

MARTINS, M. L. **A análise retórico-argumentativa do discurso**. Comunicação apresentada no âmbito das I Jornadas de Metodologias Qualitativas para as Ciências Sociais realizadas na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. 4 e 5 de Outubro de 1996. In: <http://hdl.handle.net/1822/23862>. Acesso em 06/08/2015.

MARTINS, M. L.; GRÁCIO R. Nota introdutória: o discurso argumentativo e as práticas sociais. In: **Revista Comunicação & Sociedade**. V. 16, p. 05-10. 2009.

MORIN, E. **O Método 3. Conhecimento do conhecimento**. Trad. Juremir Machado da Silva. 4. ed. Porto Alegre: Sulina. 2008.

MOSCA, L.do L. S. A teoria perelmaniana e a questão da afetividade. In: CHAGAS OLIVEIRA, E. (Org.). **Chaïm Perelman: direito, retórica e teoria da argumentação**. Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana/Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Filosofia. 2004. p. 129-40.

MOSCA, L. do L.S. **Retóricas de ontem e de hoje**. 3. ed. São Paulo: Humanitas. 2004.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: princípios & procedimentos**. 4. ed. Campinas: Pontes. 2002.

PÊCHEUX, M. **Analyse authomatique du discours**. Paris: Dunod. 1969.

PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. **Tratado da argumentação: a nova retórica**. Trad. Maria E. Galvão. São Paulo: Martins Fontes. 1996.

PERELMAN, C. **O império retórico: retórica e argumentação**. Trad. Fernando Trindade e Rui A. Grácio. Porto: Edições Asa. 1993.

PESSOA, M. do S. A análise retórica de acordo com Perelman. In: **Linguagem em (dis)curso**. Tubarão: LemD. V.4, N.2. p. 135-151. 2004.

POTTER, J. Discourse analysis and constructionist approaches: theoretical background. In: RICHARDSON, J.T.E. (Ed). **Handbook of Qualitative Research Methods for Psychology and the Social Sciences**. Leicester: British Psychological Society. 1996. p.125-140.

REBOUL, O. **Introdução à Retórica**. Trad. Ivone C. Benedetti. São Paulo: Martins Fontes. 2000.

SANTOS, B. de S. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Rio de Janeiro: Graal. 1989.

_____. **Um discurso sobre as ciências**. 7. ed. São Paulo: Cortez. 2010.

VERGARA, S. C. **Métodos de pesquisa em Administração**. 4. ed. São Paulo: Atlas. 2010.

APROXIMAÇÕES E ESTRANHAMENTOS ENTRE A HISTÓRIA E A LITERATURA ATRAVÉS DE SARAMAGO.

Elisabete da Costa LEAL¹⁹

Amanda Basilio SANTOS²⁰

Resumo: Este artigo intenciona discutir a construção do conhecimento histórico a partir da obra de José Saramago intitulada “*História do Cerco de Lisboa*” de 1989, assim como pensar o alvo deste conhecimento. Começaremos com uma introdução sobre a situação da disciplina histórica para posteriormente nos determos na escrita da História enquanto possibilidade comunicacional do conhecimento histórico, ou seja, pensar sobre para quem é produzido os textos históricos e na efetividade da escrita nos moldes utilizados para propalar as pesquisas produzidas, fazendo reflexões sobre a importância social do conhecimento histórico.

Palavras-chave: Teoria. História. Ficção. Escrita. José Saramago.

Abstract: *This article intends to discuss the construction of historical knowledge through the book of José Saramago titled “The History of the Siege of Lisbon” from 1989, as well as think the aim of this knowledge. We’ll begin with an introduction to the situation of the historical discipline so that later we can focusing in the writing of history as a possibility of communication of the historical knowledge, that is, think about for who is produced the historical texts and the effectiveness of writing in the lines used to spread the research, making reflections on the social importance of historical knowledge.*

Keywords: *Theory. History. Fiction. Writing. José Saramago.*

¹⁹ Doutora em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), professora do PPG em História da Universidade Federal de Pelotas (UFPeL). Coordenadora do LAPI (Laboratório de Política e Imagem da UFPeL). UFPeL, Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil, elisabeteleal@ymail.com.

²⁰ Mestranda em História (PPGH - UFPeL), Mestranda em Memória Social e Patrimônio Cultural (PPGMP – UFPeL) com Especialização em Artes em andamento (PPGA - UFPeL). Membro do LAPI (Laboratório de Política e Imagem da UFPeL). Bolsista CAPES. UFPeL, Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil, amanda_hatsh@yahoo.com.br.

Introdução

Neste artigo faremos aproximações entre questões historiográficas e o romance “*História do Cerco de Lisboa*” de José Saramago²¹, escrito em 1989. Nesta obra o autor conta a história de Raimundo Silva, um revisor de provas, que tem como tarefa a revisão de uma obra sobre um evento fundamental da História portuguesa que dá título ao livro:

Dos romances de Saramago que tratam da problemática história/ficção, a obra *História do cerco de Lisboa* (1989) é particularmente instigante, pois ela destaca-se, dentro da produção saramaguiana, na medida em que a partir de um episódio bem conhecido da história portuguesa – a conquista de Lisboa aos mouros no ano de 1147 com a ajuda dos cruzados que aportaram em Portugal a caminho da Terra Santa –, José Saramago promove uma reflexão acerca da dimensão discursiva da história e da ficção. Nesse romance, Saramago transfigura ficcionalmente o universo de relatividade e de comprometimento ideológico da escrita da história. Por meio das atitudes e pensamentos do revisor Raimundo Silva, protagonista da obra, evidencia para o leitor que a história deve ser encarada não como um saber objetivo, mas, sim, como uma construção verbal, marcada pela parcialidade e pluralismo. (MATIAS; ROANI, 2008, p. 158).

Estas questões alcançam seu momento definitivo quando Raimundo resolve – por um motivo que não está claro nem para ele mesmo – adulterar o manuscrito que o confiaram, assim, ele acrescenta um simples *não* a uma sentença, de modo que onde antes era afirmado que os Cruzados auxiliaram o Rei Afonso Henriques na Reconquista de Lisboa pelos portugueses dos mouros, agora passa a dizer que os Cruzados *não* participaram do evento. Através deste ato tão simples se passa a questionar o “texto quase sagrado da História do Cerco de Lisboa” (SARAMAGO, 2010, p. 113), o que nos faz pensar na fragilidade dos fatos históricos diante do produtor do conhecimento histórico.

Raimundo então (re)escreve o Cerco, através de um cenário onde os Cruzados não teriam participação e o fim seria o mesmo. Para escrever esta nova versão, que contraria a oficial, Saramago cria um cenário no qual Raimundo se utiliza de fontes medievais, como, por exemplo, a carta de Osberno²², uma fonte essencial do Cerco de Lisboa, que auxilia a compor a narrativa literária de Saramago.

²¹ Escritor português, nascido na pequena freguesia de Azinhaga em 16 de novembro de 1922. Durante sua carreira como escritor publicou muitas obras, dentre elas 18 romances. Recebeu o Prêmio Nobel de Literatura em 1998. Faleceu aos 87 anos de idade, em Lanzarote, acometido por uma leucemia crônica.

²² Em latim “*De expugnatione Lyxbonensi*” (Da Captura de Lisboa), é uma das principais fontes utilizadas nos estudos sobre o Cerco de Lisboa. Tal fonte possui autoria atribuída a Osberno, porém há ambiguidades na carta que fazem com que não seja definida a autoria. Versão digital e em português/latim do manuscrito pode ser acessada através do link: <http://catalog.hathitrust.org/Record/000632418>, acessado em 11 de fevereiro de 2016.

As fontes medievais então são utilizadas para dar corpo a uma história alternativa, ficcional, mas apoiada em documentos históricos. O fato de citar e utilizar obras, fontes e marcos históricos imbui mesmo a ficção de um senso de veracidade, tal fato pode ser verificado através de uma rápida busca online sobre questionamentos e dúvidas da veracidade contida no best-seller, *O Código Da Vinci* de Dan Brow (2003) que gerou inclusive vários documentários²³. Este senso de verdade advém da confiança depositada pela população ao serem utilizadas fontes reais consideradas confiáveis como subsídio para o passado, principalmente se estes elementos lhes forem familiares. Este fenômeno demonstra como uma narrativa bem articulada, alimentada com recursos da realidade humana, geram a sensação de credibilidade. Se isto ocorre com livros claramente ficcionais, o livro de um historiador – alguém assentido de autoridade e credenciado a falar da História humana – pode ser inquestionável, porém, iremos neste momento questionar exatamente esta premissa, assim como o fez Saramago:

Nos romances de Saramago a presença da História assume dois aspectos. Por um lado, os acontecimentos, personagens e espaços históricos, irrompem no universo da narrativa ficcional com grande desenvoltura e naturalidade. Por outro lado, nesses romances ocorre uma outra irrupção: a que repensa esses acontecimentos, personagens e espaços históricos à luz de uma nova realidade histórica e concepção narrativa (ROANI, 1999, p. 33).

Exatamente este modo de repensar a história é o fio condutor deste artigo, e através de Saramago discutiremos algumas questões sobre o fazer histórico e sobre a recepção do produto de nossas pesquisas, os textos historiográficos. Até que ponto o fazer historiográfico se aproxima da literatura e pode com ela crescer?

Podemos aqui caminhar pelo processo da escrita histórica *da primícia ao termo*, pois intencionamos pensar o princípio do processo de escrita da pesquisa histórica, fazendo aproximações entre a História e a Literatura, ao passo que também estaremos salientando os limites destas aproximações, e quando nos referimos ao *termo*, estamos aludindo ao público para quem é destinada a obra do historiador, pensando na efetividade da forma do nosso discurso, ou na necessidade de repensar o modo de exposição dependendo dos objetivos de divulgação do historiador.

²³ Para um aprofundamento nesta temática, indicamos a leitura de: ZAVATÁRIO, W. O Impacto de O Código Da Vinci na Mídia. In: **V Congresso de Letras**, 2005. O Impacto de O Código Da Vinci na Mídia, 2005.

História e Literatura: onde a arte toca a ciência e a ciência toca a arte.

Saramago nos traz uma conversa de Raimundo com o historiador cuja obra ele vai revisar, e trata-se de um diálogo bastante interessante:

Recordo-lhe que os revisores são gente sóbria, já viram muito de literatura e vida, O meu livro, recordo-lhe eu, é de história. Assim realmente o designariam segundo a classificação tradicional dos gêneros, porém, não sendo propósito meu apontar outras contradições, em minha discreta opinião, senhor doutor, tudo quanto não for vida é literatura. A história também. A história sobretudo, sem querer ofender (SARAMAGO, 2010, p. 15).

O momento que a disciplina Histórica enfrenta atualmente é muito distante de seus quadros iniciais enquanto ciência. Enquanto os historiadores do século XIX encontravam-se confiantes da objetividade e cientificidade de sua produção, atualmente não poderíamos estar mais oscilantes. É destacado a fragilidade do discurso historiográfico assim como a interpretação das fontes, que sempre será afetada pela subjetividade do sujeito que a analisa. Tais assertivas não seriam aceitas no período da historiografia positivista, que acreditava na neutralidade da escrita e da análise historiográfica (REIS, 2010), e ainda causam incômodo a muitos historiadores, o que transparece no próprio diálogo de Raimundo com o historiador, quando ele compara a História à Literatura, mas “*sem querer ofender*”.

Atualmente o historiador não está mais confinado a registrar datas, fatos e sujeitos, ele deve problematizar o conteúdo de suas fontes “ele raciocina sobre eles, busca a sua inteligibilidade, atribuindo-lhes sentido, pensando as possibilidades objetivas e os seus desdobramentos” (REIS, 2010, p. 26). Este novo papel do historiador vem acompanhado de uma percepção específica sobre o produto de sua pesquisa, o que Barros chama de “consciência da narratividade histórica” (BARROS, 2010, p. 2).

Assim sendo, a História possui um grau de subjetividade que percorre todo o trajeto da escrita historiográfica, pois permeia desde o recorte e a escolha do objeto de pesquisa, passando para a análise, interpretação e escrita final, sem esquecer que as fontes nos chegam de modo parcial, como bem coloca Saramago “o mal das fontes, ainda que verazes de intenção, está na imprecisão dos dados” (SARAMAGO, 2010, p. 124). O conhecimento histórico é, portanto, um conjunto de escolhas – limitadas pelas fontes – do historiador até chegar ao produto final.

A discussão em torno da objetividade e Subjetividades envolvidas na elaboração da História-conhecimento será sempre indispensável à própria formação do historiador, com vistas à construção de uma adequada compreensão sobre o seu ofício e sobre as possibilidades que se abrem no

âmbito da pesquisa e da escritura do texto historiográfico (BARROS, 2010, p. 74-75).

Porém, embora tenhamos destacados aspectos que aproximam a História da Literatura, ela possui compromissos que a ficção não tem obrigações de atender. Pois mesmo com a consciência de que seu trabalho não será a construção narrativa da verdade, o historiador ainda almeja abarcar aspectos do passado que auxiliem a sua compreensão, ainda que não atinja sua totalidade ou o fato ocorrido, e está cingido a produzir um conteúdo que condiga com as fontes que tem a sua disposição, o que impõe um limite interpretativo, embora haja subjetividades e variações de análises, pois desde os *Revue des Annales*²⁴ o fato histórico é entendido como uma construção (REIS, 2010).

Há um imbricamento entre a História e a Literatura, uma alimentação mútua, pois assim como a Literatura pode ser fonte histórica ou um método de forma de escrita, a História provém contextualização para diversas obras Literárias (MALLARD, 1995), porém a narrativa histórica está sofreada pela necessidade de basear-se nas fontes, no método de análise e em referenciais teóricos, sendo assim a História não pode ser reduzida somente a um aspecto literário por sua produção utilizar-se de recursos narrativos, segundo Ginzburg:

As teses cépticas baseadas na redução da historiografia à sua dimensão narrativa ou retórica circulam já há alguns decênios, ainda que as suas raízes sejam [...] mais antigas. Como de costume, os teóricos da historiografia que as propõem pouco se preocupam com o trabalho concreto dos historiadores. Mas estes, também, depois de fazerem uma homenagem convencional à tendência linguística ou retórica em voga, se mostram bem pouco inclinados a refletir sobre as implicações teóricas da sua profissão. Raramente a distância entre reflexão metodológica e prática historiográfica efetiva foi tão grande quanto nos últimos decênios (GINZBURG, 2002, p. 13-14).

Como Rüsen destaca, a narratividade aproxima a História da Literatura, e os recursos linguísticos constituem o conhecimento produzido pelos historiadores como representação do passado, e não como uma verdade científica, como se pensava no século XIX. Ao mesmo tempo, ele também destaca uma intenção de objetividade, alcançada pelos procedimentos de pesquisa próprios da disciplina; deste modo a produção histórica não é mera opinião pessoal e aleatória (RÜSEN, 1996). Seguindo no pensamento de Ginzburg, o trabalho do historiador é

²⁴ Publicação periódica fundada em 1929 sob o nome '*Annales d'Histoire Économique et Sociale*', trazia novas formulações teóricas e metodológicas sobre a disciplina histórica. Desde sua fundação passou por diversas modificações que podem ser acompanhadas através das Três Gerações que representam o pensamento historiográfico dos Annales.

investigativo e possui obrigações para com as pistas que encontra, que serão a base de sua escrita, o que traz a História mais próximo de uma ciência social e acaba por a distanciar do mundo ficcional:

Se as pretensões de conhecimento sistemático mostram-se cada vez mais como veleidades, nem por isso a idéia de totalidade deve ser abandonada. Pelo contrário: a existência de uma profunda conexão que explica os fenômenos superficiais é reforçada no próprio momento em que se afirma que um conhecimento direto de tal conexão não é possível. Se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la (GINZBURG, 1989, p. 177).

Encerramos esta parte do artigo argumentando que há pontos em que a História e a Literatura se tocam, outros em que se distanciam. Porém, a crença na objetividade e na neutralidade da produção histórica encontra-se distante, pois como Rüsen salienta “a pretensão de objetividade efetivada no procedimento acadêmico da cognição histórica é pensada, amiúde, como exalando um certo odor de mofo” (RÜSEN, 1996, p. 101); e, por fim, a escrita historiográfica está atrelada ao contexto de quem a produz, de modo que todo texto histórico torna-se contemporâneo, e “ser moderno é viver uma vida de paradoxo e contradição” (BERMAN, 1986, p. 12), portanto, a História não é mais tão objetiva e clara quanto costumava ser considerada, ao mesmo tempo não pode ser considerada arte, assim como a literatura.

Embora haja aproximações, a escrita historiográfica possui um compromisso para com suas fontes de pesquisa, de modo que a retidão de seus métodos deve ser respeitada e clara para seu leitor. Afinal, o historiador não se vale da liberdade ilimitada do literato. Mesmo dentro destas limitações, a História também é uma construção que se apresenta em um suporte escrito e que se mostra mutável diante do contexto de sua produção e diante dos diferentes vieses tomados pelo seu autor ao lidar com seu objeto.

Por fim, gostaríamos de salientar que o livro de Saramago nos traz uma proposta importantíssima, pois assim como os historiadores devem questionar as suas fontes, criticá-las, contextualizá-las e problematizá-las, assim o deve fazer o leitor que se depara com um livro historiográfico. Questionar os dados que lhe são entregues e compreender que dificilmente o que tem em mãos é uma versão unânime da História, mas sim uma construção entre tantas, que não perde valor por esta razão, apenas perderá se não for executada com seriedade, rigor metodológico e teórico, e ética para com as fontes.

O fato, a escrita e o alvo

Raimundo Silva, protagonista na obra *História do cerco de Lisboa*, nos oferece reflexões importantes para pensarmos o que atingimos, ou intencionamos atingir, quando produzimos História. Ele salienta que no livro que recebe para revisar em “quatrocentas e trinta e sete páginas não se encontrou um facto novo, uma interpretação polêmica, um documento inédito, sequer uma releitura” (SARAMAGO, 2010, p. 39).

Este detalhe, levantado por Saramago por meio de uma observação de Raimundo Silva, é recorrente nos escritos sobre os grandes acontecimentos históricos, tantas vezes estudados e recontados.

Schaff defende que há uma tríade no processo cognitivo que faz parte do procedimento próprio para a produção do conhecimento historiográfico: há um *sujeito que conhece*, um *objetivo do conhecimento* e um *produto do processo* (SCHAFF, 1982).

Tendo consciência desta tríade há, segundo o autor, três maneiras de compreender o processo cognitivo de relação entre eles: modelo mecanicista, onde o objeto é o centro do processo e o sujeito apenas o registra; um modelo idealista, que inverte a ordem, colocando a atenção no sujeito que vê o objeto apenas como sua própria construção; por fim, o modelo da interação, que vê ação do sujeito, porém este encontra-se sob condições específicas, que fazem com que o objeto não seja dominado por pura subjetividade (BARROS, 2010, p. 75-76). Isto reforça o que já vínhamos dizendo sobre uma escrita que não é neutra em um molde científico ideal e positivista, mas ainda assim não é correto afirmar que se transforma em ficção.

Até o momento discutimos o fazer, o processo da escrita histórica, agora intencionamos refletir sobre o alvo desta escrita. Enfim, para quem escrevemos o que produzimos? Escrevemos História para quem é especialista apenas, escrevemos para que nossa pesquisa possa lentamente adentrar o conteúdo curricular nas escolas através dos anos, escrevemos para que as pessoas possam ampliar sua consciência histórica?

Estas questões não são simples de serem respondidas, pois apesar da vontade individual do pesquisador que produz conhecimento histórico, a recepção do que escrevemos nem sempre é frutífera em todas as esferas que esperamos. Aqui saímos apenas do nicho da produção, passamos para o local de circulação da obra.

Mesmo que livros escritos por historiadores geralmente não se tornem *best-sellers*, a História possui agência na sociedade, e Rüsen destaca uma função social muito importante da História:

O conhecimento histórico, dotado de sua pretensão de objetividade, poderia funcionar como orientação cultural para a vida prática – sobretudo política: ele produz uma perspectiva do futuro em função da mudança temporal do passado e a identidade coletiva do grupo a que se dirige, enquanto baseada nas forças ativas constitutivas da história humana (RÜSEN, 1996, p. 84).

Sendo assim, a História pode ser usada socialmente com os mais diversos objetivos, por esta razão que a disciplina ou a escrita histórica foi e continua sendo utilizada por governos como modo de justificativa, autoafirmação, manutenção de poder. Tais usos e manipulações já se mostraram muito eficientes e perigosas, e para verificar estas questões é só observarmos os governos totalitários que se estabeleceram no século XX e utilizaram avidamente de recursos pseudo-históricos para se fortalecerem.

Todavia, o conhecimento histórico consumido pelo grande público, busca releituras do que é produzido na academia, que se mostra pouco fecundo em termos de aliciação popular. Como Roani destaca:

Sempre haverá um público ávido em inteligir os acontecimentos através do manto diáfano da fantasia e da ficção literária que torna os eventos passados acessíveis e as personagens e figuras históricas extremamente humanas na sua condição de heróis, homens ou agentes do processo histórico. Enquanto gênero, a narrativa de cunho historiográfico continua cativando na contemporaneidade uma parcela considerável de leitores, o que pode ser atestado pelo sucesso de público e crítica, alcançado por autores como: Umberto Eco, Marguerite Yourcenar, Salman Rusdhie, L. E. Doctorow, Garcia Márquez, Alejo Carpentier, José Saramago e tantos outros (ROANI, 1999, p. 35-36).

Portanto, a História ainda atrai público, mesmo que o que produzimos academicamente pouco ultrapasse os muros das universidades. Talvez devêssemos nos questionar: se não é o tema, talvez seja a forma em que o apresentamos que causa desinteresse.

No Brasil, aumenta no mercado editorial a busca pela temática historiográfica, mas os livros mais procurados pelo público são os escritos por jornalistas. Por trazerem uma linguagem acessível, com uma narrativa fluída, e uma temática que interessa ao público brasileiro, os jornalistas acabam sendo os principais estandartes da história nacional com o público não especializado. (CAMPREGHERE; LIPPE, 2012).

Embora a História seja a disciplina que estuda “o homem no tempo”²⁵, através da escrita que propomos, muitos textos parecem desumanizar o conteúdo que apresentamos. Na obra de Saramago este problema é superado pela liberdade de criação literária:

Saramago procura recontar, por meio de sua imaginação, um pouco a respeito desse soldado, dando vida dentro da ficção a um personagem que a história marginalizou. Para Adriana Alves de Paula Martins (2006), na escrita de Saramago há a necessidade “de propor a reconfiguração da memória coletiva a partir da perspectiva dos marginalizados” (p. 335), conforme se observou com relação a Mogueime. Nessa mesma direção de pensamento, Gerson Roani (2002), ao analisar a obra de Saramago, afirma que, “com efeito, não se fará uma história satisfatória de Portugal, enquanto não se fizer a história das minorias, dos marginalizados pela historiografia oficial: o povo simples, os camponeses, as mulheres” (p. 130). Saramago, em seus romances, tenta fazer um segundo retrato das figuras históricas, tanto os de relevo como os homens e mulheres comuns (MATIAS; ROANI, 2008, p. 165).

Para o historiador, as lacunas preenchidas pela imaginação de Saramago são limitadas, pois não pode exceder livremente o conteúdo de suas fontes, por possuir obrigações com as pistas que chegam às suas mãos. Saramago traz um trecho a respeito no qual diz que na obra do historiador que chegou às mãos de Raimundo não há detalhes íntimos ou pormenores:

Não o tem descrito assim o historiador no seu livro. Apenas que o muezim subiu ao minarete e dali convocou os fiéis à oração na mesquita, sem rigores de ocasião, se era manhã ou meio-dia, ou se estava a pôr-se o sol, porque certamente, em sua opinião, o miúdo pormenor não interessa à história, somente que ficasse o leitor sabendo que o autor conhecia das coisas daquele tempo o suficiente para fazer delas responsável menção (SARAMAGO, 2010, p. 19).

Este parágrafo supracitado demonstra um modo de escrever a História que se interessa apenas pelos grandes cenários, onde se solidifica um sistema de causa e consequência através de um contexto já feito. Saramago ainda afirma que as pessoas só teriam interesse para esta configuração onde escreve que “hoje as pessoas não têm vagar nem paciência para fixar na cabeça pormenores e miudezas históricas” (SARAMAGO, 2010, p. 248).

Nesta formulação que se debruça sobre os “episódios principais” (SARAMAGO, 2010, p. 248) se escreve uma História que versa sobre a humanidade. Porém, os elementos que a tornam humana desvanecem, obscuros atrás de fatos que são agenciados pelas pessoas, mas são escritos de modo que lhes soam externos.

²⁵ Em seu prefácio Marc Bloch traz uma simples definição para a História: “Seu objeto é ‘o homem’, ou melhor, ‘os homens’, e mais precisamente os ‘homens no tempo’”. In: BLOCH, M. **Apologia da História ou o Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001, p. 24.

Em outras palavras, quando se lê determinadas obras históricas sobre o cerco de Lisboa muitas vezes não se é possível criar uma relação efetiva de que se trata de vivências reais, de pessoas reais, que existiram, viveram e sentiram em um determinado local e tempo, assim o leitor não apreende que em um momento da História a Lisboa de hoje um dia foi a Lisboa do Cerco, no mesmo espaço, em um diferente período, que “esta é a cidade que foi cercada [...] esta é a Moura Lisboa” (SARAMAGO, 2010, p. 116).

Conclusão

Como vimos durante este artigo, a produção historiográfica possui aproximações com a literatura que podem deixar muitos historiadores desconcertados em suas convicções de cientificidade. Porém, uma não se confunde com a outra, possuindo objetivos, obrigações e forma diferenciadas, sem comentarmos no público alvo.

Concluindo, salientamos que como historiadores devemos tomar cuidado para não fazer de nossa produção algo inalcançável, inacessível para além de nossos pares, para que nossa obra não ingresse em uma sociedade desinteressada na produção especializada, para um público cego como o almuadem de que nos fala Saramago.

Talvez seja hora de pregar por uma interdisciplinaridade que ultrapasse a produção do conhecimento, e nos aproximarmos de campos que nos auxiliem a comunicar o que produzimos de modo mais efetivo, através de uma cooperação entre disciplinas que almejem a melhoria do conhecimento histórico que chega ao grande público, onde parcerias possam ser construídas para que a História seja de fato acessível.

Referências

BARROS, J. D. História e Literatura: novas relações para os novos tempos. **Contemporâneos**, v. 6, p. 1-27, 2010.

BARROS, J. D. Objetividade e subjetividade no conhecimento histórico: a oposição entre os paradigmas positivista e historicista. **Revista Tempo, Espaço e Linguagem**, v. 1, n. 2, p. 73-102, maio/ago 2010.

BERMAN, M. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BLOCH, M. **Apologia da História ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BORGES, V. R. História e Literatura: algumas considerações. **Revista de Teoria da História**, v. 1, n. 3, p. 94-109, 2010.

CAMPREGHERE, A. L.; LIPPE, P. H. L. História contada por Jornalistas. **Desafios do desenvolvimento**, São Paulo, v. Ano 9, n. 75, 2012. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2865:catid=28&Itemid=23>. Acesso em: 11 Fevereiro 2016.

CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FONSECA, A. A. D.; VARGAS, R. H. O. Fato, trama e narrativa: um diálogo entre o jornalismo e a historiografia. **Intercom**, p. 1-16, 2006.

GARCIA, R. L. (Ed.). **Para quem pesquisamos, para quem escrevemos**: o impasse dos intelectuais. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

GIANNATTASIO, G.; IVANO, R. (Eds.). **Epistemologias da História**: verdade, linguagem, realidade, interpretação e sentido na Pós-modernidade. Londrina: EDUEL, 2011.

GINZBURG, C. **Relações de força**: história, retórica, prova. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

JÚNIOR, F. P. R. Representação e Narrativa: usos e abusos. **Em Tempo de Histórias**, v. 8, p. 1-16, 2014.

MALLARD, L. **História da Literatura**: ensaios. Campinas: Unicamp, 1995.

MATIAS, F. D. S.; ROANI, G. L. História do cerco de Lisboa: as fontes medievais de José Saramago e a transfiguração literária da história. **Revista Vertentes**, São João Del-rei, v. 32, p. 157-165, 2008.

PEREIRA, M. H. O lugar da História nas relações entre a Universidade e a sociedade. **Práticas da História**, v. 1, p. 215-230, 2015.

REIS, J. C. **O desafio historiográfico**. Rio de Janeiro: FVG, 2010.

ROANI, G. L. Às voltas com um Não: Saramago (re)escreve o Cerco de Lisboa. **Revista Língua & Literatura**, Frederico Westphalen, v. 1, p. 35-48, 1999.

RÜSEN, J. Objetividade e narratividade nas ciências históricas. **História Revista**, v. 4, n. 1, p. 75-102, 1996.

SANTOS, R. D. Verdade como problema ético: Paul Ricoeur pela obra História, verdade e ética. **Revista Expedições: Teoria da História & Historiografia**, v. 5, n. 2, p. 116-125, 2014.

SARAMAGO, J. **História do cerco de Lisboa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SCHAFF, A. **Historia y verdad:** ensayo sobre la objetividad del conocimiento histórico. Barcelona: Editorial Grijalbo, 1982.

SCHWARTZ, R.; SCHAUN, A. **Questões historiográficas e metodológicas: historiadores e jornalistas coincidem, entretanto, não se confundem.** 9º Encontro Nacional de História da Mídia, Ouro Preto, p. 1-9, 2013.

AS METÁFORAS DA CRÍTICA LITERÁRIA: O ELOGIO DE ÓRRIS SOARES A AUGUSTO DOS ANJOS

Stefani Daiana KREUTZ²⁶

Fernando de Moraes GEBRA²⁷

Resumo: Considerando a crítica literária como geradora de sentidos em torno de uma obra, neste artigo, examinamos algumas metáforas referentes à poesia de Augusto dos Anjos, no texto “Elogio a Augusto dos Anjos” (1919), de Órris Soares. Objetivamos analisar efeitos de sentido produzidos pelas metáforas e compreender o funcionamento do dialogismo no discurso da crítica. A base teórica é a concepção de discurso de Mikhail Bakhtin. Consideramos o crítico um enunciador, cujo texto constitui-se numa voz que se afirma e se opõe a outras vozes discursivas, produzindo sentidos no discurso da crítica e contribuindo na interpretação da obra literária.

Palavras-chave: Crítica literária. Metáfora. Dialogismo.

Abstract: *Considering the literary criticism responsible to generate meanings around a work, we examine some metaphors designed about Augusto dos Anjos's poetry, in the text "Elogio a Augusto dos Anjos" (1919) by Órris Soares. We aim to analyze the effects of meaning produced by the metaphors and understand the functioning of dialogism in the critical discourse. The theoretical basis is Mikhail Bakhtin's discourse conception. We consider critical as an enunciator whose text sets up a voice that states and opposes other discursive voices. This process produces senses in critical discourse and contributes to the interpretation of the literary work.*

Keywords: *Literary Criticism. Metaphor. Dialogism.*

²⁶ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), em Chapecó, Santa Catarina, Brasil. stefani.kreutz@hotmail.com.

²⁷ Professor Adjunto III da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), na Graduação em Letras, área de Teoria Literária e Literaturas de Língua Portuguesa, e no Mestrado em Estudos Linguísticos, área de Práticas Discursivas e Subjetividades, em Chapecó, Santa Catarina, Brasil. fernandogebra@yahoo.fr

Introdução

Este trabalho integra uma pesquisa acerca da crítica literária enquanto geradora de leituras e sentidos em torno de uma obra. Para isso, examinamos algumas metáforas projetadas sobre a poesia de Augusto dos Anjos (1884-1914), poeta brasileiro que publicou um único livro, intitulado *Eu*, em 1912. Augusto dos Anjos chama a atenção por expressar, em sua obra, uma cosmovisão pessimista, constituída pela fusão entre uma concepção materialista da existência e as dores e sofrimentos provocados pelo desejo, pela vontade, de viver (BOSI, 2002, p. 288-289). Trata-se de um discurso que agrega expressões e ideias ligadas aos campos da química, física e biologia, para tratar de morte e refletir sobre a decomposição humana.

Uma composição poética com essas características causa estranhamento, admiração e até repugnância, sensações que ressoam no trabalho da crítica literária. A crítica produz leituras diversas acerca desse poeta inusitado, busca compreender seu estilo poético, suas influências e inspirações. Nesse processo de interpretação, o crítico elabora um discurso metafórico, criando uma imagem própria sobre a obra, além de produzir diversas relações dialógicas com outros escritores, obras de artes e textos críticos. E é esse movimento de metaforização aliado à dialogicidade do discurso que constitui nossa curiosidade, nossa intenção de estudo, uma vez que metáforas provocam efeitos de sentidos diversos, assim como os próprios poemas de Augusto dos Anjos.

Diante desse contexto, nossos objetivos são analisar os efeitos de sentido produzidos pelas metáforas e compreender o funcionamento do dialogismo no discurso da crítica. A base teórica é a concepção de discurso de Mikhail Bakhtin. Ancoramo-nos em escritos do próprio filósofo e em pesquisadores que são referência nessa teoria, como José Luiz Fiorin, Diana Luz Pessoa de Barros, Beth Brait, entre outros.

Entendemos o discurso como a língua em uso, materializado na relação dialógica entre indivíduos, no diálogo entre diferentes vozes sociais. Essa abordagem ressalta que não há um eu isolado, que se manifesta a partir de sua individualidade. Pelo contrário, a teoria bakhtiniana pressupõe haver sempre um diálogo, uma troca entre indivíduos que, ao utilizarem a língua, produzem uma discursividade (FIORIN, 2011; BARROS, 2011). Bakhtin explica que:

A linguagem só vive na comunicação dialógica daqueles que a usam. É precisamente essa comunicação dialógica que constitui o verdadeiro campo da *vida* da linguagem. Toda a vida da linguagem, seja qual for o seu campo de emprego (a linguagem cotidiana, a prática, a científica, a artística, etc.) está impregnada de relações dialógicas (2010, p. 209).

A partir dessa reflexão de Bakhtin sobre as relações dialógicas, não há como conceber o discurso sem a presença do outro. Essa ideia é ratificada por Fiorin quando afirma que o discurso, para o filósofo russo, “se elabora em vista do outro”, e que “o outro perpassa, atravessa, condiciona o discurso do eu” (2011, p. 29).

Nesse contexto discursivo, compreendemos a metáfora como geradora de efeitos de sentido ao trazer um novo contexto, uma nova possibilidade de leitura, marcando a presença desse outro no discurso. Segundo Fiorin, as metáforas funcionam como “procedimentos de construção e de organização do sentido do discurso” (2008, p. 72). Ele explica que “a metáfora é o acréscimo de um significado a outro, quando entre eles existe uma relação de semelhança, de intersecção” (p. 73), sendo criada para “apresentar uma nova maneira, mais viva, de ver as coisas do mundo, privilegiando certos traços semânticos usualmente deixados de lado” (p. 79).

O *corpus* de pesquisa deste artigo é o texto “Elogio a Augusto dos Anjos”, de Órris Soares, escrito em 1919 para uma edição do livro *Eu de Augusto dos Anjos* (SOARES, 1994). A respeito desse texto, cabe destacar que o crítico expressa sua relação pessoal com o poeta. Segundo ele, eram amigos. Então, é desse lugar, não só de analista/crítico, mas também de amigo de Augusto dos Anjos, que fala o autor. Diante desse material selecionado, a metodologia empregada no presente estudo compreende a aplicação do dispositivo teórico para interpretação do texto crítico, levando em conta o processo de metaforização associado às relações dialógicas.

Consideramos o crítico um enunciador que comunica a um enunciatário o seu próprio ponto de vista sobre o poeta, por meio de enunciados metafóricos, alguns dos quais são descritos neste artigo. Seu texto apresenta um contexto, as condições de produção do discurso, e constitui-se numa voz que se afirma e se opõe a outras vozes discursivas. Esse processo produz sentidos no discurso da crítica e contribui na interpretação da própria obra literária.

As relações dialógicas reveladas por metáforas

Bakhtin, no livro *Marxismo e filosofia da linguagem*, ao teorizar sobre o discurso, dedica um capítulo ao “discurso de outrem”, em que explica sobre a maneira como em cada discurso perpassam outras vozes (BAKHTIN, 2014, p. 150-160). No discurso da crítica literária, gênero que focalizamos em nossa pesquisa, essa questão está presente; é comum constatarmos a transmissão de outros discursos. O crítico constrói o seu posicionamento por meio do diálogo com posicionamentos diversificados. Em alguns casos, o discurso do outro

perpassa o texto de maneira assimilada, incorporado às próprias ideias do crítico, já em outros casos, o discurso de outrem é refutado. Conforme Bakhtin, o discurso do outro é apreendido pelo autor, que é veiculado a partir de suas próprias concepções.

Toda a essência da apreensão apreciativa da enunciação de outrem, tudo o que pode ser ideologicamente significativo tem sua expressão no discurso interior. [...] É no quadro do discurso interior que se efetua a apreensão da enunciação de outrem, sua compreensão e sua apreciação, isto é, a orientação ativa do falante (2014, p. 153-154).

Dito de outra forma, a transmissão do discurso do outro tem uma finalidade específica, leva em conta o interlocutor e tem a leitura do autor que cita. No caso em análise, o discurso crítico de Órris Soares constrói-se todo numa rede de diálogos e tensões com outros discursos que vigoravam na historiografia e na crítica literárias brasileiras quando da escrita do seu texto sobre Augusto dos Anjos. Trata-se do período que Antonio Candido denominou de “literatura de permanência” (1973, p. 113), pois, ao lado de pequenos surtos modernistas, permanecem epígonos realistas, naturalistas e parnasianos. Claro está que o discurso de Antonio Candido, como de muitos que se formaram na tradição histórico-crítica da Universidade de São Paulo, acaba por reforçar lugares comuns na historiografia brasileira ao fincarem um padrão no ano de 1922 como se a Semana de Arte Moderna e a produção dos modernistas paulistas fossem realmente a grande revelação nas letras brasileiras. Tanto é assim que outro crítico paulista, Tristão de Athayde, cunhou a expressão “Pré-Modernismo” para “designar o período cultural brasileiro que vai do princípio deste século à Semana de Arte Moderna” (BOSI, 1979, p. 11). Sobre o encaixe de escritores em escolas literárias, posiciona-se Órris Soares num enunciado com carga metafórica:

Enunciado 1: Isso de escolas é esquadria para medíocres. Só existe uma regra de escrita – a do escritor apoderar-se de sua língua e manejá-la de acordo com o seu individualíssimo sentir (1994, p. 62).

O Dicionário Houaiss (2009) registra as seguintes acepções para a palavra “esquadria”:

“1. ângulo de 90°; ângulo reto”, “2. corte em ângulo reto”, “3. instrumento para medir ângulos; acuta, salta-regra, esquadro”, “4. rubrica: arquitetura, construção. pedra de cantaria”, “5. rubrica: construção. qualquer tipo de acabamento ou fechamento de portas, janelas, varandas etc., de madeira, ferro, alumínio etc.”. Das cinco acepções, destacam-se características geométricas, medidas, que enfatizam o processo de construção arquitetônica.

Encontramos, pois, numa única palavra – esquadria –, o ressoar do discurso parnasiano, do poema como artefato construído, próximo do labor de joalheiro, como sustenta Olavo Bilac (1865-1918) no poema “Profissão de fé”:

Invejo o ourives quando escrevo:
Imito o amor
Com que ele, em ouro, o alto relevo
Faz de uma flor (BILAC, 1942, p. 5).

No Enunciado 1 ressoa também o discurso de uma sistematização historiográfica, isto é, de uma catalogação fechada, geometricamente estabelecida, de obras literárias em estreitas escolas, desconsiderando o princípio dialético de que em toda escola literária se encontram relações de continuidades e rupturas com o período anterior. A ambos discursos ressoados pelo procedimento metafórico “esquadria de mediócras”, utilizado para acrescentar uma significação à palavra “escolas”, o discurso do crítico apresenta relações polêmicas. Soares reforça a liberdade do artista em utilizar a sua língua conforme o seu sentimento, isto é, sua visão de mundo.

Alfredo Bosi, na sua *História concisa da literatura brasileira*, também reflete sobre essa questão ao apontar como deveria ser o trabalho da crítica literária. Explica que “não se trata de aceitar certas palavras como *poéticas* e de rejeitar outras por *apoéticas*. A crítica, depois de interpretar a cosmovisão de um artista, não lhe deve pedir senão uma virtude: a *expressividade*” (2002, p. 291). Para o caso específico da poesia de Augusto dos Anjos, Bosi explica, ainda, que os termos técnicos e científicos não devem ser abstraídos de um contexto que os exige, ou seja, “ao poeta do cosmos em dissolução, ao artista do mundo podre, fazia-se mister uma simbiose de *termos que definissem toda a estrutura da vida [...] que exprimissem o asco e o horror ante essa mesma existência imersa no Mal*” (p. 291).

Ao examinar esse período chamado de “Pré-Modernismo” pelos críticos paulistas, Alfredo Bosi sublinha que, a par do aspecto conservador, da permanência de valores naturalistas, realistas e parnasianos, destaca-se um aspecto renovador, pois “Um Euclides, um Graça Aranha, um Monteiro Lobato, um Lima Barreto injetam algo de novo na literatura nacional, na medida em que se interessam pelo que se convencionou chamar ‘realidade brasileira’” (1979, p. 12). Na introdução a seu livro *O Pré-Modernismo*, nenhuma palavra acerca da poesia de Augusto dos Anjos, porém, o capítulo todo dedicado ao poeta do *Eu* revela notações críticas consideráveis.

Interessa destacar essa permanência de cosmovisões e expressões literárias parnasianas com discursos poéticos que procuram apontar novos aspectos estilísticos e temáticos para a poesia. Quando morre Augusto dos Anjos em 1914, a poesia parnasiana domina o cenário da intelectualidade brasileira. Embora anedótica, há uma passagem muito curiosa que merece ser rapidamente comentada. Em novembro de 1914, Órris Soares e Heitor Lima informaram Olavo Bilac acerca da morte de Augusto dos Anjos. O poeta de “Ora, direis, ouvir estrelas” parecia realmente estar em contato com suas musas estelares, pois não se recordava quem era Augusto dos Anjos. Os dois amigos, então, leem-lhe o poema “Versos a um coveiro”. Assim reage Bilac: “[...] com um sorriso de superioridade: - Era este o poeta? Ah, então, fez bem em morrer. Não se perdeu grande coisa” (BARBOSA, 1998, p. 68).

De forma ficcional, no que se convencionou chamar novo romance histórico, Ana Miranda, em *A última quimera*, cria um narrador-protagonista que conta, de maneira admirada, quase como um espectro de Augusto dos Anjos, ou até mesmo um duplo, a trajetória biográfico-literária do poeta do *Eu*. Após a declamação do poema “Versos íntimos” a Olavo Bilac, esse narrador sem nome percebe a seguinte reação do seu interlocutor: “Num impulso súbito deseja livrar-se de mim. ‘Pois se quem morreu é o poeta que escreveu esses versos’, ele diz, ‘então não se perdeu grande coisa’. E parte, caminhando depressa, como se fugisse” (MIRANDA, 1995, p. 13-14).

Para Bakhtin, o signo é a arena onde se defrontam valores ideológicos (2014, p. 47). Nota-se, pois, uma arena discursiva – o panorama da poesia brasileira entre 1914 a 1920, data da publicação do ensaio de Órris Soares – em que se defrontam discursos mais conservadores e discursos mais inovadores. Acerca da poesia parnasiana, Soares é categórico: “No chamado parnasianismo, perfeito só é Leconte de L’Isle, cujos versos lhe refletiam a plástica do físico” (1994, p. 63). O discurso crítico de Órris Soares estabelece relações polêmicas com discursos que preconizavam a imitação dos grandes clássicos:

Enunciado 2: Se o formoso e triste pássaro do amor, batizado de Alfredo de Musset, cedesse à rogativa de Lamartine para imitar, não teria atingido ao poder de graça e sedução, com que ainda hoje, dormindo à sombra do seu merencório salgueiro, no Père Lachaise, conquista o exaltado coração dos jovens e o beijo doido das Ninons (1994, p. 63).

O princípio da *imitatio* clássica ainda vigorava nas produções dos primeiros românticos como Lamartine, e passou a ser utilizado como um dos pilares da poesia parnasiana, em reação às liberdades e ao extravasamento lírico romântico. Uma espécie de controle racional da forma

poética, alicerçado numa lógica capitalista, o discurso poético do Parnasianismo brasileiro engessou a “graça” e a “sedução”, impedindo os voos poéticos. Conforme Órris Soares,

Enunciado 3: o poeta tem que sentir a vida, o amor, os desejos, a força, a vastidão, a piedade, a cólera, o que sorri à flor das águas e o que brame no fundo dos oceanos [...]. Afastando-se do “eu” para trabalhar conforme medida, pode conseguir talho pimpão, mas sacrificando-se na individualidade e imolando a lira (1994, p. 63).

O discurso de Órris Soares constrói-se em relação polêmica, sobretudo com o discurso parnasiano. Há de se recordar que o autor se posiciona contrariamente a um dos princípios parnasianos, herdado das estéticas clássicas, que é a *imitatio*. Além disso, esse enunciado traz em seu interior o discurso do outro em relação polêmica. O uso do verbo imolar em “imolando a lira” remete ao discurso religioso da imolação do cordeiro, no sacrifício exigido para a obtenção da glória divina. A estética parnasiana buscava a perfeição formal, próxima a essa glória divina do uso de uma linguagem que construísse o poema perfeito (“trabalhar conforme medida”), mesmo que se afastasse da carga subjetiva do poeta (“afastando-se do eu”). O efeito obtido, conforme Soares, seria o “talho pimpão”, uma redução da plenitude de significados do poema à vaidade do próprio poeta.

Embora negue o princípio da *imitatio* no fazer poético, o crítico não busca uma originalidade absoluta na poética de Augusto dos Anjos, pois parece estar consciente de que todo discurso é atravessado por outros. Soares ressalta a autenticidade do poeta do *Eu*, mas em diálogo com outras poéticas.

Enunciado 4: Coisa alguma de Antero de Quental apaga o brilho dessa gema (1994, p. 67).

O discurso desse enunciado é caracterizado por um posicionamento crítico categórico, no qual ressalta uma preferência, com parcialidade de quem foi amigo de Augusto dos Anjos. É feita uma alusão à poética de Antero de Quental (1842-1891), conhecido pelo seu discurso filosófico, eivado de elementos oriundos da dialética hegeliana, que está na base estrutural de muitos dos seus poemas, como “Ideia”, “Tese e antítese” e “Tormento do ideal”. Conforme Benjamin Abdala Júnior e Maria Aparecida Paschoalin, “Antero, na época, um dos maiores conhecedores da dialética hegeliana em Portugal, mostra-se à procura do equilíbrio clássico perdido, onde haveria a síntese forma/conteúdo em comunhão com o absoluto” (1982, p. 108).

De forma correlata, a reflexão filosófica também se encontra em poemas de Augusto dos Anjos como “Eterna mágoa”. Esse poema é metaforizado pelo crítico como “brilho dessa

gema”. De forma correlata às reflexões filosóficas presentes no discurso poético de Antero de Quental, a poesia de Augusto dos Anjos enforma-se por discursos filosóficos como o evolucionismo de Haeckel e Spencer e o pessimismo de Schopenhauer.

Além de identificar na poética de Augusto dos Anjos reflexões filosóficas tão importantes como as encontradas na de Antero de Quental, Órris Soares estabelece outra relação dialógica presente na poética do autor de *Eu*, dessa vez com outro poeta português, João de Deus (1830-1896). O poema transcrito intitula-se “Duas estrofes”, que Augusto fez “à memória de João de Deus” e serve para refutar o discurso de outrem, o dos críticos que acusam o poeta “de pobreza de sentimento” (1994, p. 70). Soares rebate esse discurso, ao sustentar que “há versos de Augusto impregnados de lirismo que o defendem da acusação” (p. 70), e cita como exemplos “*Ricordanza della mia gioventù*”, “Barcarola” e “Duas estrofes”. Nesse último, o discurso poético é “puro João de Deus” (p. 70).

No enunciado seguinte, o discurso de Órris Soares expressa um elogio à obra de Augusto, além de fazer referência ao Simbolismo, em palavras que remetem a som/música, a instrumentos musicais. Identificamos novamente uma oposição aos valores parnasianos:

Enunciado 5: As excentricidades dos acordes lúgubres de seu plectro levaram cultores de belas letras a incriminá-lo de extravagante, como se o caso do seu afastamento das normas vezeiras no Brasil o incompatibilizasse com a grande razão da poesia. Lá isso nunca! Mesmo quando a lira parece delirar, solta por mundos da imaginação, não há nas toadas a menor incoerência. Todas se entretecem de maneira que a urdidura das proposições forma verdadeiro corolário de ideias (1994, p. 69).

As palavras “acordes”, “plectro”, “lira” e “toadas” ligam a poesia de Augusto dos Anjos diretamente à música, ressoando a discursividade do Simbolismo. A palavra “plectro”, além de significar inspiração poética, segundo o Dicionário Houaiss (2009), denomina uma pequena peça que serve para fazer soar as cordas, palheta. Da mesma maneira, com base no mesmo Dicionário (2009), “lira” remete a um “instrumento medieval semelhante à rabeca”. No projeto poético dos simbolistas, busca-se a aproximação da arte poética com a música que costumava ocorrer no período medieval. Ao considerar a poesia “solta por mundos da imaginação”, Soares também assimila o discurso simbolista, voltado ao eu, à subjetividade, à imaginação, diferentemente do Parnasianismo, dedicado à objetividade. Somado a isso, nesse enunciado, perpassa uma ideia de negatividade associada à corrente parnasiana. O crítico explica que os parnasianos, aqueles que cultivam a forma perfeita, ou seja, os “cultores de belas letras” incriminavam Augusto por não seguir o cânone, “as normas vezeiras”, que, à época, ligavam-

se à estética parnasiana. O verbo incriminar remete ao discurso jurídico, produzindo uma conotação fortemente negativa.

Por meio da linguagem metafórica do enunciado seguinte, Soares, além de elogiar Augusto dos Anjos, sugere novamente uma relação entre o poeta e a estética simbolista:

Enunciado 6: Todas as poesias vestem-se do mesmo tom de beleza sombria, possuem o mesmo poder sugestivo, a mesma opulência e erudição, a mesmíssima riqueza de imagens que se encontram nos versos citados (1994, p. 72).

Assim como a expressão “mundos da imaginação” citada anteriormente, “poder sugestivo” remete aos valores simbolistas, opondo-se, indiretamente, ao Parnasianismo, mais descritivo. Conforme Stéphane Mallarmé, “*nomear* um objeto é suprimir três quartos do prazer do poema, que é feito de adivinhar pouco a pouco: *sugeri-lo*, eis o sonho” (1945, p. 869 apud MOISÉS, 1984, p. 9). Ainda, “beleza sombria” propõe uma relação com Charles Baudelaire, poeta francês cuja poética é marcada por características simbolistas e por uma temática voltada à decomposição da carne (BOSI, 2002, p. 264 e p. 289).

Órris Soares também utiliza um procedimento metafórico ao expressar a cosmovisão de Augusto dos Anjos, quando discorre sobre a característica sombria e fúnebre da sua poesia:

Enunciado 7: Na retina do poeta é o preto a cor predominante, não devendo os matizes passar do meio-tom violáceo. A vida, na afligente esterilidade de suas energias, não lhe merece ser vivida. Tudo é negação. A felicidade reside no Nirvana, na Paz Absoluta, no Não Ser, no Nada, e tal é a convicção aterradora do poeta [...] (1994, p. 67).

Na primeira frase, perpassa um tom negativo a partir das cores citadas por Soares. O crítico explica que o olhar do poeta se volta para o preto e para o meio tom violáceo, cores que representam morte, escuridão, negatividade. Na sequência, expõe o que chama de “convicção aterradora”, ou seja, o que ele caracteriza como a visão de mundo de Augusto dos Anjos, de que somente existe felicidade no Nada, na ausência de vontade e desejo. Ressoam vozes do discurso budista e da filosofia pessimista do filósofo alemão Arthur Schopenhauer. Segundo Bosi (2002, p. 277), há um ideal de transcendência que se aproxima do Nirvana para o Budismo, em que o fim é a extinção da vontade, do desejo e, conseqüentemente, do sofrimento. Ao atingir o Nirvana – o Nada, a paz absoluta –, a alma integra-se ao cosmos, não se liga mais a nenhuma individualidade. O próprio Órris Soares refere de maneira mais direta a aproximação de Augusto dos Anjos a essas duas correntes quando afirma que “só um espírito criado no leito do

budismo e alimentado pelo schopenhauerismo, seria capaz de soltar grito tão desesperativo” (1994, p. 67).

A afirmação de que a cosmovisão de Augusto dos Anjos é baseada no pessimismo de Schopenhauer e nos princípios budistas é feita por diversos críticos. Além de Soares e de Bosi, destacamos também a explicação de Anatol Rosenfeld. Para ele, Augusto “exalta, com Buda e Schopenhauer, o Nada, único recurso para escapar do ‘supremo infortúnio de ser alma’ e para não ser martirizado pelo morcego da consciência” (1996, p. 267).

Ainda a respeito do Enunciado 7, quando Soares menciona a “afligente esterilidade” das energias, seu discurso dialoga com a voz do próprio poeta do *Eu*, especialmente, com o poema “O lamento das coisas”. Os versos “Ouço, em sons subterrâneos, do Orbe oriundos / O choro da Energia abandonada! // É a dor da Força desaproveitada” (ANJOS, 1994, p. 309) tratam da energia desperdiçada, do vão esforço de viver.

A metáfora seguinte complementa a visão de Soares acerca da obra de Augusto dos Anjos ao citar o poeta italiano Giacomo Leopardi (1798-1837), que tem uma poética pessimista:

Enunciado 8: Leopardi, beija aqui a face do teu irmão mais moço! (1994, p. 67)

Tratando Leopardi como irmão mais velho de Augusto dos Anjos, uma vez que o escritor italiano viveu antes do poeta paraibano, o crítico propõe uma relação bastante próxima entre as duas concepções estéticas e produz um diálogo entre os discursos poéticos de ambos.

Todo o texto em análise é atravessado por uma ideia diretamente relacionada à cosmovisão de Augusto dos Anjos: a dor. Órris Soares metaforiza em diversos trechos sobre esse tema, como podemos constatar nos seguintes enunciados:

Enunciado 9: Nascera sofredor; e se tal não houvera acontecido, impossível fora a Augusto librar-se tão às alturas dos píncaros (1994, p. 60-61).

Enunciado 10: Dez vezes infelizes os que passam pela vida espanejando-se na alacridade de perpétuo contentamento. São os esconjurados. Nunca compreenderão a beleza dos mistérios nem o mistério da beleza (1994, p. 61).

Enunciado 11: O *Eu* é um livro de sofrimento, de verdade e de protesto: sofre as dores que dilaceram o homem e aquelas do cosmos (1994, p. 72)

Enunciado 12: Augusto foi bom, dessa bondade solidária com todos os sofrimentos [...] pobre, extraordinário Augusto! (1994, p. 73).

Enunciado 13: [...] passem de largo os endoidecidos da alegria, muito de largo. *Riqueza da alma, psíquico tesouro*, só é a dor (1994, p. 73).

Já no primeiro parágrafo do seu texto, o crítico aborda o aspecto físico de Augusto dos Anjos, cita sua magreza, seu “olhar doente de tristura” (SOARES, 1994, p. 60), relembra seus sofrimentos e argumenta que é a dor que o fez tão bom poeta. Segundo o crítico, a dor é a força que impulsiona sua criação, é “riqueza”, é “tesouro”; sem a dor Augusto não teria elevado-se “tão às alturas dos píncaros” (Enunciados 9, 10 e 13). Mas não se trata de uma dor íntima, particular, e sim uma dor universal, sentida por todos os seres, as dores do homem e do cosmos, numa relação de empatia “com todos os sofrimentos” (Enunciados 11 e 12).

Órris Soares, como amigo saudoso, busca explicações para a vivência dolorosa do poeta. Ele elenca três fatores da profunda tristeza de Augusto dos Anjos, denotando a relação entre essa tristeza e a sua poesia. Na sua visão, o primeiro fator é a presença e a certeza da morte, da decadência da vida, sentimento enaltecido pela doença que acometeu o poeta. O segundo fator é um sentimento de melancolia em decorrência da formação do povo brasileiro, do “índio perseguido, negro escravizado e europeu emigrado” (1994, p. 72), peso que, no entendimento de Soares, contribui para a tristeza das pessoas. E o terceiro fator é relacionado à intelectualidade, pela distância que há na América do Sul entre os estudados e os demais. Augusto seria muito culto, vivendo num universo distante da maioria das pessoas, gerando um sentimento de tristeza e solidão.

No nosso entendimento, esse é um discurso não somente direcionado ao poeta, já que revela uma concepção relacionada à formação social do país e da América do Sul, principalmente, em relação aos dois últimos fatores, que não são questões particulares, de sentimentos pessoais, mas estão presentes na cultura em geral. Assim, entendemos que Soares expande seu discurso de crítica literária para uma análise sociológica e antropológica mais ampla.

Ainda, a respeito da sequência de metáforas anteriormente citadas, identificamos alguns excertos em que o discurso de Soares é marcado mais diretamente pelo discurso de outrem, conforme teoriza Bakhtin (2014). Quando o crítico aconselha “passem de largo os endoidecidos da alegria, muito de largo” (Enunciado 13) ou quando afirma “dez vezes infelizes os que passam pela vida espanejando-se na alacridade de perpétuo contentamento. São os esconjurados. Nunca compreenderão a beleza dos mistérios nem o mistério da beleza” (Enunciado 10), parece haver um diálogo com o interlocutor, na medida em que Soares transmite, indiretamente, o discurso do outro e, ao mesmo tempo, já oferece uma resposta. Enunciados como esses, reiterados no texto, enaltecem as relações dialógicas integradas à linguagem metafórica, foco de nosso estudo no presente artigo.

Considerações finais

Estudar relações dialógicas por meio de metáforas permite-nos adentrar numa rede de sentidos diversos, movimento que ocorreu na análise de “Elogio a Augusto dos Anjos”, texto permeado por uma linguagem artesanal, uma escrita criativa e emocionada. O crítico enuncia muitas metáforas, entre as quais selecionamos apenas algumas para este estudo, remetendo novamente ao que preconiza Fiorin quando afirma que a metáfora é uma maneira de dar mais vida ao texto (2008, p. 73).

O mesmo teórico também aponta que a metáfora é um processo de construção de sentido que não se refere à palavra isolada, mas é produzida e compreendida na “sintagmática do texto” (FIORIN, 2008, p. 72). Ainda, “mesmo a metáfora tendo a dimensão da palavra, o texto todo adquire um valor metafórico” (2008, p. 76). É o que podemos constatar ao analisar a sequência de enunciados que metaforizam sobre a dor de Augusto dos Anjos (Enunciados 9 a 13). São recortes metafóricos que se distribuem ao longo do texto, atribuindo ao todo um sentido referente à cosmovisão do poeta, expressando sua sensação de dor e sofrimento.

Cabe também mencionar que a ideia da dor que perpassa todo o texto explica, de certa forma, o próprio título e o tom elogioso que percorre o discurso crítico de Órris Soares. Como se a dor justificasse o elogio, o engrandecimento póstumo: “Foi um extraordinário sincero, deste de boa estofa, para os quais a mentira não oferece gostos, só desgostos” (SOARES, 1994, p. 65); “Não teve largos instantes descansados, sendo-lhe a existência uma luta, trabalhando dia e noite, noite e dia. Canseira de professor de ciências e letras, obrigado a ensinar como único recurso de vida. Pobre, extraordinário Augusto!” (1994, p. 73).

A partir disso, convém retomar o lugar da enunciação, as condições de produção, especialmente, quanto à posição do autor do texto em análise. Trata-se de um lugar de admirador, de amigo saudoso, o que permitiu a elaboração não só de um discurso crítico, mas também memorialístico. Existem elementos de uma vivência biográfica, quando Soares relembra o momento em que conheceu o poeta – “não alcanço data mais velha à do ano 1900, para o começo de minhas relações com Augusto dos Anjos” (1994, p. 61) – ou quando descreve o processo de criação de poemas, com riqueza de detalhes pessoais – “De certa feita bati-lhe às portas, na rua Nova, onde costumava hospedar-se. Peguei-o a passear, gesticulando e monologando, de canto a canto na sala” (1994, p. 62).

Podemos também apontar um elemento referente à teoria da linguagem aqui considerada, ou seja, o diálogo entre discursos que ocorre no texto. Quando Órris Soares

discorre sobre a cosmovisão de Augusto dos Anjos e a relação com o budismo e com a filosofia de Schopenhauer, o seu discurso entrecruza-se com outros críticos (Alfredo Bosi, Anatol Rosenfeld) numa relação de interdiscursividade. A partir de Fiorin, entendemos que o interdiscurso é um diálogo entre discursos, compõem-se pelos “discursos que se opõem e se delimitam” no espaço discursivo, em relação de oposição ou de complementaridade (2005, p. 223). O mesmo ocorre entre o discurso crítico de Soares e o discurso poético de Augusto dos Anjos, uma relação interdiscursiva de complementaridade em que ambos tratam da energia desperdiçada e paralisada – a “afligente esterilidade de suas energias” (Órris Soares) e o “choro da energia abandonada” (Augusto dos Anjos).

Além disso, o texto de Órris Soares constitui uma arena em que ocorre o encontro de valores ideológicos, os valores transmitidos pelos diferentes discursos que se entrecruzam e se entrechocam. Conforme Bakhtin, o campo estético (assim como o científico, o moral, o religioso) tem função ideológica, preenchendo as palavras com sentidos específicos (2014, p. 37). Como exemplo de discursos que se entrecruzam, temos os já citados sobre a cosmovisão de Augusto dos Anjos. E discursos que se entrechocam, em relação de oposição, são aqueles que tratam das estéticas parnasiana e simbolista. O Parnasianismo, marcado pela objetividade, métrica perfeita, primazia do objeto sobre o sujeito, e o Simbolismo, marcado pela subjetividade, imaginação, primazia do sujeito, referendam ideologias opostas e relações dialógicas entre discursos.

Finalizando este artigo, apontamos o caráter de incompletude de nosso gesto de interpretação – pois se trata de uma entre várias possíveis leituras, com determinados recortes sintagmáticos de enunciados do texto de Órris Soares –, restando este espaço aberto para a continuidade e para a realização de diferentes leituras e relações discursivas.

Referências

ABDALA JR, Benjamin; PASCHOALIN, Maria Aparecida. **História social da literatura portuguesa**. São Paulo: Ática, 1982.

ANJOS, Augusto dos. Outras Poesias. In: BUENO, Alexei (Org.). **Augusto dos Anjos: obra completa**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. pp. 307-365.

BAKHTIN, Mikhail. **Problemas da Poética de Dostoiévski**. Trad. Paulo Bezerra. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

_____. **Marxismo e filosofia da linguagem.** Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 16 ed. São Paulo: HUCITEC, 2014.

BARBOSA, Francisco de Assis. Notas Biográficas. In: ANJOS, Augusto dos. **Eu e outras poesias.** 42 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. pp. 47-72.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. Dialogismo, polifonia e enunciação. In: BARROS, Diana Luz Pessoa de; FIORIN, José Luiz (Orgs.). **Dialogismo, polifonia, intertextualidade:** em torno de Bakhtin. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011. pp. 1-9.

BILAC, Olavo. **Poesias.** 19. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1942.

BOSI, Alfredo. **O pré-modernismo.** 5 ed. São Paulo: Cultrix, 1979.

_____. **História concisa da literatura brasileira.** 40. ed. São Paulo: Cultrix, 2002.

CANDIDO, Antonio. Literatura e cultura de 1900 a 1945 (Panorama para estrangeiros). In: _____. **Literatura e sociedade:** estudos de teoria e história literária. 3. ed. São Paulo: Nacional, 1973.

FIORIN, José Luiz. Metáfora e metonímia: dois processos de construção do discurso. In: _____. **Em busca do sentido:** estudos discursivos. São Paulo: Contexto, 2008. pp. 71-92.

FIORIN, José Luiz. Polifonia textual e discursiva. In: BARROS, Diana Luz Pessoa de; FIORIN, José Luiz (Orgs.). **Dialogismo, polifonia, intertextualidade:** em torno de Bakhtin. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011. pp. 29-36.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro; FRANCO, Francisco Manoel de Mello. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa:** com a nova ortografia da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. CD-ROM.

MIRANDA, Ana. **A última quimera:** romance. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

MOISÉS, Massaud. **História da literatura brasileira. Simbolismo.** São Paulo: Cultrix, Edusp, 1984, v.3.

ROSENFELD, Anatol. A costela de prata de A. dos Anjos. In: _____. **Texto/Contexto I.** 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1996. pp. 263-270.

SOARES, Órris. Elogio a Augusto dos Anjos. In: BUENO, Alexei (Org.). **Augusto dos Anjos:** obra completa. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. pp. 60-73.

**AS PERSONAGENS FEMININAS EM *DESMUNDO*, DE ANA MIRANDA: UMA
REPRESENTAÇÃO DA MARGINALIZAÇÃO E DA VIOLÊNCIA DA
COLONIZAÇÃO BRASILEIRA**

EneDir Silva SANTOS²⁸

Kelcilene GRÁCIA-RODRIGUES²⁹

Resumo: As narrativas de Ana Miranda derivam da historiografia oficial e caracterizam-se pela ficcionalização de dados históricos. O romance *Desmundo*, publicado em 1996 evidencia o processo de colonização portuguesa desde seus meandros exploratórios até a constituição da população brasileira. Nesse contexto, as personagens femininas representadas por Miranda, tanto as portuguesas – órfãs – trazidas para se casarem, quanto as que já se encontravam aqui, encarnam a própria violência da colonização que é denotada pela marginalização da mulher e do que estava ligado a ela. O estudo sobre as personagens apoia-se em teóricos como Lukács, Goldmman entre outros estudiosos.

Palavras-chave: Narrativa. Romance. Personagem Feminina.

Abstract: *The narratives of Ana Miranda derive from the official historiography and characterized by fictionalization of historical data. The novel Desmundo, published in 1996 shows the Portuguese colonization process from its exploratory meanders to the constitution of the population. In this context, the female characters represented by Miranda, both the Portuguese - orphans - brought to marry, as those who were already here, embody the very violence of colonization that is denoted by the marginalization of women and what was attached to it. The study of the characters is supported by theorists as Lukacs, Goldmman among other scholars.*

Keywords: *Narrative. Novel. Female Character.*

²⁸ SANTOS, EneDir Silva. Doutoranda em Estudos Literários pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. UFMS-CPTL. Três Lagoas, MS, Brasil. enedirss@hotmail.com

²⁹ GRÁCIA-RODRIGUES, Kelcilene. Departamento de Letras. Programa de Pós Graduação em Letras. Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. UFMS-CPTL. Três Lagoas, MS, Brasil. kelcilenegracia@uol.com.br

O romance como expressão de uma sociedade multifacetada extrai sua matéria de vivências que ora são agressivamente sintéticas, ora existências reflexivas que encaminham o ser humano rumo à descoberta de si e do outro (ou não), como apontado por Pereira (2011, p. 46): “A ficção ainda hoje recria a violência, o niilismo, o esgarçamento do tecido social e a degradação das condições de vida nos grandes centros urbanos, com a perplexidade de seres humanos que, sem outras raízes, chegam ao leitor envolto em um trabalho textual que lhe dá sentido”.

Dessa forma, a narrativa parece cumprir seu dever quando coaduna as experiências objetivas para transformá-las na e com a subjetividade da existência humana na arte de conviver e extrair como escrita o material que orienta reflexões veladas ou explícitas, intermediadas por intrínsecos arranjos linguísticos.

Ana Miranda tem em sua trajetória literária a destreza de unir o discurso historiográfico oficial e personalidades reconhecidas socialmente, para criar uma ficção que denuncia, revela e desconstrói muito desse discurso.

Assim, os romances de Ana Miranda são construídos nos cenários exatos para que a alma humana e as relações sociais possam ser expostas. Em *Desmundo* (1996), quinto romance da autora, as personagens movimentam-se num ir e vir, traduzidos espacialmente em Portugal/Brasil, continente/interior. A primeira evocação de localização remete o leitor ao que é civilizadamente aceitável, nos moldes do século XVI, enquanto as posteriores referem-se ao abandono exploratório da coroa portuguesa.

Nesse tecido ficcional construído no diálogo com os eventos históricos, *Desmundo* perscruta a personalidade de um bando de órfãs e enfatiza suas relações sociais no espaço Portugal e no Brasil. Assim, explorando tais locomoções em que se manifestam a expressão do silêncio, da aceitação, mas também da não aceitação, o romance alcança o delineamento da situação das órfãs por um viés que está em descompasso com o perfil histórico dessas mulheres em ação no contexto social.

A partir do deslocamento do mundo/*Desmundo*, desloca-se também o olhar da narradora que apresenta ao leitor uma sociedade já degradada, formada pela imponente presença dos portugueses e da igreja, ou seja, fruto de uma colonização exploratória e religiosa, dessa forma, a obra de Miranda é uma dessas

[...] Numerosas narrativas logram apresentar um mundo degradado em uma linguagem criativa e paradoxalmente poética. Imprevisíveis deslocamentos de foco, em que a paisagem surge personificada, em contraste com os

indivíduos reificados pela brutalidade do contexto, instauram no texto, muitas vezes, um inesperado lirismo. (PEREIRA, 2011, p. 47)

As palavras de Pereira (2011) ilustram a construção desse romance, visto que para representar a degradação da sociedade brasileira do período colonial, a autora utiliza-se de inúmeras pesquisas que contemplam os contextos histórico, social e linguístico para criar uma ficção que além de dar voz a uma personagem marginalizada – mulher, órfã, desterrada, esposa, adúltera – alcança uma verossimilhança ímpar ao denunciar o processo de colonização desse país.

Aportada na historiografia oficial, mas como uma ficção derivada desses dados, as personagens unem-se num todo de denúncia da violência, da condição da mulher e dos primeiros habitantes brasileiros, sejam eles nativos ou imigrantes. Em algumas páginas do romance, as palavras “bando” e “leva” apresentam a importância (ou desimportância) social de que gozavam as jovens portuguesas e a velha que as acompanhava no Brasil do século XVI. Além dessas palavras, pelas 213 páginas do romance, frequentemente se encontram sequências descritivas que evidenciam que as mulheres não eram senão receptáculos das tensões masculinas, máquinas de procriar, mais uma porção de indesejados que se ajuntaria aos outros em terras brasileiras:

Orfã, só o que restava, pudesse querer se mover a tão distante país, como se diz desse tipo de mulher que ninguém quer, tesoura aberta, martelo sem cabo, alfinete sem ponta, que como o cão sorrateiro morde o cavalo e mata o cavaleiro. Filhas das pobres ervas e netas das águas correntes. As enjeitadas, as fideputas, que nem se rapta nem se dota, mulher da cafraria. (MIRANDA, 1996, p. 52)

Apresentado ulteriormente por uma narradora autodiegética, esse romance é consoante com o prefixo “des” de seu título, ou seja, é uma narrativa que explora a separação e a negação de tudo que parece ser mais profundo na existência humana, principalmente exposto na existência feminina do século XVI. Aliás, tudo se constrói e se destrói pelo prefixo “des”: desesperança, desânimo, desterro, desajuste social.

Esse processo de construção versus destruição se dá na trajetória da protagonista, estabelecendo-se no jogo das palavras constituídas pelo prefixo: esperança por um novo espaço x desesperança diante do que encontrou; animação pelo término da viagem x desânimo pelas novas condições de vida; tristeza pelo desterro x descoberta do amor; acolhimento pela rainha x desajuste social ocasionado pela paixão pelo mouro.

A autora, por meio de sua personagem protagonista, delinea a face das desventuras de mulheres que, sem a proteção da família e sem o dote, não passam de mercadoria e, como tal, devem ser manipuladas, usadas e ignoradas, fatores exemplificados neste trecho: “E nos mandaram em joelhos rezar, que fazíamos pouco de nossos ímpetos mulheris dados ao demônio que devíamos temer e vigiar, vivia o Mau dentro de nossas almas negras, para não sermos arrebatadas pelo espírito do maligno e depois nos fôssemos confessar em joelhos” (MIRANDA, 1996, p. 41).

Quem manuseia pela primeira vez o volume de Ana Miranda logo na capa se depara com a imagem de um ser que poderia povoar a cabeça das donzelas portuguesas de 1552, principalmente se elas tivessem colhido as informações veiculadas nos conveses dos navios que as traziam para o novo mundo, pois se sabe que os monstros marinhos, a incerteza do formato da terra ainda eram questões que atormentavam navegadores, além de povoarem o imaginário das pessoas.

A plasticidade anuncia o que irá ser encontrado e corrobora para que, por meio dos olhos e das palavras da protagonista, também possamos conhecer a Terra de Vera Cruz e no encontro entre a terra e a órfã, extrairmos a natureza de Oribela, da Velha, das outras órfãs, das índias e das portuguesas que já aqui estavam.

Filhas dos demos, mas os olhos que se punham em nós, destarte, neste país, não eram mais vazios, avistavam curiosos e as gentes até queriam saber nossos nomes, feito agora fôssemos de carne e alma, humanas, talvez com um desprezo por sermos fracas moças mal vestidas, mas não mais aquele não ver as nossas pequenezas, nem pareciam que pensavam no que nossas mãos podiam, manter acesos fornos e lumes, lavar roupas nos lavadouros, levar água ou girar as colheres nas panelas, lidar aos teares ou às agulhas e nossos corpos aos deleites da carne, não, nem mais despidas pelo silêncio que a cor de nossa pele branca e o nosso ar de cristãs, mancebas donzelas, era dote. (MIRANDA, 1996, p. 42)

No interior do romance, as personagens femininas, de forma mais enfática, vão sendo descritas num ascendente de marginalização que pode ser visto se nos ativermos às sequências narrativas que enfatizam suas características, como foi mencionado acima. As órfãs são um bando de jovens, conduzidas por uma velha freira, cuja função seria, primordialmente, orientá-las para que se casassem com os homens brancos que estavam no Brasil e perdiam-se entre as pernas das negras e das índias.

Obviamente, como as mulheres não passavam de mercadoria, no primeiro momento pareceu-lhes um grande favor da rainha e da igreja trazê-las para essa terra e dar-lhes a oportunidade de serem desposadas, queridas, entretanto a própria protagonista é a primeira a

perceber que aqui não havia direitos ou voz, todos eram excluídos, marginalizados, tanto econômica como socialmente. Assim, percebemos que as personagens femininas secundárias são marcadas por tragédias, por silêncios e por trajetórias impostas.

Como uma narrativa ficcional que bebeu das fontes historiográficas, sabe-se que a abordagem das mulheres de Miranda deriva da construção historiográfica masculina, o que, segundo Swain (2008), evidencia a colônia como um paraíso tropical onde se ignoram o estupro e a violência de gênero. A estudiosa aponta em seu artigo “História: construção e limites da memória social” que a voz conferida ao masculino institui um monopólio discursivo que relega ao menosprezo a presença das mulheres na história, dessa forma perpetuando uma voz unívoca, um sistema binário de discriminação.

Diante do leitor, a obra de Miranda, embora tenha bebido do discurso histórico oficial, resgata o processo de colonização português denotando também a marginalização desse processo em que a colônia como espaço a ser apenas explorado, recebe uma enormidade de desterrados, dos quais Portugal quer se livrar:

Uns cristãos mastigavam fumo, como se fossem bárbaros de costumes, quase todos num pobríssimo trato de suas pessoas e nos seus vestidos, por onde entendi não ser esta terra tão provida de vaidades e não matava a todos de gentilezas, o corpo deles mortificado por feridas, quedas, mordidas, larvas entre a carne e a pele, rosto doído pelo tempo, lacerado por gravetos, espinhos e umas abelhas que sugavam sangue. Escravas amamentavam suas crias, tendo paridos filhos que de rosto saíam brancos mas tismados em brasa, filhos dos cristãos que delas se enamoravam, na solidão destas terras desabafadas. (MIRANDA, 1996, p. 26)

Os endros narrativos manipulam tais informações que se apresentam pela voz da protagonista, que parece destoar das outras órfãs, por ser mais ousada diante do poderio masculino da colônia. Os capítulos variam entre uma página inteira e meia página, muitas delas preenchidas com descrições sobre a terra brasileira, sobre as pessoas aqui encontradas, seus hábitos e costumes, além da presença da igreja católica, ratificando o clima de abandono da coroa portuguesa, cujo intuito primordial era a exploração.

A partir de tais explanações no contexto romanesco, pode-se compreender que por meio da narração autodiegética vislumbra-se o ir e vir da protagonista em busca de si mesma, em que primariamente ela procura livrar-se de sua trajetória de órfã portuguesa e, secundariamente, encontra-se insatisfeita com a imposta vivência brasileira. Lukács (2000, p. 82), diante da degradação do espaço e da própria personagem principal romanesca, evidencia que:

O processo segundo o qual foi concebida a forma interna do romance é a peregrinação do indivíduo problemático rumo a si mesmo, o caminho desde o opaco cativo na realidade simplesmente existente, em si heterogênea e vazia de sentido para o indivíduo, rumo ao claro autoconhecimento. Depois da conquista desse autoconhecimento, o ideal encontrado irradia-se como sentido vital na imanência da vida, mas a discrepância entre ser e dever-ser não é superada, e tampouco poderá sê-lo na esfera em que tal se desenrola, a esfera vital do romance; só é possível alcançar um máximo de aproximação, uma profunda e intensa iluminação do homem pelo sentido de sua vida.

Na narrativa, as sequências de marginalização das mulheres e do Brasil coincidem em muitos trechos, pois “[...] com as mãos para o céu louvaram a Deus chegar vivos, que não esperavam, em naus, mulheres são mau agouro, em oceanos, fêmeas são baús cheios de pedras muito grandes e pesados, sem serventia nem a ratos a não ser turbar as vistas, nausear as tripas, alevantar as mãos em súplicas e trombetear por causa alguma, só pelo prazer, feito a demos” (MIRANDA, 1996, p. 14) e delineiam o caráter extrativista da exploração portuguesa.

Nesse contexto, entende-se a marginalização como um processo de deixar à margem, ou seja, excluir. As mulheres que povoam o romance de Miranda exemplificam em suas características e comportamentos o posicionamento histórico oficial sobre a figura feminina. Guia-nos o raciocínio para essa afirmação pensar nas particularidades que acompanham a construção dessas personagens: órfãs, pobres, desterradas, casaduras, em um dos casos, homossexual. Quando se trata das habitantes brasileiras, temos: pobres, mulheres sem voz, índias escravizadas e lascivas, portuguesas dependentes de seus maridos e filhos e, num dos casos, deficiente intelectual.

Dentre as moças portuguesas que receberam a incumbência de poupar os homens brancos do pecado, encontra-se Oribela, órfã que se regozija com a promessa das terras vindouras, emitindo as primeiras notas de alegria que povoam a esperança de livrar-se dos odores e das marcas da viagem, talvez uma oportunidade de recomeço, cuja sensação é transmitida por sua narração.

A narração de Oribela, diferentemente do que ocorre na historiografia oficial, é efetivada por uma voz feminina, que tem suas percepções e reflexões ligadas a seu lugar de origem, ou seja, à problemática distinção de gênero numa sociedade masculina e de dominação da força fálica.

Enquanto terra longínqua e prometida, o Brasil, como território exterior da vida das personagens, seria a esperança de libertação. No entanto, quando solidificada como paisagem presente, tornou-se prisão, pois representava o confinamento, ratificando a marginalização das órfãs. Em “Dialética do exterior e do interior” aponta Bachelard (1993, p. 218) que ao

caminharmos para o centro da espiral de nós mesmos, o que pode se encontrar são as inconsistências, a errância do ser; enquanto buscando o exterior pode-se experimentar as consistências. No texto de Miranda, ao deixarem Portugal as órfãs procuram um futuro que contrarie a exclusão social de que eram vítimas, ou seja, recolhidas em si, experimentavam a errância de serem órfãs, indesejadas pela coroa. Ao chegar ao Brasil, a situação se confirma e além de continuarem a ser quem são, passam a ser exploradas e agredidas, meros objetos nas mãos de seus maridos.

Dessa forma, as terras brasileiras representam, primeiramente, a possibilidade de algo melhor e, posteriormente, a ratificação do abandono pleno da coroa, referência de poderio político da época.

A vista de uma colina distante tangeu dentro do meu coração música de boas falas, como doçainas e violas d'arco, a ventura mais escondida clareia a alma. Ali estava bem na frente a terra do Brasil, eu a via pelos estores treliçados, lustrada pelo sol que deitava. (MIRANDA, 1996, p. 11)

As ondas davam na areia e a areia num outeiro, o outeiro nas estrelas onde tudo acabava porque o limite do céu não era outro senão o próprio céu e da porta aberta da fortaleza saía a gente da cidade com luzes nas mãos para olhar de mais perto a *Senhora Inês*. E da nau se olhava a cidade. Uma muralha de taipa e baluartes, bocas-de-fogo, uma fonte para aguada dos navios, uma montanha de paus em torno e nada mais [...]. (MIRANDA, 1996, p. 20)

Durante todo o romance, as paisagens brasileiras são apresentadas num diálogo perturbador entre o inferno e o paraíso, o que também aparece nas cartas de Padre Manoel da Nóbrega, jesuíta que colaborou com a colonização portuguesa e é fonte declarada de pesquisa de Ana Miranda para a escrita de seu romance. Nas cartas do jesuíta evidencia-se o caráter pecaminoso dos habitantes dessa terra e embora fosse terreno fértil para a evangelização católica, o mais difícil era manter os gentios nos bons costumes, pois “O converter todo este Gentio é muito fácil, mas sustentá-lo em bons costumes não pode ser senão com muitos obreiros, porque em coisa nenhuma crêem e estão em papel branco para neles escreverem a vontade”. (NÓBREGA, 1988, p. 124-125)

A obra de Miranda ratifica a consistência da população e da paisagem, enfatizando esse diálogo já estabelecido pelos escritos do jesuíta, logo, amparados pela análise de Gérard Genette, em *Discurso da narrativa* (1976), percebemos que a descrição é menos pautada no objeto contemplado do que na própria narrativa, na qual encontramos a análise do contemplante, de suas impressões, descobertas progressivas, mudanças de distância e de perspectiva, erros e correções, entusiasmos e decepções.

Desse modo, de maneira ascendente, exprimem-se as impressões da narradora acerca de sua nova pátria; elas também refletem o desenvolvimento da personalidade de Oribela em terra brasileira, evidenciando a passagem da euforia com a chegada, até a decepção com o marido e com a vida entre os brasis. O quadro a seguir, intitulado Euforia/disforia aliado à descrição paisagística, relaciona a relação eufórica/disfórica da narradora-protagonista com a descrição ascendente da paisagem no corpo narrativo.

Euforia/disforia aliado à descrição paisagística

Descrições espaciais	Manifestações da narradora/protagonista
Tão pequena quanto pudesse eu imaginar, lavada por uma chuva de inverno, verde, umas palmeiras altas no sopé, por detrás de nuvens de tapeçaria, véu de leve fumo. (p.11)	Espantada que a alegria pudesse entrar tão profundamente em meu coração, em joelhos rezei. (p. 11)
Umás povoações não fortificadas, não podendo resistir a afrontas, vivendo os moradores tão atemorizados que deixavam suas coisas metidas em sacos para correrem ao mato à vista de qualquer vela, ou para o mar ao grito de um bugre, aldeias e vilas que mal se supunha onde se podia acabar, mais embaixo, um rio mundo, matando, assacando, sem medo de abismos nem dos gigantes que lá viviam metidos em roupas de cigano. (p. 19)	As tochas tomaram a areia, adamsaram o céu, a água amarela em maneiras de ondas e a noite assombrada de vultos, a singularidade dos céus pelo que mostravam e davam a conhecer, pelo que encerravam e se presumia pudessem vir a dar, tudo me fez apertado o coração, queria eu pisar terra firme, a me ver desentranhada das tenebrosas do mar, de minha gastura, em muita aflição e assim foi a noite. (p. 20)
A cidade sem ter divisa de antiguidade, já como que em ruínas, fosse velho o lugar, ficava por trás de umas palmeiras de frutos verdes, tâmaras, parreiras, laranjais em flor, nela espalhados cheiros de bom odor desvestido e defumado de seu mau fodor, assim como ver de olhos tonteados pelo mar é qual a bebedice do amor e seus pecados e beberagens que embebedam e todas as coisas nos parecem boas. (p. 36)	Porque todos pecamos e mais pecamos numa terra assim distante por haver turbações maiores e à míngua e sentirmos ainda mais a substância de nosso corpo não solamente pelo ventre mas por todos estarmos negligentes de nosso amor e de nossa própria vida e muitas coisas contrárias e desvairadas dentro do coração. (p. 37)
As árvores agrestes muito rijas, aos seus pés nasciam uns vimes que subiam até o mais alto delas como que mastros de navios e os seus óvens. Lançavam odores de bálsamo, de castanhas e grandes ervaçais, seus troncos choravam	[...] outros como verdeais, uma formosura para fazer sombra onde se mitigavam as dores do calor e todos os ruins humores que se achavam no corpo, por isso argúi a sua bondade, que desfaz a alma em areias. (p. 94)

suavíssimos licores, a mata era um pomar formoso de uns figos amarelos e frutas de espinho que cobriam o morro, matas de mangues, florescidas sobre a lama, que dos ramos lhe desciam as raízes ao lado, depois, de cima lançavam outras raízes no charco e assim seguiam até formar uma entranhada floresta, coisa de muita admiração [...]. (p. 94)	
---	--

Org. pela autora (2016).

A subserviência das órfãs à vontade da rainha e da igreja católica as traz para o solo brasileiro, numa esperança de aqui encontrar o provedor, o amante, o amado. Entretanto, começam aí as transformações que caracterizam nossa heroína como problemática. Se, primeiramente, a alegria do desembarque a preenche, aos poucos, vai percebendo que o prefixo “des” é só um prenúncio de desconstrução de seu mundo, daquilo que conhece e almeja. Se o perfil da órfã deveria contemplar gratidão pelo destino que lhe fora oferecido, Oribela o contraria e reproduz a degradação da luso-brasileira, pois como considera Goldmann (1967, p. 9) “[...] a comunidade do herói e do mundo resulta, pois, do fato de ambos estarem degradados em relação aos valores autênticos, e a sua oposição decorre da diferença de natureza entre cada uma dessas degradações”.

A degradação dos valores encontrada no Brasil é narrada principalmente por Oribela que também empresta a voz à Parva, personagem marginalizada desde o nome, para que ela esboce a trajetória das personagens femininas. A voz da Parva denuncia, além da aparência das frágeis órfãs, aquilo que está encrustado em seus corações:

Almas enganadas, mancebas de danados apetites, putinhas contritas, lá vai a macha, lá vai a velha parida, lá vai a freira fodida, lá vai a virgem destapada, vão açoitar com vosso amor os cornos desse país e mais coisas de tal tormento, aquela entre os lobos. Blasfema das mulheres, dos padres, da Virgem Maria e de Deus (MIRANDA, 1996, p. 14).

Ao se referir às órfãs como almas enganadas, a Parva antecipa o destino das raparigas. Principalmente, porque cada uma delas é também resultado de um conjunto de desarranjos que resultam no ser feminino, desarranjos que são elencados em algumas sequências no romance e vão delineando as personagens. Para Pereira (2011, p. 46), “As personagens cada vez mais problemáticas, são anti-heróis em permanente dissonância com o mundo”.

A degradação da situação das jovens tem início em Portugal, justamente por sua condição de mulheres e órfãs, o que bastava para que fossem entregues a tutores, no caso delas,

a igreja. O fato é que sem parentes do sexo masculino que as encaminhasse rumo ao casamento em terras portuguesas tornaram-se fardos para a sociedade daquele país.

O grupo de órfãs era composto por mulheres já chagadas, tais como Bernardinha e Tareja, irmãs ricas que perderam tudo para um ambicioso tutor. A primeira tinha inclinações homossexuais e sobre a segunda corriam dúvidas quanto a sua pureza. Urraca, suposta descendente de judeus, vivia sendo humilhada e ofendida por sua origem. Oribela era considerada por seu pai a culpada pela morte da mãe, por isso fora abandonada por ele, mas não antes de ser exaustivamente humilhada e agredida.

Esse grupo que veio atender à solicitação da igreja, apoiada pela rainha, continha ainda a guardiã, a Velha, freira que engravidou de um padre, por isso, foi mandada para o Brasil. Em solo brasileiro, as portuguesas representavam a chance de homens de bem (portugueses que já habitavam a colônia) poderem constituir família e afastar-se das orgias sexuais com as nativas e as escravas. Sua vinda para o Brasil, ao mesmo tempo em que elimina o problema dos homens de cá, livra Portugal da presença de tais mulheres: “Disse a Velha. Que esperem. Ainda haverão de muito ganhar. Não sei se falou de ironia, querendo dizer açoite e castigo, ou se falava de adorno” (MIRANDA, 1996, p. 68).

Se acima pudemos perceber a ascendência da marginalização das personagens em comparação ao adentramento do espaço Brasil, também podemos perceber o crescente de violência a que todos os habitantes estão expostos, haja vista o cotidiano de guerras por território, o tratamento dispensado às mulheres, aos indígenas e aos mouros. Aliás, pela narração de Oribela também descobrimos que tanto os nativos quanto os imigrantes são desprezados pela coroa portuguesa, sendo considerados como fontes de lucro e de exploração.

É na observação dessa composição habitacional que a protagonista enxerga seu lugar nessa sociedade e por isso deseja voltar a Portugal, onde mesmo discriminada pode alcançar melhor futuro. Rebelar-se contra o noivo escolhido, integrar-se aos rituais indígenas e apaixonar-se por um mouro, enfim, é uma metáfora da revolta e da resistência ante o destino pré-concebido pela igreja.

Espantada que a alegria pudesse entrar tão profundamente em meu coração, em joelhos rezei. Deus, graças, fazes a mim, tua pequena Oribela, a mais vossa mercê em idade inocente, um coração novo e um espírito de sabedoria, já estou tão cegada pela porta de meus olhos que nada vejo senão deleitos, folganças do corpo, louvores, graças prazentes e meu coração endurecido, entrevado sem saber amar ou odiar. Assim como o azeite acende o lume, a vista acende o desejo. Dá a mim a graça de muitas lágrimas com que lavar o meu sonho, maior que meu corpo (MIRANDA, 1996, p. 11).

Porque todos pecamos e mais pecamos numa terra assim distante por haver turbações maiores e à mingua e sentirmos ainda mais a substância de nosso corpo não solamente pelo ventre mas por todos estarmos negligentes de nosso próprio amor e de nossa própria vida e de muitas contrárias e desvairadas dentro do coração (MIRANDA, 1996, p. 37).

As descrições aumentam gradativamente o teor de abominação causado em Oribela e se prolongam até o capítulo 6, em que ocorre uma inversão, porque a protagonista inserida no contexto brasileiro passa a abominar Portugal e suas mediocridades religiosas, comportamentais e sociais. O retrato dos vícios portugueses evidencia uma ruptura da escritora com uma postura passiva diante do discurso historiográfico oficial, pois sua literatura ficcionaliza, explicitando a violência da cultura portuguesa imposta aos brasileiros durante a colonização, como aponta Ginzburg (2012, p. 234):

A experiência crua do passado violento e autoritário – incluindo os massacres da inquisição, o escravismo exploratório, a repressão patriarcal – constitui uma série de traumas, em sentido social. Sua constância e complexidade nos coloca, com certeza, diante da perspectiva da realidade como catástrofe, de história como ruína.

As nativas representam tudo o que o pudor religioso desmedido sempre escondeu. Livres das relações sexuais, das convenções sociais e religiosas, além das extremadas vestimentas, constituem uma afronta às portuguesas, pois nos braços das tupiniquins os portugueses se deleitam. Durante toda a narrativa, várias sequências descritivas evidenciam o ir e vir delas nos trabalhos domésticos, nas tarefas da roça e nas relações sexuais, confirmando o papel da mulher dominada duas vezes, a primeira por ser mulher e a segunda por ser escrava.

Dentre as nativas, a índia Temericô foi a responsável por apresentar a Oribela as delícias da terra, as beberagens, o quanto é bom estar nua e viver assim, contrariando os preceitos da civilização: “[...] Por meus brios e horrores, não despreguei os olhares das naturais, sem defeitos de natureza que lhes pudessem pôr e os cabelos da cabeça como se forrados de martas, não pude deixar de levar o olhar a suas vergonhas em cima, como embaixo, sabendo ser assim também eu, era como fora eu a desnudada, a ver em um espelho” (MIRANDA, 1996, p. 39).

As portuguesas no Brasil, mães, esposas e irmãs, tentavam conservar na colônia o que eram em Portugal, entretanto, a ausência de recursos e de convivência sexual as aproximava das nativas e, além disso, havia uma grande escassez de mulheres. Na narrativa, D. Branca e Viliganda, respectivamente, mãe e irmã de Francisco de Albuquerque, esposo de Oribela, exemplificam mais um dos conflitos, pois a mãe perdeu seu espaço com a chegada da órfã, por

isso se punha sempre contra ela. A irmã só servia para descalçar as botinas de seu irmão, incomodando a todos com um olhar perseguidor de deficiente intelectual.

Para evidenciar o papel da mãe e de suas intrigas na trama romanesca, a narradora empresta a voz para o filho, Francisco Albuquerque, que num diálogo com a protagonista revela qual é o papel da mãe: “Assim foi, no reino, parti trazendo a mãe, de quem não mais serei tão filho, por ter a ventura te mandado a mim, por quem meu coração se perde em amores [...]. Acho a mim assaz embaraçada com a novidade de tua saudação, que mãe é mais dona que esposa. E ele Tu és senhora de tudo” (MIRANDA, 1996, p. 98-99).

Oribela seria a senhora de tudo se estivesse disposta a ser a esposa desejada tanto pela mãe quanto pelo filho. Importa ressaltar que o noivo foi escolhido pelo governador e que ele a estuprou e a confinou no interior da casa, onde era servida pelos indígenas escravizados, podendo/devendo assumir a única função esperada de uma mulher. Por isso, não aceitando o destino traçado, rebela-se, foge, dorme com outro homem, engravida dele e carrega no próprio corpo mais uma marca da desonra, da afronta aos padrões da época.

Em *Desmundo*, Oribela é a personagem que pode ilustrar as palavras de Autran Dourado (1973, p. 106) quando ele diz “A grande virtude do personagem é ter um corpo, repetimos; é ter um nome é ser substantivo. O livro como uma só e grande frase, uma só metáfora, que se desdobra em muitas outras, conforme um ritmo, é uma ideia que cada vez me agrada mais”. É ela quem transita pela narrativa como a portadora da narração-denúncia que evidencia a violência, a opressão e a exploração tanto da terra brasileira quanto de seus habitantes.

As personagens femininas expressam em suas trajetórias e caracterizações um distanciamento do discurso historiográfico oficial, ao mesmo tempo em que, ficcionalizadas, denunciam como a política do dominador vitimizou toda a sociedade brasileira durante a colonização, marcando-a com traumas que perduram até os nossos dias, como ressalta Ginzburg (2012): nossa perplexidade se acentua quando percebemos o quanto a história é violenta e o autoritarismo nos marca profundamente, revelando como os antagonismos sociais são complexos e difíceis.

Em *Desmundo*, as personagens são os substantivos da metáfora maior que foi o violento processo da colonização brasileira ficcionalizada pela autora, pois em cada papel desempenhado pelas mulheres na sociedade da época se pode observar as marcas de dominação que impunham costumes, cultura e religiosidade e edificavam uma sociedade em que a vontade do dominador deveria sempre prevalecer e permanecer, fosse ele o homem, fosse ele Portugal.

Marcadas pelas mais diversas chagas, as mulheres de Miranda transitam pelo contexto romanesco, evidenciando que quando se ousa transgredir a vontade do dominador há que ser punida, pois o único papel aceitável seria o de dominadas. Ao rasgar esse papel pré-determinado, Oribela demonstra que é possível representar o dominado e com ele lutar por seus ideais. O castigo é a solidão, entretanto, ele nos parece mais leve quando o castigo ocorre em decorrência da luta por algo maior.

Ao representar as mulheres, Ana Miranda rompe com o silêncio do discurso historiográfico, conferindo-lhes o direito primordial de ter voz. Seja a voz de Oribela, seja a voz da Parva ou da índia Temericô, conferir a esses seres desprezados a chance de contar sua trajetória e suas peculiaridades é uma forma de denúncia social em que o Brasil aparece como um depósito daquilo que não tem mais serventia para Portugal. Por isso, entende-se que diante da violência da colonização as mulheres não permaneceram alheias ao seu contexto social e histórico.

Referências

- AGUIAR E SILVA, V. M. de. *Teoria da literatura*. Coimbra: Almedina, 1979.
- BACHELARD, G. *A poética do espaço*. Trad. Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- DOURADO, A. *Uma poética de romance*. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- GENETTE, G. *Discurso da narrativa*. Trad. Fernando Cabral Martins. Lisboa: Veja, 1976.
- GINZBURG, J.. *Crítica em tempos de violência*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2012.
- GOLDMANN, L. *Sociologia do romance*. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1967.
- LUKÁCS, G. *A teoria do romance: um ensaio histórico-filosófico sobre as formas da grande épica*. Trad. José Marques M. de Macedo. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2000.
- MIRANDA, A. *Desmundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- NÓBREGA, M. da. *Cartas do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.
- PEREIRA, H. B. (Org.). *Novas leituras da ficção brasileira no século XXI*. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2011.
- SWAIN, T. N.. História e limites da memória social. In: RAGO, Margareth (Org.). *Subjetividades antigas e modernas*. São Paulo: Annablume, 2008.

DISCURSO POLÍTICO, RELIGIÃO E PRECONCEITO: UM ENLACE QUE NÃO CESSA DE PRODUZIR EFEITOS

Maria do Carmo Gomes Pereira CAVALCANTI³⁰

Nadia Pereira Gonçalves de AZEVEDO³¹

Resumo: Este trabalho pretende analisar o discurso do presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, o Pastor Marco Feliciano no ano de 2013. A Análise do Discurso de linha francesa (AD), delineada por Pêcheux e desenvolvida no Brasil por Orlandi e outros estudiosos, será nosso dispositivo teórico e analítico. Nesta disciplina de entremeio, mobilizaremos conceitos como formação ideológica, interdiscurso, por serem constitutivos do preconceito que tangencia o discurso do sujeito. Para situar a questão que trazemos para este trabalho, apresentamos uma sequência discursiva em circulação em 2015 na rede social (Facebook) do principal representante de grupos de classe marginalizados socialmente.

Palavras-chave: Preconceito. Análise do Discurso. Discurso político

Abstract: *This work intends to analyze the speech of the President of the Human Rights and Minorities Commission, Pastor Marco Feliciano, elected in charge for the year of 2013. The french line discourse analysis, outlined by Pêcheux and developed in Brazil by Orlandi and other specialists will be our theoretical and analytical device. Based on or upon discipline, we will mobilize concepts as ideological formation, interdiscourse, hence they are constitutive parts of the prejudice that tangencies the subject's discourse. In order to place the question which we bring to this work, we present a discursive sequence in circulation in 2015 on social network (Facebook) of the main representative of marginalized class groups.*

Keywords: *Prejudice. Discourse Analysis. Political discourse*

³⁰ Doutoranda do Curso de Ciências da Linguagem da UNICAP (Universidade Católica de Pernambuco), Recife, Brasil e Professora da Rede Municipal do Recife.

³¹ Doutora em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2006), fonoaudióloga pelo Instituto Brasileiro de Medicina de Reabilitação (IBMR, Rio de Janeiro, 1978), especialista em Patologias da Linguagem (UNICAP, 1984), especialista em Linguagem pelo Conselho Federal de Fonoaudiologia (CFFa, 2006; renovação do título em 2012), mestre em Fonoaudiologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP, 2000). É professora adjunto II da Universidade Católica de Pernambuco, atuando na Graduação em Fonoaudiologia e como professora e pesquisadora no Programa de Pós-graduação stricto sensu em Ciências da Linguagem. Compõe o Banco Nacional de Avaliadores Institucionais e de Curso (MEC) desde 2006, É coordenadora do Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) da Universidade Católica de Pernambuco.

Contextualização histórica

A Análise do Discurso de linha francesa (AD), fundada no final da década de 60 por Michel Pêcheux, tinha como quadro epistemológico geral, de acordo com Pêchêux e Fuchs (1997), a articulação de três regiões do conhecimento: o materialismo histórico, como teoria das formações sociais e suas transformações, compreendida neste aspecto a teoria das ideologias; a linguística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação; a teoria do discurso, como teoria da determinação histórica dos processos semânticos. Estas três regiões são, de certa forma, atravessadas e articuladas por uma teoria da subjetividade de natureza psicanalítica. Pêcheux estava afetado pelo momento político e pelas leituras de Marx, Freud e Saussure, percebendo nestas o delineamento de uma nova base teórica politicamente heterogênea que encaminhava para uma construção crítica, abalando evidências literárias e “certezas” científicas do funcionalismo positivista (PÊCHEUX, 2008). O marco inicial da AD no Brasil acontece em Campinas, nos fins da década de 70, tendo como principal representante Eni Orlandi. Aos poucos, vai ganhando corpo e se institucionalizando em algumas universidades como UNICAMP e USP (FERREIRA, 2007).

Em uma de suas obras, Orlandi (2013) modifica a concepção inicial, afasta a teoria específica do discurso, expande a noção de Linguística e insere a Psicanálise como filiação teórica. Vale ressaltar que o próprio Pêcheux fez reelaborações em sua trajetória de tessitura da AD, se afastando da teoria da ideologia e se aproximando do sujeito do desejo da psicanálise (VILAR DE MELO, 2005, 2006). As regiões, a partir de então, seriam o materialismo histórico, inalterando a concepção anterior; a linguística constituída pela não transparência da linguagem e com seu objeto próprio, a língua, e esta com uma ordem própria; e a Psicanálise, com a interpelação do indivíduo em sujeito, constituindo-se na relação com o simbólico. Depreende o sujeito discursivo como constituído pelo inconsciente e pela ideologia.

A AD trabalha a língua enquanto estrutura simbólica contemplando a não sistematicidade, o equívoco, a falta, o sujeito atravessado pelo inconsciente, pela ideologia. A AD trabalha o discurso como materialidade linguística e histórica tendo a exterioridade como seu elemento constituinte (FERREIRA, 2007). Questiona a interpretação, trabalhando seus limites, procurando compreender como os objetos simbólicos produzem sentidos. Não é herdeira das três regiões do conhecimento, mas as questiona pelo que elas deixam escapar. Interroga a Linguística pela historicidade que a ela não interessa; o Materialismo, pelo

simbólico que deixa de lado; e a Psicanálise, pela ideologia, que é inconsciente, mas não é objeto de estudo desta ciência (ORLANDI, 2013).

Esta teoria surge da necessidade de ultrapassar o quadro teórico de uma linguística frasal, imanente, que não conseguia dar conta do texto em sua complexidade. Com o advento da AD, o discurso passa a ser percebido não só como produção linguística, mas produção social, do imaginário (LUCENA, 2004). A AD toma o discurso não só como estrutura, mas principalmente acontecimento, como efeito de sentido entre locutores (PÊCHEUX, 2008). Na AD, o sujeito não é senhor pleno de suas palavras, “capaz de geometrizar o seu dizer em equações puras, lógicas e controláveis (ROMÃO, 2011, p.148). O dizer está sempre à deriva e os sentidos estão sempre abertos.

Desta forma, utilizando a AD como ancoragem teórico-metodológica, resolvemos analisar um discurso que circulou em redes sociais, no nosso caso, no Facebook, protagonizado pelo pastor Marco Feliciano e que nos chamou muito a atenção. Acreditamos que pessoas que trabalhem com a AD não conseguem ficar indiferentes aos múltiplos sentidos desencadeados pelo pronunciamento do pastor. Escolhemos a internet por ser um suporte onde grassa ideologias preconceituosas e que comporta uma memória que se repete, mas não se historiciza, denominada por Orlandi memória metálica (2014).

Considerando que o discurso pode impactar socialmente, falar interpelado pelo discurso do preconceito numa posição dentro da formação social que deveria promover o empoderamento de minorias instaura um efeito de revolta, estranhamento. Encaminharemos nossa discussão começando por informações extraídas da internet que descrevem um pouco a trajetória da posse do pastor Marco Feliciano como presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM).

De acordo com o site da Carta Capital (2013) e da Câmara dos Deputados (2013), a eleição de Marco Feliciano foi realizada sob protesto e derivou de manobra da bancada evangélica. No dia anterior, a votação foi adiada porque defensores dos direitos dos homossexuais e dos negros entraram na sala da comissão e se manifestaram contra a indicação deste pastor, pressionando os membros do colegiado para votarem contra tal indicação. No dia 07/03/2013, o ex-presidente da CDHM, Domingos Dutra, do Partido dos Trabalhadores (PT), assim como outros deputados, se revoltaram e ficaram estarecidos pela forma como a eleição foi conduzida, pois se configurou como uma ditadura, às portas fechadas, sem participação da população no debate. A votação tinha sido adiada no dia anterior porque os manifestantes

defensores dos direitos humanos e minorias pressionaram os membros do colegiado para a não indicação do pastor. No dia seguinte, houve interdição à entrada dos manifestantes na sala.

A chancela para assunção do pastor à presidência do CDHM remete à memória discursiva³² do período ditatorial que, mesmo que não se tenha vivenciado empiricamente, existe uma filiação histórica a esse passado, como afirma Orlandi (2007). Este fato nos lembra a política do silêncio local, ou seja, a censura que, conforme Orlandi (2007), não significa calar, mas impedir a elaboração histórica de outros sentidos. De acordo com Daroz et al (2014, p. 133), “a memória discursiva é o conjunto do *já-dito*, inerente a uma FD específica e, assim, não se sobrepõe ao interdiscurso³³, concebido como um conjunto de saturação, de possibilidades, que comporta todos os dizeres referentes a todas as FD”

De acordo com a Carta Capital (2013), o deputado e pastor Marco Feliciano, desde sua assunção à presidência do CDHM, enfrenta protestos em todo o Brasil pedindo sua saída. O pastor é conhecido por sua posição discursiva homofóbica e racista. Nega que tenha qualquer discriminação e afirma que apenas apresenta posições pessoais como ser contra o casamento entre homossexuais, adoção de crianças por pessoas de mesmo sexo, aborto, mesmo em casos de fetos anencéfalos, mas ressalta que é aberto ao diálogo.

Sabemos que a CDHM é um dos principais comitês que estudam projetos sobre direitos de minorias como os negros e sobre a comunidade de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais (LGBT). O que surpreende é justamente ser eleito para presidente da comissão uma pessoa que apresenta um interdiscurso sustentado numa visão diametralmente oposta entre homossexualidade, negros e normalidade. O pastor Marco Feliciano afirma não ser homofóbico ou racista, mas, de acordo com a Carta Capital (2013), durante um congresso evangélico, asseverou que a AIDS era o câncer gay e que a própria ciência assevera o predomínio *desta infecção* em homossexuais. Em 2011, publicou em seu *twitter* que os africanos seriam pessoas amaldiçoadas, porque a maldição que Noé lançou sobre seu neto atingiu o continente africano.

De acordo com Possenti (1995); Possenti e Baronas (2006), a palavra produz efeitos de sentido em decorrência do discurso em que se apoia e este discurso ocorre se a sociedade de alguma forma o acolhe. Se há condições sociais para uma leitura racista ela se desdobrará, produzirá um eco prolongado, independente de ser ou não fundamentada.

³² É o discurso do outro constituindo o nosso discurso. Para que nossas palavras tenham sentido, é preciso que elas já façam sentido, é o já dito em outro lugar. (ORLANDI, 2013)

³³ Complexo com dominante das formações discursivas (PÊCHEUX, 2009)

O discurso de Marco Feliciano e de sua bancada evangélica encontra suporte no segmento social protestante. Possenti (1995); Possenti e Baronas (2006) afirmam que o movimento do discurso politicamente correto aponta para as formas linguísticas como reprodutoras de uma ideologia segregadora em relação à classe, sexo, raça, características físicas. As formas linguísticas veiculam sentidos que discriminam, ora de forma acentuada, ora de maneira mais mitigada.

A cartilha de palavras politicamente corretas lançada em 2005 teve sua circulação suspensa na mesma semana por determinação do presidente Luíz Inácio Lula da Silva, pois provocou uma reação muito adversa nas minorias que eram a tônica da cartilha, mas, especialmente, na Bancada Evangélica, de acordo com as autoras deste texto. A cartilha fazia ecoar um efeito de evidência de que os sentidos estariam colados nas palavras e não imbricados na historicidade, como propõe a AD. Afinal a língua não é rótulo do que está ao nosso entorno. O funcionamento da língua no processo discursivo se constitui na expressão de ideias, desejos, condicionada pelas determinações históricas, culturais e sociais dos falantes (POSSENTI; BARONAS, 2006).

De acordo com Orlandi (2011), no discurso religioso, há uma dissimetria entre o plano espiritual e o plano temporal. O locutor, o representante de Deus, é considerado Deus falando, logo é imortal, eterno, infalível, todo poderoso; os ouvintes são humanos, em consequência, mortais, falíveis, com poder relativo. Nesta dissimetria, para que os homens sejam ouvidos por Deus é necessário que se submetam às regras. Devem ser bons, ter fé, ser puros. Este interdiscurso ou memória discursiva, como considera Orlandi (2013), corresponde a um já dito, em outro lugar, independentemente, ou seja, para que minhas palavras tenham sentido é preciso que elas já façam sentido. O interdiscurso de fé, pureza, “igualdade” entre os seres humanos não cessa de reverberar no discurso religioso evangélico.

Conforme Hall (2014), a identidade não é algo inato, mas um processo que se constrói ao longo do tempo de forma inconsciente. É algo incompleto, inacabado. O sujeito na pós modernidade, está se tornando compartimentado, constituído de muitas identidades, algumas vezes antagônicas. Em vez de falarmos identidade poderíamos falar em identificação como um processo em curso. De acordo com Bauman (2005, p.19) “As “identidades” flutuam no ar algumas de nossa própria escolha, mas outras infladas e lançadas pelas pessoas em nossa volta, e é preciso estar em alerta constante para defender as primeiras em relação às últimas. A identidade é construída socialmente e uma condição sempre inconclusa (BAUMAN, 2005). Na

abordagem deste trabalho teria o pastor uma identidade racista/homofóbica ou uma identificação a uma Formação Discursiva³⁴ (FD) racista e homofóbica?

Na tentativa de compreender esta perspectiva serão convocados Pêcheux (2009) e Indursky (2011a). Existem tomadas de posição em relação à forma-sujeito que consistem na identificação a uma determinada FD. Na primeira modalidade existe uma identificação plena do sujeito com a forma-sujeito da FD na qual está inscrito. ‘É o discurso do bom sujeito’. A segunda modalidade caracteriza o discurso do ‘mau sujeito’, em que há uma tomada de posição que se contrapõe à forma-sujeito, emergindo dúvida, questionamento, contestação. O sujeito do discurso se contra-identifica a alguns saberes da FD que o afetam. Na terceira modalidade, há uma ruptura na FD em que o sujeito está inscrito e passa a identificar-se a outra FD e sua respectiva forma-sujeito.

O pastor se encontra inscrito na FD evangélica e preconceituosa e, ao mesmo tempo, em uma FD de político representante dos direitos de minorias que, teoricamente e através de ações, deveria se contrapor a qualquer forma de preconceito. As suas FD colidem, o que resulta numa dissimulação de desidentificação a uma forma sujeito³⁵ de preconceito.

Embora, na perspectiva da teoria da AD, os sentidos não estejam colados às palavras, e não exista uma relação biunívoca entre língua e sociedade, isto não implica dizer que exista neutralidade na produção de sentidos, pois todo processo discursivo é produzido no interior de uma formação ideológica e os sentidos estão inoculados a uma historicidade (BARONAS; POSSENTI, 2006).

A posição sujeito político ocupada pelo pastor requer que o mesmo assuma uma identidade representante do povo e que por isso defenderá o bem coletivo, sendo este representado pelas minorias marginalizadas. Enquanto político, agirá não numa perspectiva sectarista, mas de um ser humano que como representante político agirá em favor de outros seres humanos independentemente de raça, credo, orientação sexual, dentre outros. Mas considerando que o pastor e o representante político estão corporeificados numa mesma pessoa, posições sujeito antagônicas se cruzam e transbordam no discurso do pastor tomado que se encontra por sua formação ideológica, pelo esquecimento número 1, de que nos fala Pêcheux (2009), ou seja, a ilusão de poder estar fora de uma FD.

³⁴ Aquilo que numa formação ideológica dada, a partir de uma posição dada, numa conjuntura dada, determinada pelo estado de luta de classes determina o que pode e deve ser dito.

³⁵ De acordo com Pêcheux (2009) é o sujeito dominado por uma formação discursiva.

É interessante pontuarmos em seu discurso a presença das heterogeneidades mostrada e constitutiva explicadas por AUTHIER-REVUZ (2004). A primeira refere-se ao que se pode apreender na superfície linguística como aspas, itálico, certa entonação, palavras sob palavras, nas palavras como a polissemia, por exemplo. A segunda refere-se a um horizonte que está fora do alcance linguístico, mas que é onipresente em todo texto e que consideramos ser o interdiscurso.

Passaremos agora à análise do *corpus* discursivo coletado numa rede social de grande acesso e circulação de sentidos que é o Facebook. Conforme Regalo (2014), uma informação lançada no espaço digital seja na forma imagética ou textual tem desdobramentos imprevisíveis. Concordamos com Ferrarezi, Bastos e Santos (2011) quando afirmam que o ciberespaço sendo heterogêneo e desterritorializado permite que os sentidos moventes na rede, ao serem acessados por diferentes sujeitos, sejam (re) significados e discursivizados de forma polimórfica. Não tendo por escopo, nem sendo possível, precisar a ressonância que o discurso do pastor provocou, podemos afirmar que gera inquietações e interroga qualquer analista de discurso.

Análise discursiva



Disponível em:<Facebook>. Acesso em:10/11/2015.

O pastor Marcos Feliciano, declarou em março de 2013: “Não tenho nenhum tipo de preconceito: na minha secretaria vou atender negros e gays *como se fosse* qualquer pessoa normal” (grifo nosso).

O pastor entretetece nos fios de sua tessitura discursiva fragmentos da sua memória amparado por sua ideologia e por uma sociedade que suporta seu discurso. Apoiando-nos em Romão (2011), consideramos que as marcas linguísticas deixadas pelo pastor em seu discurso

e textualizadas na reportagem que circula na rede social Facebook desenhando as pistas da FD em que está inscrito, ou seja, se produzem efeitos de sentido de uma FD preconceituosa. A conjunção *como* expressa um comparativo e associada à partícula *se* e ao subjuntivo *fosse* produz um efeito de sentido de algo que não é mas será tratado de forma equipolente ou seja, *como se fosse* e junto ao adjetivo *normal* faz circular um efeito de sentido oposto ao normal algo patológico, mas que será tratado como normal. O presidente da CDHM deixa entrever em seu discurso a forma-sujeito identificada a uma FD religiosa, preconceituosa, arianista, ecoando um efeito de evidência de superioridade da raça branca em detrimento da negra e da assimetria existente entre o céu, lugar que estará autorizado a ocupar como porta-voz de Deus e o inferno, para onde irão os que agem contra a vontade de Deus, ou seja os homoafetivos e os negros.

A heterogeneidade constitutiva marca sua presença e a expressão *como se fosse* nos remete a uma memória discursiva em que ser negro e ser homossexual é condição suficiente à marginalização, frente à inferioridade conferida ao negro desde a escravidão e a anormalidade atribuída ao homossexual desde os mais remotos tempos e endossado pela leitura de correntes cristãs católicas e evangélicas apoiadas num suposto entendimento literal da Bíblia.

O discurso do pastor desliza instaurando o equívoco, o contraditório. O discurso que deveria produzir o efeito de obliterar o preconceito ganha visibilidade pelo seu funcionamento social, acentuando diferenças e, como afirmam Possenti e Baronas (2006), a fragmentação social entre classes prestigiadas e estigmatizadas.

De acordo com Orlandi (2011), a interpretação da palavra de Deus sofre regulação, os sentidos não podem ser quaisquer que se queira, o discurso religioso tende à monossemia. Fazendo uma analogia com as palavras da autora nesta mesma obra, diríamos que no protestantismo, enquanto religião institucionalizada, a interpretação que deve ser considerada é a da Igreja, o texto a ser seguido é o da Bíblia que o pastor utiliza em favor de sua FD preconceituosa, com o fulcro de marcar a condição subversiva de quem se afasta de um padrão considerada por ele como superior, normal.

Considerando a dissimetria fundamental pontuada por Orlandi (2011) entre o plano espiritual, cujo Sujeito é Deus, e o plano temporal, cujos sujeitos são os homens, estes para serem ouvidos por Aquele devem ser bons, puros e submeter às regras que, no discurso do pastor e de sua bancada, devem seguir um padrão de raça e orientação sexual.

O enlevo e a salvação pertinentes ao discurso religioso que, conforme Orlandi (2011), seriam respectivamente a identificação com os propósitos divinos e o pedido feito pelo representante de Deus na terra, poderiam ser relacionados a ser homossexual e negro escapa ao

que agrada a Deus, e a salvação somente viria com a obediência e alinhamento dos fiéis aos pedidos do pastor e ao que é por ele apregoado como correto, já que ele se presentifica como representante da voz de Deus.

Em suas formações imaginárias, mecanismo que regula a argumentação, como salienta Orlandi (2013), o pastor produz em seu discurso um efeito de evidência de que estaria enunciando de forma democrática, apartado de sua condição de pastor que, supostamente ancorado na textualidade bíblica, confere posição marginal a grupos diversificados ou que não se enquadrem nos padrões representativos da moral cristã.

O discurso do pastor produz o efeito de evidência que o mesmo não se dá conta que os termos marcados *como se fosse* produzem o efeito de sentido do preconceito. O efeito de denegação acaba por afirmar o seu preconceito.

Considerações finais

O presidente da CDHM ser um sujeito filiado a uma FD que condena minorias chega ao píncaro de um absurdo político que busca padronizar a raça branca e a heterossexualidade como referência social.

Os sentidos de opressão, repressão se presentificam no enunciado que circula no Facebook. Conforme Orlandi (2007, p.129) “[...] os sentidos vazam por qualquer espaço simbólico que se apresente [...]”. Os sentidos se deslocam para qualquer objeto simbólico. Nesta situação os sentidos vazaram por meio da conjunção *como*, na partícula *se* e pelo verbo *ser* modalizado no subjuntivo. Como afirmam Possenti e Baronas (2006), a língua em funcionamento no discurso se constitui numa expressividade de ideias, desejos e é condicionada pela percepção de mundo, pelas determinações sociais, históricas e culturais do falante. Todo processo discursivo é produzido dentro de uma formação ideológica. Isto nos remete ao discurso do pastor que, mesmo denegando um posicionamento e um discurso preconceituoso, os sentidos migram por meio de determinados marcadores em seu discurso, regularizando sentidos de que *ser normal é estar numa posição sujeito*³⁶ *da raça branca e heterossexual*.

Embora não consideremos que exista uma soberania do significante, concordamos com Baronas e Possenti (2006) que não se pode desconsiderar que o discurso pode sustentar condições sociais que suportam as ideologias e os discursos. O discurso de Marco Feliciano

³⁶ Lugar ocupado pelo sujeito na formação social (PÊCHEUX, 2009).

enquanto representante de direitos de minorias ocorre enviesado pelo preconceito porque de alguma forma encontra espaço em uma sociedade que ainda acolhe determinadas práticas discursivas.

Neste sentido, concluímos que o pastor Marco Feliciano está identificado a uma FD racista e homofóbica, apresentando um discurso ideologicamente evangélico, marcado pela leitura literal da Bíblia, o que acaba por antagonizar a posição sujeito que ele deveria ocupar na CDHM.

Referências

AUTHIER-REVUZ, Jaqueline. **Entre a transparência e a opacidade**: Um estudo enunciativo do sentido. Revisão Técnica da tradução, Leci Borges Barbisan e Valdir do Nascimento Flores. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

DAROS, Elaine et al. Sobre Michel Pêcheux e a Análise do Discurso. In: BARROS, Isabela et al. **Ensino, texto e discurso**. Curitiba: Editora CRV, 2014.

FERREIRA, Maria Cristina L. Análise do discurso no Brasil: Notas à sua história. IN: FERNANDES, Cleudemar A.; SANTOS, João Bosco C. dos (Org.) **Percursos da Análise do Discurso no Brasil**. São Carlos: Clara Luz, 2007.

FERRAREZI, Ludmila; BASTOS, Gustavo G.; SANTOS, Jean C. F. dos. Blogs e museus eletrônicos: Um estudo discursivo. In: ROMÃO, Maria Souza; GALLI, Fernanda S. (Orgs). **Rede Eletrônica: sentidos e(m) movimento**. São Carlos: Pedro e João Editores, 2011.

FREJ, Nanete Zmeri; Vilar de Melo, Maria de Fátima. Psicanálise e linguagem: ntretecendo um texto. In: Acioly, M. D.; Vilar de Melo, M. F.; Costa, M. L. G. (Org.). **A linguagem e suas interfaces**. Pernambuco: Livro Fácil, 2006.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 12 ed. Recife: Lamparina, 2015.

INDURSKY, Freda. Da interpelação à falha no ritual: a trajetória teórica da noção de formação discursiva. IN: BARONAS, Roberto Leiser (Org) et al. **Análise de Discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva**. 2 ed revisada e ampliada. São Paulo: Pedro e João editores, 2011.

_____. A memória na cena do discurso. IN: FERREIRA, Maria C. L.; INDURSKY, Freda; MITTMANN, Solange. **Memória e história na/da Análise do Discurso**. São Paulo: Mercado de Letras, 2011.

LUCENA, Ivone T. de. **Fiando as tramas do texto**. João Pessoa: Editora Universitária, 2004.

ORLANDI, E. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. 6 ed. Campinas, SP: Pontes, 2011.

_____. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. Campinas, SP: Pontes, 2013.

_____. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 6 ed Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

_____. Discursos e museus: Da memória e do esquecimento. Entremeios: **Revista de Estudos do Discurso**, v.5, Minas Gerais, 2014, p.1-8.

POSSENTI, Sírio; BARONAS, Roberto L. Linguagem politicamente correta no Brasil: Uma língua de madeira? **Revista Polifonia**, v.12 (2), nº12, EdUFMT, Cuiabá, 2006. Disponível em: <periódicos.cientificos.UFMT.br/index.php/polifonia/article/view/1070>. Acesso em: 10 de Nov de 2015.

PÊCHEUX, M. ; FUCHS, C . A propósito da Análise Automática do Discurso. In : GADET, F. ; HAK, T. (Org). **Por uma análise automática do discurso** (1975). Campinas: Unicamp, 1997 p.163-252.

PÊCHEUX, M.. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. 5 ed. Tradução Eni Orlandi, Campinas, SP: Pontes, 2008.

_____. **Semântica e discurso**. 4 ed. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 2009.

REGALO, Henrique H. A questão das redes sociais e da sociedade em rede. In: GARCIA, Dantielli A. *et al.* **Ressonâncias de Pêcheux em nós**. São Carlos, SP: Pedro e João, 2014.

ROMÃO, Lucília Maria S. Formação Discursiva e Movimento do Sujeito: de como cortador de cana é falado na mídia. In: BARONAS, Roberto L. (Org) et al. **Análise de discurso**: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva. 2 ed. Revisada e ampliada. São Carlos: Pedro e João, 2011.

Pastor Marco Feliciano é eleito para presidir Comissão de Direitos Humanos. Disponível em: <www.cartacapital.com.br/politica/pastor-marco-feliciano-e-eleito-para-presidir-comissao-de-direitos-humanos> Acesso em: 10 de nov de 2015.

VILAR DE MELO, Maria de Fátima. **Psicanálise e Análise de Discurso**: interlocuções possíveis e necessárias. Latin-American Journal of Fundamental Psychopathology on Line, V, 1, 61-71 Latin-American Journal of Fundamental Psychopathology on Line, V, 1, 61-71, Disponível em: <www.psicopatologiafundamental.org/.../psicologia_e_analise_de_discurso> Acesso em: 10 de Nov de 2015.

Em meio a protestos, Pastor Marco Feliciano abre reunião. Disponível em:<www2.camara.leg.br/comunicação/camaranoticias/política>. Acesso em: 10 de Nov de 2015.

EFEITOS DA BIOPOLÍTICA E DO BIOPODER NA CAMPANHA PUBLICITÁRIA DO GOVERNO FEDERAL: DA SAÚDE SE CUIDA TODOS OS DIAS

Louise Medeiros PEREIRA³⁷

Regina BARACUHY³⁸

Resumo: Este artigo propõe-se a discutir os conceitos foucaultianos de governamentalidade, biopolítica e biopoder, a partir do arcabouço teórico da Análise do Discurso de linha francesa (AD) e suas ressonâncias no Brasil. Em meio aos dispositivos de biopoder, selecionamos como *corpus* para análise dois *folders* da campanha do Ministério da Saúde lançada no ano de 2015, cujo lema é *Da Saúde se cuida todos os dias*. Buscamos, assim, investigar como a alimentação, o corpo e as próprias escolhas dos sujeitos são atravessados por dispositivos de poder, que configuram estratégias biopolíticas.

Palavras-chave: Análise do Discurso. Governamentalidade. Biopolítica. Biopoder. Campanhas publicitárias.

Abstract: *This article proposes to discuss Foucault's concepts of governmentality, biopolitics and biopower from Discourse Analysis. Among the biopower devices, we selected as corpus for analysis two folders of the Ministry of Health campaign launched in 2015, whose concept is 'Health care is every day'. So, we seek to study how food, body and own choices of subjects are crossed by power devices, related to the operation of biopolitics strategies.*

Keywords: *Discourse Analysis. Governmentality. Biopolitics. Biopower. Advertising campaigns.*

³⁷ Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Linguística (PROLING), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). João Pessoa –PB, Brasil. Endereço eletrônico: louise_mp@hotmail.com

³⁸ Doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela UNESP (Campus de Araraquara). Professora Associado I na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Atua no Curso de Licenciatura em Letras Virtual (EAD) e integra o corpo docente do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas (DLCV). É professora do corpo permanente do Programa de Pós-Graduação em Linguística (PROLING) e Coordenadora do Grupo de Pesquisa CIDADI - Círculo de Discussões em Análise do Discurso. Endereço eletrônico: mrbaracuhy@hotmail.com

O controle contínuo dos indivíduos conduz a uma ampliação do saber sobre eles, que produz hábitos de vida refinados e superiores. Se o mundo está a ponto de se tornar uma espécie de prisão, é para satisfazer as exigências humanas. (FOUCAULT, 2012, p. 300)

Considerações iniciais

Em 2015, o Ministério da Saúde lançou a campanha de Promoção da Saúde SUS, cujo conceito é *Da Saúde se cuida todos os dias* visando a levar informação de um jeito fácil, completo e didático para a população brasileira, incentivando o autocuidado e produzindo saúde para as pessoas por todo o Brasil, tendo como temas: o Incentivo à Alimentação Saudável; Incentivo à Redução do Consumo de Álcool; Incentivo à Atividade Física; Controle do Tabagismo; Incentivo à Segurança no Trânsito; Incentivo à Cultura da Paz; Incentivo ao Ambiente Saudável e Incentivo ao Parto Normal.

Dentre as diversas ações da campanha, tais como a criação de um portal na web³⁹ onde são publicados vídeos, guias alimentares, textos informativos de incentivo a uma vida saudável, notícias, etc., foi produzido um material digital (anúncios, cartazes, *folders*) e disponibilizado no site para *download*. De modo geral, entendemos que essa campanha explicita o interesse do Estado em intervir na saúde do sujeito brasileiro, atuando por meio de estratégias biopolíticas que objetivam estabelecer medidas de prevenção e controle dos fatores de riscos que estão relacionados a doenças, de modo a produzir um cenário de qualidade de vida e bem-estar para a população brasileira.

A Biopolítica, elucidada por Foucault (2015), designa os mecanismos estratégicos de poder sobre a vida, sua gestão, sua majoração, sua multiplicação, objetivando não somente a sujeição dos corpos, mas sobretudo o controle preciso da população, enquanto a Governamentalidade moderna abarca a população enquanto objeto construído pela gestão política global da vida dos indivíduos (biopolítica) por meio de várias técnicas desenvolvidas de controle, de normalização e de moldagem das condutas das pessoas, no intuito de criar sujeitos governáveis.

Propomo-nos a investigar como a governamentalidade funciona na nossa “sociedade de controle” (DELEUZE, 1992). Para tanto, selecionamos um *corpus* composto por dois *folders* da supracitada campanha publicitária do Governo Federal. Buscamos analisar, por meio dos

³⁹ <http://promocaodasaude.gov.br>

discursos produzidos pelo Estado brasileiro, como a alimentação, o lazer, são atravessados por dispositivos de biopoder, que incidem sobre o corpo do sujeito do século XXI, tendo como meta conduzir as condutas da população, melhorar seu destino, aumentar suas riquezas, sua duração de vida, sua saúde.

Em termos metodológicos, utilizamos os conceitos foucaultianos de governamentalidade, biopolítica e biopoder, no interior do arcabouço teórico da Análise do discurso de linha francesa. Conceitos que vêm à tona na fase genealógica, mais especificamente quando Foucault problematiza a passagem da sociedade disciplinar para a sociedade de controle, conforme abordaremos no tópico seguinte.

Biopolítica, governamentalidade e sociedade de controle

Na obra de Foucault, o termo “controle” designava os mecanismos de vigilância entre os séculos XVIII e XIX, cuja função essencial, além de punir o desvio, era corrigi-lo e preveni-lo daquilo que os sujeitos estivessem na iminência de fazer, isto é, um mecanismo de aplicação do poder disciplinar.

Estando nós imersos em sistemas autoritários, aos quais estamos ligados inevitavelmente (escola, trabalho, universidade, lazer), esse controle é exercido durante todo o percurso de nossa vida de modo menos severo e mais refinado, sem ser, contudo, menos aterrorizador do que nas sociedades penais precedentes (FOUCAULT, 2012). Nestas, o suplício era a principal técnica de sofrimento e o corpo, uma superfície de inscrição do castigo, espetacularizado, muitas vezes, em praça pública, sendo o alvo principal da repressão penal.

De acordo com Revel (2005), a partir dos anos 80, com a extensão das disciplinas, Foucault deixa subentender que o controle vai além de um mecanismo de aplicação do poder disciplinar, uma vez que corresponde a uma penetração extremamente fina do poder nas malhas da vida e à sua subjetivação.

Se antes, na sociedade disciplinar, a vigilância era construída mediante uma rede de dispositivos reguladores de hábitos, costumes, práticas produtivas, por meio de instituições disciplinares centralizadoras e estratégias centradas no corpo; no modelo atual da sociedade contemporânea, o sujeito passa a ser controlado por outros sistemas, nos quais se incluem tecnologias de comunicação muito mais sutis e eficazes, a ponto de permear inteiramente não apenas o corpo, mas a consciência dos indivíduos, manipulando-os na totalidade de suas atividades.

Neste modelo de sociedade, designada como *sociedade de controle* (DELEUZE, 1992), o poder é exercido mediante máquinas, que organizam diretamente o cérebro e os corpos dos sujeitos (em sistemas de bem-estar, atividades monitoradas, etc), e também por meio das relações sociais, com o objetivo de um estado de alienação, independentemente do sentido da vida e do desejo de criatividade (HARDT e NEGRI, 2001, p. 42).

Esta é a lógica do que os autores denominam de *Império* – termo utilizado por Hardt e Negri (2001), não apenas como metáfora de um território geográfico extenso contendo um conjunto de [nações](#) e [povos etnicamente](#) e/ou [culturalmente](#) diversos, governados por um [soberano/imperador](#), mas como um conceito que, por consequência, exige uma abordagem teórica. Segundo os autores,

O conceito de Império caracteriza-se fundamentalmente pela ausência de fronteiras: o poder exercido pelo Império não tem limites. [...] O Império não só administra um território com sua população mas também cria o próprio mundo que ele habita. Não apenas regula as interações humanas como procura reger diretamente a natureza humana. O objeto do seu governo é a vida social como um todo, e assim o Império se apresenta como forma paradigmática de biopoder. (HARDT e NEGRI, 2001, p. 14-15).

Indo de encontro ao Imperialismo, essa estrutura de comando pós-moderna da economia global não é detentora de um poder central, localizável, que se estabelece de cima para baixo, mas, por possuir fronteiras abertas e em expansão, o Império administra entidades híbridas tais como as interações humanas, adentrando nas profundezas do mundo social de modo a controlar a própria produção biopolítica, isto é, a produção da vida social, na qual o econômico, o político e o cultural cada vez mais se imbricam e se completam um ao outro.

De acordo com Foucault (2015), a biopolítica da população passa por uma série de intervenções reguladoras no âmbito de uma gestão calculista da vida, na forma de agenciamentos concretos que visam ao investimento sobre o corpo útil, saudável, produtivo, o que caracteriza um poder – *biopoder* - que tem como desígnio não mais matar - símbolo do poder soberano, mas “fazer viver”.

Contudo, não se trata de fazer viver de qualquer maneira, mas promover um estilo de vida bom. Para tanto, é necessário que as tecnologias políticas invistam sobre o corpo, a saúde, a alimentação, as maneiras de morar, as condições de vida e todo o espaço da existência.

Sendo assim, o Estado emerge com técnicas e táticas que vão agir sobre a população, de modo sutil e argucioso, por meio de formas mais descentralizadas e difusas (mas não necessariamente democratizadas) de poder, exercidas pelo conjunto constituído pelas

instituições como também pelos próprios sujeitos, neste caso, sem ter consciência de que seu modo de pensar, de agir, enfim, de viver, é atravessado por relações de poder cuja extensão abrange até os mínimos espaços, tanto físicos quanto psicológicos.

A esta forma de gerir a população em profundidade, em fineza, e no detalhe, aliada a instrumentação do saber econômico, Foucault (2012, p. 295) chama de *governamentalidade*. Sendo assim, o estudioso entende por Governamentalidade o conjunto de táticas e técnicas de controle, normalização e moldagem das condutas das pessoas, que se propõem a criar sujeitos governáveis.

Não se trata de determinações explícitas e autoritárias de governo, impondo leis aos homens nem de regras do Direito que dirigem a vontade dos sujeitos, buscando uma submissão forçada, mas os próprios sujeitos buscam a sintonia com os modos da verdade para que sejam capazes de aceder às vantagens oferecidas pelo poder vigente.

Sendo assim, esta tecnologia de poder manifesta-se de modo a conseguir subjetividades flexíveis que se adaptem, de modo cooperativo, aos objetivos do sistema com o mínimo de resistência, fazendo os sujeitos acreditarem nas vontades de verdades construídas e estabelecidas pelo Estado, que trazem consigo efeitos de poder, como se estas fossem a melhor e única maneira de viver.

Essa eficiência é resultado do exercício do biopoder que age de modo que a própria população, que vive em uma constante busca por bem-estar, se submeta a mais regras, mais proibições, vigilância e punição.

Conforme Sousa (2012), por conta do “espírito humanitário” das intervenções políticas que cuidam, protegem, estimulam e administram a vida do corpo populacional, este geralmente não percebe a contrapartida brutal dessa obsessão do poder estatal pelo cuidado purificador da vida. Desta forma, a autora explica que o governo tem, na própria população, uma grande aliada, o que garante o sucesso de suas propagandas e promove uma vigilância sobre aquelas pessoas que teimam em não entrar na ordem do discurso: os considerados anormais. De acordo com Foucault (2013, p. 425) “a população aparece, portanto, mais como fim e instrumento do governo que como força do soberano”.

Vejamos, então, por que a Campanha Promoção da Saúde –SUS, é considerada uma estratégia de governamentalidade com tecnologias biopolíticas, que se desenham na nossa atual sociedade – de controle – cujas configurações são imperiais (HARDT e NEGRI, 2001).

Da Saúde Se Cuida Todos Os Dias: atuação do Biopoder e da Biopolítica

Ao discorrer sobre a governamentalidade, Foucault (2013) assevera que o objetivo final do governo é melhorar a sorte da população, aumentar sua riqueza, sua duração de vida, sua saúde, etc., utilizando-se, para tanto, de técnicas e instrumentalização do saber econômico que vão incidir indiretamente sobre ela e que permitirão ao Estado um controle global de sua vida, sem que as pessoas se deem conta.

O agenciamento de campanhas publicitárias é uma estratégia de governamentalidade citada pelo autor. Diante disto, investigaremos como funciona a campanha de Promoção da Saúde SUS, lançada em 2015 pelo Ministério da Saúde, considerada uma tática dessa nova arte de governar.

A supracitada campanha traz o seguinte enunciado: *Da Saúde se cuida todos os dias*, sendo que o termo *saúde* é substituído, no material da campanha, por outros termos, dando ênfase a questões mais específicas. Dito de uma forma mais explicativa, foram produzidos cartazes, anúncios, *folders*, com a seguinte mensagem/manchete em destaque “*Da alimentação se cuida todos os dias*”; “*Do corpo se cuida todos os dias*”; “*Das escolhas certas se cuida todos os dias*”; “*Do ambiente se cuida todos os dias*”, o que produz, a nosso ver, uma dimensão global do que o Estado entende por saúde e o alvo que se pretende atingir.

Os temas eleitos também materializam a noção de saúde definida pelo Ministério da Saúde, representante do discurso do Estado brasileiro. São eles: Controle do Tabagismo; Incentivo à Atividade Física; Incentivo ao Parto Normal; Incentivo à Redução do Consumo do Alcool; Incentivo à Segurança no Trânsito; Incentivo ao Ambiente Saudável; Incentivo à Alimentação Saudável; Incentivo à Cultura da Paz e aos Direitos Humanos.

Ao elegê-los, amplia-se o conceito de saúde, afastando-se da noção “naturalista”, orgânica de que saúde é apenas a ausência de doenças e aumenta a possibilidade de ações por parte do Estado em todos os níveis da organização social. Isto é percebido na própria materialidade textual com a presença intensa dos vocábulos “incentivo”, “controle”, caracterizando-a não como algo ideal, inatingível, mas como algo que pode ser estimulado e, portanto, usado como meta pelos serviços de saúde.

Os *folders*, como veremos adiante, apresentam certa regularidade entre si como também cada um é marcado por suas especificidades. Antes de analisá-los, vejamos como se apresentam os cartazes desta campanha para que tenhamos a visão do todo (vide anexo).

A parte não-verbal dos cartazes apresenta uma regularidade enunciativa na qual se destaca o rosto de uma pessoa de perfil, com olhar e semblante que expressam satisfação, contentamento e prazer. O uso do recurso digital nestas imagens provoca vários efeitos de sentido. Essencialmente, parece tornar transparente aquilo que é opaco, fazendo transparecer, simbolicamente, o que se passa na cabeça das pessoas. E não por acaso, o que enxergamos através do olhar delas são pessoas felizes, que obtiveram sucesso por terem optado “cuidar da saúde”.

A parte verbal em destaque, que é comum a todos os cartazes, apresenta uma construção em que o pronome “se” atua como índice de indeterminação do sujeito. O complemento do verbo “cuidar” (do corpo, da alimentação, etc) precede-o, ganhando evidência na oração. Ainda em termos gramaticais, a escolha pelo sujeito não determinado, no nosso entendimento, possibilita a aglomeração de vários e indeterminados sujeitos – discursivos - nesta categoria, uma vez que as diversas ações de Promoção da Saúde foram propostas para “você, sua família, sua comunidade e todo o Brasil viverem com mais tranquilidade, felicidade e bem-estar, prevenindo doenças crônicas como diabetes, doenças do coração, hipertensão, câncer, entre outras”, conforme declarado em um dos cartazes. Determinando o sujeito, limitaria essa possibilidade de fazer incluir “você” e “todo o Brasil” em uma mesma estrutura.

Outro ponto em comum que contribui para a identidade visual da campanha é o selo, posicionado no canto superior direito de cada cartaz, que combina o coração - símbolo universal da saúde; e o livro – que carrega o sentido de aprendizado e conhecimento.

Vejamos o *folder* abaixo, que tem a alimentação como tema:



Figura 1 - Folder alimentação saudável. (Fonte: Portal Promoção da Saúde)

Disponível em: [http://promocaodasaude.saude.gov.br/promocaodasaude/material-de-](http://promocaodasaude.saude.gov.br/promocaodasaude/material-de-campanha/incentivo-a-alimentacao-saudavel/campanha-01)

[campanha/incentivo-a-alimentacao-saudavel/campanha-01](http://promocaodasaude.saude.gov.br/promocaodasaude/material-de-campanha/incentivo-a-alimentacao-saudavel/campanha-01)

Neste *folder*, o rosto em perfil é de um homem. Ele, que comparado à mulher, tende a cuidar menos da saúde e ser mais resistente à medicina de uma forma geral, incluindo aí a falta de atenção com a alimentação.

Os homens, durante muito tempo, não foram o foco de ações de saúde específicas como as mulheres, os adolescentes e jovens, os idosos, as pessoas com deficiência. Apenas em 2008, foi lançada a Campanha Nacional de Esclarecimento da Saúde do Homem, promovida pela Sociedade Brasileira de Urologia (SBU), com apoio do Ministério da Saúde, tornando o Brasil o segundo país da América possuidor de um setor para a saúde do homem. (CARRARA; RUSSO; FARO, 2009)

Quase simultaneamente a esta Campanha, mais especificamente em novembro de 2008, o Ministério da Saúde divulga o documento “Política Nacional de Atenção à Saúde do Homem”. No texto de apresentação tem a seguinte afirmação “Nesse sentido, a política traduz um longo anseio da sociedade ao reconhecer que os agravos do sexo masculino constituem verdadeiros problemas de saúde pública”. Esta constatação revela a emergência do problema da saúde masculina, que passa a ser objeto de interesse do governo.

Segundo os pesquisadores antropólogos Carrara, Russo e Faro (2009), a ideia principal que abarca o documento é “modernizar” os homens brasileiros, esmaecer sua resistência e desmitificar preconceitos que os aprisionam. Fazê-los entender que o “sexo frágil” não é distintivo da mulher; por oposição ao homem, considerado o “sexo forte”, “sem frescura”. Afinal, se o homem não tem a prática do autocuidado, ele, sua mulher, sua família e a própria sociedade sofrem prejuízo!

Observa-se na imagem que o olhar do homem (cuja escolha de gênero não foi aleatória) é para frente, na linha do horizonte, olhar de quem mira o futuro, encara os desafios. Além disso, seu semblante como um todo exprime satisfação e a segurança de que se alimentar bem é a escolha certa a ser feita.

A imagem representa o homem que já entendeu os riscos de não fazer escolhas saudáveis e que encontra felicidade ao valorizar o cuidado com a própria saúde. Esse é o sujeito de uma gestão de governamentalidade a que Foucault (2013, p. 425-426) se refere: “sujeito de necessidades, de aspirações, mas também como objeto nas mãos do governo; como consciente, ante o governo, daquilo que ela [a população] quer e inconsciente em relação àquilo que se quer que ela faça”.

A imagem que o homem enxerga e a que a Campanha pretende que se internalize é a de que é possível, fácil, prazeroso e, sobretudo, necessário, ter uma vida com mais qualidade e

uma alimentação com mais saúde e sabor. Isso é atestado, também, nos enunciados verbais que mostram que a população não está sozinha nesse desafio, mas pode contar com a ajuda do governo: “alimentar-se bem, na correria dos dias de hoje, é um verdadeiro desafio, mas com a ajuda desse guia e das ações da Promoção da Saúde, podemos vencer esse desafio juntos”; “Para ajudar você e todo o Brasil na hora de se alimentar bem, desenvolvemos esse material que tem várias dicas e guias que vão facilitar sua vida”.

A participação do Estado, como aliado da população, é perpassada por relações de poder que têm por objeto o corpo social e por objetivo sua normalização, a singularização dos indivíduos, isto é, disciplina. Observa-se, com isso, que a disciplina não é eliminada nesta nova arte de governo, o que reforça a afirmação de Foucault (2013) de que não se trata de uma substituição de uma sociedade de soberania por uma sociedade disciplinar e desta por uma sociedade de governo, mas de um triângulo: soberania-disciplina-gestão governamental.

Nessa esteira, Hardt e Negri (2001) ponderam que a obra de Foucault já sinaliza a transição da sociedade disciplinar para a sociedade de controle, mas tal transição também não significa substituição, já que a sociedade de controle é caracterizada por uma síntese e uma intensificação dos aparelhos de normalização de disciplinaridade que conduzem nossas práticas diárias.

Todavia, vale ressaltar que esse controle funciona não sob uma lógica relativamente fechada, dentro de instituições, como na sociedade disciplinar, mas por meio de redes flexíveis e flutuantes, sob o paradigma do *biopoder*, conforme observamos em nosso objeto de análise.

Essa nova técnica de poder, afirma Foucault (2016), se dirige ao homem ser vivo, ao homem-espécie, instalando-se não apenas nos corpos, consoante uma primeira tomada de poder sob o modo da individualização, mas na massa global, afetada por processos como o nascimento, a morte, a produção, a doença, etc.

Retomando à figura 1, observamos o funcionamento do biopoder de forma estratégica a tal ponto que induz a população a acreditar, sem questionar, - que os “10 PASSOS PARA UMA ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E SAUDÁVEL”, enunciado destacado no *folder*, é um mandamento a seguir para o bem-estar. O uso dos verbos no infinitivo (um modo impessoal): “Fazer de alimentos in natura ou minimamente processados a base da alimentação”; “Evitar o consumo de alimentos ultra-processados”; “Desenvolver, exercitar e partilhar habilidades culinárias”, etc. quebra o tom de ordem, de imposição como conhecemos nos 10 Mandamentos bíblicos, que faz uso do imperativo negativo: “Não matarás”; “não adulterarás”; “não furtarás”, etc.

Todavia, os “10 passos para uma alimentação saudável” não deixam de ser regulamentos para o caminho de uma vida liberta da escravidão do pecado, uma vez que os que se negam a seguir no limite dos trilhos traçados certamente sofrem sanções.

De acordo com Sousa (2012), a partir de sua leitura de Foucault, a obsessão do poder estatal pelo cuidado purificador da vida produz uma contrapartida brutal que resulta em uma política da intransigência para com os que se negam a passar pela purificação. Aqueles cujos passos não seguem o caminho orientado, não se encaixarão nas normas do corpo magro, sadio, bonito, não terão um relacionamento feliz e, conseqüentemente, serão discriminados.

O atravessamento do discurso bíblico é percebido também no outro enunciado em destaque no *folder* “A REGRA DE OURO”. Este título marca uma passagem bíblica que remonta ao “Sermão da Montanha”, um discurso de Jesus Cristo no qual ele profere lições de conduta e de moral, ditando os princípios que normatizam e norteiam a verdadeira vida [cristã](#). Nesta ocasião, Jesus aprofundou e ampliou o alcance dos 10 Mandamentos levando os cristãos a seguirem não como um ritual, mas a partir de mudanças internas relacionadas a atitudes concretas.⁴⁰

Sendo o objetivo desta Campanha incentivar iniciativas individuais e coletivas que vão desde a adoção de hábitos e alimentação saudáveis até a busca do desenvolvimento sustentável, da gestão democrática e da construção da legítima qualidade de vida, os 10 Passos fulguram como os 10 Mandamentos: um resumo dos deveres do cidadão consigo mesmo e para com o seu próximo, um princípio ético fundamental, a “Regra de Ouro”. Este modo sutil de advertir o indivíduo é típico de nossa sociedade de controle, na qual “os mecanismos de comando se tornam cada vez mais ‘democráticos’, cada vez mais imanentes ao campo social, distribuídos por corpos e cérebros dos cidadãos”. (HARDT e NEGRI, 2001, p. 42).

Passemos agora à análise da Figura 2 abaixo, buscando analisar os efeitos do atravessamento do biopoder que incidem sobre os discursos produzidos pelo Estado brasileiro, a partir do *folder*, que tem como tema o controle do tabagismo.

⁴⁰ Informações obtidas em: <http://www.estudobiblico.org/pt/detalhe/ver/o-sermao-da-montanha-44> .



Figura 2 - Folder controle do tabagismo. (Fonte: Portal Promoção da Saúde). Disponível em:

http://portalsaude.saude.gov.br/images/campanhas/Dia_Mundial_Sem_Tabaco_2015/MS_PNPS_TABAGISMO_FOLDER- A3.jpg

A parte não-verbal deste enunciado, assim como a Figura 1 anteriormente analisada, didatiza os efeitos do biopoder no indivíduo e na população como um todo. O semblante da jovem de perfil condiz com a aceitação das regulações da sua vida social conduzida pelo governo. É a natureza biopolítica deste novo paradigma de poder que permite, segundo Hardt e Negri (2001), o comando efetivo sobre a vida total da população, uma vez que este se torna função integral, vital, que todos os indivíduos aceitam e reativam por sua própria vontade.

No *folder*, há uma enxurrada de informações, densas e minuciosas, a respeito: a) do comércio ilícito de cigarros; b) das principais ações de controle do tabagismo; c) das políticas públicas implementadas pelo governo brasileiro; d) dos dados estatísticos de redução do número de fumantes nos últimos 9 anos, além de um alerta sobre a proibição da venda de cigarros abaixo do preço mínimo e para menores de idade, seguido de um conselho com uma linguagem informal na tentativa de aproximar-se do público jovem: “O preço do cigarro pesa no seu bolso? Que tal deixar de fumar em vez de comprar cigarros mais baratos, vendidos ilegalmente? ”.

A escolha pelo rosto de uma jovem (diferentemente do homem adulto no *folder* de incentivo à alimentação saudável) decorre do fato de que 90% dos fumantes começam a fumar antes dos 19 anos. Ademais, pesquisas apontam que o percentual de fumantes adultos caiu 30% nos últimos nove anos, evitando cerca de 200 mil mortes, segundo o próprio material de campanha. Esta realidade, que se fundamenta em um saber econômico, estatístico, indica que reduzir o número de jovens fumantes e, conseqüentemente, de diversos tipos de doenças do coração, do pulmão, se torna uma preocupação política para o Estado (conseqüentemente requer uma biopolítica), por isso as campanhas de prevenção devem voltar-se para esse público-alvo, representado no material em análise.

De acordo com Sousa e Baracuhy (2015), as estatísticas que medem o número de fumantes, de pessoas que pararam de fumar em virtude de políticas públicas e os que morreram em decorrência de doenças ocasionadas pelo consumo de cigarro, atreladas a campanhas de prevenção e combate ao tabagismo, fazem parte de um complexo dispositivo de poder que dá respaldo ao governo da população. Este é legitimado por saberes oriundos da clínica médica como também por instituições jurídicas e outros órgãos de Estado, os quais, por terem função normalizadora na vida da população, controlam o funcionamento do discurso antitabagista, ao mesmo tempo em que constroem discursivamente o sujeito fumante.

Em sua pesquisa, os autores concluíram que o sujeito fumante, na atualidade, é discursivizado como um corpo anormal, doente, sexualmente impotente, que vive na iminência da morte, representando, assim, uma ameaça para toda a população, pois possibilita o adoecimento e a morte de outros indivíduos por meio do fumo passivo. Em nosso objeto de análise, contudo, o sujeito que se constrói discursivamente é o jovem não-fumante, normal, aquele que fez as “escolhas certas” a fim de viver bem.

Como afirmam Hardt e Negri (2001), a função mais elevada do biopoder é administração total da vida. Na campanha, observamos os efeitos desse poder gerenciando a vida desses jovens, regulando a vida social, indicando modos de manter o corpo segundo os padrões considerados saudáveis na contemporaneidade, em que os sujeitos anseiam por longevidade e temem a morte. Desta maneira, os jovens não-fumantes são construídos discursivamente para serem saudáveis, bem relacionados, conscientes de suas atitudes, de suas escolhas, o “bom cidadão”, tendo como recompensa o bem-estar e a longevidade.

Considerações Finais

Em nossas palavras finais, gostaríamos de retomar a epígrafe deste trabalho na qual Foucault alerta para a nova espécie de prisão que se arquiteta na era em que os controles psicológicos são mais eficazes do que os controles físicos. Na lógica imperial, para utilizar o termo de Hardt e Negri (2001), a sociedade de controle se apresenta por uma intensificação dos aparelhos de normalização e disciplinaridade que se assemelham a uma prisão não no sentido espacial, estrutural, mas no sentido de suprimir a liberdade, em nome do bem-estar da população.

A pena, no âmbito da prisão, embora não mais se centralize no suplício como técnica de sofrimento, ainda funciona com certos complementos punitivos referentes ao corpo: redução alimentar, privação sexual, expiação física (FOUCAULT, 2014). Em nosso cenário atual, no entanto, impera a biopolítica, na qual o poder tem a tarefa de se encarregar da vida, dos interesses e aspirações da população. Neste sentido, não deixa de haver necessidade de mecanismos contínuos, reguladores e também corretivos como forma de o Estado administrar o corpo da população.

A diferença é que os mecanismos de disciplina têm por função impedir ações, privar os indivíduos de liberdade, normatizar, vigiar e punir; enquanto os mecanismos de segurança, típicos da sociedade de controle, deixam fazer, mas não deixam fazer tudo. Um exemplo disto são “A regra de ouro” e os “10 passos para uma alimentação saudável” que, sendo possibilidades dentro um campo vasto da alimentação, consistem em uma estratégia de controle dos sujeitos cujas escolhas, pensamentos, desejos e ações são socialmente organizados e administrados nos mínimos detalhes.

Dessa forma, observamos na Campanha *Promoção da Saúde- SUS – Da saúde se cuida todos os dias* que o controle do Estado não pairou na superficialidade do corpo do indivíduo: um corpo saudável, livre de doenças, mas ocorreu por meio de uma estratégia de governamentalidade, imbuída dos efeitos do biopoder.

O Estado buscou entranhar-se na vida da população, nos seus corpos, mentes, desejos, afetividade. Não por meio da força bruta, imperativa, mas pela inscrição de sistemas simbólicos de acordo com os quais, as pessoas devem “escolher” dentre as possibilidades existentes, regular seu comportamento e disciplinar a si próprios como membros de uma sociedade que almeja encontrar o caminho da felicidade e anseia pelo bem-estar. Sendo assim, a imposição que rege esta relação Estado-população é velada, uma vez que as estratégias de normalização

utilizadas pelo Ministério da Saúde produzem sensibilidades, disposições e consciência no mundo social.

Através de nossa análise, entendemos que o Estado brasileiro reconhece que a saúde da população masculina é uma questão importante que precisa ser enfrentada por meio de ações e estratégias que possam reverter este quadro de doenças e mortes, além disso, a campanha de controle ao tabagismo mostra que o consumo de produtos de tabaco causa sérias consequências econômicas, comprometendo a renda individual e os gastos públicos com a saúde das pessoas. De acordo com a campanha, custos indiretos também podem ser percebidos como perdas de produtividade no trabalho ou dias de trabalho perdidos, além dos danos ambientais, como risco de incêndios e poluição do ar causada pela fumaça do cigarro.

Portanto, acreditamos que a referida campanha realizada pelo Ministério da Saúde, que contribui para a redução do adoecimento e para promover a saúde, se constitui uma estratégia de Governamentalidade, na qual a soberania, o controle, a disciplina tomam nova forma. Ao mesmo tempo em que o Estado controla a alimentação da população, dá dicas para 10 passos para uma dieta saudável, faz um convite aos jovens para pararem de fumar, ele oferece uma vida com mais tranquilidade, felicidade e bem-estar para a população. Dessa forma, não há espaço para resistência, uma vez que resistir a esse poder implica ser punido por doenças crônicas como diabetes, doenças do coração, hipertensão, câncer, entre outras.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (princípios e diretrizes)**. 2008. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_atencao_saude_homem.pdf> Acesso em: agosto de 2016.

CARRARO, S.; RUSSO, J.; FARO, L. A política de atenção à saúde do homem no Brasil: os paradoxos da medicalização do corpo masculino. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 19 [3], p. 659-678, 2009.

DELEUZE, GILLES. Post-scriptum sobre as sociedades de controle. In: _____. **Conversações: 1972-1990**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992, p. 219-226.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

_____. **Ditos e Escritos IV: estratégia, poder-saber**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

_____. **Microfísica do poder**. Organização e Tradução de Roberto Machado. 27. ed. São Paulo: Graal, 2013.

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Trad. Raquel Ramallete. 42. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

_____. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. 3.ed. São Paulo: Graal Edições, 2015.

_____. Aula de 17 de março de 1976. In: **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. Trad. Maria Ermantina Galvão. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

HARDT, M.; NEGRI, H. **Império**. Trad. Berilo Vargas. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SOUSA, Claudemir; BARACUHY, Regina. Biopolítica, Biopoder e Cuidado de Si na Campanha Antitabagista das Embalagens de Cigarro. **Ilha do Desterro A Journal of English Language, Literatures in English and Cultural Studies**, Florianópolis, v. 68, n. 3, p. 131-146, out. 2015. ISSN 2175-8026. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/desterro/article/view/2175-8026.2015v68n3p131>>. Acesso em: 01 de agosto de 2016.

SOUSA, K. M. Discurso e biopolítica na sociedade de controle. In: TASSO, I.; NAVARRO, P. (Orgs). **Produção de identidade e processos de subjetivação em práticas discursivas**. Maringá: Eduem, 2012.

Anexos

Promoção da Saúde - SUS

Da Alimentação se Cuida Todos os Dias

Uma alimentação equilibrada é fundamental para garantir um bom qualidade de vida. Para isso, você precisa conhecer as regras e incorporar hábitos saudáveis em todos os dias de sua rotina. Com essa orientação, podemos agir com mais sabedoria e evitar doenças, além de manter a saúde física, mental, emocional e social.

Da Saúde se Cuida Todos os Dias.

136
www.saude.gov.br

Conteúdo de Teleatendimento

Confira as regras de referência a Atenção Básica e a rede de outras ações de Promoção da Saúde em www.saude.gov.br/teleatendimento.

Ministério da Saúde

BRASIL
PAÍS DA ESCOLA

Promoção da Saúde - SUS

Da saúde dos estudantes se cuida todos os dias.

O Programa Saúde na Escola incentiva ações de promoção da saúde com estudantes nas escolas públicas de todo o Brasil. Com ênfase às práticas corporais, à atividade física e alimentação saudável e equilibrada.

Podem ser escolas e comunidades para participar do Programa Saúde na Escola em 2015.

Da saúde se cuida todos os dias.

136
www.saude.gov.br

Conteúdo e Programa Saúde na Escola e todas as outras ações de promoção da Saúde em www.saude.gov.br/psne.

Ministério da Saúde

BRASIL
PAÍS DA ESCOLA

Conteúdo de Teleatendimento

Das Escolhas Certas se Cuida Todos os Dias. Escolha Viver Bem Sem o Cigarro.

É o Governo Federal. Trabalhando para o Brasil melhor.

136
www.saude.gov.br

Ministério da Saúde

BRASIL
PAÍS DA ESCOLA

Promoção da Saúde - SUS

Do Ambiente em que Vivemos se Cuida Todos os Dias

Construa um ambiente saudável e um modo de vida mais feliz em sua casa, em seu trabalho e em sua comunidade. Faça isso com a orientação adequada dos profissionais de saúde, em parceria com a comunidade e com o poder público. Para isso, você precisa participar de ações de promoção da saúde e de educação em saúde. Isso inclui a adoção de hábitos e estilos de vida saudáveis e a participação em atividades de promoção da saúde em sua comunidade. Isso inclui a adoção de hábitos e estilos de vida saudáveis e a participação em atividades de promoção da saúde em sua comunidade.

Da Saúde se Cuida Todos os Dias.

136
www.saude.gov.br

Conteúdo de Teleatendimento e todas as outras ações de promoção da Saúde em www.saude.gov.br/teleatendimento.

Ministério da Saúde

BRASIL
PAÍS DA ESCOLA

Promoção da Saúde - SUS

Do Corpo se Cuida Todos os Dias

O Instituto de Atividades Físicas vai trazer orientações, todos os sábados, mais saudáveis às pessoas por todo o país. Confira as dicas e atividades físicas no www.saude.gov.br/promocodasauda ou em toda a rede SUS e veja como é simples ter uma vida mais saudável.

Da Saúde se Cuida Todos os Dias.

136
www.saude.gov.br

Ministério da Saúde

BRASIL
PAÍS DA ESCOLA

LÉXICO E CULTURA: BREVE ANÁLISE DE DOCUMENTOS OITOCENTISTAS SOBRE A ESCRAVIDÃO NEGRA EM CATALÃO

Maria Helena de PAULA⁴¹

Amanda Moreira de AMORIM⁴²

Resumo: Neste trabalho, realizamos um inventário lexical acerca de lexias referentes aos escravos em 20 (vinte) manuscritos, datados de 1861 a 1865, extraídos de Cardoso (2009), baseando-nos nas lições da lexicologia de Biderman (2001) e na estrutura de Índice de Frequência e Ocorrência, de Megale e Toledo Neto (2006). Dividimos as lexias inventariadas em campos lexicais, desenvolvidos de acordo com teorias de Coseriu (1977), para estabelecermos uma relação entre o acervo lexical encontrado e a história e a cultura por ele registradas. Esta relação nos revelou diversos aspectos referentes à estruturação da capitania goiana em meados do século XIX.

Palavras-chave: Campos lexicais. Cultura. Escravidão. História.

Abstract: *In this paper we accomplished a lexical inventory about the lexes relating to slaves in twenty (20) manuscripts, dated 1861-1865, extracted from Cardoso (2009), based on the lessons of lexicology by Biderman (2001) and the Índice de Frequência e Ocorrência by Megale and Toledo Neto (2006). We divided the inventoried lexes in lexical fields developed according to the theory by Coseriu (1977), to establish a relation between the lexical collection found, and the history and culture registered by them. This relation revealed several aspects related to the structuring of Goiás Captaincy in the middle of nineteenth century.*

Keywords: *Lexical fields. Culture. Slavery. History.*

⁴¹ Bolsista FAPEG/CAPES em estágio pós-doutoral na Universidade de São Paulo – USP. Docente do programa de pós-graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Federal de Goiás – UFG, Regional Catalão, Brasil. Unidade Acadêmica Especial de Letras e Linguística, Laboratório de Estudos do Léxico, Filologia e Sociolinguística – LALEFIL. Contato: mhp.ufgcatalao@gmail.com.

⁴² Bolsista FAPEG/CAPES. Universidade Federal de Goiás – UFG, Regional Catalão, Brasil. Unidade Acadêmica Especial de Letras e Linguística, Laboratório de Estudos do Léxico, Filologia e Sociolinguística – LALEFIL. Contato: amandamoreiradeamorim@gmail.com.

Introdução

Neste trabalho, apresentamos os resultados alcançados nas pesquisas “Léxico e cultura: uma breve análise de documentos notariais oitocentistas sobre a escravidão negra em Catalão” fomentada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás – FAPEG (processo 201410287001393 – Edital 05/2014) e “Estudo da tipologia e gêneros de manuscritos sobre a escravidão em Goiás”, também fomentada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás – FAPEG (processo 201510267000990 – Edital 12/2014).

A história da cidade de Catalão possui profundos vínculos com a escravidão negra ocorrida em todo o território brasileiro, como visto na grande quantidade de documentos manuscritos encontrados na região, que fazem menção aos escravos e seus descendentes que viveram nessas imediações. Para realizar este trabalho, foram selecionados 20 (vinte) documentos, datados de 1861 a 1865, anteriormente editados e estudados pela equipe de pesquisadores do projeto supracitado, especialmente Cardoso (2009), encontrados em um códice pertencente ao Cartório do 2º Ofício - Tabelionato de Catalão-GO.

Estes manuscritos foram exarados por dois diferentes escribas, a saber: os documentos de número 01 a 04 foram outorgados por Camillo José de Oliveira Novaes, entre os anos de 1861 e 1864, e os documentos de número 05 a 20 foram escritos por Isaac Lange da Cunha, entre 1864 e 1865. Trata-se de transações comerciais, nas quais os produtos negociados são os escravos. Desse modo, compõem nosso *corpus* os seguintes tipos documentais: nove escrituras de venda de escravos; cinco escrituras de hipoteca de escravos; quatro escrituras de doação de escravos e dois registros de cartas de liberdade. Ressaltamos que os documentos se encontram nos arquivos digitais do projeto “Formação de corpora escritos de Goiás – leitura e edição de documentos”, constituído em 2007, parte do acervo digital do Laboratório de Estudos do Léxico, Filologia e Sociolinguística (LALEFIL), da Unidade Acadêmica Especial de Letras e Linguística, da Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão.

Primeiramente, realizamos leituras de materiais teóricos para as discussões de teor filológico, tendo como principal referência Spina (1977), e para discutir aspectos lexicais nos embasamos em autores como Biderman (2001), os quais nos deram o suporte necessário para a leitura crítica dos manuscritos já indicados. Junto à leitura dos documentos, previamente editados, realizamos um inventário das unidades léxicas referentes aos escravos. Para a seleção de tais itens, utilizamos o conceito apresentado por Biderman (2001) para a definição das unidades léxicas. Feito este levantamento, estruturamos os resultados encontrados em um

Índice de Frequência e Ocorrência, adotando o modelo de Megale e Toledo Neto (2006), o qual contém as 388 lexias inventariadas.

Após a realização do Índice, consultamos os dicionários de Silva (1813), coetâneo aos documentos, Aurélio (FERREIRA, 2004) e Houaiss (HOUAISS; VILLAR, 2009), sendo estes atuais, para verificação e cotejo das definições das lexias inventariadas, a fim de comprovar se as acepções destinadas àquelas lexias entre os anos de 1861 e 1865 ainda são utilizadas atualmente, um século e meio depois. Quanto à análise do material coletado optamos pela divisão do Índice em campos lexicais, teoria proposta por Coseriu (1977). Esta divisão nos rendeu seis campos, denominados *condição social, documentos, etnias, relações de posse, transações comerciais e tributos*, que se encontram dispostos em quadros, os quais comportam as lexias e as abonações referentes a elas. Em cada um dos campos, analisamos as lexias arroladas, com foco em suas relações semânticas, visando a compreender suas contribuições históricas e culturais no período oitocentista da capitania de Goiás. Para elaboração da análise entre o léxico inventariado e cotejado e o contexto histórico-cultural do período em que se insere, recorremos a autores como Câmara Jr. (2004) e Paula (2007).

Pleiteando compreender os fatores históricos abarcados pelos manuscritos aqui analisados, recorremos à terceira função da Filologia, a função transcendente, proposta por Spina (1977, p. 77), a qual alega que “[...] o texto deixa de ser um fim em si mesmo da tarefa filológica, para se transformar num instrumento que permite ao filólogo reconstituir a vida espiritual de um povo ou de uma comunidade em determinada época”. Ou seja, por meio do texto, conseguimos depreender as relações que o motivaram historicamente, resgatando, assim, traços importantes da história e da cultura daquele período.

Para a apresentação dos resultados obtidos na pesquisa em pauta, fracionamos este trabalho em três momentos, para melhor organização e compreensão dos dados e resultados exibidos, intitulados: *Índice de frequência e ocorrência; Os campos lexicais e Língua, cultura e história*, dispostos nesta ordem.

Índice de frequência e ocorrência

Conforme mencionado anteriormente, após leitura acurada dos 20 (vinte) documentos manuscritos selecionados, extraídos de um códice do Cartório do 2º Ofício - Tabelionato de Catalão-GO e exarados entre os anos de 1861 e 1865, inventariamos as lexias que se referem, de alguma forma, aos escravos.

Entendemos *lexia* na concepção proposta por Biderman (2001), que a difere de *lexema*. Segundo a autora, *lexema* designa a unidade léxica abstrata da língua, que se manifesta no discurso por meio de formas as quais podem ser fixas ou variáveis, enquanto *lexia* é a denominação dada a essas formas em uso pleno no discurso, que podem ser divididas como *lexia simples*, unidades grafadas com um único segmento, e *lexia complexa*, compostas por mais de um segmento. Biderman ainda conceitua o *léxico*, nesta monumental obra sobre a teoria lexical. Para a autora, o *léxico* é o acervo dos lexemas de uma língua, enquanto o *vocabulário* corresponde ao conjunto das lexias inscritas em algum uso.

Deste modo, selecionamos para elaboração do Índice de Frequência e Ocorrência as lexias conforme estão dispostas nos documentos, mantendo suas formas gráficas e acentuações no estado de língua em que foram registradas, conservando os traços de escrita do período oitocentista. Baseamo-nos no modelo de Índice proposto por Megale e Toledo Neto (2006), constituindo-o da seguinte maneira: a) entradas organizadas em ordem alfabética; b) grafadas em negrito – nos casos em que a forma atual não correspondeu a nenhuma das grafias encontradas nos manuscritos, deu-se o uso de colchetes para diferenciá-las; c) seguidas de sua classe gramatical, de forma abreviada e grafada em itálico; d) seu número de ocorrência entre parênteses; e) registro de todas as formas encontradas para cada entrada, com suas flexões, com o número de ocorrências de cada forma entre parênteses; f) o número das linhas nas quais se encontram, segundo a edição semidiplomática, realizada por Cardoso (2009), o que facilitou sua localização no *corpus*.

Ressaltamos, ainda, que o levantamento das lexias componentes do Índice foi realizado manualmente, sem o uso de ferramentas computacionais.

Obtivemos, ao final do inventário, um total de 56 (cinquenta e seis) entradas, o que corresponde aos lexemas, com 97 (noventa e sete) lexias extraídas dos manuscritos, que ocorrem 388 vezes. Algumas dessas entradas exerceram mais de uma função gramatical, de acordo com seu uso e adequação no corpo do texto, e as funções foram discriminadas, como o exemplo *compra*, o qual ocupa a função de substantivo feminino e locução adjetiva, ao vir somado com a preposição *de*, formando *de compra*: “**Compra** *s. f.*; *loc. adj.* (8) *s. f.* compra (4) 55, 234, 377, 536; *s. f. pl.* compras (1) 50; *loc. adj.* de compra (3) 155, 158, 218”.

O total de 53,57% das entradas é composto por substantivos, 19,64% por adjetivos, 17,85% constituídas por verbos e 17,85% pelas locuções, sendo estas adjetivas ou substantivas. A expressiva quantidade de substantivos em relação às outras categoriais gramaticais é

explicada porque esta é “a classe de palavras [...] que nomeia a realidade por excelência” (BIDERMAN, 2001, p. 260)

Quanto às frequências de cada lexia, baseamo-nos em Borba (2003) que defende 1 ocorrência como frequência muito baixa; entre 2 e 6 ocorrências, frequência baixa; entre 7 e 150 ocorrências, frequência média; entre 150 e 1.500 ocorrências, frequência alta; acima de 1.500 ocorrências, frequência altíssima. No nosso estudo, devido à menor quantidade de lexias as quais compõem o Índice, adaptamos os padrões de Borba (2003) para os seguintes critérios: lexias com apenas uma ocorrência são consideradas de frequência muito baixa; entre duas e cinco ocorrências, são consideradas de frequência baixa; entre seis e quinze ocorrências, de frequência média; entre dezesseis e trinta ocorrências, são de frequência alta; acima de trinta ocorrências, têm frequência altíssima.

Aplicando os critérios adaptados de Borba (2003) nas 56 (cinquenta e seis) entradas integrantes do Índice, 17,85% dos itens, o que corresponde a 10 entradas, são de frequência muito baixa, apresentando-se apenas uma vez, enquanto 51,78% das entradas, equivalente a 29 (vinte e nove) lexemas, são de frequência baixa. De frequência média há 11 (onze) entradas, correspondendo a 19,64%. De frequência alta, temos 7,14%, o que representa 4 entradas, e frequência altíssima 3,57%, com apenas 2 itens.

O índice expressivo de baixas frequências aponta para a diversidade léxica presente nos documentos e também para sua diversidade tipológica, pois, como elucidamos no início, os manuscritos dividem-se em escrituras de venda de escravos, de hipoteca, de doações de escravos e registros de cartas de liberdade. Precisamos levar em consideração que as lexias de frequência muito baixa e baixa são de extrema importância para a compreensão do conteúdo presente nos manuscritos, principalmente no que tange a suas relações com o contexto histórico-cultural da época na qual foram redigidos, pois são estas lexias que documentam informações específicas, haja vista que as entradas com frequência alta e altíssima carregam significados mais amplos, presentes no maior número de manuscritos.

Frisamos que este estudo não tem como objetivo analisar minuciosamente os itens lexicais inventariados, do ponto de vista morfofonológico ou codicológico/paleográfico. Intencionamos estabelecer uma relação entre suas ocorrências, seus significados semânticos e sua importância no contexto histórico-cultural do período em que se inserem, o que será desenvolvido com maior minudência no tópico abaixo.

Os campos lexicais

Conforme citado anteriormente, optamos por fragmentar os dados extraídos dos manuscritos em campos lexicais, fundamentando-nos, principalmente, nas concepções apresentadas por Coseriu (1977). A escolha por essa divisão deve-se ao fato de que, fracionando e categorizando os itens lexicais selecionados para a análise, obtivemos uma maior compreensão do *corpus*.

Biderman (2001) defende que as noções de campos léxicos são inerentes ao indivíduo, posto que o léxico se armazena em nossa memória por meio de redes semânticas formadas por associações de palavras, dispostas em múltiplos campos lexicais, o que facilita o acesso e escolha dos lexemas no ato da comunicação. Esses campos lexicais seriam, na perspectiva de Coseriu (1977), estruturas paradigmáticas e sistemáticas da língua, os quais são formados por grupos de unidades lexicais agregadas de valores semânticos, conectadas por uma mesma rede de significação, que constituem o sistema linguístico. Similar e, muitas vezes, equivalente aos campos lexicais são os campos semânticos, ordenação de lexias formada pela correlação entre os seus significados dentro de determinada cultura (XAVIER, 2012).

Deste modo, depreendemos que o estudo dos campos lexicais se encontra diretamente relacionado ao estudo da semântica, pois, para definirmos se uma dada lexia pertence a certo campo lexical devemos nos atentar ao seu componente semântico, seja por semelhança ou oposição às outras unidades componentes do campo, de acordo com o contexto no qual se insere.

Nesta pesquisa, não tivemos o anseio de analisar o total de lexias presentes nos documentos. Destacamos apenas aquelas que, de algum modo, associavam-se aos escravos. Todas as unidades léxicas divididas nos campos lexicais aqui expostos encontram-se no Índice de Frequência e Ocorrência, que nos rendeu seis campos, caracterizados como *condição social*, *documentos*, *etnias*, *relações de posse*, *transações comerciais* e *tributos*. A apresentação de cada campo lexical se dá através de um quadro, contendo a lexia inventariada e sua respectiva abonação, para que assim possamos compreender o contexto no qual se insere no discurso, o que corrobora para sua significação.

Ressaltamos ainda que o estudo dos campos lexicais proposto evidencia importantes aspectos sociais e culturais do período oitocentista da cidade de Catalão e região, como a diversidade étnica dos moradores, as transações comerciais frequentes e traços da economia, entre outros, que serão analisados abaixo.

O campo lexical *condição social*

Quadro 1 - campo *condição social*

Lexias	Abonações
Escravo	“Escriptura de hypotheca de um escravo de nome José que passa e assigna Manoel daCosta Pereira, ao Coronel Antonio da Silva Paranhos como abaixo se decla_ ra” (105v)
Escravidão	“[...] sem que ninguem o possa cha_ mar jamais á escravidão , por qual_ quer pretexto que seja, pois que nós — como Senhores que somos do dito escrã_ vo – digo, Adaõ, lhe concedemos a mes_ ma liberdade [...]” (102v)
Liberdade	“[...] concedemos desde já a liberda_ de ; e de facto liberto fica de hoje para sempre, afim de que desde já possa gosar de sua liberdade [...]” (102v)
Liberto	“[...] e de facto liberto fica de hoje para sempre, afim de que desde já possa gosar de sua liberdade [...]” (102v)
Livre	“[...] e como li_ vre que é por virtude deste meo presente escripto, sem que nin_ guem a possa jamais chamar á escravidão, por qual quer pretex_ to que seja [...]” (117r)
Senhor	“[...] foi dito, em presença das duas tes_ temunhas abaixo assignadas, que hé senhor e possuidor de u_ ma Escrava de nome Gesiri_ na [...]” (110v)
Ventre livre	“[...] afim de que [[de que]] desde já possa gozar de sua liberdade, como se fôra de ventre livre , e como li_ vre que é por virtude deste meo presente escripto [...]” (117r)

Este campo ilustra a estrutura social vigente no período oitocentista na capitania goiana. Temos a clara distinção entre os itens *escravo* e *senhor*, sendo *escravo* aquele “que está sujeito a um senhor, como propriedade dele” (FERREIRA, 2010), em contrapartida ao *senhor*, de acordo com Silva (1813) era “o que tem domínio de algum escravo, ou coisa; [...] homem nobre e de grande estado [...]”. Estas duas entradas se fazem presentes no mesmo campo lexical por oposição, uma vez que as condições sociais que expressam são historicamente constitutivas.

Compõe, também, esse campo o item léxico *escravidão*, o qual se refere ao regime social vigente na época aqui retratada, entre os anos de 1861 e 1865, do qual tanto *senhor* quanto *escravo*, lexias descritas acima, são condição *sine qua non*. As lexias *liberdade* e *liberto* tratam da nova condição à qual o escravo se submetia ao alcançar a tão almejada alforria. Ao receber a Carta de liberdade de seus senhores, deixava de ser cativo, tornando-se *livre*, “senhor de si e de suas ações” (HOUAISS; VILLAR, 2009). *Liberto*, segundo a primeira acepção do dicionário Aurélio (FERREIRA, 2010), refere-se ao escravo que passou à condição de livre.

Contudo, apesar de as acepções encontradas nos dicionários cotejados caracterizarem as lexias *liberto* e *livre* como sinônimas, há entre estas lexias uma importante distinção. Como *liberto* a pessoa possuía uma condição adquirida, determinada no momento de sua libertação

da condição à qual era submetido, enquanto *livre* trata de uma condição de nascença, daquele que já nascia em liberdade.

Dentre os documentos aqui analisados, tivemos acesso a apenas duas cartas de liberdade, porém, mesmo com a limitação do material, essa diferenciação foi constatada, baseada em outros documentos conhecidos por nós, os quais fazem parte do acervo digital do projeto “Formação de *corpora* escritos de Goiás – leitura e edição de documentos”, e, principalmente, na Lei do Ventre Livre, de 1871. Esta lei “declara de condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data desta lei [...]” (MOURA, 2004, p. 238), o que reforça nosso entendimento de que *livre* era uma condição de nascença. Assim, *liberto* é condição adquirida e *livre*, condição nata.

A locução *ventre livre*, de maneira mais específica, trata da condição garantida a partir da aprovação e efetiva aplicação da lei que concedia o direito de livre aos filhos de escravas, a partir de 1871. Nos manuscritos aqui apresentados, essa locução carrega o sentido de que o escravo, a partir do momento em que recebe sua alforria, pode usufruir de sua liberdade como se fosse livre a partir de seu nascimento, vide abonação, ainda que a mãe não o fosse. Podemos interpretar que, ao receber a carta de liberdade, o então escravo renasce como um homem livre, como se de ventre livre fosse, isto é, como se a liberdade lhe fosse algo inquestionável, como eram os que nasciam a partir de 28 de setembro de 1871, após a promulgação da Lei do Ventre Livre. Para a lexia *liberdade*, Houaiss e Villar (2009) trazem que esta é a “condição daquele que não é cativo ou que não é propriedade de outrem”.

Observa-se, então, que as acepções aqui apresentadas para essas lexias se aplicam ao período escravocrata brasileiro. Tomando como exemplo a unidade lexical *liberto*, nos dias atuais, esta pode não nos remeter, em uma primeira instância, à escravidão, pois pode ser primariamente associada a alguém que cumpriu pena por algum crime cometido e ao final de sua sentença foi liberto. Constatamos, então, que os sentidos de uma lexia podem variar de acordo com o tempo, mesmo que essa mantenha a mesma grafia.

O campo lexical *documentos*

Quadro 2 – campo *documentos*

Lexias	Abonações
Carta de liberdade	“Registro d’uma carta de liberdade que passãõ os abaixo assignados ao escravo – Adaõ –, como abaixo se vê.” (102v)
Escrito particular	“[...] em tempos anteriores equando estava o di_ to Escravo com idade de oito para nove annos, tinha feito doaçãõ por escripto particular , cuja escriptu_ ra firã substituida pela presente doaçãõ em Notas [...]” (110r)
Escritura	“ Esriptura publica de compra de um escravo criollo de nome Zeferino, de qua[re]nta annos mais ou menos, feita á Francisco Gonçalves Pacheco, por José Fernandes Villar, pela forma que segue-se.” (100v)

Neste campo, formado por apenas três lexias, deparamo-nos com tipos de documentos usuais à época estudada. A unidade lexical *escritura*, que representa um documento autêntico comprovado e/ou registrado em cartório, é empregada no início de 18 dos 20 documentos analisados. Notamos, assim, que esta lexia abarca a estrutura comumente empregada no Cartório do 2º Ofício - Tabelionato de Catalão-GO pelos escribas Camillo José de Oliveira Novaes e Isaac Lange da Cunha, no período oitocentista.

O *escrito*, apesar de apresentar-se como sinônimo de *escritura* em alguns dicionários, não apresenta essa mesma acepção na forma em que foi empregada nos manuscritos. *Escrito particular*, segundo Cardoso (2009), é um documento que registra a vontade individual de uma pessoa, possuindo valor legal entre as partes envolvidas, porém, quando registrado em cartório, era substituído pela escritura pública, como no caso do manuscrito presente em nosso *corpus*, no qual notamos a substituição do *escrito particular* para uma escritura pública trasladada para o livro cartorial. Este tipo de documento fora comum nas épocas em que o acesso a cartórios, para a efetuação de registros de compra, venda, doação ou hipoteca de escravos, era limitado. A *escritura*, como já citado, representa um documento após ser oficializado em estabelecimentos cartoriais, quando passa a ter fé pública.

Carta de liberdade, também denominada manumissão ou carta de alforria, era “o documento que concedia liberdade ao escravo” (HOUAISS; VILLAR, 2009). Acepções semelhantes foram encontradas nos dicionários Aurélio (FERREIRA, 2010) e de Silva (1813), coetâneo aos manuscritos. Esta lexia vincula-se a *liberdade*, *liberto* e *livre*, as quais compõem o campo lexical *condição social*, retro referido.

À vista disso, constatamos que a distinção entre os campos lexicais não é sempre clara, uma vez que estes podem se entretecer, assim como os lexemas pertencentes a eles. Os campos léxicos são definidos com base nas semelhanças, como vimos nas lexias *liberdade*, *liberto* e

livre, por exemplo, e diferenças, como em *escritura* e *escrito*, estabelecidas entre as unidades lexicais que o constituem, correlacionadas a um grande tema em comum, neste caso, as transações comerciais envolvendo os escravos. Esses campos articulam-se entre si dentro do sistema estrutural da língua, articulando-se, também, com o macrocampo no qual se inserem. Desta forma, não é tarefa fácil definir os limites entre um campo lexical e outro, podendo o mesmo lexema pertencer a mais de um campo (COSERIU, 1977).

O campo lexical *etnias*

Quadro 3– campo etnias

Lexias	Abonações
Africano	“[...] nesta data hypotecava ao mesmo um seo es_ cravo de nome José _ Affricano , de ida_ de de quarenta annos, para garantia da referida quantia [...]” (106r)
Cabra	“Escriptura de doaçã de um Escravo de nomi Rufino, cabra , que passa Dona Francisca Roza de Jesus, a José da Roza Xavier, co_ mo abaixo se declara.” (109v)
Crioulo	“[...] sendo Senhor epossuidor de um Escravo crioulo de nome José, o vende de hoje para_ sempre a Albino de Almeida Ra_ mos, que tambem se achava presente [...]” (124r)
Mulato	“[...] sendo Senhor e [[e]] possuidor de um Escravo, mulato , de nome Estevaõ, de idade de doze an_ nos, que se achava em poder do falle- cido Coronel Roque Alves de Azevêdo, nes- ta data vende o dito Escravo [...]” (118r-118v)
Nação	“Escriptura de Hypotheca de um Es_ cravo de nome Joaquim de Nação , que fáz Modesto José de Souza Landim ao Major José Pires de Moraes, como abaixo se vê.” (122v)
Parda	“[[E des]]tes vende evendido tem ao <i>Senhor</i> Joaõ An tonio daFonseca isto é Somente aspar tes que lhe possa pertencer nas Escravas denomes Maria Isabel parda e sua filha denome Rosenda [...]” (57r)

Este campo lexical descreve a disparidade étnica entre os habitantes da capitania goiana no período oitocentista. Estas lexias encontram-se ligadas ao escravo citado no documento, como uma forma de classificação. Notamos que não há o uso da lexia *branco* em nenhum dos 20 (vinte) manuscritos aqui analisados. Subentende-se que a unidade lexical *senhor*, já descrita no campo lexical *condição social*, continha essa informação de forma subjetiva, pois, no período em voga, os senhores de escravos eram descendentes dos colonizadores portugueses ou, na maioria, brancos. Assim, o não registro de branco como condição social e étnica não quer dizer que não houvesse brancos no Brasil colônia. Ao contrário, ser branco era condição social dada e já legitimada, enquanto negro, africano, nação, cabra, mulato e pardo estabeleciam diferenças e deveriam ser registrados como tal.

A lexia *africano*, segundo o dicionário Aurélio (2010), indica “o natural ou habitante da África”. Registra-se presença de escravos africanos no Brasil colonial desde o início do século

XVI. Durante anos, a principal fonte de mão-de-obra escrava fora a África, até o surgimento da lei Eusébio de Queirós, em 1850, a qual proibia o tráfico desses escravos para o Brasil. A partir de então, o tráfico interno intensificou-se e os escravos africanos localizados em nossos manuscritos, os quais datam de 1861 e 1864, não raro provinham do comércio interno entre os senhores de escravos.

Relacionada a *africano*, temos a lexia *nação*, que, nos manuscritos, encontra-se em forma de locução adjetiva composta com a preposição *de*. Conforme a definição do dicionário Houaiss (HOUAISS; VILLAR, 2009), *nação* é a “denominação atribuída aos grupos de negros africanos trazidos como escravos para o Brasil, quer se tratasse de povos, quer fossem grupos etnolinguísticos, como no caso dos bantos”. Ou seja, a locução *de nação* também se referia aos povos traficados do continente africano, para o trabalho como escravos nas capitânicas brasileiras.

O item *cabra*, registrado em apenas um manuscrito, tem a seguinte definição no dicionário Houaiss (2009) “mestiço indefinido, de negro, índio ou branco, de pele morena clara”. Para *crioulo*, encontramos definições semelhantes nos dicionários Aurélio (2010), Houaiss (2009) e Silva (1813), os quais definem a lexia como o escravo nascido no Brasil, na casa de seu senhor, o que o difere do escravo importado de outras nacionalidades. *Mulato*, de aceção também semelhante nos dicionários consultados, caracteriza os filhos “de mãe branca e pai preto, ou vice e versa” (FERREIRA, 2010). *Pardo*, segundo Houaiss e Villar (2009), denomina ser de cor escura, entre o branco e o preto, item por vezes utilizado como sinônimo de *mulato*.

As lexias acima descritas revelam a mestiçagem ocorrida nas colônias brasileiras no período escravocrata, ocorrências comuns devido à constante convivência entre povos de diferentes nações, pois “formas de trabalho compulsório e dinâmicas de mestiçagens biológica e cultural se associaram precocemente no Novo Mundo [o continente americano após a chegada dos europeus] e se transformaram em suportes recíprocos” (PAIVA, 2014, p. 38). Essa mestiçagem ocorria entre os próprios cativos, com enlaces matrimoniais e a formação de famílias, e também entre as escravas e seus senhores, relações vistas, muitas vezes, como forma de se gerar nova mão-de-obra.

O campo lexical *relações de posse*

Quadro 4 – campo *relações de posse*

Lexias	Abonações
Ação	“Escriptura de sessão edoação que fáz Theo_ dora Maria de Carvalho, a seu genro Lio_ nel Florencio Pinto, do Direito e acção que tem em um Escravo de nome José [...]” (120v)
Autoridade	“[...] desde já concede toda aposse e dominio que no mes_ mo Escravo tem, podendo odoado pos_ suil-o de[s]de hoje com autoridade de Justiça [...]” (110r)
Ceder	“[...] aquem cede todo ojus e posse que na dita escrava tinha, podendo possui-la com autoridade de Justiça [...]” (111r)
Cessão	“[...] na melhor forma de Direi_ to e sem constrangimento de pessoa al_ guma, fazia cessão edoação do direito que tem no Escravo José [...]” (120v)
Conceder	“[...] aqual fica de hoje para sempre pertencendo ao dito compra_ dor, aquem concede toda a digo aquem cede todo ojus e posse que na dita escrava tinha, podendo possui-la com autoridade de Justiça [...]” (110v-111r)
Direito	“Escriptura de sessão edoação que fáz Theo_ dora Maria de Carvalho, a seu genro Lio_ nel Florencio Pinto, do Direito e acção que tem em um Escravo de nome José [...]” (120v)
Domínio	“[...] e desde hoje céde na pessôa do dito comprador todo o dominio eposse que no dito Escravo tinha [...]” (124r)
Jus	“[...] ao seo genrro Lio_ nel Florencio Pinto, á quem cedia toda a posse jus e acção que no referido escra_ vo tinha [...]” (120v)
Mão	“[...] dehum escravo crioulo denome Jus tino, deidade devinte annos mais ou menos, o qual elle desua livrevontade Hypoteca, ehypotecado tem em mão epo der de Pedro Martinz Monteiro [...]” (58r)
Parte	“[...] elle tem parteem uma escrava Africana denome Lusia que lhe coube por herança deseu sogro Joaquim Antonio Prudente, emesmo outra parte na mesma escrava de trintaequatro mil etantos reis [...]” (54r)
Pertencer	“[...] epor isso que sede etraspassa napessoa do Comprador aposse e dominio daspartes que lhe podepertencer nas referidas escravas [...]” (57r)
Poder	“[...] ficando o mes_ mo Escravo em poder do credor pe_ lo tempo de dous mezes, e o hypothe_ cante obrigado a resgatar no dito pra_ so [...]” (123r)
Posse	“[...] ao seo genrro Lio_ nel Florencio Pinto, á quem cedia toda a posse jus e acção que no referido escra_ vo tinha [...]” (120v)
Possuir	“[...] aquem cede todo ojus e posse que na dita escrava tinha, podendo possui-la com autoridade de Justiça [...]” (111r)
Possuidor	“[...] sendo Senhor epossuidor de um Escravo crioulo de nome José, o vende de hoje para_ sempre a Albino de Almeida Ra_ mos [...]” (124r)
Traspassar	“[...] epor isso que sede etraspassa napessoa do Comprador aposse e dominio daspartes que lhe podepertencer nas referidas escravas[...]” (57r)

O campo lexical *relações de posse* aborda os direitos concedidos ao novo proprietário quando efetuada a venda, doação ou hipoteca de algum escravo. É um campo extenso, uma vez que os 20 (vinte) manuscritos aqui analisados tratam de transações comerciais, nas quais o produto negociado é sempre o escravo.

As lexias *ação*, *autoridade*, *direito*, *domínio*, *jus*, *mão*, *poder* e *posse* possuem semelhanças semânticas dentro do contexto no qual se inserem, pois expressam a influência de pessoa sobre outra. De maneira mais específica, *ação* refere-se ao “efeito de alguém ou algo

sobre outra pessoa ou coisa; influência” (HOUAISS; VILLAR, 2009). *Autoridade* assegura o poder ou direito sobre alguém, enquanto *direito* refere-se a um poder legítimo, transferido por lei, assim como *jus*. Semelhante a estes, *domínio* e *mão* tratam da propriedade sobre outrem, do controle e senhorio. *Poder* e *posse* relacionam-se ao indicar o efeito de possuir, de apossar-se de alguma coisa; neste caso, do escravo.

Apesar das semelhanças semânticas, *posse*, *jus* e *domínio* diferem em determinado aspecto e, por esse motivo, encontramos, muitas vezes, suas presenças em um mesmo documento, como no exemplo “nesta | vende a Pedro Monteiro Martins pela | quantia dedusentos eSetentamil | reis que recebeu aopassar esta, epor | isso cede ao comprador **aposse edominio** | das referidas partes” (CARDOSO, 2009, p. 48, destaque nosso), em que localizamos o uso tanto de *posse* quanto de *domínio*. *Posse*, de acordo com esse contexto, designa ser dono de algo ou alguém, neste caso, do escravo. *Jus* refere-se a ter o direito sobre a posse, enquanto *domínio* denota usufruir o direito concedido pelo *jus*, porém, sem a efetiva *posse*.

Os verbos *ceder* e *conceder* e o substantivo *cessão* definem como o ato de ceder, fazer a concessão, transferir posse ou direito de algo a alguém. *Pertencer*, nesse caso diretamente relacionado aos escravos, denota “ser de alguém” (SILVA, 1813). *Possuir* encontra-se diretamente ligado à *posse*, pois expressa ter a posse de algo, enquanto *possuidor* é aquele que possui. *Traspassar* é “ceder a favor de outrem o direito ou o domínio” (HOUAISS; VILLAR, 2009). Neste caso, é ceder o domínio adquirido sobre o escravo que, agora, pertencia a outro senhor, como nas escrituras públicas de hipoteca de escravo.

Já o item *parte* se relaciona a uma prática muito comum na época estudada, a de dividir o escravo em partes. Usualmente, o cativo era partilhado entre membros de uma mesma família, havendo, assim, mais de um dono. Por este motivo, em seis dos documentos analisados há a referência a estes escravos fracionados, como se, enquanto bem, pudesse ser repartido, o que levava seus donos a terem direito e posse de mais de uma parte de um mesmo escravo.

Destarte, este campo léxico nos remete ao poder súpero o qual os senhores de escravos exerciam sobre os seus cativos; quando estes eram passados para outras mãos, este poder era transferido ao novo dono, formando assim um ciclo de dominação no qual o escravo sempre seria o objeto subjugado.

Dentro deste mesmo campo léxico, poderíamos acrescentar os lexemas *herança* e *doação*, pois, como já dito, o limite entre os campos não é sempre preciso e estes constantemente se inter-relacionam. Para que o senhor pudesse passar o seu escravo em herança a outro membro de sua família ou doá-lo a um novo dono era necessário exercer a sua relação

de posse sobre o mesmo. Porém, discutiremos melhor essas duas entradas no campo lexical *transações comerciais*.

O campo lexical *transações comerciais*

Quadro 5 – campo *transações comerciais*

Lexias	Abonações
Avaliação	“[...] as duas partes que elle tem nas dua[s] Escravas Barbara, e [Rumana] ja damesma pela quantia dedusentos e Setenta e sete mil <i>reis</i> preço da Avaliação damesma [...]” (99r)
Avaliado	“[...] para no fim do praso referido, naõ pagando o devedorhypotheicante, ser o dito escravo alvaliado , e o credor voltar ao hypotheicante o excesso da quantia do seo debito [...]” (106r)
Compra	“[...] que pagou oSenhor Joaõ Antonio daFon ceca proveniente da Compra que fes de cinco por cento de meia Sisa daspartes das duas escravas Maria e Rozenda [...]” (57r)
Comprado	“[...] do valor d’um escravo de nome José comprado á Modesto Jo_ sé de Souza Landim, por setecen_ tos mil reis [...]” (124v)
Comprar	“[...] daquantia de 270 \$ <i>reis</i> pela qual comprou a Demiciano Jose daSilva aparte de uma escrava de nome Lusía [...]” (54v)
Doar	“[...] de livre nossas vontades a douamos aos nossos Sobrinhos e Sobrinhas, filhos de minha irmã Maria, em partes iguais [...]” (105r)
Doação	“Registro de uma escriptura de doação pas- sada por Manoel José Pires, e sua mulher Dona Florentina Maria de Jesus, como a_ baixo se declara.” (105r)
Entrega	“[...] epor isso cede ao comprador aposse edominio das referidas partes, fasendo entrega ao comprador daescrava que se achava em seu poder [...]” (54v)
Entregue	“[...] lhefaraentrega do referido escravo que lhe foi en tregue eodito hypotecante lhefica Correndo orisco, no caso demorte [...]” (58r)
Garantia	“[...] e nesta data hypotecava ao mesmo um seo es_ cravo de nome José _ Affricano, de ida_ de de quarenta annos, para garantia da referida quantia [...]” (106r)
Garantir	“[...] constituindo-me de_ vedor do Senhor Manoel Martins Borges da quantia de dusentos e trinta mil reis, que me empres_ tou, e para garantir essa quan_ [[quan]]tia, hypotheco ao mesmo Se_ nhor uma Escravinha de nome Maria [...]” (113r-113v)
Herança	“[...] uma Escravinha de nome Maria que me coube por heran_ ça digo em herança no inventa_ rio, que acaba-se de proceder-se nos bens ficados por falecimento de minha Mai e Sogra Dona An_ gela Maria da Conceição [...]” (113v)
Hipoteca	“Escriptura de hypotheca de um escravo de nome José que passa e assigna Manoel daCosta Pereira, ao Coronel Antonio da Silva Paranhos como abaixo se decla_ ra” (105v)
Hipotecar	“[...] para segurança da men cionada quantia, hypothecava-lhe um seo Escravo de nome Joaquim, crioulo digo, de nação [...]” (123r)
Jornal	“[...] ficando odito Pedro Monteiro entregues dodito escravo desde ja sem vencer jornal al gum [...]” (58r)
Preço	“[...] pe_ lo preço e quantia de quatro centos e cincoenta mil reis que recebeo ao passar esta [...]” (101r)
Prêmio	“[...]naõ po_ dendo o mesmo Senhor Borges cobrar_ me premio algum desse dinheiro, e nem eu jornal algum do mesmo es- cravo.” (115r)
Quantia	“Declaro que o escravo vai pela quantia d’um conto e cem mil reis [...]” (115r)
Valor	“[[[Em propor]]]rção ao de 400 \$ <i>reis</i> valor da avaliação damesma” (99r)
Venda	“Escriptura de venda deEscrava vende dor Demiciano Jose da Silva, eComprador Pedro Martins Monteiro.” (54r)
Vender	“[[[E des]]]tes vende evendido tem ao Senhor Joaõ An tonio daFonseca isto é Somente aspar tes que lhe possa pertencer nas Escravas denomes Maria Isabel parda e sua filha denome Rosenda [...]” (57r)

É vasto o campo *transações comerciais*. Em um contexto mais amplo, podemos definir as relações comerciais como um macrocampo no qual os documentos se inserem, pois este é o tema comum entre os 20 (vinte) manuscritos selecionados para este trabalho. Os macrocampos, na visão de Abbade (2009), são campos superiores, compostos pela soma das lexias as quais compõem os microcampos, denominados, neste trabalho, de campos lexicais.

Neste campo, encontramos os tipos de comercializações mais usuais realizados na antiga capitania goiana. Nota-se um comércio interno ainda ativo de escravos, mesmo após as promulgações de leis dificultando a escravidão e a proximidade com o período de abolição da escravatura, em 1888, visto que os documentos aqui analisados datam de 1861 a 1865. As lexias *compra, comprado, comprar, preço, quantia, valor, venda e vender* relacionam-se diretamente a esses processos de compra e venda direta de escravos entre senhores locais.

Os cativos eram vistos não apenas como mercadorias a serem comercializadas, mas também como produtos passíveis de hipoteca. Dentre os documentos eleitos para esta análise, cinco são escrituras de hipoteca de escravo, nas quais os cativos eram utilizados como garantias para o pagamento de dívidas efetuadas entre senhores. Para estas transações, arrolam-se as lexias *garantia, garantir, hipoteca e hipotecar*, como visto nos manuscritos. Estas hipotecas, quando não pagas dentro do prazo estipulado, poderiam ser convergidas em escrituras públicas de venda e, assim, o escravo deixaria de ser visto apenas como uma garantia de quitação da dívida, passando a ser ele mesmo o pagamento.

Havia também as escrituras de doação de escravos, as quais ocorriam quando, geralmente, um indivíduo transferia sua posse de algum mancipio para outro membro de sua família. Temos, dentre os manuscritos, quatro registros de doações de escravos, e para estas relacionamos as lexias *doar e doação*. A *herança* configura-se o meio mais comum de se passar um escravo, ou parte dele, a outrem.

Os itens lexicais *avaliação e avaliado* referem-se ao processo de apreciação no qual os escravos eram submetidos para que fossem estipulados o *preço, quantia e valor*, de venda ou hipoteca dos mesmos. Há, também, uma distinção entre estas últimas unidades léxicas. O *valor* é estipulado após a avaliação feita sobre o escravo; a partir desse *valor*, estipula-se o *preço* o qual será pago pelo comprador. Já *quantia* é o montante de determinada moeda corrente, a soma em dinheiro recebida após a negociação; no período estudado, a moeda vigente era o *réis*, como atesta a abonação.

A partir do momento em que era negociado e passado a outras mãos, o cativo era *entregue* de seu dono ao próximo, ocorrendo então a sua *entrega*.

A acepção de *jornal* que mais se adequa ao contexto presente nos manuscritos é “remuneração salarial feita por dia de trabalho” (HOUAISS; VILLAR, 2009). Esta lexia se faz presente nas escrituras de hipoteca, o que nos mostra que quando o cativo desempenhava funções para outra pessoa que não fosse o seu legítimo senhor, este não deveria receber o *jornal* pelo dia trabalhado. Semelhante a *jornal*, *prêmio* se refere a uma remuneração em dinheiro recebida por algum serviço prestado. Contudo, como a hipoteca envolvia um montante a ser quitado, tanto o *jornal* quanto o *prêmio* muitas vezes eram suspensos e o escravo trabalhava gratuitamente ao hipotecador.

Essas duas lexias podem, atualmente, ser interpretadas de maneira distinta, apesar de conservarem a sua forma léxica, visto que o conteúdo semântico de uma unidade lexical não é fixo, podendo variar com o passar do tempo. *Jornal*, de acordo com sua atual concepção, é um veículo de notícias, muitas vezes diário, podendo ser impresso ou televisionado, mantendo uma parcela do feixe de sentido – o fato de ser diário, como o era o pagamento pelo dia de trabalho. Por sua vez, *prêmio*, atualmente, é entendido como uma quantia em dinheiro ou outro tipo de produto de valor, pago aos ganhadores de algum jogo, rifa, sorteio etc., concepções que diferem da remuneração recebida por dias de trabalho, maneira empregada nos manuscritos.

O campo lexical *tributos*

Quadro 6 – campo *tributos*

Lexias	Abonações
Décima	“[...] apresentou otalaõ de haver pago a Decima respectiva [...]” (54v)
Meia sisa	“[...] proveniente da Compra que fes de cinco por cento de meia Sisa das partes das duas escravas Maria e Rozenda [...]” (57r)
Taxa	“[...] proveniente de taxa fixa sobre a compra d’uma escrava de nome – Maria [...]” (104r)

Este pequeno campo é composto por lexias as quais revelam alguns dos tributos pagos à capitania goiana no período oitocentista, comuns ao comércio de escravos. *Décima*, segundo o dicionário Houaiss (2009), é a “contribuição ou imposto equivalente à décima parte de um rendimento ou valor”, neste caso, aplicado ao valor de compra de um escravo. *Meia sisa*, localizada no dicionário Silva (1813) apenas como *sisa*, refere-se ao tributo pago sobre compras e vendas de vitualhas, bestas, bens de raiz etc., aplicado também sobre o valor de compra ou venda de um escravo. Ambas as unidades lexicais podem ser compreendidas como um tipo de *taxa* aplicada sobre transações comerciais e, em sua totalidade, eram pagas ao Cartório do 2º Ofício - Tabelionato de Catalão-GO, no ato de registro dos documentos.

Língua, cultura e história

Língua e cultura são elementos intrínsecos na história de uma sociedade. Conceituar estes elementos não é tarefa fácil, pois não os encontramos em um estado fixo e imutável. A cultura e a língua de um povo se alteram e se reconstróem em conjunto com as mudanças e evoluções do agrupamento social no qual estão inseridas.

Borba (2006) define cultura como o conjunto das criações humanas, independentemente de sua natureza, material ou não-material, e que são transmitidas de geração para geração. Para Paula (2007), cultura é também um conjunto, entretanto, de práticas sociais que se referem a uma sociedade e que a diferencia de outra.

Podemos classificar a cultura em três subtipos os quais, em um primeiro momento, mostram-se distintos uns dos outros. Temos, então: a cultura erudita, marcada pelas produções científicas e pelas habilidades de letramento; a cultura popular, a qual representa as práticas culturais cotidianas, distantes do racionalismo científico (PAULA, 2007); e a cultura de massa, caracterizada como a cultura popular, de consumo (BOSI, 1987). Contudo, essa delimitação entre os tipos não é inteiramente clara, visto que eles se inter-relacionam e constantemente se reformulam.

Os tipos de cultura acima citados possuem como principal semelhança o uso da língua como forma de manifestação. Consoante Borba (2006), o léxico tem como função fisionomizar a cultura, agregar a ela aspectos particulares. Para Câmara Jr. (2004), a língua é parte integrante da cultura, visto que dela depende toda a comunicação dos membros de uma sociedade, tornando-se a expressão cultural. Assim, a língua é vista pelo autor como um meio para a cultura operar e subsistir.

Língua e cultura são dinâmicas e estão em constante mutação. No entanto, a sociedade muda com maior profundidade e velocidade, de modo que a língua não é capaz de acompanhar, o que a torna mais conservadora (BENVENISTE, 1989). Percebemos mudanças na língua com o passar de muitos anos, às vezes até por gerações distintas. Os próprios falantes colaboram com o estado de conservação da língua, pois se mostram resistentes a algumas mudanças, conforme expõe Xavier (2012). Desta forma, percebemos que língua e cultura se complementam e são necessárias à existência uma da outra, porém são autônomas, com sistematicidades próprias. São constituintes, mas distintas, assim como são inter-relacionadas, mas sistematicamente outras.

Entendendo as relações entre língua e cultura, conseguimos compreender os fatores históricos abarcados pela produção escrita referente a uma sociedade, em determinada época, visto que a língua é a forma utilizada para expressar a cultura de uma comunidade e, segundo Paula (2007), podemos reconstruir essa cultura histórica através de memórias, em nosso caso, registrada na forma dos manuscritos.

O inventário lexical aqui realizado não nos revela manifestações de cultura popular, principalmente da cultura escrava. Os documentos aqui estudados foram redigidos por representantes da cultura erudita, os tabeliães, detentores das habilidades de letramento, o que não era comum a todos na época, uma vez que, em muitos manuscritos, os habitantes da região não sabiam sequer assinar seus nomes, necessitando que outros assinassem, a rogo deles. Desta forma, as práticas culturais cotidianas da capitania goiana não são exploradas, sobretudo porque esses documentos possuem caráter judicial e são formulaicos. Isto não significa dizer que inexistissem práticas de cultura popular, mas como possivelmente seus sujeitos eram tratados como objetos por quem redigiu os documentos em análise, estas práticas não têm lugar nos documentos oficiais.

Ao reconhecermos a cultura como as convenções consensuais de um mesmo grupo social, constatamos que as práticas escravocratas desempenhadas no período oitocentista na região de Catalão e entorno eram socialmente aceitas, como comprovado nos manuscritos aqui analisados, e o estudo desses documentos corrobora com o valor histórico, cultural e social que o uso de mão-de-obra escrava representa, principal enfoque desta pesquisa.

Considerações finais

Este trabalho se assentou sob o intuito de analisar 20 (vinte) documentos manuscritos extraídos de um códice pertencente ao Cartório do 2º Ofício - Tabelionato de Catalão-GO, exarados entre os anos de 1861 e 1865, os quais tratam de transações comerciais nas quais o principal produto era o escravo.

Por meio da análise dos campos lexicais, constituídos com base nos itens léxicos inventariados no Índice de Frequência e Ocorrência, pudemos observar que os ditos campos revelam diversos aspectos referentes à estruturação da capitania goiana, como a pluralidade étnica dos habitantes da região, os diferentes tipos de condição social existentes no período escravocrata e as relações de poder entre elas, as principais transações comerciais realizadas e registradas, assim como alguns documentos, em cartório e seus respectivos tributos e,

principalmente, as relações de posse e autoridade entre senhor e escravo. Percebemos, assim, a diversidade tipológica do *corpus* porquanto, apesar de os manuscritos seguirem sempre um padrão no momento de seu registro, tratam de transações distintas.

O inventário léxico nos possibilitou, também, relacionar o léxico utilizado com as expressões de cultura e história do período em particular. Os campos lexicais aqui apresentados não revelam a cultura oitocentista em sua totalidade, uma vez que são apenas um recorte dentre a vasta quantidade de manuscritos encontrados na região e são compostos pela ótica dos senhores, os que detinham o poder à época. Contudo, por meio do exposto somos capazes de reelaborar traços histórico-culturais da cidade de Catalão em meados do século XIX, como o uso de mão-de-obra escrava na economia local. Logo, satisfazemos a terceira função da Filologia, a transcendente (SPINA, 1977), restaurando traços importantes da história e da cultura do período estudado, a partir dos textos em questão.

Referências

ABBADE, C. M. de S. **Um estudo lexical o primeiro manuscrito da culinária portuguesa: o Livro e Cozinha da Infanta D. Maria.** Salvador: Quarteto, 2009.

BENVENISTE, E. A frase nominal. In: _____. **Problemas de Língua Geral II.** São Paulo: Pontes, 1989. p. 93-104.

BIDERMAN, M. T. C. **Teoria lingüística: teoria lexical e lingüística computacional.** 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BOSI, A. Plural, mas não caótico. In: _____. **Cultura brasileira: temas e situações.** São Paulo: Ática, 1987. p. 7-15.

BORBA, F. S. Léxico e herança social. In: MARCHEZAN, R. C.; CORTINA, A. **Os fatos da linguagem, esse conjunto heteróclito.** Araraquara: FCL-UNESP, Laboratório Editorial; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2006. p. 81-96.

_____. **Organização de dicionários: uma introdução à lexicografia.** São Paulo: Editora UNESP, 2003.

CÂMARA JR, J. M. Língua e cultura. [1955]. In: UCHÔA, Carlos Eduardo Falcão (Org.). **Dispersos de J. Mattoso Câmara Jr.** 9 ed. rev.e ampl. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004. p. 287-293.

CARDOSO, C. V. **Estudo filológico e lingüístico sobre a escravidão na cidade do Catalão.** 2009, 182 f. Monografia (Especialização em Letras), Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão, Curso de Letras. Catalão-GO, 2009.

COSERIU, E. **Princípio de semântica estrutural**. Madrid: Editorial Gredos/Biblioteca Románica Hispánica, 1977.

FERREIRA, A. B. H. **Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

MEGALE, H.; TOLEDO NETO, S. A. **Por minha letra e sinal**: Documentos do ouro do século XVII. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2006.

MOURA, C. **Dicionário da escravidão negra no Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2004.

PAIVA, E. F. **Dar nome ao novo**: uma história lexical das Américas portuguesa e espanhola, entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagem e o mundo do trabalho). Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2014. (Tese, apresentada a banca para o concurso de Professor Titular de História do Brasil).

PAULA, M. H. **Rastros de velhos falares**: léxico e cultura no vernáculo catalano. 2007. 521 f. Tese (Doutorado em Lingüística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista *Júlio de Mesquita Filho*, Araraquara. 2007.

SILVA, A. M. **Dicionário da língua portuguesa**. 2. ed. Lisboa: Typographia Lacerdina, [1789] 1813. 2 tomos. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/dicionario/edicao/1>>. Acesso em: 06 jul. 2015.

SPINA, S. **Introdução à Edótica**: crítica textual. São Paulo: Cultrix; Editora da Universidade de São Paulo, 1977.

XAVIER, V. R. D. **Conexões léxico-culturais sobre as minas goianas setecentistas no Livro para servir no registro do Caminho Novo de Parati**. 2012. 580 f. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) – Universidade de São Paulo, São Paulo. 2012.

MULTIFUNCIONALIDADE DO ITEM “AGORA” NAS INTERAÇÕES DO PERSONAGEM GATÃO DE MEIA-IDADE

Maria da Penha Pereira LINS⁴³

Rivaldo CAPISTRANO JÚNIOR⁴⁴

Resumo: Este trabalho propõe averiguar, com base no paradigma da gramaticalização, no âmbito da linguística funcional, e da Linguística Textual, o estatuto gramatical e textual do item “agora” e suas respectivas funções em tiras de quadrinhos de Gatão de meia-idade, de Miguel Paiva.

Palavras-chave: Agora. Gramaticalização. Linguística textual.

Abstract: *According to the functionalism, and based on the grammaticalization paradigms, and Textual Linguistics, this work intends to verify the syntactic-textual statute of the item “agora” found in the Miguel Paiva’s comics, Gatão de meia-idade.*

Keywords: *Now. Grammaticalization. Textual linguistics.*

⁴³ Docente do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Membro do Núcleo de Estudos sobre Texto e Discurso (NETED), Vitória, Espírito Santo, Brasil, mpenhalins@gmail.com

⁴⁴ Docente do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Membro do Núcleo de Estudos sobre Texto e Discurso (NETED), Vitória, Espírito Santo, Brasil, r.capistrano@uol.com.br

Considerações iniciais

Este trabalho objetiva, com base no paradigma da gramaticalização, no âmbito da linguística funcional contemporânea, em interface com a Linguística Textual, desenvolver uma análise das funções do item *agora* em tiras do *Gatão de meia-idade*, de Miguel Paiva.

Em relação às funções assumidas, *agora* segue uma trajetória, que parte do sentido mais concreto para um sentido gradativamente mais abstrato. Neste estágio, passa a desempenhar não apenas uma função não adverbial, como também função típica de sequenciador textual.

Foram utilizadas como *corpus* para este trabalho 14 tiras, publicadas no livro *Gatão de meia idade*, volumes 1 e 2. A opção pelas tiras do *Gatão* se fez pela própria temática. Miguel Paiva, ao retratar o universo de um profissional liberal, quarentão, descasado e com uma filha pré-adolescente, utiliza uma linguagem mais próxima do registro falado informal, o que faz com que os diálogos presentes nas tiras do *Gatão* se aproximem bastante da conversação do dia a dia. Dessa maneira, os diálogos, estrategicamente, parecem estar no entremeio do oral com o escrito, uma vez que constituem um texto planejado para parecer não planejado, ou seja, parece haver uma preocupação de se construir uma espontaneidade verbal (LINS, 2004). Tal característica constitui dados pertinentes à questão do *continuum* fala-escrita e da língua em uso.

Esta pesquisa apoia-se no paradigma da gramaticalização, nos moldes em que é tratado por Heine et al. (1991), Hopper e Traugott (1993), Martellota, Votre e Cezario (1996) e Martellota e Votre (1998), e, para orientar a descrição e a análise de dados de natureza textual, tais como a progressão tópica e a articulação textual, convoca-se uma possível interface entre a Linguística Textual (KOCH, 2014, 2015; FÁVERO, 1992) e a teoria da Gramaticalização. Busca-se, com isso, uma análise mais integrada da multifuncionalidade do item *agora*.

A Gramática Funcional

Segundo o paradigma do Funcionalismo norte-americano (HOPPER, 1987) a língua é dinâmica e maleável e se adapta continuamente às necessidades comunicativas dos seus usuários, isto é, a fatores de natureza interacional. Assim, no intuito de melhor se expressar, no desejo de ser enfático, entre outros fatores, o sujeito “molda” a língua aos seus propósitos comunicativos. Em outras palavras, a situação real de interação, o discurso, motiva a gramática, e a gramática é o resultado da regularização de estratégias linguísticas recorrentes

Para o funcionalismo, a gramática⁴⁵ de uma língua não é concebida apenas como sistema de regras fixas e acabadas, mas também como um sistema formado por um conjunto de regularidades decorrentes de pressões de uso, cuja estrutura está num contínuo processo de variação e adaptação. Trata-se de uma gramática orientada para o uso, ou seja, para o texto, entendido como componente funcional, no qual os significados são delineados e as funções são operadas. Nessa orientação, “gramática funcional e linguística do texto se aliam no tratamento de processos de constituição do enunciado” (NEVES, 2006, p. 27).

É nessa concepção de gramática como estrutura maleável que o estatuto teórico da gramaticalização é convocado a fim de explicar a fluidez do sistema linguístico.

Gramaticalização

O termo gramaticalização aparece em 1982 no trabalho de Meillet (1982), *L'évolution des formes grammaticales*, para indicar a atribuição de um caráter gramatical a uma palavra outrora autônoma. No entanto, o sentido que hoje lhe é atribuído aponta para um fenômeno mais amplo de análise, que não contempla apenas uma palavra ou morfema. Seu estudo necessariamente deve ser feito do ponto de vista de modelos fluidos da língua (TRAUGOTT; HEINE, 1991).

Hopper e Traugott (1993) definem gramaticalização como o processo de mudança que leva elementos de valor lexical a assumirem valores gramaticais e elementos gramaticais a assumirem funções ainda mais gramaticais. Durante o processo, ocorrem, necessariamente, alterações semânticas (desbotamento) e estruturais. Assim, quando um item se torna mais gramatical, passa a assumir posições mais fixas na cláusula, tornando seu uso mais previsível; quando se torna menos gramatical, assume “funções relacionadas ao processamento do discurso, perdendo as restrições gramaticais típicas de seus usos originais...” (MARTELOTTA, VOTRE, CEZARIO, 1996, p. 45-46).

Compreende-se por itens lexicais os que fazem referência ou descrevem coisas do mundo biossocial (entidades, qualidades, ações) – os nomes, os verbos, os adjetivos e os advérbios. Por outro lado, os itens gramaticais caracterizam-se como elementos funcionais, ou seja, aqueles que propiciam a organização de itens lexicais no interior do discurso – as

⁴⁵ É de Hopper (1987) a noção de “gramática emergente”, no sentido de que a gramática está num contínuo fazer-se, pois novas estruturas gramaticais são desenvolvidas à medida que surgem necessidades comunicativas não preenchidas e necessidades de dar conta de conteúdos para os quais não existem designações linguísticas adequadas.

preposições (relacionam nomes), os conectores (relacionam partes do discurso), os pronomes e os artigos (identificam entidades e participantes do discurso) e os morfemas verbais e nominais (indicam tempo, aspecto, modo, gênero e número).

Os advérbios e os adjetivos têm classificação à parte, em três categorias, conforme Hopper e Traugott (1993): categoria maior [nome, verbo, pronome], categoria mediana [adjetivo e advérbio] e categoria menor [preposição, conjunção].

É numa primeira etapa do processo de gramaticalização que se constituem os conectores, ou seja, na transição do léxico/ discurso para a sintaxe. Nesse percurso de gramaticalização, observa-se a operação de dois mecanismos em especial: transferência metafórica e pressão de informatividade – metonímia. Considera-se que esses dois mecanismos podem atuar no processo de gramaticalização simultaneamente ou em momentos distintos.

Heine et al. (1991) destacam a metáfora como um dos principais mecanismos que subjazem ao processo de gramaticalização. Explicam que o uso de um determinado termo linguístico para um novo conceito envolve um processo pelo qual dois conceitos diferentes são metaforicamente igualados; o termo que é usado para um deles é, também, entendido para se referir ao outro.

É pela transferência metafórica que conceitos mais complexos são descritos por meio de conceitos menos complexos (concretos); estes últimos constituem os chamados conceitos fonte do processo de gramaticalização, os lexemas, que se referem a experiências humanas concernentes a estado físico, comportamento ou meio-ambiente. Entre os possíveis conceitos-fonte podem-se destacar os lexemas que designam partes do corpo; fenômenos naturais; verbos dinâmicos, de processos mentais, de postura; quantificadores; demonstrativos, além de outros.

No processo de gramaticalização, domínios-fonte mudam para domínio alvo a partir de uma similaridade funcional entre fontes e alvos potenciais. Desse modo, veem-se experiência não física, compreendida em termos de experiência física, tempo em termos de espaço, relações abstratas em termos de processos físicos ou relações espaciais. A partir disso, é possível que indicadores de pontos no espaço, como, por exemplo, dêiticos locativos, passem a designar pontos no discurso, atuando como dêiticos discursivos.

Também é possível que indicadores de tempo, como, por exemplo, alguns anafóricos temporais, possam atuar como conectores sequenciadores temporais. A partir do significado espacial e temporal, o significado mais concreto serve de base para o surgimento de significado mais abstrato e que tem atuação na organização do discurso.

A utilização de termos já existentes na língua para expressar novos conceitos, segundo o princípio de que conceitos concretos são utilizados para descrever conceitos menos concretos, ou abstratos, é possível de acordo com a seguinte escala de derivação unidirecional (HEINE et al., 1991):

PESSOA > OBJETO > ATIVIDADE > ESPAÇO > TEMPO > QUALIDADE

Essa escala, cujos elementos constituem domínios de conceituação importantes para organizar a experiência em termos cognitivos, destaca a similaridade entre fontes e alvos. A relação entre as categorias é metafórica, no sentido de que se torna possível a cada uma dessas categorias caracterizar qualquer categoria à sua direita. É a metáfora categorial, em que a primeira categoria constitui o veículo para a expressão da segunda; como, por exemplo, “tempo é espaço”.

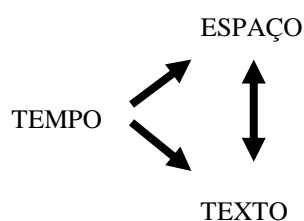
Heine et al. (1991), ancorando-se nessa escala de derivação, propõem um percurso de gramaticalização para os conectores em que a origem espaço-temporal da forma fonte é largamente evidenciável no surgimento de variados conectores.

Outro mecanismo pelo qual se dá a gramaticalização é a metonímia. Esse processo decorre da associação conceitual de contiguidade entre entidades em contextos linguísticos específicos. Um item linguístico usado em referência a uma entidade passa a ser usado, também, em referência a outra. É a especificação de um significado em termos de outro que está presente no contexto – o que representa uma transferência semântica pela contiguidade, diferente da metáfora, que envolve a especificação de um conceito, geralmente mais complexo, em termos de outro não presente no contexto, o que representa uma transferência semântica pela similaridade de percepções de sentido.

No processo de gramaticalização por metonímia um mecanismo de mudança é a inferência por pressão de informatividade, que designa o processo em que, por convencionalização de implicaturas conversacionais, o item linguístico assume um valor novo inferido do valor original, que emerge do contexto de uso (TRAUGOTT; KÖNIG, 1991). Isto significa que, quando uma implicação surge com determinada forma linguística, pode passar a ser tomada como parte do significado desta, ou, ainda, chegar a substituir o significado. É o caso de, por exemplo, em determinados contextos, conceitos espaciais poderem levar a implicaturas temporais. No desenvolvimento do processo, a interpretação temporal pode se tornar convencionalizada.

Bybee et al. (1994, apud TAVARES, 1999) observam que esses dois mecanismos de mudança ocorrem em diferentes estágios da gramaticalização. A metáfora acontece em estágios iniciais, quando o conteúdo semântico é específico, e a metonímia é responsável pelas mudanças entre significados que são mais abstratos, o que ocorre nas etapas posteriores do processo, quando uma forma gramaticalizada continua a adquirir funções gramaticais. Nas palavras dos autores, “quando um significado gramatical torna-se mais abstrato e mais eroso, torna-se menos sujeito à metáfora e mais sujeito às pressões contextuais que geram mudança por inferência”.

Heine et al. (1991) propõem a seguinte escala para ilustrar o percurso de gramaticalização para os conectores:



De acordo com essa escala, elementos que indicam espaço, por transferência metafórica, passam a ser empregados como indicadores temporais e, posteriormente, como organizadores do espaço textual, havendo a possibilidade de ocorrer um percurso do espaço externo diretamente para o espaço textual.

Tavares (1999) relaciona a esse percurso de gramaticalização o desenvolvimento de *aí*, *daí*, *então* e como conectores a partir de uma base adverbial. Cita como exemplo o *então* anafórico espacial (sinônimo de *nesse lugar*) que, ao iniciar seu processo de gramaticalização no latim, torna-se um indicador de tempo (sinônimo de *nessa época* ou *nesse momento*), passando, a seguir, a exercer funções no nível da interligação textual, como a sequenciação de eventos e a introdução de efeito.

Especificamente em relação à gramaticalização de conectores, Traugott e König (1991) chamam a atenção para a inferência por pressão de informatividade, mecanismo relacionado à metonímia. É um processo em que um item linguístico assume um valor novo, inferido do valor original, devido à convencionalização de implicaturas conversacionais por meio de pressões do contexto de uso. Assim, quando surge uma implicação, certo item linguístico pode ser tomado como parte do significado desta mesma forma linguística. Por isso, conceitos espaciais acabam por licenciar implicaturas temporais.

Além da pressão por informatividade, outro mecanismo de mudança na reorganização da estrutura do enunciado é a reanálise, que leva à reinterpretação dos elementos que o compõem. É o caso, por exemplo, do Inglês, em que o elemento *that*, de pronome catafórico passa a conectivo.

I said that: John is coming > I said that John is coming.

A reestruturação da frase leva a uma mudança na função do item “*that*”, que, inicialmente ligado à oração anterior, passa a fazer parte da oração seguinte. Tal fenômeno parece evidenciar que o processo de gramaticalização não abrange apenas itens lexicais, mas também construções que se instanciam na língua e grandes porções textuais (ROSÁRIO, 2012).

Os estudos em gramaticalização oferecem uma explicação pertinente de como e por que as categorias e construções gramaticais surgem e se desenvolvem devido a motivações internas (sistema linguístico) e externas (intersubjetivas, sociais e cognitivas).

Linguística Textual

Segundo Koch (2004, 2014), a Linguística Textual surge, na Europa Central, na segunda metade dos anos 1960, como uma expansão de análise linguística além da oração. A princípio, numa orientação sintático-semântica, buscou-se não só analisar fenômenos como a correferenciação, a correlação de tempos verbais, o uso de articuladores interfrasais, a seleção de artigos etc., mas também estabelecer um sistema de regras que permitiria aos sujeitos, por exemplo, identificar, resumir, parafrasear um texto, entendido como uma unidade formal hierarquicamente superior à oração.

No final da década dos anos 1970, em perspectiva pragmática, o texto, entendido como unidade básica de comunicação e interação humana, é o lugar da realização de intenções comunicativas e sociais dos falantes. Trata-se de uma atividade verbal realizada por meio da seleção, sistematização e ordenação de elementos linguísticos, de acordo com os propósitos de dizer de seus usuários.

Nos anos 1980, em perspectiva cognitiva, o texto é resultado de ativação de processos mentais e se origina de uma multiplicidade de operações cognitivas interligadas. Partindo do pressuposto de que todo fazer (ação) é acompanhado de processos de ordem cognitiva, estudiosos defendem que o processamento textual é estratégico e mobiliza *online* diversos sistemas de conhecimento.

Atualmente, em perspectiva sociocognitiva e interacional, parte-se do pressuposto de que a cognição é um fenômeno situado e que as ações não são simples realizações autônomas de sujeitos livres e iguais, mas se desenrolam em contextos sociais, com finalidades sociais e com papéis distribuídos socialmente. Desse modo, a cognição, o social, o interacional e a linguagem são vistos de maneira imbricada e mutuamente constitutivos. E, portanto, nessa perspectiva teórico-metodológica interdisciplinar, o texto é uma “entidade multifacetada”, “fruto de um processo extremamente complexo de interação social e de construção social de sujeitos, conhecimento e linguagem” (KOCH, 2004, 2015).

Nesta perspectiva, ganha relevo a análise de unidades linguístico-textuais, como elementos de ligação textual, progressão sequencial, tópico discursivo etc.

Análise dos usos de *agora* nas interações do *Gatão de meia-idade*

O *agora*, na função de dêitico temporal⁴⁶, é identificado, neste trabalho, da mesma forma que os gramáticos e o senso comum o consideram. É visto como advérbio de tempo e apresenta os seguintes traços [+referência presente], [+circunstanciação verbal] e [+mobilidade], como na figura 1:



Figura 1: Gatão de meia-idade, de Miguel Paiva
Fonte: Paiva, 1996

Agora atua como um dêitico temporal prototípico. Equivale semanticamente a “neste momento”, “no momento presente”, remetendo ao tempo pontual da interação (tempo presente). Na função dêitica, pode ser mudado de posição na estrutura do sintagma sem alterar o sentido do mesmo.

Tradicionalmente, os advérbios são palavras invariáveis que, do ponto de vista funcional, modificam essencialmente o verbo. No entanto, os advérbios oscilam entre o léxico

⁴⁶ Segundo Cavalcante (2011), os dêiticos de tempo “são os que situam o ponto de origem do falante (e seu interlocutor) no momento em que a mensagem é enunciada” (CAVALCANTE, 2011, p. 99).

e gramática, organizando o texto e indicando, do ponto de vista das interações, atitudes epistemológicas, afetivas que os sujeitos imprimem a seus dizeres.

O item *agora* pode, também, assinalar ampliação do momento pontual da fala para um contexto maior. No caso da tira da figura 2, *agora*, acompanhado de *até*, aproxima um período de tempo anterior ao momento da fala, assinalando que a situação descrita não mudou.



Figura 2: Gatão de meia-idade, de Miguel Paiva
Fonte: Paiva, 1995

Na figura 2, *agora*, que pode ser parafraseado por “momento”, parece desempenhar uma função durativa, reforçada pelo item *até*, que marca um limite no tempo, ou seja, a situação descrita nas tiras em análise não mudou até o presente momento da enunciação.

Quando *agora* prototípico perde o traço [referência presente], esse item pode adquirir o traço [+ referência passada] ou [+ referência futura].

Esse uso, vinculado a um fato que ainda está para acontecer, pode ser observado na tira da figura 3:



Figura 3: Gatão de meia-idade, de Miguel Paiva
Fonte: Paiva, 1995

No primeiro quadro da figura 3, o Gatão, após um dia de trabalho, faz planos para noite. O item *agora* marca o início de ações a serem realizadas, podendo ser parafraseado por “em seguida” ou “daqui a pouco”. Além de expressar [+ referência futura], esse item relaciona contraste entre tempo passado x tempo futuro, o que pode ser comprovado no esquema que segue:

Antes	Agora
Trabalho no escritório	Daqui a pouco, tomar banho e cair na noite

QUADRO 1 – Agora temporal

Esse uso de *agora*, ao relacionar ações passadas e futuras, na figura 3, parece indiciar o caminho para a reanálise em *juntivo*, responsável pela sequenciação textual, importante estratégia textual que permite o avanço do texto.

Na função de sequenciador, *agora* adquire traço [+conector de sequenciação] e estabelece uma relação de continuidade entre as informações do enunciado. Sua função é, nas tiras, é marcar a relação de sucessão temporal dos eventos, exercendo a função de articulador textual⁴⁷. Nessa função, *agora* pode ser parafraseado por “em seguida”, “a seguir”.



Figura 4: Gatão de meia-idade, de Miguel Paiva
Fonte: Paiva, 1996

Na figura 4, *agora* funciona como conector de sequenciação. A namorada do Gatão dá instruções acerca de como despi-la; e quando ela utiliza *agora*, este propicia a continuidade dessas instruções, que devem ser seguidas. A função de *agora* é a de elo continuativo, nas seqüências das ações a serem executadas pelo personagem Gatão ao despir a namorada.

Nas figuras 5 e 6, *agora* também exerce essa função:



Figura 5: Gatão de meia-idade, de Miguel Paiva
Fonte: Paiva, 1995

⁴⁷ “Os articuladores textuais podem ter por função relacionar elementos de conteúdo, ou seja, situar os estados de coisas de que o enunciado fala no espaço e/ou no tempo, e/ou estabelecer entre eles relações de tipo lógico-semântico (causalidade, condicionalidade, conformidade, disjunção etc.), bem como sinalizar relações discursivo-argumentativas; podem funcionar como organizadores textuais, ou, ainda, exercer, no texto, funções de ordem metadiscursiva” (KOCH, 2004, p. 129).

O personagem Gatão, nos dois primeiros quadros, planeja uma ação e, para isso, utiliza-se de seus instrumentos de trabalho para fazer um projeto. O uso do *agora* funciona não só como recurso para estruturar o texto, no sentido de marcar sequência de ações, como também atua como gatilho para deflagração do humor, uma vez que ele tenta realizar uma tarefa que normalmente cabe às mulheres, relacionando ideias a princípio não relacionáveis.



Figura 6: Gatão de meia-idade, de Miguel Paiva
Fonte: Paiva, 1995

No último quadro da figura 6, a mãe do personagem Julinho Neves, após oferecer ao filho um copo de leite morno, como informa o narrador da tira, manda-o escovar os dentes e, depois, ir se deitar. *Agora* propicia uma continuidade às ações a que o filho deve obedecer.

Ao promover a função de articulador textual, a abstratização do sentido adverbial é maior, embora ainda seja possível identificar resíduos do sentido temporal característico de advérbio, uma vez que o processo de gramaticalização prevê a manutenção de vestígios de funções primitivas.

Dessa maneira, o item *agora*, na função, apresenta-se com o sentido mais abstratizado sem, contudo, deixar seu traço característico de [+ referência presente]. Perde o traço [+mobilidade], pois serve para unir proposições, e adquire o traço [+fixação]. Nesse contexto, *agora* atua no nível mais gramatical em relação à função sintática e exerce funções conectivas no texto, passando a funcionar como recurso para o encadeamento de enunciados sucessivos, responsável pela progressão textual. No nível semântico, manifesta-se basicamente estabelecendo relações de causalidade e de contrajunção.

Segundo Fávero (1992), “a relação de causalidade [...] é expressa pelas construções que a gramática chama de causais, conclusivas e consecutivas”. Essa relação de causalidade pode ser observada na figura 7:



Figura 7: Gatão de meia-idade, de Miguel Paiva
Fonte: Paiva, 1995

Levando-se em consideração que a noção semântica implícita na fala da personagem indica conclusão, pode-se reescrever a fala da personagem da seguinte forma: Meu pai dormiu, portanto posso ver “A volta dos mortos vivos”.

Conforme o explicitado anteriormente, pode-se inferir que a relação de causa/consequência conduz ao sentido de conclusão. Pode-se, também, constatar essa relação causa/consequência na tira da figura 8, abaixo:



Figura 8: Gatão de meia-idade, de Miguel Paiva
Fonte: Paiva, 1995

Agora propicia a junção de enunciados, promovendo uma relação de causalidade, que se viabiliza semanticamente em: “*não tem mais ninguém lá fora*”, cujo segundo enunciado, “*posso voltar a trabalhar*”, indicia para uma relação de causa/consequência.

Para Fávero (1992: 56), a contrajunção “designa o tipo de junção que articula sequencialmente frases cujos conteúdos se opõem”. Azeredo (2000, p. 249), ao tratar do valor contrastivo das conjunções adversativas, atribui a elas valor semântico de oposição de dois conteúdos e de quebra de uma expectativa. No seu valor juntivo de contrajunção, com base na análise do *corpus*, verifica-se que o item *agora* estabelece basicamente relações de ressalva, de contraste e de contra-expectativa.

Na função de ressalva, *agora* introduz uma noção semântica de restrição: uma primeira proposição (p), tomada como verdadeira, será delimitada pela segunda proposição (q), como se pode observar na figura 9:



Figura 9: Gatão de meia-idade, de Miguel Paiva
Fonte: Paiva, 1995

Pode-se constatar que *agora*, semanticamente, distancia-se de sua significação temporal prototípica e passa a exercer a função de um elemento juntivo, unindo segmentos que se

complementam. No último quadro da figura 9, o Gatão menciona que “é duro ser abandonado por mulher”; em seguida ele ressalta que “ser abandonado pela ex-mulher é humilhante”. Esse último seguimento introduzido pelo item *agora* indicia para uma ideia de ressalva, orientando a produção de sentidos. Isso pode ser observado no esquema que segue:

Proposição p	Agora	Proposição q
“ser abandonado por mulher é duro”	Agora = só que	“ser abandonado pela ex-mulher é humilhante”

QUADRO 2 – Agora com função de ressalva

Na figura 10, *agora* vem acompanhado do item *mas*. Com o sentido mais abstratizado do que o sentido original (adverbial), sua função, na tira, parece conferir uma característica de adversidade, sem perder vestígios de seu sentido primitivo. Esse valor adversativo é marcado pela oposição temporal passada (casado) X presente (solteiro), conforme se verifica nos diálogos abaixo:



Figura 10: Gatão de meia-idade, de Miguel Paiva
Fonte: Paiva, 1995

Na figura 10, o item *agora* marca uma cláusula, cujo conteúdo semântico quebra a expectativa em relação ao curso normal dos acontecimentos. Na tira da figura 11, o ouvinte cria toda uma expectativa em relação ao que o falante poderia ter deixado subentendido em seu discurso, *agora* propicia a quebra de expectativa:



Figura 11: Gatão de meia-idade, de Miguel Paiva
Fonte: Paiva, 1996

Nos diálogos acima, *agora* marca uma cláusula, cujo conteúdo contrasta com a estrutura de expectativa do enquadre social. O que ocorre na tira é a ideia de contra-expectativa em relação ao contexto, pois se cria toda uma expectativa em relação ao comportamento de um homem ideal para se casar: um cavalheiro, pronto para ajudar nas tarefas, como carregar compras, consertar uma pia, etc e a ocorrência do item *agora* quebra essa expectativa. Há, na tira em análise, no quarto quadro, a negação de uma pressuposição, decorrente do fato de o personagem Gatão não agir de acordo com a estrutura de expectativa criada pela personagem feminina da tira.

O esquema abaixo ilustra isso:

Expectativa	Pressuposição	Agora	Constatação
Ele é gentil, prestativo	É provável que seja o homem ideal para se relacionar		Ele não quer nada sério

QUADRO 3 - Agora com função de contraexpectativa

Agora, além de exercer a função de [+ conector], volta-se para interação entre os falantes e adquire traço [+ sequenciador textual⁴⁸] e atua na organização de unidades tópicas. Nesta função, por meio de processos sociodiscursivos, *agora* perde restrições gramaticais, sobretudo seu uso exofórico e seu uso juntivo, já que não integra a estrutura oracional, e passa a exercer funções voltadas para organização de unidades textuais, em relação a tópicos ou segmentos de tópicos.

A noção de tópico discursivo, ou “o tema central de um texto” ou “o que está sendo falado/escrito”, é definido, inicialmente, por Jubran et al. (1992), como uma categoria abstrata, primitiva, que se manifesta na conversação, mediante enunciados formulados pelos interlocutores a respeito de um conjunto de referentes explícitos ou inferíveis, concernentes entre si e em relevância num determinado ponto da mensagem (1992, p. 361).

Entendido como o(s) assunto(s) focalizado(s), o tópico é caracterizado com o fio unificador e estruturador que perpassa do texto. Abrange duas propriedades: a *centração* (“sobre o que se diz”), que consiste no inter-relacionamento das unidades de sentido do texto, convergindo para um eixo temático, e a *organicidade* (“como se trata o que se diz”), que diz respeito à relação entre os vários tópicos de um mesmo texto. A *centração*, por sua vez, abrange os traços de concernência, relevância e pontualização:

⁴⁸ Sequenciador textual exerce a função de “amarrar” textualmente as informações e de direcionar as perspectivas do falante em relação ao assunto, direcionando o tópico discursivo.

- a) concernência: relação de interdependência semântica entre os enunciados – implicativa, associativa, exemplificativa ou de outra ordem – pela qual se dá sua integração no referido conjunto de referentes explícitos ou inferíveis;
- b) relevância: proeminência desse conjunto, decorrente da posição focal assumida pelos seus elementos;
- c) pontualização: localização desse conjunto, tido como focal, em determinado momento da mensagem (JUBRAN et al., [1992] 2002, p. 344).

Para Jubran (2006), a propriedade de contração, tal como aparece no trabalho de [1992] 2002, apoia-se na função representacional e “não abarca a contrapartida interacional, pertinente a uma abordagem textual-interativa do texto” (JUBRAN, 2006, p. 35). Ela propõe que as noções de concernência, relevância e pontualização sejam revistas a partir de uma noção mais ampla de interação:

- a) a concernência: relação de interdependência entre elementos textuais, firmada por mecanismos coesivos de sequenciação e referenciação, que promovem a integração desses elementos em um conjunto referencial, instaurado no texto como alvo da interação verbal;
- b) a relevância: proeminência de elementos textuais na constituição desse conjunto referencial, que são projetados como focais, tendo em vista o processo interativo;
- c) a pontualização: localização desse conjunto em determinado ponto do texto, fundamentada na integração (concernência) e na proeminência (relevância) de seus elementos, instituídas com finalidades interacionais (JUBRAN, 2006, p. 35).

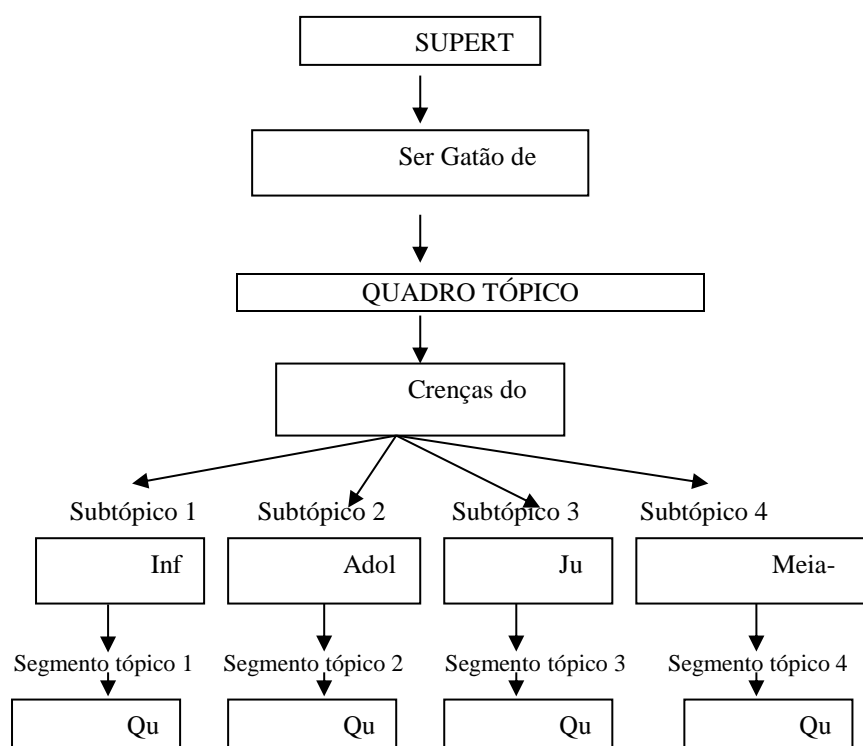
A partir dessa perspectiva mais ampla, o tópico é entendido como uma categoria analítica de natureza abstrata, textual e interacional. Por outro lado, o segmento tópico é a sequência textual que pode ser observada e analisada na materialidade textual, ou seja, na explicitude do texto. Trata-se de uma unidade textual, que, em termos de contração, revela concernência e relevância no conjunto dos seus elementos e se localiza em um determinado ponto do texto (CAVALCANTE et al., 2010).

Ao adquirir o traço [+ introdutor subtópicos], o item *agora* estabelece conexão entre um subtópico e outro subtópico, ocupando a posição inicial de subtópico.



Figura 12: Gatão de meia-idade, de Miguel Paiva
Fonte: Paiva, 1995

Destaca-se, na figura 12, as crenças do Gatão (quadro tópico), que, com 40 anos, já não acredita nas mesmas coisas que antes. O item *agora* (presente no quadro 4) estabelece a conexão entre um subtópico (crenças da juventude) e outro subtópico (crenças da maturidade) e estabelece uma espécie de contraposição entre os enunciados, definida pelo contraste de crenças, conforme Quadro Tópico (QT)⁴⁹ a seguir:



QUADRO 3 – Quadro Tópico “Ser Gatão de meia-idade”

O uso de *agora* como traço [+ introdutor de digressão⁵⁰] ocorre quando um personagem insere um segmento tópico no interior de outro.

⁴⁹ Trata-se de um procedimento metodológico, usado para indicar os tópicos subordinadores e os subordinados. Os Quadros Tópicos são caracterizados pelas seguintes condições a) “a centração num tópico mais abrangente (Supertópico – ST), que recobre e delimita a porção de discurso em que ele é focal”; b) “a divisão interna em co-constituintes (Subtópicos – SbT), situados numa mesma camada de organização tópica, na medida em que apresentam o mesmo teor de concernência relativamente ao ST que lhes é comum”; c) “subdivisões sucessivas no interior de cada tópico co-constituente, de forma que um tópico pode vir a ser ao mesmo tempo ST ou SbT, se mediar uma relação de interdependência entre dois níveis não imediatos” (JUBRAN et al. 2002, p.346).

⁵⁰ Para Andrade (2001, p. 74), a digressão caracteriza-se como uma porção textual que não se acha diretamente relacionada com o segmento precedente, nem com o lhe segue. Isso, contudo, não cria uma ruptura da coerência.



Figura 13: Gatão de meia-idade, de Miguel Paiva
 Fonte: Paiva, 1996

Na figura 13, a filha pré-adolescente diz ao pai que menstruou. No terceiro quadro, *agora*, promove uma descontinuidade na organização tópica, perturbada pela introdução de assunto constitutivo de outro subtópico na seqüencialidade. Insere-se, nesse quadro, uma reflexão do personagem sobre quando o assunto deveria ser abordado (na tira de 2ª feira) e não sobre o ato de menstruar em si, que representa o tópico. É provável que na tira de 2ª feira tenha aparecido a menina com a mãe conversando sobre o ato de menstruar, o que restabeleceria a linearidade.

Além de sinalizar a abertura de um subtópico, parece ter a função de modalizador, pois marca a incerteza, a insegurança do Gatão em relação à situação, já que, no segundo quadro, pode-se perceber, por meio de sua expressão fisionômica, que ele não sabe como agir.

O uso de *agora* como traço [+ redirecionador de tópico], na figura 14, ocorre quando um personagem deixa de lado o tópico principal ou subtópico sobre o qual discorre para dar explicações, fazer comentários, apresentar um ponto de vista ou uma opinião do sobre o que está sendo tratado.



Figura 14: Gatão de meia-idade, de Miguel Paiva
 Fonte: Paiva, 1995

Agora, na tira em análise, opera uma reorientação discursiva, identificando, a partir de diferentes expectativas geradas, a relação dos personagens com o sequenciamento temático do fluxo de informações. Além disso, é responsável pelo gerenciamento dos tópicos conversacionais, marcando a introdução e o redirecionamento dos tópicos.

Considerações finais

Neste trabalho, buscou-se descrever e explicar a multifuncionalidade do item *agora* em tiras do *Gatão de meia-idade*. Em relação às funções assumidas, pôde-se verificar desde o uso mais concreto do *agora* (locativo temporal) até usos menos concretos (sequenciador textual), o que evidencia estar esse item em gramaticalização, processo que desencadeia não apenas uma ressignificação, mas também uma reestruturação sintática, como evidenciam Capistrano Júnior (2005) e Lins (2007).

Além disso, o possível diálogo da teoria da gramaticalização com os conceitos e as categorias da Linguística Textual mostrou-se bastante relevante na análise da multifuncionalidade do *agora* nas interações do personagem *Gatão de meia-idade*.

Referências

ANDRADE, M. L. C. V. O. **Relevância e contexto**: o uso de digressões na língua falada. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP: Fapesp, 2001.

AZEREDO, J. C. **Fundamentos de gramática do português**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

CAPISTRANO JUNIOR, R. de. **A multifuncionalidade do item AGORA em tiras de quadrinhos**: da gramática ao discurso. Belo Horizonte: PUC, 2005. (Dissertação de Mestrado em Língua Portuguesa).

CAVALCANTE, M. M. **Referenciação**: sobre coisas ditas e não ditas. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

_____.; et al. Dimensões textuais nas perspectivas sociocognitiva e interacional. In: BENTES, A. C.; LEITE, M. Q. (Orgs.). **Linguística de texto a análise da conversação**: panorama das pesquisas no Brasil. São Paulo: Cortez, 2010, p. 225-261.

FÁVERO, L. L. O processo de coordenação e subordinação: uma proposta de revisão. In: CLEMENTE, E. (org.). **Linguística aplicada ao ensino de português**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992, p. 52-61.

HEINE, B. et al. **Grammaticalization**: a conceptual framework. Chicago. Univ. Chicago Press. 1991.

HOPPER, P. J. Emergent grammar. **Berkeley Linguistics Society**, v. 13, p. 139-157.

_____.; TRAUGOTT, E. C. **Grammaticalization**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

JUBRAN, C.C.A.S et al. Organização tópica da conversação. In: ILARI, R. (Org.). **Gramática do português falado**. vol. II. 4. ed. rev. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2002, p. 341-377.

_____. Revisitando a noção de tópico discursivo. In KOCH, I. G. V.; BENTES, A. C.; REZENDE, R. (Orgs.). **Cadernos de Estudos Linguísticos**. O tópico discursivo. 48 (1), Campinas: Unicamp, 2006, p. 33-41.

KOCH, I. G. V. **Introdução à linguística textual**: trajetórias e grandes temas. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. **As tramas do texto**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

LINS, M. da P. P. **Organização tópica do discurso de tiras diárias de quadrinhos**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004. (Tese de Doutorado em Linguística).

_____. Gramaticalização de agora. **Revista (Con)Textos Linguísticos**, Vitória, v. 1, n. 1, p. 135-154, 2007.

MARTELLOTA, M. E.; VOTRE, S. J. **Trajetoárias de gramaticalização e discursivização**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998 (mimeog.).

_____.; VOTRE, S. J.; CEZARIO, M. M. **Gramaticalização no português do Brasil**: uma abordagem funcional. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

MEILLET, Antoine. L'évolution des formes grammaticales. In: **Linguistique historique et linguistique générale**. Paris: Champion, 1982.

NEVES, M. H. M. **Texto e gramática**. São Paulo: Contexto, 2006.

PAIVA, M. **Gatão de meia-idade**. v. 1. Rio de Janeiro: Objetiva, 1995.

_____. **Gatão de meia-idade**. v. 2. Rio de Janeiro: Objetiva, 1996.

ROSÁRIO, I. C. **Expressão da concessividade em construções do português do Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2012. (Tese de Doutorado em Letras Vernáculas – Língua Portuguesa).

TRAUGOTT, E. e KÖNIG. The semantic-pragmatics of grammaticalization revisited. In: TRAUGOTT, E. e HEINE, B. (Eds) **Approaches to grammaticalization**. v.2. Amsterdam. Benjamins, 1991.

TAVARES, M. A. **Um estudo variacionista de AÍ, DAÍ, ENTÃO e E como conectores sequenciadores retroativo-propulsores na fala de Florianópolis**. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1999.

NARRATIVA COMO ESCRITA DE SI E TEORIA DO PROGRESSO EM DOIS IRMÃOS

João Luis Pereira OURIQUE⁵¹

Gomercindo GHIGGI⁵²

Priscila Monteiro CHAVES⁵³

Resumo: Este estudo analisa a obra *Dois Irmãos* (2006), de Milton Hatoum, sob dois aspectos: 1) a constituição de si do narrador através da produção de sentido realizada pela captura dos discursos das demais personagens, fundamentando-se no conceito de *escrita de si* (FOUCAULT); 2) as mutações que sofrem a cidade, a casa da família, a loja e as relações familiares entre as personagens. Para tanto, é abordada a crítica ao conceito de *progresso* (BENJAMIN) e o modo como a *escrita de si* pode compor um movimento de resistência à fugacidade das relações consigo mesmo, provocada pela perspectiva progressista.

Palavras-chave: *Dois irmãos*. Narrativa. Escrita de si. Teoria do Progresso.

Abstract: *This research analyzes the book Dois Irmãos (2006), by Milton Hatoum, in two aspects: 1) the constitution of the self of the narrator through the production of meaning carried by capturing the speeches of the other characters, basing on the concept of self writing (FOUCAULT); 2) the changes that suffer the city, the family house, the shop and the family relationships between the characters. Therefore, is addressed the criticism to the concept of progress (BENJAMIN) and how the self writing can compose a resistance movement to fleeting relationships with oneself, caused by progressive perspective.*

Keywords: *Dois irmãos*. Narrative. Self writing. Progress Theory.

⁵¹ Prof. Adjunto do Departamento de Letras da Universidade Federal de Pelotas – UFPel Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil. Email: jourique@pq.cnpq.br

⁵² Prof. Adjunto do Departamento de Fundamentos da Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas – UFPel. Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil. Email: gghiggi@terra.com.br

⁵³ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas – UFPel. Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil. Email: pripeice@gmail.com. Bolsista CNPq.

Introdução

Omar e Yaqub, irmãos gêmeos, são filhos de Zana e Halim. Omar é chamado de caçula por ter nascido depois de Yaqub. Há também uma terceira criança descendente do casal, Rânia, a filha mais nova. A narrativa apresenta movimentos que relacionam a região da Amazônia ao Líbano, de modo que os diferentes aspectos culturais de um e de outro local se misturam, se confundem e contribuem com os conflitos que vão sendo narrados ao longo do romance.

O primeiro capítulo da narrativa começa com a vinda de Yaqub do Líbano, depois de meia década longe de casa, que lá estava desde os treze anos, enviado à contragosto: “Não morei no Líbano, seu Talib. [...] Me mandaram para uma aldeia no sul, e o tempo que passei lá, esqueci. É isso mesmo, já esqueci quase tudo: a aldeia, as pessoas, o nome da aldeia e o nome dos parentes. Só não esqueci a língua” (HATOUM, 2006, p. 88-89). Viagem essa que teve como propósito a separação dos gêmeos e a tentativa de evitar desavenças maiores entre eles. A narrativa ressalta as disparidades entre os dois, mas aponta para a possibilidade de serem muito parecidos em suas mais demarcadas diferenças.

A história se passa em Manaus, no início do século, momento de grande desenvolvimento industrial e tecnológico ao redor do mundo. A cidade dos imigrantes que se dedicam ao comércio, personagens da narrativa, é apresentada pela sua decadência ao longo das quase quatro décadas, como aconteceu com diversas regiões do país, em virtude das metamorfoses no âmbito econômico e cultural que o momento provocou. Ela é apresentada pela sua destruição e pela sua nova construção, que já não mais resgatava seus antigos traços.

As referências ao período ditatorial e ao mal estar que o mesmo causava permitem uma melhor contextualização histórica da obra. Ora são produzidas de maneira bastante sutil, ora revelam a violência de modo mais ostensivo. Uma delas, por exemplo, manifestada pela indisposição de um dos professores que ministrava aulas de literatura e francês – e também poeta – Laval, um grande amigo de Omar. O narrador conta que em março o professor faltara às primeiras aulas, aparecendo somente na terceira semana do mês com uma expressão abatida e com os dedos amarelados de tanto fumar, alegando em francês: “Desculpem-me, estou muito indisposto”. E em seguida, murmurando em português: “Aliás, muita gente está indisposta” (HATOUM, 2006, p. 141). Na página seguinte é elucidado que o professor não mais conseguiu voltar ao liceu. Ausência essa seguida de sua prisão em uma manhã de abril e que, posteriormente, culminou em sua morte (HATOUM, 2006).

A narrativa abrange aproximadamente, de modo não linear, da década de 20 à década de 60 e para tal demarcação, vale-se de algumas referências à eventos e casos factuais, tais como o término da Segunda Guerra Mundial e as “noites de blecaute no norte, enquanto a nova capital do país estava sendo inaugurada” (2006, p.98). O Romance encontra-se dividido em doze capítulos seguidos de um pequeno preâmbulo, que narra as alucinações e a morte de Zana, que é contada no final.

Considerando a breve e introdutória apresentação da obra de Hatoum, o presente artigo busca analisá-la sob dois aspectos. O primeiro deles é a constituição de si do narrador através da produção de sentido realizada pela captura dos discursos das demais personagens. Este aspecto é analisado à luz da proposta foucaultiana de *escrita de si* e é motivado, mormente, pela incerteza do narrador acerca de sua paternidade. Entretanto, importa anunciar aqui que a narrativa não é tomada como resultado e sim como prática, como processo dessa constituição. O segundo aspecto da análise diz respeito às transformações que sofrem a cidade de Manaus, a casa da família, a loja e as relações familiares entre as personagens. Para tanto, é abordada a crítica ao conceito de *progresso* proposta por Walter Benjamin e o modo como a *escrita de si* pode compor um movimento de resistência à fugacidade das relações consigo mesmo, provocada pela perspectiva progressista.

Ainda que os dois aparatos teóricos advenham de autores que se encontram, segundo a crítica epistemológica mais corrente, em paradigmas filosóficos distintos, optou-se por abordá-los por serem propositores de relevantes categorias analíticas que conferem sentido e qualificam a leitura da matéria verbal apresentada pela narrativa. De modo que provocar o diálogo entre elas torna-se mais enriquecedor que restringi-las em suas *caixinhas*. Dessa forma, os preceitos teóricos trazidos para a análise não são um fim último, eles se detêm nessa obra uma vez que ela deixa transparecer mais nitidamente as suas propriedades subjacentes em seu discurso literário (TODOROV, 2013).

Nael e a *escrita de si*

O narrador-personagem Nael, em diversos momentos da segunda metade da narrativa, observa com atenção a cidade, em busca daquela em que vivia na infância. Entretanto, ela não mais existe. A redescoberta desse espaço se dará por meio dos fatos relatados por Halim. Nael é filho de Domingas, a serviçal, criada, índia, órfã, de “cabelo liso, de cobre, sobre os ombros morenos” (HATOUM, 2006, p.59), que chegou à casa quando mais nova, ao deixar de ser

interna de um colégio de freiras. Domingas criou seu filho no quarto dos fundos da casa, espaço a ela destinado pela família. Nael cresceu percebendo que “toda a fibra e o ímpeto da [sua] mãe tinham servido os outros” (HATOUM, 2006, p. 182).

Ao narrar a história dos irmãos Yaqub e Omar, é possível dizer que o intuito central de Nael, assumindo a si próprio como objeto do conhecimento, é tomar partido da identidade de seu pai, transformando os discursos recebidos em princípios para suas ações. “Eu não sabia nada de mim, como vim ao mundo, de onde tinha vindo. A origem: as origens. Meu passado, de alguma forma palpitando na vida dos meus antepassados, nada disso eu sabia” (HATOUM, 2006, p.54).

Entretanto, ainda que nos últimos capítulos do romance sejam fornecidos elementos que evidenciem a paternidade de Nael, é relevante indicar que nesta abordagem, principalmente quando amparada pela perspectiva foucaultiana, esse não é o objetivo central e essa não é uma informação essencial. Considerando que em diversos momentos a narrativa suscita dúvidas acerca de sua *verificabilidade* sem desprezar os aspectos caros à *verossimilhança*, de modo que se trabalha aqui com a categoria do *possível* (KLINGER, 2012), importa compreender de que forma as ações e os movimentos de Nael, enquanto narrador que está constituindo a si mesmo, são substanciados por aquilo que ele capta dos discursos alheios, uma vez que é esse *ethos* da narrativa que diz acerca dele mesmo. Assim, a narrativa aqui não é tomada como resultado e sim como prática.

Nael começa a incitar seu passado e sua infância, a respeito da qual dizia quase nada saber. Para Nael, era “como esquecer uma criança dentro de um barco num rio deserto, até que uma das margens a acolhe. Anos depois, desconfiei: um dos gêmeos era meu pai. Domingas disfarçava quando tocava no assunto; deixando-me cheio de dúvida” (2006, p.54). O silêncio da mãe era angustiante para Nael e quanto menos a mãe falava dos gêmeos, maior se tornava o sofrimento.

Adiei a pergunta sobre o meu nascimento. Meu pai. Sempre adiaria, talvez por medo. Eu me enredava em conjeturas, matutava, desconfiava de Omar, dizia a mim mesmo: Yaqub é o meu pai, mas também pode ser o Caçula, ele me provoca, se entrega com o olhar, com o escárnio dele. Halim nunca quis falar disso, nem insinuou nada. Devia temer não sei o quê (HATOUM, 2006. p. 100).

As similitudes e distinções entre os dois são colocadas a todo momento em xeque, bem como os fatos contados pela mãe, pelo avô – o único que ajudou e acompanhou Domingas na gravidez e no batismo – e outros contados por Zana depois do falecimento desses dois, ao final

da narrativa. O nome de Nael foi um pedido de Halim, nome de seu falecido pai. A partir dessa relação afetiva, Nael vai compondo um mapa através do discurso da razão, discernindo comportamentos e interpretando determinados fatos através de outros. “Isso Domingas me contou. Mas muita coisa do que aconteceu eu mesmo vi, porque enxerguei de fora aquele pequeno mundo. Sim, de fora e às vezes distante. Mas fui observador desse jogo e presenciei muitas cartadas, até o lance final” (HATOUM, 2006, p. 23). Nael foi o último a deixar a casa e o que o acompanha ao longo da narrativa é o ponto de vista por ele assumido para olhar os fatos: filho da serviçal oprimida pela família de Zana e Halim e abusada sexualmente por um de seus filhos.

Muitos dos fatos históricos que ele conhecia da família era através da perspectiva adotada por Halim, que lhe contara a constituição e as desavenças da família. Entretanto, Nael demonstra um sentimento de descontentamento por nunca ter sido reconhecido como neto nem como filho, mesmo que sua paternidade fosse da ciência de todos. “Deviam rir de mim. Filho de ninguém” (HATOUM, 2006, p. 187)! Ainda que Nael tivesse total liberdade na casa, transiasse pelos ambientes e fizesse suas refeições com o mesmo alimento, quase nunca sentava-se à mesa com Zana e Halim. Além disso, Zana o fazia trabalhar muito. “Ela aproveitava a ausência de Halim e inventava tarefas pesadas, me fazia trabalhar em dobro, eu mal tinha tempo de ficar com minha mãe. Quantas vezes pensei em fugir!” (2006, p.66). Os vizinhos também viviam o pedindo favores sob a mediação de Zana e a todo momento lhe mandavam de um lugar a outro. Em determinadas ocasiões não eram gratos nem subsidiavam seu transporte. Tal tarefa não tolhia a curiosidade, a criticidade e a sensibilidade do menino:

Aos domingos, quando Zana me pedia para comprar miúdos de boi no porto da Catraia, eu folgava um pouco, passeava ao léu pela cidade, atravessava as pontes metálicas, perambulava na áreas margeadas por igarapés, os bairros que se expandiam àquela época, cercando o centro de Manaus. Via um outro mundo naqueles recantos, a cidade que não vemos ou que não queremos ver. Um mundo escondido, ocultado, cheio de seres que improvisavam tudo para sobreviver. [...] Via mulheres cujos rostos e gestos lembravam os de minha mãe, via crianças que um dia seriam levadas para o orfanato que Domingas odiava (HATOUM, 2006, p.59-60).

Esquecimento e memória coexistem na vida de Nael. “Omissões, lacunas, esquecimento” compõem a sua subjetividade. “O desejo de esquecer. Mas eu me lembro, sempre tive sede de lembranças, de um passado desconhecido, jogado sei lá em que praia do rio” (HATOUM, 2006, p.67). Ainda que ele permaneça, em algumas passagens, esquecido de si, ocupado pelas vontades e incumbências alheias, ele continua agindo nos espaços da

narrativa, pois não deixa de vivenciar a casa e a cidade. Não existe separação entre uma e outra realidade. Segundo Deleuze (2005), do mesmo modo que a memória é coextensiva do pensamento, é possível estabelecer uma analogia entre a dobra do lado exterior e o que coexiste no interior de cada um. Ancorando-se nessa reflexão para melhor compreender a obra em análise, pode-se dizer que o tempo da narrativa também se torna sujeito por equivaler à dobra do lado de fora. De modo “que todo o presente passe ao esquecimento, mas conserva todo o passado na memória, o esquecimento como impossibilidade de retorno e a memória como necessidade de recomeçar” (DELEUZE, 2005, p.115).

Michel Foucault (1992), referindo-se a um movimento propriamente de incitação da memória, faz referências à Antiguidade para melhor compreender no que consistiria uma das mais originais configurações de *escrita de si*, atividade que objetivava, sobretudo, à compreensão da individualidade e ao entendimento daquilo que concerne ao interior. É relevante apontar que Foucault distingue a intensidade das relações consigo – as formas nas quais se é convocado a se assumir a si próprio como objeto do conhecimento e esfera de ação para transformar-se – tanto da atitude individualista quanto da valorização da vida privada (FOUCAULT, 2014).⁵⁴

A *escrita de si* na Antiguidade, para Foucault, consistia em uma forma textual que, além de assemelhar-se à confissão, como uma ferramenta de luta contra o mal, acarretaria no auto-conhecimento. Eis a principal função da escrita na tradição filosófica, intensificando e valorizando as relações de si para consigo. “Mas é necessário precisar; a ideia segundo a qual deve-se aplicar-se a si próprio, ocupar-se consigo mesmo [...] é, de fato, um tema bem antigo na cultura grega. Ele apareceu bem cedo como um imperativo amplamente difundido” (FOUCAULT, 2014, p. 57).

A reflexão daquele que conta ou escreve “precede as notas, que permitem a releitura, que, por sua vez, revigora a meditação” (FOUCAULT, 2004, p.147). Desse modo, a escrita passa a ser atrelada a uma prática de formação pessoal, rememorando conhecimentos adquiridos que precisariam ser avigorados, para que fosse possível meditar acerca deles, de modo que, aquele que escreve pudesse dialogar com eles, conviver com aquilo que diz respeito a sua existência e ampliar as suas compreensões. “É preciso ler, dizia Sêneca, mas também escrever”

⁵⁴ Para Foucault a atitude individualista é demarcada pelo valor absoluto que se confere “ao indivíduo em sua singularidade e pelo grau de independência que lhe é atribuído em relação ao grupo ao qual ele pertence ou às instituições das quais ele depende”. A valorização da vida privada, segundo o filósofo, diz respeito à “importância reconhecida às relações familiares, às formas de atividade doméstica e ao campo dos interesses patrimoniais” (FOUCAULT, 2014, p.55).

(FOUCAULT, 2004, p.146). Esse movimento colocava ao pensamento a tarefa de converter os discursos daquele que escrevia, por ele tomados como verdades em ato. Isto é, havia um outro alvo que era a interferência da escritura e de seus princípios enquanto fundamentação da necessidade e consumação da vida prática, comandando seu desenvolvimento e organizando-a.

Em todo caso, seja qual for o ciclo de exercício em que ela ocorre, a escrita constitui uma etapa essencial no processo para o qual tende toda a *askêsis*: ou seja, a elaboração dos discursos recebidos e reconhecidos como verdadeiros em princípios racionais de ação. Como elemento de treinamento de si, a escrita tem, para utilizar uma expressão que se encontra em Plutarco, uma função *etopoiética*: ela é a operadora da transformação da verdade em *êthos* (FOUCAULT, 2004, p. 147).

A narrativa de Nael, através de suas memórias, tentam tornar possível a leitura da sua infância e da história daqueles que o cercam. A sua maneira de capturar depoimentos individuais, tanto das vivências contadas por Domingas quanto por Halim, produz sentido para as suas próprias experiências, elabora aspectos perdidos de sua cultura e de uma possível tradição que palpitava na vida de seus, reconhecidos ou não, antepassados. As oscilações que pairam nessa infantil leitura dos discursos recebidos, que remetiam ao passado, nem sempre permitem que Nael crie um sentido a partir das complexidades das relações entre os membros daquela família. O mesmo ocorria com os diferentes traços identitários dos irmãos, que transitam nos discursos daqueles que o cerca, ainda que o seu esforço e envolvimento com a partilha dessas histórias seja um movimento constante na obra.

“Eu não compreendia os versos quando ele falava em árabe, mas ainda assim me emocionava: os sons eram fortes e as palavras vibravam com a entonação da voz” (HATOUM, 2006, p. 35), manifesta com vivacidade o narrador acalorado. As histórias que Halim lhe contava eram, na maioria das vezes, *arquivos* da família, que não estavam, metaforicamente falando, “simplesmente colocados em uma espécie de armário de lembranças, mas profundamente implantados na alma, ‘nela arquivados’” (FOUCAULT, 2004, p.148). De modo que a narrativa de um se confunde com a narrativa de outro em determinados momentos, operando por meio de uma apropriação, no sentido foucaultiano do termo. Consequentemente, torna-se inapropriado falar de uma memória individual, haja vista a produção de sentido acendida pelo discurso do outro.

Eu gostava de ouvir as histórias. Hoje, a voz me chega aos ouvidos como sons da memória ardente. As vezes ele se distraía e falava em árabe. Eu sorria, fazendo-lhe um gesto de incompreensão: “É bonito, mas não sei o que o senhor está dizendo”. Ele dava um tapinha na testa, murmurava: “É a velhice, a gente não escolhe a língua na velhice (HATOUM, 2006. p. 35).

Por meio de tais histórias contadas na maioria das vezes pelo avô, Nael vai constituindo quem ele é naquele espaço. As substâncias das quais Nael precisava para significar sua paternidade transitavam no discurso de Halim, da mãe e dos demais, por vezes eram transformados em princípios de ação, por vezes não eram suficientes. “Eu [...] só pensava, vagamente, em vingança. Mas vingar-me de quem?” (HATOUM, 2006, p.69).

Foucault difunde a paradoxal e inquietante questão acerca das relações que se estabelecem perante o *logos* disperso nos diferentes espaços: “como se confrontar consigo por meio da ajuda de discursos imemoriais e recebidos de todo lado?”(2004, p.149). Fundamentando-se em seus preceitos teóricos, é possível dizer que Nael faz “do recolhimento do *logos* fragmentário e transmitido [...] pela escuta [...] um meio para o estabelecimento de uma relação de si consigo mesmo tão adequada e perfeita quanto possível” (2004, p.149). Perfeição essa que não consiste em uma recomposição idêntica do passado, e sim em uma maneira de defrontar-se e reconciliar-se consigo mesmo. A título de ilustração acerca disso, ao falar de Halim, Nael, seu neto e confidente, manifesta: “Contava esse e aquele caso, dos gêmeos, de sua vida, de Zana, e eu juntava os cacos dispersos, tentando recompor a tela do passado” (HATOUM, 2006, p.101).

O narrador volta-se para o discurso do passado de Halim e perfaz um movimento de (re)constituição de sua infância. Todavia esse movimento não é mera retomada ou mera lembrança. Há o crivo de quem, a partir de um olhar crítico e curioso sobre os discursos imemoriais que o cercam, ao narrar, se compreende em processo de constituição. Isto é, ao recriar o passado, procura dar-lhe sentido, de modo que essa *escrita de si*, enquanto propriedade subjacente do próprio discurso literário, passa a ser também *experimentação de si, incitação de si* e, conseqüentemente, uma prática intrínseca ao *cuidado de si*.

Desse modo, relaciona-se o esforço de Nael enquanto matéria verbal que sustenta a proposição de uma unidade abstrata que é a *escrita de si*, uma vez que, para Foucault, tais práticas não visam a explicar os “*arcana conscientiae*, cuja confissão [...] tem valor de purificação. O movimento que [elas] procuram realizar é o [...] de captar [...] o já dito; reunir o que se pôde ouvir ou ler, e isso com uma finalidade que nada mais é que a constituição de si” (FOUCAULT, 2004, p.149).

Quando soube que ele [Yaqub] ia chegar, senti uma coisa estranha, fiquei agitado. A imagem que faziam dele era a de um ser perfeito, ou de alguém que buscava a perfeição. Pensei nisto: se for ele o meu pai, então sou filho de um homem quase perfeito. A sabedoria dele não me intimidava, nunca tinha sido

uma ameaça para mim. Eu o considerava um homem tenaz, respeitado em casa, a ponto de ser elogiado pelo pai, que não sabia até onde o filho queria chegar. Certa vez, Halim me disse que Yaqub era capaz de esconder tudo: um homem que não se deixa expor, revestido de uma armadura sólida. De um filho assim, disse o pai, pode-se esperar tudo (HATOUM, 2006, p.83).

A maneira como Nael aborda os episódios transcende os limites das antigas gramáticas que discerniam a descrição da realidade da expressão da vontade por determinado uso da linguagem. Ainda que a narrativa perfaça-se pelo uso predominante dos verbos no modo indicativo, que compõem orações que em geral são percebidas como ações que aconteceram de fato (TODOROV, 2013), há que se recordar que a história é narrada sob o ponto de vista de uma criança curiosa, em busca de uma constituição de si.

Dessa forma, é relevante considerar os diagnósticos precipitados das emoções e dos entusiasmos que, ora manifestavam admiração por um – conforme adjetivação do extrato literário supracitado –, ora manifestavam vontade de estar no lugar do outro, como exposto ao narrar o episódio concernente ao aniversário de Zana. Nessa passagem da obra, Omar trouxe consigo a bela Dália. Nael assistiu à disputa pelo Caçula entre as mulheres, à dança inesperada de Dália e às carícias trocadas entre o casal. A batucada enche a sala, a casa e os ouvidos de Nael. “Só ela [Dália] atraía os olhares, e assim dançou por um bom momento, o corpo prateado enlouquecido pelo ritmo dos tambores, das palmas e do alaúde, e nós [...], *nós invejávamos o Caçula*, o gêmeo disputado (HATOUM, 2006, p. 76) (grifos meus).

Ainda incitado pelo desejo de produção de sentido acerca de sua paternidade, a chegada de Yaqub, algum tempo depois, configura um tradicional *portrait* de família, desenhado por Nael, de um pai que sente tanta saudade da mãe quanto vontade de se aproximar do filho, que pouco pode conviver. “Quando Yaqub me viu no quintal, de mãos dadas com Domingas, ficou sem jeito, não sabia quem abraçar primeiro. Minha alegria foi tão grande quanto a surpresa. Ele abraçou minha mãe, e senti a mão dela suada, trêmula, (2006, p.83).

Escrita de si e teoria do progresso

Estabelecendo uma crítica ao conceito de *progresso*, Walter Benjamin tenta combater a noção de *continuum* evolutivo da história bem como uma compreensão reducionista da ideia de desenvolvimento. O filósofo defende que os desdobramentos dos acontecimentos suscitam outras tantas maneiras de contá-los que a perspectiva progressista busca escamotear. A temática pode ser principiada nesta seção pelo modo como Benjamin acredita ser necessário olhar para os acontecimentos do passado – também ancorada na resistência a uma ideia fracassada de

progresso que ainda triunfa – e dialoga com uma imagem, do período expressionista, de *Paul Klee*, que o artista intitulou *Angelus Novus*, criada em 1920. Nas palavras do filósofo, a imagem

[...] representa um anjo que parece querer afastar-se de algo que ele encara fixamente. Seus olhos estão escancarados, sua boca dilatada, suas asas abertas. O anjo da história deve ter esse aspecto. Seu rosto está dirigido para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as dispersa a nossos pés. Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos. Mas uma tempestade sopra do paraíso e prende-se em suas asas com tanta força que ele não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele vira as costas, enquanto o amontoado de ruínas cresce até o céu. *Essa tempestade é o que chamamos progresso* (1994, p.226)(grifos meus).

A crítica benjaminiana defende que, sempre que foram registrados e apresentados ordenadamente os fatos pela tradição, foram se esfacelando outras histórias, reais ou possíveis. Essa é uma influência nietzschiana na perspectiva de Benjamin, por considerar que as ações individuais, as maneiras de pensar individualmente, causam temor. Motivo esse que provoca uma compreensão reduzida do mundo, pois faz desaparecer uma parte dele, real ou imaginária, mas atinente à vida daqueles que possuem menor participação nas decisões desse *futuro* por ele referido no extrato citado (BENJAMIN, 1994).

Essa é a principal razão de ser tanto da tradição histórica quanto da tentativa de uniformização da vida e dos espaços que habitam os indivíduos, os quais tendem a obedecer-lhe porque ela ordena por meio de um poder incompreensível e indefinido, por meio de algo em que está presente a *superstição*. Isto é, consiste, para Benjamin, em uma tentativa de domesticar as idiosincrasias humanas em nome de uma verdade empírica comum, para que se garanta a existência humana. Acreditar nessa ideia de *progresso* significa pensar o desenvolvimento e a história dos homens de modo objetivo, organizado, uniforme e, portanto, domesticado. Significa escamotear as dificuldades de consenso e não aceitar a inexistência de fundamento último para o conhecimento das coisas mundanas e para a vida.

A noção de *progresso*, rechaçada por Benjamin (2009), ignora que todo conhecimento histórico organizado e todos os modos de desenvolvimento apontados como *corretos* carregam consigo traços e o germe da criação. De modo que foram sendo propostos por alguns homens e vêm sendo seguidos por outros. Dessa forma, se há participação humana, e conseqüentemente participação dos *sentidos humanos*, há uma intrínseca parcialidade em todas as formas de conhecer a história e de apontar caminhos possíveis para o desenvolvimento da vida. A ciência disso é que torna nítida uma constante procura pelo maior número de perspectivas comuns na

história da humanidade bem como a massificação da vida dos indivíduos, uma vez que abre mão das questões sensíveis para lidar com uma compreensão quantificada do mundo. O que faz com que uma dessas perspectivas seja reproduzida em maior número e mais facilmente aceita pela maioria.

Ainda que o romance de Hatoum não faça demasiado uso desse termo, a perspectiva progressista é alternada pela narrativa: de dádiva à ruína. Ela está presente tanto nas metamorfoses que a cidade, a casa e a loja vão sofrendo quanto na maneira como as relações entre as personagens vão sendo modificadas. Por meio de um recurso literário bastante corrente no romance contemporâneo, essa chave de leitura – o *progresso* como ruína – é conferida ao leitor no final da obra, no capítulo doze, pelo deploro de Nael: “queria distância [...] do progresso” (HATOUM, 2006, p.196).

Conforme comentado na introdução deste artigo, as personagens, bem como as histórias de Halim e Nael, estão entrecruzadas às mutações de Manaus.

A euforia que vinha de um Brasil tão distante chegava a Manaus como um sopro amornado. E o futuro, ou a idéia de um futuro promissor, dissolvia-se no mormaço amazônico. Estávamos longe da era industrial e mais longe ainda do nosso passado grandioso. Zana, que na juventude aproveitara os resquícios desse passado, agora se irritava com a geladeira a querosene, com o fogareiro, com o jipe mais velho que Manaus, que circulava aos sacolejos e fumegava (HATOUM, 2006, p.96).

Diferentemente da distinta compreensão crítica que o narrador maduro divulga ao final da narrativa, na perspectiva ainda infantil de Nael o *progresso* parecia algo benéfico, que teria o poder de mudar a vida daquelas pessoas.

Na época, Rânia quis modernizar a loja, decorá-la, variar as mercadorias. Halim fez um gesto de fadiga, talvez indiferença. Não tinham dinheiro para reformar a casa nem a loja, muito menos os dois quartos dos fundos, onde eu e minha mãe dormíamos. E, quando menos esperávamos, o pequeno deus agiu sobre nossa vida. Yaqub agiu e foi generoso. [...] Na breve visita que fez a Manaus, deve ter notado e anotado todas as carências da casa. [...] Uma boa amostra da indústria e do progresso de São Paulo estacionou diante da casa. Os vizinhos se aproximaram para ver o caminhão cheio de caixas de madeira lacradas, a palavra *frágil*, pintada de vermelho num dos lados, saltava aos olhos. Vimos, como dádiva divina, os utensílios domésticos novinhos em folha, esmaltados, enfileirados na sala. [...] Tudo que era novo, mesmo de uso limitado, impressionava. Yaqub surpreendeu ainda mais: mandou dinheiro para restaurar a casa e pintar a loja. Então, uma aparência moderna lustrou o nosso teto” (2006, p. 97-97).

Entretanto, na sequência percebida pelo leitor enquanto narrativa mínima completa, a história contada por Nael apresenta a decadência e a descaracterização da cidade ao longo das

quase quatro décadas em que a história se passa. Para a maioria dos episódios nos quais essa destruição é apresentada, há a tentativa de equilíbrio com uma reconstrução, que muito mais age por meio de substituições, consolidadas por outros preceitos, paradigmas e aspectos culturais de um modo geral, do que por meio de restaurações. A leitura desses movimentos é realizada de maneiras distintas entre personagens e até mesmo pelas diferentes fases por que passa Nael, isto é, muito menos configuram ações diferentes do que percepções diferentes da mesma ação.

Desse modo, amparando-se na perspectiva benjaminiana, é possível inferir que, onde, de modo mais demarcado, Rânia, Yaqub, Zana e o jovem Nael participavam (de) e percebiam uma cadeia de acontecimentos, quase que como normatividade e evolução, o maduro Nael viu uma catástrofe única, que aglomerava ruína sobre ruína, até o “lance final” (HATOUM, 2006, p. 23). A cidade e o rio Negro vão se transformando em símbolos dessas ruínas e da bruta passagem de um tempo, mediante a qual o narrador percebe-se impotente, da qual ele gostaria de ter se afastado, ao mesmo tempo que a vivência e a afronta. Sobre a morte de Zana, o narrador comenta: “Não chegou a ver a reforma da casa, a morte a livrou desse e de outros assombros. Os azulejos portugueses com a imagem da santa padroeira foram arrancados. [...] E a idéia que se faz de uma casa desfez-se em pouco tempo” (HATOUM, 2006, p.190).

A cada visita de Yaqub, ele percebia que as paisagens estavam diferentes, aqueles locais cheio de seres que improvisavam tudo para sobreviver iam cedendo lugar às padronizações e estruturas elaboradas, o que não significava desenvolvimento para todos. As relações de Halim também foram se transformando, “quando Halim se deu conta, já não vendia quase nada do que sempre vendera: redes, malhadeiras, caixas de fósforo, terçados, tabaco de corda, iscas para correr, lanternas e lamparinas” (HATOUM, 2006, p. 99). Transformação notada não somente pelo lucro ou pelo sustento, mas porque “ele se distanciava das pessoas do interior, que antes vinham à sua porta, entravam na loja, compravam, trocavam ou simplesmente proseavam, o que para Halim dava quase no mesmo” (2006, p.99).

Yaqub, nutrido de anseios e ambições, pode ser compreendido como a personificação desse *progresso* na família. Torna-se um estudante rigoroso, muda-se para São Paulo em busca de um *aprimoramento* e é considerado como um exemplo a ser seguido pelos demais, a ponto de Omar, um boêmio assumido, ser encaminhado para a mesma cidade com vistas a prosperar como o irmão. Entretanto, conforme o lúcido juízo de Nael, “a loucura da paixão de Omar, suas atitudes desmesuradas contra tudo e todos neste mundo não foram menos danosas do que os projetos de Yaqub: o perigo e a solidez de sua ambição calculada” (HATOUM, 2006, p. 196).

A *escrita de si* de Nael pode ser compreendida como um movimento de resistência à tempestade do *progresso*, uma vez que essa o arremessa para um futuro, ao qual ele tenta virar as costas, pois nele não acredita. “Nas últimas cartas ele [Yaqub] só me falava no futuro, e até me cobrou uma resposta. O futuro, essa falácia que persiste” (HATOUM, 2006, p. 196). Diferentemente da *escrita de si*, que permite ocupar-se consigo mesmo, a perspectiva progressista, para o narrador, traz consigo um propósito bastante prático e político de equiparar, e portanto abrandar, os desejos dos homens, haja vista sua fugacidade. Se por um lado ela normatiza e tranquiliza a vida, como aconteceu com o *constatado sucesso* de Yaqub, por outro ela restringe as mais distintas características das diferentes culturas e diminui a potência dos movimentos humanos, impelidos pelas vontades e pelos desejos que, historicamente, conduziram a humanidade.

Nunca me interessei pelos desenhos da estrutura com suas malhas de ferro, tampouco pelos livros de matemática que Yaqub havia me dado com tanto orgulho. Queria distância de todos esses cálculos, da engenharia e do progresso ambicionado por Yaqub (HATOUM, 2006, p.196).

Walter Benjamin questiona: “Não existem, nas vozes que escutamos, ecos de vozes que emudeceram? (1994, p.223). Com a presença da ausência de todos e mediante a arquitetura modificada, passado muitos anos, Nael “olhava com assombro e tristeza a cidade que se mutilava e crescia ao mesmo tempo, afastada do porto e do rio, irreconciliável com o seu passado” (HATOUM, 2006, p. 197). Assombro análogo à expressão que deve ter o *anjo da história* – olhos escancarados e boca dilatada – que presencia um crescimento que assemelha-se à invasão cultural e distancia-se de um orgânico desenvolvimento. Não há reconciliação com o passado porque só há ruínas. “Meus sentimentos de perda pertencem aos mortos. Halim, minha mãe” (HATOUM, 2006, p. 196), sopesa Nael. Ponderação mais uma vez equivalente àquela do *anjo da história*, que “gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos” (BENJAMIN, 1994, p.226). Os fragmentos juntados por Nael ao final da narrativa são os escritos de Antenor Laval, um bestiário esculpido pela mãe, e uma foto de seu rosto recortada, em um momento de alegria em que ela e Yaqub estavam “juntos, rindo, na canoa atracada perto do Bar da Margem” (2006, p.196).

A ferocidade que há na ideia de *progresso* é rechaçada pelo maduro Nael porque “nada do que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para a história, [pois] cada momento vivido transforma-se numa *citation à l'ordre du jour*” (1994, p.223). Portanto, o registro da expressão de um dia de felicidade de sua mãe em um passeio de barco não tem consideração

menor que todos os engenhosos desenhos que Yaqub deixou da estrutura, com suas malhas de ferro.

Considerações finais

“Parei de trabalhar com ela [Rânia], nunca mais escrevi cartas comerciais, nem saí correndo para limpar boca-de-lobo, empilhar caixas, vender coisas de porta em porta. Me distanciei do mundo das mercadorias que não era o meu, nunca tinha sido” (HATOUM, 2006, p.195), considera o narrador ao falar de como findou sua relação com Rânia. O mundo das mercadorias não era seu pois é o mundo das trocas, da reificação e de tudo aquilo que pouco possibilita tanto uma relação intrínseca com as experiências pessoais e sensíveis quanto o posicionamento no mundo a partir do que conhecem de si. Se a partir de Sêneca, Foucault evoca que sempre se precisa da ajuda do outro na elaboração da alma sobre si mesma (FOUCAULT, 2004), a *escrita de si*, que na obra em questão é compreendida como a narração da história, para Nael, fez parte de um movimento essencial de elaboração de si a partir dos discursos dos outros capturados e reconhecidos como verdadeiros. Logo, narrando suas histórias, delas se apropriou e fez a sua verdade.

Na contramão disso, a perspectiva progressista, para o narrador, traz consigo um propósito bastante prático e político de normatizar a vida, restringindo as mais distintas características das diferentes culturas e diminuindo a potência dos movimentos humanos, como aconteceu com Manaus, com a casa, com a loja e com a própria família, que se transformaram em símbolos das ruínas provocadas pelo *progresso* e da bruta passagem de um tempo, mediante a qual o narrador sentiu-se atraído, assombrado e, por fim, impotente.

Referências

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: **Obras escolhidas**: magia e técnica, arte e política. Tradução: Sérgio Paulo Rouanet. 7.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. Teoria do progresso, teoria do conhecimento. In: _____. **Passagens**. Belo Horizonte: Editora UFMG, São Paulo: Imprensa oficial do estado de São Paulo, 2009.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

FOUCAULT, Michel. **O que é um autor?** Trad. Antônio Fernando Cascais, Eduardo Cordeiro. Rio de Janeiro: Vega, 1992.

_____. A escrita de si. Col. **Ditos e escritos** (v.V). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

HATOUM, Milton. **Dois irmãos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

KLINGER, Diana. I. **Escritas de si, escritas do outro**: o retorno do autor e a virada etnográfica. Rio de Janeiro: 7Letras, 2012.

TODOROV, Tzvetan. **As estruturas narrativas**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

O EXTINTOR QUE (D) ENUNCIA A/NA NOVELA “OS DEZ MANDAMENTOS”: UMA ANÁLISE DISCURSIVA

Dalexon Sérgio da SILVA⁵⁵

Nadia Pereira da Silva Gonçalves de AZEVEDO⁵⁶

Resumo: O presente trabalho promove uma análise da imagem, apresentada em dois ângulos, de uma foto da novela de época: Os Dez Mandamentos, produzida e apresentada pela rede Record de televisão, na qual um extintor de incêndio aparece em cena, (d)enunciando. Assim, à luz da perspectiva teórica e dos procedimentos analíticos da Análise de Discurso de linha francesa (AD), baseados nos estudos de Pêcheux (1969; 1988; 1999) na Europa e de Orlandi (2007; 2012; 2005; 2001) e seguidores no Brasil, este trabalho mobiliza o conceito de memória discursiva e de formação imaginária e discursiva para analisar esta imagem do extintor, em cena, como materialidade discursiva, funcionando como unidade de sentido em relação à situação.

Palavras-chave: Análise de discurso. Memória discursiva. Formação discursiva.

Abstract: *This paper promotes an image analysis, presented in two angles, from a photo of the novel season: The Ten Commandments, produced and presented by the Record television network, in which a fire extinguisher appears on the scene, (d)enunciating. In the light of the theoretical perspective and analytical procedures of the French Discourse Analysis (DA), based on studies of Pêcheux (1969; 1988; 1999) in Europe and Orlandi (2007; 2012; 2005; 2001) and followers in Brazil, this work mobilizes the concept of memory discursive and imaginary and discursive formation to analyze this extinguisher, on the scene, as discursive materiality, functioning as sense of unity to the situation.*

Keywords: *Discourse analysis. Discursive memory. Discursive formation.*

⁵⁵ Doutorando do Programa de Doutorado em Ciências da Linguagem pela Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP. E-mail: dalexon@uol.com.br

⁵⁶ Doutora em Letras e Linguística, professora e pesquisadora do PPG em Ciências da Linguagem da Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP – E-mail: nadiaazevedo@gmail.com

Introdução

Sucesso em recorde de audiência, a novela *Os Dez Mandamentos*, da rede Record de Televisão brasileira, foi ao ar no dia 23 de março de 2015 e, logo, consolidou-se como a novela mais vista da atualidade, conforme atestaram vários meios de comunicação no Brasil. A novela foi escrita por Vivian de Oliveira e dirigida por Alexandre Avancini. A trama começou com a previsão de 150 capítulos, mas, devido ao grande sucesso, foi ampliada para 170 e chegou ao fim de sua primeira temporada em 23/11/2015.

Em meio ao midiático sucesso da novela mais assistida no Brasil, nos últimos meses, algo a mais chamou a atenção do Brasil para ela. No capítulo que foi ao ar, na quarta-feira, 07 de outubro de 2015, um extintor de incêndio apareceu numa cena da novela e provocou diferentes efeitos de sentido, fazendo reverberar vários discursos na mídia brasileira. A revista *Veja*, trouxe, por exemplo, a seguinte manchete: “*Extintor de incêndio ‘faz ponta’ em ‘Os Dez Mandamentos’*”. Já o site da *UOL* destacou: “*Extintor aparece em cena de ‘Os Dez Mandamentos’ e vira piada na web*”. Para se ter a dimensão do efeito de repercussão que tal evento ocasionou, o jornal *Diário do Sertão* também publicou em capa: “*Novela de época: ‘Os Dez Mandamentos’ erra e deixa extintor de incêndio aparecer em cena*”.

Logo, novos efeitos metafóricos foram gerados a partir da proliferação dessas manchetes, e de outras, acerca do ocorrido. Muitos leitores, na posição-sujeito de internautas, a partir das formações discursivas de onde enunciam, reverberaram vários enunciados, tais como: “*segurança acima de tudo, é um dos mandamentos da Record*”, outro internauta pontuou: “*a novela é tão boa que os egípcios já estavam com o extintor esperando a chuva de fogo*”, outro ainda publicou uma foto do personagem Moisés, dizendo: “*deixamos um extintor aparecer na cena da novela só pra lembrar que vocês precisam apagar esse fogo que sentem pelo irmão bonitinho da igreja*”. Houve ainda vários outros comentários, como: “*pô, Record, que mancada, acabou a exigência do extintor*”. Assim, proliferaram-se vários enunciados e discursos acerca do fato ocorrido, produzindo distintos efeitos metafóricos nesta relação entre paráfrase e polissemia.

Como se pode perceber na proliferação dos efeitos de sentidos provocados por um detalhe atual em cena estruturada do passado, este artigo mobiliza o campo teórico e analítico da Análise do Discurso de linha francesa pêcheutiana (AD), para compreender este extintor, não como um simples objeto utilitário, mas de acordo com Pêcheux (1969) como uma materialidade discursiva que, ao mesmo tempo, enuncia e denuncia a exterioridade e, nestas

marcas da historicidade promove apagamentos e silenciamentos, conforme aponta Orlandi (2007) em seu livro intitulado: “*As Formas do Silêncio*”.

Orlandi (2012) explica que o conceito de materialidade não deve ser banalizado, sendo referido apenas à natureza dos objetos, ou aos suportes textuais distintos, como vem sendo mencionada. A autora afirma que a forma material carrega em si os preceitos do materialismo histórico e do materialismo dialético que apontam para os conceitos de ideologia e história. Pêcheux (1969) ao articular ideologia e inconsciente na linguagem, revela que os sentidos são constituídos historicamente por meio dessa relação simbólico/ideologia/inconsciente. Assim, é a materialidade que permite entender o funcionamento da ideologia pelo inconsciente. Lagazzi (2010) compreende a materialidade significativa que envolve essa relação, apresentada acima, o que a torna “nem abstrata, nem concreta, nem empírica, mas matéria simbólica.

Desse modo, interessa-nos analisar o extintor que faz ressignificar e promove uma movência na rede de filiação dos sentidos, ao marcar a presença de, pelo menos, duas formações discursivas, a da atualidade (modernidade) e a dos hebreus do antigo Egito (a primitiva, da antiguidade), acionando a memória discursiva, como bem defendeu Orlandi (2005). Desse modo, a presença do extintor nas condições de produção, faz (d) enunciar as diferentes formações discursivas presentes nesta cena da novela, marcando a posição da formação discursiva da atualidade (modernidade).

O sujeito na análise do discurso de linha francesa

A Análise do Discurso de linha francesa foi fortemente influenciada por duas fortes vertentes: do lado da ideologia, os conceitos postulados pelo teórico Louis Althusser e do lado do discurso, os conceitos de Michel Foucault. A partir das análises dos trabalhos desses dois teóricos, Pêcheux, elaborou e postulou seus conceitos. Dessa maneira, a AD compreende o sujeito como sendo atravessado tanto pela ideologia quanto pelo inconsciente, assim seu sujeito não é uno ou do cogito, mas é considerado um sujeito descentrado, cindido, clivado. Ele não se constitui na fonte e origem dos processos discursivos que enuncia, pois esses processos são determinados pela formação discursiva na qual o sujeito falante se inscreve, embora esse sujeito possua a ilusão de ser a fonte ou origem do seu discurso.

De acordo com Mussalim (2003) a teoria inscreve-se num terreno em que intervêm questões teóricas relativas à ideologia e ao sujeito. Sendo assim, o sujeito laciano, clivado, dividido, mas estruturado a partir da linguagem, fornecia para a AD uma teoria do sujeito

condizente com um de seus interesses centrais, o de conceber os textos como produtos de um trabalho ideológico não-consciente.

Desse modo, calcada no materialismo histórico, a AD concebe o discurso como uma manifestação, uma materialização da ideologia decorrente do modo de organização dos modos de produção social. Sendo assim,

o sujeito do discurso não poderia ser considerado como aquele que decide sobre os sentidos e as possibilidades enunciativas do próprio discurso, mas como aquele que ocupa um lugar social e a partir dele enuncia, sempre inserido no processo histórico que lhe permite determinadas inserções e não outras. Em outras palavras, o sujeito não é livre para dizer o que quer, mas é levado, sem que tenha consciência disso [...], a ocupar seu lugar em determinada formação social e enunciar o que lhe é possível a partir do lugar que ocupa (MUSSALIM, 2003, p.111).

Do exposto, a Análise de Discurso entende o sujeito, a linguagem e os sentidos como partes de um todo interacional e indissociável. Seu sujeito é clivado porque é dividido entre o “eu” e “o outro”, e nisso o discurso se configura como a relação entre sujeitos e sentidos entendidos como aquilo que insere o linguístico em articulação com a história, com a ideologia.

Com base em Courtine (1981), pode-se concluir que um espaço social caracterizado pela permanente disputa de forças antagônicas deixa, irremediavelmente, marcas tanto na linguagem quanto no sujeito. Nesse trâmite, a AD concebe a linguagem como um lugar de conflito e opacidade que, com a conjunção da história, constitui, por sua vez, um sujeito descentrado, dividido, incompleto.

Nesse viés, retomando Pêcheux (1988, p. 163), “quando o sujeito diz “eu”, o faz a partir de uma inscrição no simbólico e inserido em uma relação imaginária com a “realidade”, [...] algo produzido após a entrada do sujeito no simbólico e impede que o sujeito perceba ou reconheça sua constituição pelo Outro [...]” É dessa forma que pela inscrição no simbólico o sujeito se mostra em sua inserção na história, em outras palavras, é afetado ideologicamente. Neste ângulo, podemos dizer que o ponto de partida do sujeito da AD é “o outro”, ou seja, o outro da linguagem e da historicidade.

Para Lacan (1957) é a partir da fala e do modo como esta é endereçada ao outro que podemos escutar e identificar o sujeito e, na medida em que o sujeito é falante, sua relação com “o outro” não se fecha numa relação dual, já que inclui um terceiro, o “grande outro”. Do exposto, fica pontuado que o sujeito do discurso é um termo usado para especificar o estatuto, o lugar e a posição do sujeito que fala com relação ao seu ato de linguagem.

As formações imaginárias e o papel da memória discursiva

Orlandi (2005) aborda em seus estudos que, na maioria das vezes, os diferentes sentidos encontrados em diferentes enunciados remetem às memórias e às circunstâncias externas, mostrando que o sentido não está apenas nas palavras e no texto propriamente dito, mas na tensão das relações de forças, pois os dizeres não são, como dissemos, apenas mensagens a serem decodificadas.

Orlandi (2005) ainda salienta que as condições de produção compreendem fundamentalmente o sujeito e a situação. Também a memória faz parte da produção do discurso. A maneira como a memória ‘aciona’, faz valer as condições de produção, tornando-se fundamental. É nesse ponto que o sentido não existe em si, sendo parte constitutiva do contexto-histórico-social. Ele é determinado pelas posições ideológicas em que as palavras são produzidas e de que as palavras mudam de sentido de acordo com as posições dos sujeitos que as empregam, sendo através da Formação Discursiva (FD) que se consegue compreender o processo de produção de sentidos, a sua relação com a ideologia, sendo a Formação Discursiva que determina o que pode ser dito.

Orlandi (2005) e Brandão (2004) tecem importantes considerações em relação à forma como o sujeito atribui imagens do interlocutor, do referente e de si. Assim, essas imagens constituem o processo de elaboração discursiva, elas se remetem a mecanismos de funcionamento da linguagem. Isto é, as relações de sentido, as relações de força e de antecipação geradas pelas formações imaginárias:

No discurso, as relações entre esses lugares, objetivamente definíveis acham-se representadas por uma série de “formações imaginárias” que designam o lugar que destinador e destinatário atribuem a si mesmo e ao outro a imagem que eles fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro (BRANDÃO, 2004, p.44).

Do exposto, no mecanismo da antecipação, o sujeito coloca-se no lugar do destinatário e, dessa maneira, o sujeito representa, em suas formações imaginárias, o outro, prevendo o efeito de suas palavras. O locutor regula seu discurso conforme os efeitos que espera reproduzir no interlocutor. Deste modo, na relação de forças, o sentido das palavras é regulado de acordo com o lugar social ocupado pelo sujeito-falante. Nessa perspectiva, a posição social ocupada pelo sujeito falante é inerente ao seu dizer. Nesse item, Pêcheux (1990) tece seus estudos observando que certos dizeres dominam outros dizeres, segundo a representação que se faz do lugar social ocupado por aquele que enuncia – variação de dominância das palavras.

Com relação ao imaginário, vale reproduzirmos o que escreve Orlandi:

Segundo o mecanismo da antecipação, todo o sujeito tem a capacidade de experimentar, ou melhor, de colocar-se no lugar em que seu interlocutor ‘ouve’ suas palavras. Ele antecipa-se assim a seu interlocutor quanto ao sentido que suas palavras produzem. Esse mecanismo regula a argumentação, de tal forma que o sujeito dirá de um modo, ou de outro, segundo o efeito que pensa produzir em seu ouvinte. Este espectro varia amplamente desde a previsão de um interlocutor que é seu cúmplice até aquele que, no outro extremo, ele prevê como adversário absoluto. Dessa maneira, esse mecanismo dirige o processo de argumentação visando seus efeitos sobre o interlocutor (ORLANDI, 2005, p.39).

Logo, é a representação que o sujeito faz desse interlocutor que direciona a produção de seu discurso. Vale ressaltar que a relação de sentido postula que não há discurso original - todo discurso faz parte de um processo: é determinado por dizeres prévios e aponta para dizeres não-ditos.

Outro elemento pertinente a este trabalho que merece destaque é o papel da memória. Como já foi dito, este trabalho deve ser observado e compreendido à luz da perspectiva da análise do discurso de linha francesa. Assim, assume o conceito de memória discursiva defendido por Pêcheux, ao apontar que:

a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ser lido, vem restabelecer os ‘implícitos’ (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível (PÊCHEUX, 1999, p. 52).

Isso posto, para Pêcheux (1999), todo discurso se constitui a partir de uma memória e do esquecimento de outro. Nesse item, os sentidos vão se construindo no embate com outros sentidos. Assim, quando não conseguimos recuperar a memória que sustenta aquele sentido, temos o *nonsense*. Ainda que o falante não tome consciência desse movimento discursivo, ele flui naturalmente. Dessa forma, a memória é o saber discursivo, o já-dito, os sentidos a que já não temos mais acesso, que foram constituídos ao longo de uma história e que estão em nós, sem pedir licença. A memória, compreendida por Orlandi (2001) em relação ao discurso, é tratada como interdiscurso.

Pêcheux (1999) também compreende a memória discursiva, nesse ponto, enfatizada como interdiscurso. De outro modo, é um saber que possibilita que nossas palavras façam sentido. Esse saber corresponde a algo falado anteriormente, em outro lugar, a algo “já dito”, entretanto, ainda continua alinhavando os nossos discursos. Em razão disso, a memória e,

consequentemente, o interdiscurso, são responsáveis diretos pela constituição do sentido, como bem atenta Orlandi (2001, p. 33): “a constituição determina a formulação, levando-se em consideração que só se pode dizer (formular), colocando-se na perspectiva do dizível (memória, interdiscurso) ”.

Nessa guisa, é, pois, fundamental ressaltar que Pêcheux (1999) não dissocia memória do histórico e do político. Assim, o fato de que exista o outro interno em toda memória é a marca do real histórico como remissão necessária ao outro exterior. Isto é, ao real histórico como causa do fato de que nenhuma memória pode ser um frasco sem exterior. Contudo, para Pêcheux (1999) a memória é muito mais do que uma colagem, uma montagem, uma reciclagem, uma junção. Ela é tudo que pode deixar marcas dos tempos desjuntados que nós vivemos e que nos permite a todo o momento, fazer surgir e reunir as temporalidades passadas, presentes e que estão por vir.

Aspectos metodológicos

O universo da pesquisa foi constituído pela imagem presente numa foto que continua em ampla circulação na internet e foi extraída do site da Uol, acessado no dia 08 de outubro de 2015. Na imagem se pode verificar a presença de um extintor de incêndios num cenário que retrata a formação discursiva egípcia na antiguidade, num capítulo da novela que foi ao ar no dia 07 de outubro de 2015. A foto será exposta em dois ângulos e analisada à luz da perspectiva teórica e analítica da Análise do Discurso de linha francesa.

Trabalho analítico numa materialidade discursiva

Observemos, agora, a presença de um extintor de incêndios nestes dois ângulos da foto de uma cena da novela *Os Dez Mandamentos*, cena que foi ao ar no dia 07 de outubro de 2015 na rede Record de televisão brasileira:

FOTO DA CENA DA NOVELA: OS DEZ MANDAMENTOS



FOTO DA CENA NOUTRO ÂNGULO



Conforme se pode observar nas fotos a partir dos dois olhares, há vários elementos que favorecem as condições de produção identificadas à formação discursiva dos personagens que

ocupam, na novela, a posição-sujeito de cidadãos egípcios, representando o antigo Egito. Contudo, o extintor presente nesta cena, ao lado de um cântaro, faz enunciar novos efeitos de sentidos e denuncia pelo menos a presença de duas formações discursivas: *a formação discursiva egípcia* e *a formação discursiva da atualidade, modernidade*.

Dito de outro modo, o extintor aponta para a exterioridade, conforme compreende Pêcheux (1969), ao dizer que alguma coisa fala antes em outro lugar independentemente e diferentemente. Assim, o interdiscurso é acionado nessa relação constitutiva na historicidade, pois o extintor significa ao (d) enunciar inscrevendo-se numa memória. Logo, pode-se dizer que essa memória se diz no extintor, que funciona como unidade de sentido em relação à situação.

Nessa diretriz, ele provoca silenciamentos, significando o não dito e produzindo as condições para significar, tendo em vista que, conforme compreende Orlandi (2007), a linguagem é o movimento periférico em torno do silêncio. Sendo assim, os silenciamentos provocados pela presença do extintor na conjuntura da novela mostram-se por fissuras, rupturas e falhas, permitindo-nos conhecer os processos de significação que ele põe em jogo, por meio dos caminhos apresentados em seu modo de significar. O extintor presente nas condições de produção da novela está cheio de silêncio e promove o silenciamento de saberes pertencentes à *formação discursiva egípcia* apresentada na novela. Ele (d) enuncia os limites de, pelo menos, essas duas formações discursivas.

Retomando Orlandi (2005), observamos que os diferentes sentidos encontrados em diferentes enunciados remetem às memórias e às circunstâncias externas, mostrando que o sentido não está apenas nas palavras e no texto propriamente dito, mas na tensão das relações de forças, pois, os dizeres não são apenas mensagens a serem decodificadas. Desse modo, a presença do extintor promove uma tensão nas condições de produção desse discurso egípcio apresentado na novela, descaracterizando também a posição-sujeito apresentada pelos personagens da novela inscritos na formação discursiva do antigo Egito para enunciar.

Orlandi (2005) ainda salienta que as condições de produção compreendem fundamentalmente o sujeito e a situação. Logo, a presença do extintor (d) enuncia à falha, a incompletude no sujeito e na situação envolvendo direto às condições de produção desse discurso egípcio apresentado na novela, pois embora saibamos da grande sabedoria do povo do antigo Egito, somos conhecedores de que este povo não mobilizava os saberes quanto a um extintor de incêndio, que é um elemento identificado às posições-sujeito da atualidade, inscritos numa formação discursiva da modernidade.

Desse modo, pelo acionamento da memória discursiva, invocada pelo extintor, fala uma voz sem nome, como bem compreende Courtine (1981). Assim, a presença do extintor afeta a posição-sujeito do antigo Egito apresentada na novela *Os Dez Mandamentos*, porque faz acionar as formações imaginárias acerca do lugar social que é inscrito nessa formação discursiva. Então, não é especificamente o lugar social que é afetado em seu funcionamento, mas o lugar social marcado pelo imaginário, pois é o imaginário desse lugar que deixa de funcionar, apontando para a incompletude. Pêcheux (1969) afirma que não há palavras neutras, as palavras estão sempre carregadas de uma força, que é dada por esse imaginário na relação entre os lugares sociais. Nesse ponto, pode-se dizer que o extintor não é neutro nessa conjuntura apresentada na novela, pois ele funciona como uma unidade de sentido em relação à situação, por isso ele tornou-se objeto de estudo deste artigo, pela sua funcionalidade.

É nessa relação de forças que o extintor é visto, nesta análise, como materialidade discursiva, constitutiva na historicidade e marcada pela ideologia que o naturaliza, cristalizando o sentido de que ele é um extintor e, portanto, um elemento da modernidade. Ele assume uma posição com mais força do que toda a conjuntura egípcia apresentada na novela, pois embora haja mais elementos em cena que estão identificados à formação discursiva do antigo Egito, apenas, a presença desse único elemento (o extintor), já descaracteriza toda esta formação discursiva egípcia apresentada e promove uma ruptura em cena, produzindo efeitos de sentidos negativos que contrariam o alto investimento da rede Record para caracterizar a formação discursiva do antigo Egito na novela. Nesse item, Pêcheux (1990) observou que certos dizeres dominam outros dizeres, segundo a representação que se faz do lugar social ocupado por aquele que enuncia.

Brandão (2004) afirma que o sujeito atribui imagens do interlocutor, do referente e de si e essas imagens constituem o processo de elaboração discursiva, que se remetem a mecanismos de funcionamento da linguagem. Ou seja, as relações de sentido, de força e antecipação. Isto é, as formações imaginárias, como bem percebe também Orlandi (2005). Nesse ponto, é pertinente ressaltar que circulam nessa conjuntura apresentada na novela *Os Dez Mandamentos*, a presença de formações imaginárias distintas, que se projetam em relação à posição-sujeito inscrita na formação discursiva do antigo Egito e que se projetam atravessadas pela ideologia, naturalizando a compreensão de que se trata de um extintor de incêndios. Logo, é justamente isso que marca a diferença, a falha, a incompletude, os deslizos e provoca uma ruptura na conjuntura apresentada, pois quebra a regularidade das cenas que vinham sendo mostradas na novela, tendo em vista que, até então, todas as cenas que vinham sendo exibidas

nesta novela apresentavam um discurso identificado à formação discursiva do antigo Egito. Tal ruptura fez reverberar vários enunciados e discursos, principalmente, os que circularam produzidos pelos sujeitos-telespectadores e pelos sujeitos-jornalistas que assistiram a esta cena da novela.

Considerações finais

O presente trabalho mostrou o extintor, não como um objeto decorativo ou funcional (como apagador de incêndios), mas como uma materialidade discursiva, que significa e marca posição ao (d) enunciar a/na novela *“Os Dez Mandamentos”* a presença de pelo menos duas formações discursivas: a da atualidade (modernidade) e a dos hebreus do antigo Egito (a primitiva, da antiguidade), modificando as condições de produção desse discurso novelístico, que envolvem, constitutivamente, o sujeito e a situação, promovendo uma mexida na rede de filiação de sentidos.

Desse modo, funcionando como unidade de sentido em relação à situação, o extintor fez reverberar novos efeitos de sentidos e metafóricos, conforme mostrado anteriormente neste trabalho, bem como, promoveu a proliferação de vários enunciados, tais como: *“A novela é tão boa que os egípcios já estavam com o extintor esperando as bolas de fogo que caíram do céu”*. Ou, *“Segurança acima de tudo, extintor de incêndio no Egito”*. Ou de modo semelhante a este: *“Deixaram um extintor aparecer na cena da novela só pra lembrar que vocês precisam apagar esse fogo que sentem pelo irmão bonitinho da igreja”*. Ou ainda: *“Um dos dez mandamentos da Record é a segurança acima de tudo”*. Enunciados que apareceram nas primeiras páginas dos principais veículos de comunicação do Brasil.

Estes, dentre outros enunciados, que reverberaram em diversos discursos acerca do fato ocorrido, permitiram que o linguístico, intervindo como pressuposto, apontasse para a exterioridade, para o já-dito, conforme nos aponta Pêcheux (1969), ao dizer que alguma coisa fala antes, em outro lugar, independentemente e diferentemente. Assim, constituindo-se nesta relação entre paráfrase e polissemia, houve o acionamento da memória discursiva, promovendo o encontro de uma atualidade e uma rede de memórias, nesta produção de sentidos constituída pela historicidade.

Outrossim, é pertinente ressaltar que o que favorece a proliferação de tais enunciados e discursos sobre o ocorrido é a determinação histórica, pois são os efeitos da falha na língua inscrita na história que constitui a discursividade. Portanto, tantos os sujeitos que ocupavam a

posição-sujeito hebreia na novela, quanto os internautas que comentaram o ocorrido, inscreveram-se, inconscientemente, na história para enunciar, significar, bem como o extintor que (d) enuncia, só o faz porque está envolvido na história, porque há uma memória cristalizada e naturalizada pela ideologia que aponta que ele é um extintor e não outro objeto, contudo a historicidade que constitui este objeto aponta para a compreensão de que ele é elemento constitutivo da formação discursiva da atualidade, modernidade, ao mesmo tempo em que mostra a presença dele convivendo com outra (s) formação/formações discursivas, o que faz promover o efeito de incoerência, de falha, de ruptura nesta cena da novela em relação às demais cenas apresentadas aos telespectadores. O objeto não pertence à formação discursiva da antiguidade. Assim, tem o efeito de excesso, o que marca um estranhamento no expectador e gera discursos de humor provenientes de enunciados publicizados na mídia impressa e eletrônica, tais como: *“Extintor de incêndio ‘faz ponta’ em ‘Os Dez Mandamentos’ ou ‘Extintor aparece em cena de ‘Os Dez Mandamentos’ e vira piada na web”*.

Logo, é a determinação histórica e não um determinismo que constitui o extintor de incêndio na novela, tendo em vista que tanto pode haver a reprodução quanto a ruptura, pois há formulações novas que aparecem na mídia impressa e eletrônica em todo o território brasileiro, apontando que o sentido sempre pode ser outro. É porque há uma determinação histórica que os sentidos permanecem, mas também é porque a determinação é histórica que eles podem mudar. Assim, o extintor de incêndio serve para (d) enunciar como esta determinação histórica funciona nesta cena da novela *“Os Dez Mandamentos”*, exibida pela rede Record de televisão.

Referências

BRANDÃO, M. H. **Introdução à análise do discurso**. Campinas: Editora Unicamp, 2004.

COURTINE, J.-J.; MIRANDIM, J. M. **Quel Object pour l'analyse du discours? Materialités discursives**. Lille: Press Universitaires, 1981.

LACAN, J. A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud. (1957). In: _____. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

LAGAZZI, S.. **Linha de Passe**: a materialidade significativa em análise. RUA [online] – Revista do Laboratório de Estudos Urbanos do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade. Disponível em: < <http://www.labeurb.unicamp.br/rua/>>, n. 16, v. 2, 2010, acessado em 12 de janeiro de 2012.

MUSSALIN, F.; BENTES, A. C. (Org.). **Introdução à lingüística**: domínios e fronteiras. Vol. 3. São Paulo: Cortez, 2003.

ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. Campinas: UNICAMP, 2007.

_____. **Discurso em análise**: sujeito, sentido, ideologia. Campinas, SP: Pontes, 2012.

_____. **Análise do discurso**: princípios & procedimentos. São Paulo: Pontes, 2005.

_____. **Discurso e texto**: formação e circulação dos sentidos. Campinas: Pontes, 2001.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, F.; HACK, T. (Orgs.) **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 2. ed. Campinas, S.P.: Unicamp, 1993. (Coleção Repertórios). p. 61-161.

_____. (1975). **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Ed. da Unicamp, 1988.

_____. Papel da memória. In: ACHARD, P. et al. (Org.). **Papel da memória**. Tradução e introdução de José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999, p. 49-57.

Sites

Com cena do mar vermelho os Dez Mandamento bate recorde absoluto em Pernambuco. Disponível em: http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/viver/2015/11/11/internas_viver,609557/com-cena-do-mar-vermelho-os-dez-mandamentos-bate-recorde-absoluto-em-pernambuco.shtml. Acessado em 11 de novembro de 2015.

Êxito de os Dez Mandamentos leva Reciord a crer com nova atração. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2015/09/1683472-exito-de-os-dez-mandamentos-leva-record-a-correr-com-nova-atracao-biblica.shtml>. Acessado em 20 de setembro de 2015.

Extintor de incêndios faz ponta em Os Dez Mandamentos. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/noticia/entretenimento/extintor-de-incendio-faz-ponta-em-os-dez-mandamentos/>. Acessado em 08 de outubro de 2015.

Extintor de incêncio aparece em cena de Os Dez Mandamentos. Disponível: <http://tvefamosos.uol.com.br/noticias/redacao/2015/10/07/extintor-de-incendio-aparece-em-cena-de-os-dez-mandamentos.htm?mobile>. Acessado em 08 de outubro de 2015.

Extintor aparece em cena de novela e vira piada na internet. Disponível em: <http://www.opopular.com.br/editorias/magazine/extintor-aparece-em-cena-de-novela-e-vira-piada-na-internet-1.964286>. Acessado em 08 de outubro de 2015.

Novela de época Os Dez Mandamentos erra e deixa extintor de incêndio aparecer em cena. Disponível em: <http://www.diariodosertao.com.br/noticias/entretenimento/50766/novela-de-epoca-os-dez-mandamentos-erra-e-deixa-extintor-de-incendio-aparece-em-cena.html>. Acessado em 09 de outubro de 2015.

Novela Os Dez Mandamentos Rouba Liderança da Globo em Pernambuco e Bate Recorde Absoluto em Setembro. Disponível em: http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/viver/2015/09/11/internas_viver_597492/novela-os-dez-mandamentos-rouba-lideranca-da-globo-em-pernambuco-e-bate-recorde-em-setembro.shtml. Acessado em 11 de setembro de 2015.

Os Dez Mandamentos. Disponível em: <http://entretenimento.r7.com/os-dez-mandamentos>. Acessado em 16 de janeiro de 2016.

Os Dez Mandamentos se matém firme diante da seleção brasileira. Disponível em: http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/viver/2015/10/09/internas_viver_602943/os-dez-mandamentos-se-mantem-firme-diante-da-selecao-brasileira.shtml. Acessado em 23 de novembro de 2015.

Os Dez Mandamentos Bate Recorde de Audiência. Disponível em: http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/viver/2015/09/18/internas_viver_598816/os-dez-mandamentos-bate-recorde-de-audiencia.shtml. Acessado em 17 de outubro de 2015.

ONNA BUGEISHA - A MULHER GUERREIRA SAMURAI: A CONSTRUÇÃO DA PERSONAGEM TOMOE GOZEN NA PEÇA DE TEATRO NOH “TOMOE”

Paula Graciano PEREIRA⁵⁷

Resumo: Neste artigo, objetivamos compreender a constituição da mulher guerreira no contexto samurai por meio da análise da construção da personagem Tomoe Gozen na peça de Teatro *Noh* “Tomoe”. Mobilizou-se um aparato teórico interdisciplinar proveniente da História, das Ciências Sociais e da Análise do Discurso. Os resultados indicam que a identidade da guerreira samurai é constituída oscilando entre o *ethos* da mulher, sujeito frágil, sensível e fraco, e o *ethos* da guerreira, sujeito forte, destemido e habilidoso. O *ethos* feminino se sobrepõe ao de samurai e Tomoe Gozen, embora reconhecida como guerreira feroz, é caracterizada, sobretudo, como mulher frágil e sofredora.

Palavras-chave: Samurai. Mulher guerreira. Japão. Literatura.

Abstract: *In this article we intend to understand the constitution of the women warrior in the samurai context through the analysis of how the character Tomoe Gozen is built in the Noh Theatre play "Tomoe". An interdisciplinary theoretical apparatus was mobilized from History, Social Sciences and Discourse Analysis. The identity of the female samurai warrior is built by oscillating between the ethos of the woman, fragile subject, sensitive and weak; and the warrior ethos, strong subject, fearless and skilled. The feminine ethos overlaps the samurai one and Tomoe Gozen, although acknowledged as a fierce warrior, is characterized, above all, as a fragile and suffering woman.*

Keywords: *Samurai. Woman warrior. Japan. Literature.*

⁵⁷ Departamento das Áreas Acadêmicas. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado de Goiás (IFG). Anápolis, Goiás, Brasil. paula.pereira@ifg.edu.br.

Introdução

Quando se fala em samurai, pensamos em guerreiros destemidos e extremamente habilidosos, empunhando espadas. Pensamos em guerreiros, homens. No entanto, no Japão, havia também mulheres samurais. Neste artigo, buscamos compreender a constituição do *ethos* da mulher guerreira (*onna bugeisha*) no contexto samurai, por meio da análise da construção da personagem Tomoe Gozen na peça de Teatro Noh⁵⁸ “Tomoe”. Para isso, nos valem de conhecimentos e construtos da História, das Ciências Sociais e da Análise do Discurso.

Para a Sociologia e a Antropologia, o *ethos* se refere aos costumes e aspectos comportamentais que favorecem a distinção entre um grupo social, povo, nação ou cultura de outros. Já para a Análise do Discurso, o *ethos* refere-se à imagem discursiva do enunciador construída por meio de diferentes elementos (linguísticos, éticos, estéticos etc.) inseridos em uma conjuntura sócio-histórica, em um conjunto difuso de representações sociais. O *ethos* não se dá pela simples identificação de uma personagem, mas sim pela implicação em um mundo ético que funciona como um conjunto difuso de representações sociais e culturais (MAINGUENEAU, 2008).

Para alcançar o objetivo proposto neste trabalho, primeiramente foi traçado um panorama do contexto sócio-político e cultural do Japão feudal do século XII em relação aos papéis sociais femininos e ao lugar da mulher na sociedade. Em seguida, apresentamos e discutimos o que foram as *onna bugeisha* e seu papel na história do Japão. Posteriormente, abordamos o Teatro Noh e contextualizamos a peça “Tomoe”, para, em seguida, passamos à análise do texto da peça.

Os papéis sociais das mulheres no contexto sócio-cultural do Japão feudal

O Japão viveu por séculos em um estrito regime de isolamento político, até mesmo das nações orientais vizinhas (SETTE, 1991; YAMASHIRO, 1987; 1996). Esse isolamento é apontado por Barros (1988) como fator de grande influência na construção de uma cultura

⁵⁸ O Teatro *Noh* (também grafado em transliteração para o alfabeto ocidental – *romaji* – como *Nō*, *Nô*, *Nou* ou ainda *Nogaku*) desenvolveu-se no século XIV, o que o torna o teatro profissional mais antigo existente no mundo, além de ser considerado Patrimônio Cultural Intangível da Humanidade. É uma das mais importantes manifestações teatrais japonesas, figurando como uma das quatro formas de teatro clássico nipônico (*Noh*, *Kyogen*, *Kabuki* e *Bunraku*). Nele se combinam canto, dança, pantomima (representação dramática com dançarino solista e coro narrativo), música e poesia (BRAZZEL, 1998; ORTOLANI, 1990).

bastante peculiar e diferente de outros lugares. Como epítome dessa cultura, temos a classe samurai (MCCLAIN, 2002; FRIDAY, 2004). Essa classe surge de guerreiros arregimentados entre camponeses, desdenhados pela nobreza nipônica por sua crueza e ignorância. Curiosamente, a ascensão dos samurais foi, na verdade, a tomada do poder que pertencia aos nobres para, assim, construírem uma sofisticada cultura, gerada aos moldes dos antigos aristocratas, mas sem perder de vista suas raízes nas armas e os valores éticos atribuídos à austeridade dos homens da guerra (MCCLAIN, 2002; FRIDAY, 2004).

A ética samurai, ou *Bushido*, “é o código de princípios morais a que os cavaleiros eram exigidos ou instruídos a observar” (NITOBÉ, 2005, p. 11), constituído com base em sete virtudes: *Gi*: justiça e retidão; *Yuu*: coragem e bravura; *Yin*: compaixão e benevolência; *Rei*: etiqueta e cortesia; *Makoto*: honestidade, sinceridade; *Meiyo*: honra; *Chuugi*: lealdade e dever. Dentre elas, a honra e a lealdade/dever se configuram como virtudes essenciais na construção do caráter e da identidade do samurai (IKEGAMI, 1995; 2003; PEREIRA; SOUZA, 2015).

No Japão do Período Heian (séculos VIII a XII), o patriarcado era o modelo familiar e sócio-político e às mulheres cabiam, em geral, as funções domésticas. Os samurais, homens, eram a classe guerreira que administrava militar e politicamente o Império (YAMASHIRO, 1987). De acordo com Standish (2005, p. 310),

tradicionalmente na sociedade japonesa, a divisão dos papéis sociais masculino/feminino é codificada nos termos topográficos *soto* e *uchi*. *Soto* refere-se ao mundo exterior público, o domínio dos homens e do masculino, enquanto *uchi* se refere ao interior, o mundo privado simbolizado pelo lar, a unidade familiar e, por extensão, o feminino. [...] Estes conceitos têm tradicionalmente se combinado para manter a mulher em uma posição secundária à do homem.

Fortemente estratificada, a sociedade japonesa feudal atribuía às mulheres funções gerais, como as tarefas domésticas, a criação dos filhos e a organização do lar, por exemplo, mas também incumbências específicas de acordo com sua casta (YAMASHIRO, 1987). As mulheres de famílias samurais (filhas ou esposas de samurais) ocupavam importante posição na estrutura social como supervisoras da cozinha e da costura, administradoras das finanças familiares e responsáveis pela educação filosófica das crianças, ensinando-lhes os princípios do código de ética samurai (*Bushido*), do budismo e do confucionismo. Refinadas, educadas e alfabetizadas, elas possuíam conhecimentos dos clássicos chineses e compunham versos em *kana* (japonês puro). Além disso, recebiam, desde tenra idade, treinamento marcial, sobretudo para o manejo de armas, em especial o arco e o *naginata* (alabarda), pois em períodos de guerras, quando a maioria dos homens estava nos campos de batalha, cabia também às mulheres

samurais protegerem suas comunidades (YAMASHIRO, 1987) e, “não raro, a mulher também combate ao lado do marido” (YAMASHIRO, 1987, p. 84).

Embora possuísse posição social de importância, à mulher de linhagem samurai cabia “aumentar a autoridade dos homens” (YAMASHIRO, 1987, p. 83), pelo casamento, pela competência e pela submissão, “enfraquecendo a influência feminina” (ibidem). Como podemos perceber e corroborando as afirmações de Standish (2005), as mulheres eram relegadas ao segundo plano, cabendo aos homens o protagonismo nas decisões políticas e os postos de liderança e prestígio social.

Todavia, algumas mulheres não se limitaram aos papéis sociais convencionais. Há uma visão comum da feminilidade japonesa baseada na imagem da mulher da Corte Imperial, vestida e ornamentada com camadas de *kimonos* adornados, com sua atenção voltada para a poesia e a etiqueta. Mas essa imagem obscurece quem foram as mulheres guerreiras, antes, durante e depois da ascendência da classe samurai. Elas foram originalmente pioneiras e desbravadoras, atuando no assentamento das terras e nas batalhas (AMDUR, 2002; YAMASHIRO, 1987).

Alguns clãs foram liderados por mulheres, o que pode ser confirmado pelo direito legal dado a algumas de exercerem a função de *jitō*, governadoras de terras nomeadas pelo *shogun*⁵⁹, nos períodos Kamakura (1185-1333) e Muromachi (1336-1573) (SETTE, 1991; YAMASHIRO, 1987; 1996). Houve, ainda, na história do Japão, uma Imperatriz/Imperadora: a Imperatriz Jingu (c 169-269), que liderou a vitoriosa invasão da Coreia e inspirou profundas mudanças sociais e econômicas que possibilitaram a configuração do Japão como nação (SETTE, 1991; YAMASHIRO, 1987; 1996). Essas mulheres guerreiras eram conhecidas com *onna bugeishas*.

As onna bugeishas

Na língua japonesa, “onna” significa “mulher”, mas raramente o vocábulo é utilizado de forma isolada, aparecendo quase sempre junto com outro nome. Por exemplo, ao se referir a mulher em geral, é comum a expressão *onna no hito* = pessoa mulher. Assim, relativo à mulher guerreira, temos três designações: *onna musha*, *onna bushi* e *onna bugeisha*. Todas as três expressões poderiam ser traduzidas como “mulher guerreira”, embora haja diferenças de ordem pragmática e ideológica em seus usos. “Musha” significa guerreiro/militar, guerreiro na

⁵⁹ Título concedido pelo Imperador ao general que detinha de fato o poder de governar o Japão e exercia autoridade absoluta do ponto de vista militar, político e econômico.

tradição do *Bushido*. “Bushi” também significa guerreiro, aquele que segue a tradição do *Bushido*, mas refere-se especificamente ao guerreiro da casta samurai.

“Bugeisha”, por sua vez, pode ser literalmente traduzido como “aquele que pratica a arte da guerra”. Arte, nesse sentido, significa não apenas “um caminho para fazer algo” (que seria *Budo*), mas um conceito muito mais amplo de perfeição estética através das práticas marciais, ou seja, as artes marciais tratadas assim como a poesia ou a dança. O termo “bu”, assim como “mu” apresentam o mesmo *kanji* (武) e a mesma ideia – guerreiro –, mas o termo “geisha” é tradicionalmente um marcador de gênero, uma palavra associada à mulher.

A palavra “bugeisha”, em seu contexto amplo, refere-se a indivíduos que incorporaram um grau de expressão dentro da prática marcial, são tão habilidosos nas artes marciais que as elevam a representações estéticas. Essa nuance é um pouco mais profunda do que a de “musha” ou “bushi”. Assim, uma *onna bugeisha* é uma mulher praticante da arte guerra, não somente uma guerreira.

As *onna bushi* recebiam, desde a mais tenra idade, treinamento marcial rigoroso para lidar com armas escondidas (*kakushi*), *naginata* (alabarda), bastão, *kaiken* (adaga) e *tantō* (faca). Elas carregavam lâminas escondidas nas mangas de seus *kimonos* e em seus *obi* (faixas na cintura), enquanto o *naginata* ficava pendurado próximo à entrada da casa. Elas também aprendiam a perfurar a garganta de seus inimigos usando broches e ornamentos de cabelo (*kanzashi*). As *onna bugeisha*, por sua vez, além das armas e treinamentos tradicionalmente dado às mulheres samurais, também eram exímias no uso do arco e do *katana* (espada) (AMDUR, 2002; YAMAKAWA, 2001).

No Período Sengoku (1467-1573), uma longa época de intensas e incessantes guerras, emergiu a imagem de guerreiras cavalgando nos campos de batalha em armaduras coloridas e ornamentadas. O ícone da *onna bugeisha* amazona empunhando *naginata* surgiu nessa época, bem como bandos ou exércitos de guerreiras lideradas por mulheres (AMDUR, 2002).

No Período Edo (1603-1868), com a paz militarmente reforçada do *shogunato*⁶⁰ Tokugawa, a necessidade de armas e exércitos diminuiu. A figura do guerreiro samurai se mitificou e as histórias de mulheres lutando para defender seus lares tornaram-se meios de definir o papel da mulher na sociedade. Elas passaram a treinar com o *naginata* nem tanto para se preparar para o combate, mas muito mais para imbuir em si as virtudes idealizadas de uma esposa samurai.

⁶⁰ Forma de organização política em que o *shogun* exercia poder de governo.

No entanto, ao contrário da mulher nobre ocidental, que deveria ser submissa e frágil, a *onna bushi* deveria ser submissa e forte. Sua obrigação era aguentar qualquer coisa. Quando ela se casava, um dos objetos que deveria levar para sua nova casa era seu *naginata*, como símbolo de seu papel social. Nas épocas de maior paz durante o Período Edo, muitas escolas e estilos de *naginata* surgiram, todos associados a mulheres. Em algumas vilas, elas eram as responsáveis por manter a ordem civil (uma espécie de polícia), por exemplo (AMDUR, 2002; YAMAKAWA, 2001).

No período Meiji (1868-1912), a classe samurai se viu destituída pelo Imperador e a Guerra Boshin explodiu em quase todo o país. Partindo do sul para o norte, os conflitos e batalhas foram inúmeros e fizeram renascer a necessidade de exércitos e guerreiros. Muitas mulheres de famílias samurais se viram obrigadas (não apenas por necessidade prática, mas principalmente por força dos compromissos morais e da honra) a combater na guerra, não somente para proteger seus lares e filhos, mas também nos campos de batalha ao lado de outros samurais ou em posições de comando. Exércitos de mulheres foram formados e comandados por líderes *onna bugeisha* (AMDUR, 2002; ISHIMITSU, 1999; YAMAKAWA, 2001).

Na história do Japão, há muitas *onna bugeisha* de destaque. Tomoe Gozen é, talvez, a maior delas. A longa tradição oral japonesa narra, desde o século XII, os feitos heróicos de uma senhora guerreira samurai por nome Tomoe, que lutou nas Guerras Genpei (1180–1185) ao lado do general Kiso Yoshinaka⁶¹ pelo controle do Japão. Tomoe Gozen (Gozen é um título honorífico incorporado ao seu nome) é descrita como uma mulher muito corajosa, exímia no manejo do arco e da espada, excelente amazona e capaz de lutar contra mil soldados (MCCULLOUGH, 1988). Sua habilidade é comparada às forças da natureza ou dos demônios. Ela era extremamente temida e admirada, celebrada em inúmeras obras literárias, como a peça de Teatro Noh “Tomoe”, que abordamos em mais detalhes adiante.

⁶¹ Kiso Yoshinaka, ou Minamoto no Yoshinaka, foi um samurai que viveu entre 1154 e 1184, grande guerreiro, general nas Guerras Genpei e Senhor da região de Kiso. Após perder toda a sua família quando ainda era criança, foi adotado pelo clã Nakahara, de Kiso. Quando adulto, tornou-se Senhor da província de Kiso. Durante a Guerra Genpei, derrotou o clã Taira, família dominante no Japão na época, mas foi traído pelo imperador ao chegar a Quioto e assassinado pelos próprios primos. Seus restos mortais foram enterrados em Ōmi e um templo foi construído no local em sua homenagem.

O Teatro Noh

O Teatro *Noh* foi criado e desenvolvido no século XIV pelos dramaturgos e atores Kan'ami (1333-1384) e seu filho Zeami (1363-1443), a partir de apresentações teatrais populares chamadas *sarugaku*. Kan'ami introduziu os elementos da música e da dança. Zeami, por sua vez, refinou ainda mais os princípios estéticos do *Noh* acrescentando seus dois pilares: *monomane* (a imitação das coisas) e *yugen*, um ideal estético influenciado pelo Zen, que enfatiza a insinuação de mistério e profundidade. O *Noh* é fundamentalmente um teatro simbólico com importância primordial dada ao ritual e à insinuação, em uma atmosfera estética rarefeita (BRAZZEL, 1998).

Trata-se de uma forma integrada de teatro, dança, música e canto repleta de simbolismos, que possui elementos muito particulares e importantes: o palco, os atores, as máscaras e figurinos, a música e a dança. O palco *Noh*, ou *Nobutai*, é, por si só, uma obra de arte. Originalmente ao ar livre, mas que atualmente costuma estar alocado dentro de uma estrutura maior (teatro), o palco se parece um com santuário, com três lados abertos em torno do palco principal (*hon-butai*), e dois quadrados de aproximadamente 6 metros em cada lado. Há quatro pilares de madeira (*metsuke-bashira*), importante referência visual para o ator se posicionar no palco. O fundo do palco é chamado de *Kagami-Ita*, ou placa-espelho, onde é pintado um antigo pinheiro. Não há cenário, apenas a imagem do pinheiro como plano de fundo para todas as apresentações. À direita e ao fundo do palco principal estão as áreas onde se sentam os músicos e o coro. No lado oposto, há o *Hashi-gakari*, uma ponte por onde os personagens entram e saem. O piso é feito de madeira lisa, sobre o qual os atores deslizam.

Há três categorias de atores no teatro *Noh*: o *shite* (ator principal), o *waki* (ator coadjuvante) e o *hayashi* (músico). O *shite* é o único que atua com máscara e pode desempenhar vários papéis, como guerreiros, os espíritos destes guerreiros, mulheres, deuses ou demônios. O ator *waki* apoia o *shite* e não usa máscara. Pode fazer o papel de sacerdotes, monges ou samurai, mas sempre são personagens do mundo real e vivos. Já a orquestra (*hayashi*) é formada de quatro instrumentos musicais: tamboril pequeno (*kotsuzumi*), de som grave, que contrasta com o tamboril grande (*otsuzumi* ou *okawa*), de som agudo e quase metálico, uma flauta de bambu (*nohkan*) e um tambor de baquetas (*taiko*). O *shite* e o *waki*, além da performance de movimentos, também recitam/cantam algumas poucas falas e diálogos.

O teatro *Noh* é conhecido também como o Teatro de Máscara, tamanha a importância deste item em seu universo cênico. Existem cerca de 60 tipos diferentes, pois há uma máscara

para cada tipo de personagem. Elas são esculpidas de tal forma que o real e o fantástico são engenhosamente combinados para produzir uma beleza sutil. Dependendo do movimento do ator e do ângulo em que se mostra a máscara, ela pode expressar feições diferentes no palco. Por exemplo, quando a máscara está virada para cima, é símbolo de alegria; para baixo, de tristeza (ORTOLANI, 1990).

Além das máscaras, o *Noh* também é conhecido por seus figurinos extravagantes que criam um forte contraste com o palco vazio e com os movimentos contidos. O figurino do *shite* geralmente possui cinco camadas e uma vestimenta exterior de brocado, o que cria uma imagem imponente no palco, efeito que é ampliado em algumas peças pela utilização de uma peruca brilhante vermelha ou branca.

Composto de seis a dez cantores posicionados ao lado da orquestra, o coro (*jiutai*) é responsável pela narração da história através de cantos que podem possuir ritmos e tempos variados. A maioria das falas dos personagens é, na verdade, cantada pelo coro. Portanto, além de função narrativa, o canto do coro, em uníssono, tem o papel de expressar os sentimentos e o estado psicológico dos personagens, em contraste com as vibrações aguçadas dos tamboris e os sons fortes e guturais do *taiko*, que demonstram a perturbação, agitação ou sofrimento da personagem, e a melodia da flauta (BRAZZEL, 1998; ORTOLANI, 1990). Por sua atmosfera estética peculiar, a música *Noh* alterna cantos fracos ou recitações mais complexas e melódicas, em tempo lento, chamadas *yowagin*, com cantos fortes e recitações altas e potentes, chamadas *tsuyogin*.

A peça *Noh* é encenada como uma dança de movimentos lentos e cerimoniais. Os pés sempre deslizam pelo chão, ao contrário do balé que estica o corpo para o alto e promove saltos e rodopios. No teatro *Noh*, os pés nunca perdem totalmente o contato com o solo. Esse movimento de deslizar (*suri-ashi*) é bastante característico das artes japonesas e também pode ser encontrado em diversas artes marciais. Os gestos com os braços e mãos também são lentos e delicados. A habilidade do *shite* e do *waki* em expressar diversas coisas com um gesto é reforçada pelo uso de objetos de mão, dos quais o mais importante é o leque (*chukei*), que pode ser utilizado para representar um objeto – uma adaga ou uma concha, por exemplo –, ou uma ação, como acenar ou olhar para lua (BRAZZEL, 1998).

As peças de teatro *Noh* são baseadas no padrão dramático *jo-ha-kyu* (introdução-exposição-final rápido), com uma peça geralmente tendo uma seção *jo*, três seções *ha* e uma seção *kyu*. O repertório *Noh* é composto por *Okina*, que só é apresentado em ocasiões especiais e é mais uma dança ritual do que uma peça, e por cerca de 240 peças existentes classificadas

em cinco diferentes grupos. O primeiro grupo consiste em peças de deus (*waki noh*), em que o *shite* é primeiro um ser humano e depois um deus. Essas peças, lentas até mesmo para os padrões *Noh*, são apresentadas com certa raridade hoje em dia. O segundo grupo é de peças de guerreiro (*shura-mono*). Na maioria dessas, um guerreiro morto da facção perdedora na Guerra Taira-Minamoto pede a um sacerdote que reze por sua alma. Peças de peruca (*kazura-mono*) representam o terceiro grupo. Essas peças são com frequência sobre uma bela mulher do Período Heian que é obcecada pelo amor. O quarto e maior grupo é comumente chamado de “miscelânea *noh*” (*zatsu noh*) porque inclui peças de variados temas. O quinto e último grupo é o de peças de demônio (*kiri-noh*), que tendem a ser as mais céleres, nas quais o *shite* costuma aparecer em forma humana na primeira parte e depois se revelar como um demônio na segunda parte (BRAZZEL, 1998; ORTOLANI, 1990).

A peça de Teatro Noh “Tomoe”

A peça de Teatro Noh “Tomoe” foi composta pelo dramaturgo japonês Zeami Motokiyo, no século XIV, classifica-se no segundo grupo de peças *Noh* como *hura-mono* (peça de guerreiro) e segue o padrão dramático exposto acima (*jo-ha-kyu*), com uma seção *jo*, três seções *ha* e uma seção *kyu*. A peça é celebrada como uma das mais importantes do teatro tradicional nipônico e encenada ainda nos dias de hoje basicamente da mesma forma de 700 anos atrás. Seu texto é entregue aos espectadores antes do espetáculo para que compreendam melhor a história e possam acompanhar os cantos.

“Tomoe” nos apresenta o espírito da guerreira Tomoe Gozen contando a um monge sobre seu sofrimento após a morte. O drama começa de forma quieta e calma, com música do tipo *yowagin*, movimentos muito lentos e sutis, e expressa os acontecimentos de forma implícita nas falas do *shite* e do *waki*. A atmosfera muda drasticamente na segunda metade da peça, quando o coro passa a misturar *yowagin* com *tsuyogin*. Há ainda a alternância entre tempo rápido e lento. O *shite* e o *waki* (tomoe e o Monge) não performam movimentos amplos e danças suntuosas, mas movimentos curtos e sofisticados. Todos eles descrevem o sofrimento de Tomoe Gozen, e todas as suas emoções são transmitidas por meio de gestos curtos, lentos, e pungentes.

Tomoe Gozen, como personalidade histórica, é descrita e reverenciada como exceção à regra de samurais homens. Inúmeros relatos, poemas e romances épicos foram compostos ao longo dos séculos, juntamente com pinturas, esculturas e documentos históricos, celebrando Tomoe Gozen. Porém, nesta pesquisa ela foi analisada enquanto personagem da obra literária

“Tomoe”. Para Cândido (1968, p. 18), “as pessoas (históricas), ao se tornarem ponto zero de orientação, ou ao serem focalizadas pelo narrador onisciente, passam a ser personagens; deixam de ser objetos e transformam-se em sujeitos”.

Para Brait (1985, p. 28), “tanto o conceito de personagem quanto a sua função no discurso estão diretamente vinculados não apenas à mobilidade criativa do fazer artístico, mas especialmente à reflexão a respeito dos modos de existência”. Isto implica afirmar que a personagem se insere em discursos que expressam e, ao mesmo tempo, co-constroem a sociedade naquele momento sócio-histórico. Fairclough (2001, p. 90) define discurso como “uso de linguagem como forma de prática social e não como atividade puramente individual ou reflexo de variáveis situacionais”.

Assim, com o objetivo de compreender a construção da personagem Tomoe Gozen como guerreira samurai mulher, é fundamental entender o contexto sócio-histórico cultural tanto da enunciação como dos enunciados e os discursos a ele subjacentes.

Análise o texto da peça teatral

A peça de teatro Noh “Tomoe” inicia-se (seção *jo*) com o Monge de Kiso e seus atendentes viajando pela floresta densa para Quioto. Ao passar por Awazugahara, o Monge faz pequena pausa para ponderar sobre a floresta e o caminho que estão seguindo. É a primeira vez que o Monge de Kiso verá Quioto, a nobre capital do Império. Na Estrada de Ōmi, às margens do Mar de Nio (Lago Biwa), ele tece considerações sobre a efemeridade e a incerteza da vida, enquanto seus acompanhantes descansam.

A primeira seção *ha* se inicia quando, repentinamente, o Monge vê se aproximar uma mulher aos prantos, em frente ao santuário, e ambos entabulam uma longa conversa. O Monge de Kiso estranha o comportamento da mulher, que derrama lágrimas enquanto reza para a deidade do santuário, e a questiona sobre o porquê do pranto. A mulher interpela o Monge sobre o porquê de ele achar seu comportamento estranho e tolo e esclarece sobre a história do Monge Gyōkyō, que leu um poema em um santuário sobre não conhecer a divindade ali entesourada, mas mesmo assim derramar lágrimas por ela. Com esse gesto, a deidade teve misericórdia do monge e projetou sua imagem para ele. Desde então, a divindade jurou-se em Quioto e passou a proteger todo o país. O Monge de Kiso, então, reconhece que o comportamento da mulher não era tolo, e a elogia, nos seguintes termos:

[1] Trecho da peça “Tomoe”

Monge: Oh, que mulher gentil você é. Esta vila não é muito longe de Quioto. Você deve ser como as pessoas de Quioto, que são famosas por sua gentileza. (p. 3)

Ao saber que o Monge provém da região de Kiso, a mulher o informa de que a deidade entesourada naquele santuário é Kiso Yoshinaka, senhor de Kiso, e o adverte para que se curve e se ajoelhe em reverência à divindade. O coro, então, canta uma oração para a deidade, em que louva seus feitos e glórias, sua ascensão a Buddha. O Monge é advertido a pernoitar nas imediações do santuário, embaixo de um pinheiro, e a recitar uma sutra⁶² durante a noite em louvor ao seu antigo senhor, pois este vínculo entre senhor e servo é um laço valioso. A noite cai e, após a oração, a mulher anuncia ao Monge:

[2] Trecho da peça “Tomoe”

Tomoe: Eu também sou um fantasma. Se você não sabe o meu nome, por favor, pergunte aos aldeões próximos. (p. 4)

A primeira caracterização da personagem, ainda sem nome, é como uma dama gentil comparável às cortesãs de Quioto, capital do Império e famosa por sua aristocracia de modos finíssimos que prezava sobremaneira as artes da etiqueta, como a Cerimônia do Chá, por exemplo. O primeiro item de sua caracterização, portanto, é um traço de sua personalidade.

Além da gentileza, verbalizada pelo Monge, a mulher é apresentada derramando lágrimas em profunda reverência a Kiso Yoshinaka. Isso denota sua sensibilidade e a marca com um traço feminino de doçura, vulnerabilidade e fragilidade. Somando-se a essas características, temos sua referência a um poema, o que pode ser compreendido como traço de erudição, aliado a sensibilidade. A poesia era parte integrante do cotidiano japonês, não reservada somente à aristocracia. Samurais eram letrados nas artes da caligrafia e da composição poética e, tradicionalmente, compunham poemas de morte em que refletiam sobre o valor e a beleza da vida. As mulheres, por outro lado, tradicionalmente apenas eram letradas se provenientes de famílias samurais. Camponesas ou pertencentes a outra classe social ou casta não tinham, em geral, acesso a escrita e leitura, mas tinham amplo conhecimento da literatura oral.

A segunda seção *ha* da peça inicia-se com a chegada de um aldeão que foi fazer suas orações no santuário e encontra o Monge. O aldeão responde aos questionamentos do Monge sobre o fantasma e o informa acerca de Tomoe Gozen, uma guerreira mulher que acompanhou

⁶² Na tradição budista, sutra se refere, de forma geral, às escrituras [canônicas](#) que são tratadas como registros dos ensinamentos orais de Buddha.

Yoshinaka. O aldeão, então, aconselha o Monge a rezar por Tomoe, pois a mulher que ele encontrou parece ser o seu fantasma. O aldeão então sai de cena.

A misteriosa mulher é identificada, assim, como sendo Tomoe Gozen e sua caracterização migra de dama frágil e gentil para samurai que acompanhou o grande general, tão grande que ascendeu a Buddha. Tomoe é caracterizada, assim, como guerreira menor, acompanhante. De dama comum, sua caracterização muda para *onna bugeisha*, pois ela deixa de ser apenas uma cortesã para ser identificada como uma mulher samurai.

A terceira seção da peça começa com o Monge fazendo orações. O fantasma de Tomoe Gozen aparece vestido em sua armadura completa de guerreira samurai, e profere as seguintes palavras:

[3] Trecho da peça “Tomoe”

Tomoe: Uma flor cai porque aprendeu a vaidade desse mundo. Água corrente não tem coração. Ela simplesmente se torna pura enquanto corre. Com um coração perfeitamente puro... (p. 5)

Vemos uma Tomoe que se autocaracteriza como alguém sem coração, que segue o fluxo da vida como a água que corre ou a flor que cai. Ao contrário da dama gentil, polida e sensível como discursivizada pelo Monge, a autoimagem da guerreira é, ao mesmo tempo, amarga e impassível.

O coro canta a próxima fala de Tomoe:

[4] Trecho da peça “Tomoe”

Coro: Tudo o que vai, volta. Estou sofrendo pelos meus pecados e em retribuição, o que é causado pelo meu Karma ruim. Agora eu escapo da retribuição e me torno Buddha. [...] Porque as pessoas têm coração e emoções, elas são ainda mais recompensadas pela Lei. [...] Ela [a Lei de Buddha] é muito confiável. Ela verdadeiramente me enche de esperança. (p. 5-6)

Novamente, Tomoe Gozen se mostra ressentida, culpada e amarga. Todavia, esta fala vai de encontro à anterior, quando afirma que não possui coração e está em condição de pureza como a água que corre. Agora, ela afirma sofrer por erros cometidos e pela Lei do Karma. Segundo a tradição budista, o Karma pode ser entendido como a lei de causa e efeito na qual toda ação (mental ou objetiva) intencional acarreta uma consequência na vida presente ou numa vida futura. A Lei do Karma, assim, é responsável por recompensar as boas ações do indivíduo e também punir suas condutas ruins, regendo os ciclos de renascimentos. Tomoe Gozen se considera uma pecadora por sua atitude titubeante e fraca diante do seu dever de lealdade e obediência absolutas ao seu senhor, como veremos, adiante. Assim, ela entende como justa a

punição pelo Karma, que a permite expiar suas faltas e se purificar para ascender a uma condição espiritual mais evoluída.

Quando se mostra como mulher comum, Tomoe Gozen assume o *ethos* feminino predominante dos discursos da sociedade samurai da época: mulher é frágil, sensível, gentil e delicada. No entanto, quando se apresenta como *onna bugeisha*, sua identidade se desloca para outro polo, oposto: pessoa sem coração. O coração, como símbolo comum das emoções, e as emoções como símbolo extensivo de feminilidade por associar-se a fragilidade, é ausente em Tomoe. Ela se transfigura em guerreira impassível, amarga, forte, que cumpre a dor impingida pelo Karma, que segue o fluxo da vida, que tem consciência de seus atos e expia suas faltas. Sem coração, ou seja, afastada de sua condição feminina, ascende a uma condição espiritual superior. Podemos observar que o *ethos* da mulher é constituído sob o símbolo da fragilidade, ao passo que o *ethos* da guerreira se constrói sob a égide da firmeza. A fragilidade se expressa por diversos elementos, como fala performada pelo coro, e não pela própria personagem, a insistência no sofrimento, nas ideias da fraqueza e sensibilidade como pecado para uma guerreira e a punição por forças superiores. Por outro lado, o *ethos* da guerreira se opõe a esses símbolos ao afirmar a frieza e a insensibilidade como características principais.

Tomoe prossegue a conversa com o Monge e se apresenta como sendo Tomoe Gozen. O *shite* recita essa fala da guerreira, e não o coro, como anteriormente, conforme podemos observar a seguir:

[5] Trecho da peça “Tomoe”

Tomoe: Meu nome é Tomoe, e eu sou uma guerreira mulher. Porque eu sou mulher, não me foi permitido estar ao lado de meu senhor em seus momentos finais. Meu ressentimento...

Monge: Você está possuída pela obsessão. E ainda...

Tomoe: Eu ainda estou servindo de perto o meu Senhor Yoshinaka... (p. 6)

Tomoe se apresenta como guerreira, mas enfatiza, duas vezes na mesma fala, sua condição de mulher. Em japonês, “onna” significa “mulher” e, ao lado da palavra “bugeisha” opera como adjetivo e determinante no sintagma “onna bugeisha”. Na tradução para o português, a palavra “guerreira” perde a necessidade do adjetivo/determinante, que é fundamental em japonês. Ao se apresentar como *onna bugeisha*, Tomoe primeiramente se afirma como mulher e guerreira, em condição indissociável.

Em sua fala, Tomoe afirma que, por ser mulher, não pôde acompanhar seu senhor. Embora tenha sido uma guerreira e tenha lutado ao lado de Yoshinaka, sua condição de mulher a impediu de cumprir seu dever de lealdade. Na cultura samurai, a lealdade ao senhor é o maior

de todos os deveres, devendo ser levado às últimas consequências em quaisquer circunstâncias. O *Bushido* estabelece as virtudes e o rigoroso código de comportamento que os samurais devem seguir (IKEGAMI, 1995; 2003; PEREIRA; SOUZA, 2015). Ao ser impedida de cumprir seu dever em vida, Tomoe tem sua honra ferida. Todavia, a morte não a impede de continuar leal ao seu senhor, servindo-o de perto. Seu dever de lealdade chega ao ponto da obsessão, como afirma o Monge. O coro canta a próxima fala de Tomoe, na qual ela explica sua história, seu impedimento e sua dedicação pós-morte.

[6] Trecho da peça “Tomoe”

Coro: Na praia lavada pelas ondas de Awazu, eu queria morrer em batalha com ele e segui-lo para sempre. Mas porque eu sou mulher, não me foi permitido ficar com ele até o momento de sua morte. Infelizmente, não posso evitar sentir ressentimento. Quem não conhece a ordem de que nossa carne deveria servir para repagar gentileza, e que a vida deveria servir para laços e obrigações morais? Como uma guerreira que segura um arco feito da branca árvore do evônimo, quem não bravamente enfrenta o último momento da vida e tenta alcançar um feito e deixar um nome de fama? (p. 6)

O ressentimento de Tomoe é a dor da honra ferida, de não poder cumprir seu dever de samurai por ser mulher. Embora fosse samurai, sua condição feminina se sobrepõe. Assim como no sintagma, a condição de mulher vem antes da de guerreira. Como discutido anteriormente, o sintagma “onna bugeisha” pode ser explicado em língua portuguesa como “mulher que pratica a arte da guerra”. A condição de mulher aparece primeiro no sintagma como reflexo discursivo da construção ideológica da mulher guerreira: apesar de ser uma praticante da arte da guerra, ela é, primeiramente, mulher e, como tal, embora deva seguir o mesmo código de honra e deveres, não tem os mesmos direitos e não é vista nem tratada em pé de igualdade com os guerreiros homens, que não precisam de adjetivo nem determinante para serem nomeados como guerreiros (“bushi”) ou samurais.

É importante notar, contudo, que a alegação de ressentimento e honra ferida não é expressa verbalmente por ela própria, mas na voz do coro. Tal fato pode ser interpretado como uma retirada de voz do sujeito. Tomoe não é sujeito de sua própria história, pois, embora fosse uma guerreira destemida que empunhava seu *katana* em batalha, seu lugar de samurai lhe é tirado quando do cumprimento de seu dever maior no momento da morte do senhor, assim como sua voz lhe é tolhida e sua história é contada pela voz de cantores homens.

Na seção final da peça (*kuy*), Tomoe narra em detalhes como lutou na última batalha de Yoshinaka. Lutou inicia situando a batalha no mês de janeiro, ao que o coro assume a posição de fala e descreve que o Senhor Yoshinaka cavalgou pela praia, mas sua armadura e seu cavalo

atolaram na lama. Ele tentou mover o cavalo para alcançar terra firme, mas não conseguiu. O coro narra a participação de Tomoe na batalha, como segue:

[7] Trecho da peça “Tomoe”

Coro: Eu cavalguei rapidamente até o meu senhor para ver como ele estava e descobri que ele estava gravemente ferido. Eu ofereci a ele outro cavalo, o segui para trás deste pinheiro e o encorajei a se matar rapidamente, enquanto eu me mataria também para segui-lo. Então, o Senhor Yoshinaka me disse que eu deveria suportar a vergonha e encontrar uma forma de sobreviver, já que eu sou uma mulher. Leve esse amuleto e *kimono* a Kiso. Ele disse que se eu desobedecesse a sua ordem, ele romperia o laço de nossa relação, que havia sido prometida durar na vida anterior, nesta e nas vidas futuras. E não me perdoaria pela eternidade. Tomoe não pôde fazer nada, mas ficar embargada pelas lágrimas. (p. 8)

Tomoe não se posiciona como mulher, mas como guerreira. Ser “*bugeisha*”, para ela, era maior do que ser “*onna*”. Seguir o código de honra e conduta estabelecido pelo *Bushido* era obrigação dos samurais, não das mulheres comuns, que deveriam respeitar outras regras e viver sob outros códigos. No entanto, Tomoe Gozen se situa primeiramente como samurai, como *bugeisha*. O suicídio ritual (*seppuku*) era considerado a saída mais honrosa para o samurai que sabia que seria derrotado. Trata-se da evisceração, ritual em que o samurai abria o próprio ventre com sua espada e, em seguida, tinha sua cabeça decepada por outro samurai designado por ele próprio como de sua mais profunda confiança e respeito. Por se tratar de ato extremamente doloroso e lento, o *seppuku* era símbolo de coragem, autocontrole e determinação. Diante de uma possível vergonha, como a derrota em uma batalha, praticar o *seppuku* era morrer com honra, de forma gloriosa (RATTI; WESTBROOK, 2009).

Tomoe assume os valores do *Bushido* como constituintes de seu ser, de sua identidade e, diante da derrota iminente de seu senhor, vê no *seppuku* a única saída possível: a manutenção da honra e do dever de lealdade. Para Tomoe Gozen, assistir seu senhor na morte e morrer em seguida era o caminho natural de guerreira. No entanto, seu senhor lhe ordena algo diferente, que fere totalmente sua honra e sua lealdade: que ela fuja, escape e viva uma vida longe da guerra. E o argumento de Yoshinaka para justificar tal ordem que vai tão contra os princípios do *Bushido* é um só: Tomoe é mulher. A condição feminina se sobrepõe à condição de samurai.

Yoshinaka apela para outro argumento: o banimento. O senhor ameaça Tomoe que, se ela não cumprir sua ordem, ele a desprezará, encerrará seu vínculo para com ele. Podemos observar na fala que o vínculo entre samurai e senhor é tão forte que não é de ordem apenas marcial, bélica, hierárquica ou militar. Trata-se de um vínculo espiritual que supera a morte e

perdura por todas as vidas. Ao ameaçar Tomoe de romper esse vínculo, o senhor desloca seu argumento do eixo do *ethos* feminino para o *ethos* samurai.

Sabendo que Tomoe não se abalaria pela condição de mulher, por se considerar antes *bugeisha* que *onna*, Yoshinaka apela para sua condição de guerreira e evoca seu dever de lealdade e obediência. Primeiramente, ela não poderia descumprir uma ordem direta de seu senhor. Caso o fizesse, seria uma guerreira desonrada, desobediente, desleal, indigna. Em segundo lugar, a ameaça de ruptura do vínculo ressoa para Tomoe como o argumento definitivo contra o qual não há a menor possibilidade de questionamento. Ser banida ou desprezada pelo seu senhor seria o cúmulo da desonra. Samurais sem senhores eram chamados *ronin*, tidos como indignos ou mercenários. Ser um *ronin* era o mais alto grau de penitência e punição que um samurai poderia receber, pois significava que não tinha mais o direito de ter um mestre nem de ceifar a própria vida através do *seppuku* (ato que poderia restaurar sua honra), sendo condenado a viver inominável desonra de uma vida sem propósito (RATTI; WESTBROOK, 2009).

O que podemos perceber é que Tomoe é, primeiramente, atacada em sua condição de mulher e, depois, em sua condição de guerreira. Obrigada a obedecer à ordem de seu senhor, Tomoe, então, se posiciona como guerreira e procede à batalha, como canta o coro:

[8] Trecho da peça “Tomoe”

Coro: Então, quando eu fiquei de pé em frente ao meu senhor e olhei em volta, muitos inimigos nos cercavam. Oh, vejam! Aquela é Tomoe, a guerreira mulher! Não falhem nessa chance de matá-la! Não a deixem escapar! Gritando assim, eles vieram atrás de mim. Tomoe Gozen julgou que não poderia fugir, mesmo se recuasse. Agora ela estava feliz de lutar essa batalha. Estou pronta! Tomoe Gozen calmamente tomou uma decisão, posicionou sua espada de cabo longo perto de seu corpo e fingiu estar um pouco amedrontada, assim seus inimigos chegariam mais perto dela. Como seu sedento inimigo quis aproveitar a oportunidade e cortá-la ao meio, Tomoe Gozen estendeu sua espada de cabo longo e destruiu seus oponentes. Ela lutou contra eles usando a técnica de cortar os inimigos por todas as direções manejando sua espada rapidamente. Enquanto ela lutava e abatia inimigos como uma tempestade de vento faz as flores caírem uma a uma, seus oponentes sofreram um ataque de um lado só e foram destroçados e fugiram. Eles correram para tão longe que ela não os podia mais ver. (p. 8-9)

Podemos ver uma guerreira destemida e invencível, feroz além do limite de suas forças. Tomoe Gozen é comparada a uma entidade da natureza, uma tempestade que varre os campos. Sua força e habilidade como guerreira fazem com que seus inimigos a temam antes mesmo da batalha começar. A ordem para que não percam a chance de matá-la esconde a afirmação de que fazer exatamente isso era muito difícil, quase impossível. Ao ordenar que não

a deixem escapar, o guerreiro afirma que ela possivelmente escapará, reconhece sua habilidade e teme.

Embora profundamente abalada emocionalmente, Tomoe assume sua função de samurai e age com calma, prontidão e precisão. Os temores do oponente são confirmados e Tomoe destroça as forças rivais. Os soldados restantes fogem para muito longe. Nesse momento da peça, o *ethos* samurai se configura de forma pura. Tomoe Gozen é descrita e caracterizada como *bugeisha* acima de qualquer outra coisa, guerreira impassível, brava, corajosa, habilidosa. Ela consegue tomar decisões e agir com frieza e precisão, sem se deixar levar pelas emoções, sem coração, como afirma no início da peça.

Após vencer a batalha sozinha, ela retorna para junto de seu senhor, como podemos observar no trecho a seguir:

[9] Trecho da peça “Tomoe”

Tomoe: A hora chegou...

Coro: A hora chegou. Quando ela retornou para o lado de seu senhor, debaixo do pinheiro, muito tristemente ele já havia se matado e jazia morto. Colocados ao lado de sua cabeça estavam seu *kimono* e seu amuleto. Tomoe Gozen, aos prantos, os apanhou, prestou despedida ao corpo de seu amado senhor e tentou partir. Seus pés, no entanto, não se moviam, porque ela estava tão imóvel de luto. Ela não conseguia superar seus sentimentos pela perda de Yoshinaka. Todavia, ela não podia violar sua vontade. Afogada em dor e luto, ela parou na praia de Awazu, cortou o cinto de sua armadura, tirou-a e a colocou no chão serenamente. Ela também deixou seu *nashiuchi-eboshi*⁶³ em algum lugar. Ela agora vestia o *kimono* que era sua recordação de Yoshinaka. Escondida em sua vestimenta estava o *wakizashi*⁶⁴ dele, que ele empunhou até seus momentos finais. Ela usava um chapéu de chuva de palha no estilo Shigaraki, desta província de Ōmi. Permitindo que apenas as lágrimas a seguissem, Tomoe Gozen escapou para a vila de Kiso. Por favor, reze por essa alma que é obcecada com esse arrependimento e essa culpa. Por favor, reze para que eu possa ser libertada da minha obsessão. (p. 9)

Primeiramente, podemos observar que Tomoe se mantém firme em seu propósito de obedecer à ordem de seu senhor, atuando como guerreira honrada e leal. No entanto, derrama lágrimas pelo caminho, sofre e roga orações para se livrar da dor que sente. Novamente, Tomoe assume a persona de mulher frágil, embora forte. Aparentemente antagônica, a sobreposição de forte e fraca apenas reforça a sobreposição de formações discursivas da identidade da mulher guerreira: que deve ser forte e leal, mas que é, primeiramente, mulher e, portanto, sensível e frágil.

⁶³ Elmo, capacete da armadura.

⁶⁴ Espada curta.

A peça se encerra com o pedido de que o Monge (e o público) ore(m) pela alma de Tomoe, que se encontra torturada pelo remorso e pela culpa, obcecada pelo sofrimento. Tomoe é caracterizada, assim, como mulher que precisa de misericórdia, que embora forte e leal, é sofredora, chorosa – fraca – e não encontra sossego depois da morte, a qual não é esclarecida na peça.

Considerações finais

Quando se ouve falar em uma mulher samurai cavalgando em campos de batalha, provavelmente pensamos em uma guerreira brava e forte. No entanto, esta peça de teatro Noh retrata Tomoe Gozen como uma mulher que, acima de tudo, venerava com lealdade e amor seu senhor, Kiso Yoshinaka. Apesar de seu poder, força e habilidade no campo de batalha, considerada absolutamente devastadora e até mesmo demoníaca, na peça enfatiza-se seu amor e devoção pelo senhor, e sua condição de sofrimento e dor.

Tomoe Gozen é caracterizada sobretudo como mulher, e somente em segundo lugar como guerreira. A caracterização discursiva do sujeito mulher passa pelos símbolos da fragilidade, sensibilidade e sofrimento. A caracterização do sujeito guerreira se ergue sobre os símbolos da ferocidade, frieza, honra, obediência e destemor. Ao longo da peça, a caracterização da personagem oscila entre esses dois *ethos*, o de *onna* e o de *bugeisha*, prevalecendo sua apresentação como mulher, embora ela própria se identifique muito mais como guerreira.

Referências

AMDUR, E. Women warriors of Japan: the role of arms-bearing women in Japanese history. **Koryu.com: Budo Library**. 2002. Disponível em: <<http://www.koryu.com/library/wwj1.html>>. Acesso em: 25 ago. 2106.

BARROS, B. F. **Japão**: a harmonia dos contrários. São Paulo: T. A. Queiroz, 1988.

BRAIT, B. **A personagem**. 3 ed. São Paulo: Ática, 1985.

BRAZZEL, K. **Traditional Japanese theater**. New York: Columbia University Press, 1998.

CÂNDIDO, A. A personagem do romance. In: CÂNDIDO, A. et. al. **A personagem de ficção**. 1 ed. São Paulo: Perspectiva, 1968. p. 51-80.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora da UnB, 2001.

FRIDAY, K. **Samurai, warfare and the state in early medieval Japan**. New York: Routledge, 2004.

IKEGAMI, E. **The taming of the samurai: honorific individualism and the making of modern Japan**. Cambridge: Harvard University Press, 1995.

_____. **Shame and the samurai: institutions, trustworthiness, and autonomy in the elite honor culture**. *Social Research*, v. 70, n.4, pp. 1351-1378, 2003.

ISHIMITSU, M. **Remembering Aizu: the testament of Shiba Gorō**. Trad. Teruko Craig. Honolulu: University of Hawaii Press, 1999.

MAINGUENEAU, D. A propósito do ethos. Trad. Luciana Salgado. In: MOTTA, A. R.; SALGADO, L. (Org.). **Ethos discursivo**. São Paulo: Contexto, 2008. p.11-29.

MCCLAIN, J. L. **Japan: a modern history**. Norton and Company: New York, 2002.

MCCULLOUGH, H. C. **The tale of the Heike**. Stanford: Stanford University Press, 1988.

NITOBÉ, I. **Bushido: a alma do samurai**. São Paulo: Tahyu, 2005.

ORTOLANI, B. **The Japanese theatre: from shamanistic ritual to contemporary pluralism**. Princeton: Princeton University Press, 1990.

PEREIRA, P. G.; SOUZA, G. R. Macbeth e Komonosu-jō: tradução intersemiótica e discurso. **Intersecções**, v. 8, n. 1, 2015, p. 178-198.

RATTI, O. WESTBROOK, A. **Secrets of the samurai: the martial arts of feudal Japan**. North Clarendon: Tuttle Publishing, 2009.

SETTE, L. P. L. **A revolução samurai**. São Paulo: Massao Ohno, 1991.

STANDISH, I. **A new history of Japanese cinema: a century of narrative film**. New York: The Continuum International Publishing Group, 2005.

YAMAKAWA, K. **Women of the Mito Domain: Recollections of Samurai Family Life**. Trad. Kate Wildman Nakai. Stanford: Stanford University Press, 2001.

YAMASHIRO, J. **História dos samurais**. 2. ed. São Paulo: Massao Ohno, 1987.

_____. **História da cultura japonesa**. São Paulo: Ibrasa, 1996.

ZEAMI, M. **Tomoe**. Disponível em: <http://www.the-noh.com/en/plays/data/program_049.html>. Acesso em: 20 abr. 2015.

OTIMISMO E MEMÓRIA RELIGIOSA NO FACEBOOK: ESTUDO SOBRE A COMUNIDADE “OTIMISMO SEMPRE”

Aline de Caldas COSTA dos Santos⁶⁵

Edvania Gomes da SILVA⁶⁶

Resumo: Esse trabalho tem como objetivo identificar traços de uma memória coletiva religiosa materializada em narrativas de otimismo divulgadas na rede social *facebook* pela página “Otimismo sempre”. Noção cara ao estudo é a de “princípio do comentário”, de Michel Foucault, que dá conta de explicar a repetição de uma memória como se se tratasse de algo novo. O trabalho foi realizado por meio de revisão bibliográfica multidisciplinar e estudo de caso. Constatou-se que o *corpus* de análise apresenta a repetição de um conjunto de aconselhamentos cristãos referentes à afirmação de valores morais sobre valores materiais ou de *status* social.

Palavras-chave: Otimismo. Memória religiosa. Rede Social.

Resumen: *Este trabajo tiene como objetivo identificar las huellas de una memoria colectiva religiosa materializada en las narrativas optimismo publicados en la página de facebook “Otimismo siempre”. Noción querido por el estudio es el “principio de la revisión” de Michel Foucault, que explica la repetición de una memoria como si fuera algo nuevo. El estudio fue realizado por una revisión de la literatura y el caso de estudio multidisciplinario. Se encontró que el análisis de corpus presenta la repetición de un conjunto de consejería cristiana respecto a la afirmación de los valores morales sobre los valores materiales o estatus social.*

Palabras clave: *Optimismo. Memoria religiosa. Red social.*

⁶⁵Professora Assistente da Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB), Campus Multidisciplinar de Santa Maria da Vitória, Bahia. Doutoranda em Memória: Linguagem e Sociedade pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Campus de Vitória da Conquista, Bahia. E-mail: alinedecaldas@gmail.com

⁶⁶ Professora Adjunta da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Campus de Vitória da Conquista, Bahia. E-mail: edvaniagsilva@gmail.com

Considerações iniciais

A presença das redes sociais na vida contemporânea é um fenômeno amplo e de variadas faces. Certamente pode ser apontada como marco da “revolução digital” de que trata André Lemos (2004), caracterizada pela democratização da cadeira de emissor, ou seja, pela ruptura de hierarquias no uso da palavra, estabelecendo a metáfora do rizoma como melhor imagem para a atual configuração da comunicação na internet: “a circulação de informações não obedece à hierarquia da árvore (um-todos), e sim à multiplicidade do rizoma (todos-todos)” (LEMOS, 2004, p. 68).

Qualquer usuário pode fazer uso gratuito desses espaços virtuais para disseminar suas opiniões, suas reflexões, seus estados emocionais ou, simplesmente, compartilhar conteúdos produzidos por outrem com os quais haja identificação subjetiva. Nesse sentido, são muitos os perfis impessoais, criados em formatos de comunidades, a congregar seguidores interessados em um tema específico.

Suspeitamos que algumas dessas mensagens aparentavam repetir ideias já bastante difundidas pelas religiões de linha cristã, embora não haja menções diretas a qualquer religião nas páginas visitadas. Nesse sentido, o objetivo deste artigo é apresentar resultados parciais do estudo de doutorado⁶⁷ que visa a identificar, nas redes sociais, conteúdos referentes ao otimismo que se relacionem com algum tipo de memória religiosa. A partir das reflexões de Michel Foucault (1996) sobre o “princípio do comentário”, busca-se verificar se as mensagens de otimismo selecionadas para o *corpus* de análise repetem, porém com aspecto de novidade, o mesmo material que permeia a memória religiosa (HALBWACHS, 2004b).

Para a seleção do *corpus*, tomamos como referência a página “Otimismo sempre”, uma comunidade virtual sediada na rede Facebook. O critério para a seleção dos materiais foi a consonância com o conceito de otimismo adotado na pesquisa (SCHOPENHAUER, 2009), o que se desdobra nos seguintes aconselhamentos: a) entenda que a felicidade está na priorização em valores morais, b) compreenda que os valores patrimoniais são felicidade passageira, c) saiba que a felicidade não está na aparência. O *corpus* de estudo foi selecionado com auxílio da ferramenta de buscas da rede social *facebook*. Digitando o termo “otimismo”, surge em destaque, como *fã page* mais popular, a opção “Otimismo sempre”⁶⁸. Todas as imagens que

⁶⁷ Pesquisa em andamento no Programa de Pós-graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), campus de Vitória da Conquista, sob o título temporário Memória, otimismo e discurso religioso nas redes sociais em tempos de ética pós-moderna.

⁶⁸ <https://www.facebook.com/pages/Otimismo-Sempre/231866063491708?fref=ts>

compõem o *corpus* foram coletadas nesse endereço virtual e estão visíveis no alto da imagem, na caixa de endereços da *web*, de modo que a referência à fonte, após a inserção dos materiais, foi, por questões de leveza e de visibilidade, suprimida.

Sobre a memória religiosa e o otimismo

Nesse estudo, nosso foco recai sobre a abordagem à memória em seu aspecto social. A esse respeito, vale citar o sociólogo francês Maurice Halbwachs e seu constructo teórico acerca da memória coletiva. Para Halbwachs, a recordação acerca de algo é mais forte e confiável quando vivenciada em grupos, ou seja, quando é familiar a mais de um sujeito. Quando alocada na mente de um indivíduo apenas, ela figura somente como uma “lembança vaga”, passível de diluição e anulação, decorrentes da perda de interesse desse sujeito por um determinado tema ou pelo seu afastamento do grupo que o partilha. Assim, a memória individual é marcada por sua fragilidade. Entretanto, quando compartilhada por um grupo, as memórias se constituem em um “sistema independente”, pois em perspectiva social, “elas estão ligadas uma a outra e apoiadas de certo modo uma sobre a outra” (2004a, p. 33), compondo “quadros sociais de memória”.

Tais mecanismos estão, em alguma medida, relacionados aos “fatos sociais” de que tratou Durkheim, referência maior de Halbwachs. Os quadros de memória exercem sobre os grupos sociais a coerção necessária à manutenção de um “estado de coisas”, alimentando-se, ao mesmo tempo, dele.

Halbwachs acrescenta que a memória sempre será acionada pelo outro. Ela se torna um meio de conhecer a realidade, mesmo que de forma subjetiva.

Nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós. Não é necessário que outros homens estejam lá, que se distingam materialmente de nós: porque temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem (2004a, p. 26).

O que se poderia chamar de memória individual seriam apenas os “pontos de vista” sobre a memória coletiva. Os estudos de Halbwachs se debruçam sobre três instâncias sociais para ilustrar essa perspectiva teórica: a família, a religião e as classes sociais.

A respeito da memória coletiva religiosa (2004b), ele destaca que é a única que se propõe como permanente e imutável. Tomando traços do Cristianismo como a maior parte do

seu *corpus*, ele mostra que os esforços mobilizados para esse intuito são de demarcações de ritos e celebrações que rememoram os fatos importantes da vida de Jesus, com ênfase sobre seus ensinamentos. A realização desses ritos materiais em datas determinadas faz atualizar a memória que se deseja fazer permanente, que deve ser lembrada pelo grupo.

Halbwachs coopera para com esse estudo ao colocar o funcionamento coletivo de uma memória religiosa, sinalizando o “disparo” da lembrança sempre por parte do outro, ou seja, de uma memória que é social, o que se verifica no caso das redes sociais.

É nesse âmbito que emerge o interesse pelo otimismo e pelo discurso religioso. Embora haja, nos estudos filosóficos das décadas de 80 e 90, um pessimismo decorrente do reconhecimento de que a modernidade não se desenvolveu conforme o iluminismo propôs, existe, nas redes virtuais, a proliferação de narrativas otimistas quanto à ética, aos valores, à melhoria da qualidade de vida de modo geral.

O otimismo, notado nas relações virtuais, pode ser compreendido a partir da contribuição filosófica de Artur Schopenhauer. Em *Aforismos para a sabedoria de vida* (2006), o chamado filósofo do pessimismo admite elaborar um trabalho em contramão à sua filosofia, dedicando-se à eudemonologia. Schopenhauer realiza uma divisão tripartite das “determinações fundamentais” que podem incidir sobre a sorte dos homens: o que o homem “é”, sua personalidade, valores etc.; o que ele “tem”, seu conjunto de bens ou patrimônio; o que ele “representa” face os demais, seu status (2009, p. 5, grifos do autor).

Investir apenas sobre o *ter* e o *aparentar* seria uma tentativa de encobrir de uma imagem de felicidade o que, em verdade, provém de sua “pobreza e do vazio de espírito” (2009, p. 13). Ainda segundo o referido filósofo, priorizar o *ser*, ou seja, o intelecto, a educação e o modo de se colocar para o mundo seria o caminho para superar os males que a ênfase sobre as demais instâncias podem causar, quais sejam: “vazio de sua interioridade, a sensaboria de sua consciência e a pobreza de seu espírito” (SCHOPENHAUER, 2009, p. 13). Sobre o futuro, o filósofo faz referência a Homero, pois também entende que “isso repousa no colo dos deuses” (156), ou seja, é imprescindível concentrar-se sobre o momento presente.

Seguindo a sabedoria que se materializa em aforismos, ditados populares e trechos de poemas épicos clássicos, Schopenhauer colabora com este estudo no sentido de sintetizar que o caminho mais seguro para encontrar a felicidade está em investir sobre a riqueza da personalidade, em lugar de patrimônio material ou imagem social. Esse aconselhamento ao desapego dos bens materiais e ao elevado status social nos parece compor uma repetição da memória religiosa cristã, ao modo colocado por Foucault, pois não se trata de reprodução fiel

do já dito, mas da irrupção de uma “reaparição” (1996, p. 23), chamada pelo filósofo de *princípio do comentário*.

O comentário não tem outro papel, sejam quais forem as técnicas empregadas, senão o de dizer enfim o que estava articulado silenciosamente no texto primeiro. Deve, conforme um paradoxo que ele desloca sempre, mas ao qual não escapa nunca, dizer pela primeira vez aquilo que, entretanto, já havia sido dito e repetir incansavelmente aquilo que, no entanto, não havia jamais sido dito (FOUCAULT, 1996, p. 25).

Interessa ao propósito desse estudo o procedimento interno a que Foucault chamou “princípio do comentário”. O princípio do comentário reza que, dada a raridade dos discursos, muitos daqueles que circulam, em verdade, são formas repetíveis de discursos já existentes, ou seja, são discursos novos, porém sem novidade. Foucault afirma que os discursos possuem, em si, mecanismos de controle próprio, cujo funcionamento ocorre por meio de procedimentos externos, responsáveis pela limitação dos discursos, e de procedimentos internos, que atuam no plano da rarefação destes.

Nesse sentido, para o referido autor, o “novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta” (FOUCAULT, 1996, p. 26). Foucault apresenta o princípio do comentário na forma de um “desnívelamento entre discursos”:

os discursos que "se dizem" no correr dos dias e das trocas, e que passam com o ato mesmo que os pronunciou; e os discursos que estão na origem de certo número de atos novos de fala que os retomam, os transformam ou falam deles, ou seja, os discursos que, indefinidamente, para além de sua formulação, *são ditos*, permanecem ditos e estão ainda por dizer (FOUCAULT, 1996, p. 22, grifos do autor).

Trata-se de uma observação acerca da permanência de certos discursos em perspectiva histórica, bem como da impermanência de algumas de suas referências ou formas. Não nos debruçaremos sobre a identificação ou comprovação da existência de um discurso no sentido foucaultiano porque esse objetivo extrapolaria a delimitação de um artigo, mas tomamos o “princípio do comentário” como explicação para o deslizamento de uma ideia a “outra” semelhante. “Muitos textos maiores se confundem e desaparecem, e, por vezes, comentários vêm tomar o primeiro lugar” (Ibid. p. 23). Ocorre então uma forma de repetição em distintas materialidades históricas.

Deve [...] dizer pela primeira vez aquilo que, entretanto, já havia sido dito e repetir incansavelmente aquilo que, no entanto, não havia jamais sido dito. A repetição indefinida dos comentários é trabalhada do interior pelo sonho de uma repetição disfarçada: em seu horizonte não há talvez nada além daquilo

que já havia em seu ponto de partida, a simples recitação (FOUCAULT, 1996, p. 25).

O princípio do comentário coopera com a perspectiva desse estudo no sentido de explicar como a memória religiosa pode se materializar nas narrativas de otimismo por meio de uma remodelagem da forma, mantendo, porém, o conjunto elementar de sua existência.

Vejamos, no item a seguir, se as análises confirmarão a hipótese colocada.

Otimismo sempre: narrativas virtuais e memória coletiva

O espaço virtual “Otimismo sempre” foi criado na rede social *Facebook* em agosto de 2009. As informações sobre sua autoria e alimentação não são divulgadas. Todos os conteúdos são disponibilizados em modo “público”, mas a visualização dos conteúdos no “*feed* de notícias” do usuário da rede depende de um clique sobre a opção “curtir”. Até o momento da finalização desse estudo, a página registrava 22.361 “curtidas”.



Figura 01: imagem de capa da página “Otimismo sempre”

Para esse estudo, foram selecionadas quatro imagens postadas na página em questão. A partir desse *corpus*, foram observadas pontes possíveis de sentido entre o otimismo e aconselhamentos diversos presentes em livros da Bíblia Sagrada (1985), portanto, com a memória judaico-cristã.

O primeiro elemento a ser destacado nesse *corpus* versa sobre a ideia de riqueza.



Figura 02: A dimensão do *ter*.

A ideia de riqueza exposta na imagem encontra consonância com o exposto sobre o otimismo, pois sugere que se coloque em segundo plano o aspecto material - o “*ter*” de que trata Shopenhauer -, em função de elementos apenas assimiláveis na dimensão do “*ser*”, da subjetividade.

A imagem apresenta um casal: o homem segura as rédeas de um cavalo e a mulher está ao lado do homem; juntos eles observam o crepúsculo. A imagem sugere, portanto, apreciação da natureza como escolha romântica, experiência que nutre a relação afetiva e une o casal em laços de valor simbólico, imateriais. Tal interpretação mostra que estar junto do(a) amado(a) é, de fato, mais importante do que ter dinheiro e, ainda, de que não se pode comprar um crepúsculo.

Existe um elo entre essas ideias e aquela que está presente no evangelho de Mateus, que diz “Não acumuleis para vós outros tesouros sobre a terra, onde a traça e a ferrugem corroem e onde ladrões escavam e roubam; mas ajuntai para vós outros tesouros no céu, onde traça nem ferrugem corrói, e onde ladrões não escavam, nem roubam; porque, onde está o teu tesouro, aí estará também o teu coração” (6.19-21). Também o evangelista Lucas trata dessa questão quando afirma que: “mesmo na abundância, a vida do homem não é assegurada por seus bens” (Lc 12.15) e conclui: “Pelo contrário, buscai o seu Reino, e essas coisas vos serão acrescentadas” (Lc 12.31). Ainda sobre esse tema, o apóstolo Paulo foi assertivo, em sua primeira carta a Timóteo: “o amor ao dinheiro é raiz de todos os males” (I Tm 6.10).

A negação ao patrimônio material e a afirmação de riquezas subjetivas colocadas na mensagem virtual compõem enquanto reforço da mesma memória religiosa, sem, contudo mencionar as escrituras sagradas.

O segundo material que compõe o *corpus* desse estudo faz uso da ideia de *status*.



Figura 03: A dimensão do *aparentar*.

O texto lança mão da ideia de elegância, de adequação ao comportamento social, para sugerir que as categorias da aparência ou da representação do sujeito devem ser sustentadas por valores morais. Em outras palavras, sugere-se que uma pessoa só pode ser considerada “chique” ou “requintada” quando tais características estiverem vinculadas ao âmbito do *ser*, conforme sentenciou Schopenhauer. A imagem de fundo contribui para essa leitura no campo da ética, pois se assemelha a uma cortina transparente à luz, como transparente seria aquele que mantém os valores morais como algo central na sua vida.

Na carta aos Romanos, Paulo de Tarso faz ponte entre o texto apresentado na mensagem e pensamento religioso cristão: “Igualmente o mundo fica escandalizado e o nome de Deus é blasfemado, quando um crente deixa de honrar os seus compromissos” (Rm 2:21-24). E ainda no livro dos Salmos, considerado o coração do Antigo Testamento, lemos: “Como é feliz aquele que não segue o conselho dos ímpios, não imita a conduta dos pecadores, nem se assenta na roda dos zombadores! Ao contrário, sua satisfação está na lei do Senhor, e nessa lei medita dia e noite” (Sl 1:1-3).

Há relação de repetição das ideias, seja na rede social, seja na memória cristã, de que, para ser discreto, feliz e satisfeito, há que se ter palavra, gratidão, honestidade e retidão moral.

Os dois materiais a seguir ilustram o funcionamento do otimismo em relação ao âmbito do *ser*, encerrando a tríade proposta por Schopenhauer.

A primeira postagem apresenta a proposta de que aquele que cultiva valores morais acumula gradativamente possibilidades maiores de responder com atitudes exemplares às condições adversas estabelecidas por outrem.



Figura 04: A dimensão do *ser* I.

A imagem das mãos unidas sugere reconciliação em lugar de rompimentos. Assim, pode-se inferir uma ligação com o discurso religioso como mostra a citação do evangelista Mateus: “Eu, porém, vos digo: não resistais ao homem mau; antes, àquele que te fere na face direita oferece-lhe também a esquerda” (Mt, 5: 39). Tal passagem bíblica coaduna-se com o exposto na mensagem de otimismo selecionada, pois ambas sugerem a possibilidade do perdão em oposição à ira e ao rancor, a possibilidade de outra reação à violência que não a própria violência. A mensagem coloca o orgulho pessoal em condição de menor importância face à decisão de fazer o bem por si e pelos demais.

A passagem bíblica é atualizada, ao mesmo tempo em que é ilustrada, pela imagem das mãos, em atitude de reconciliação, união, paz.

A postagem a seguir encerra os itens destacados na leitura de Schopenhauer acerca do conceito de otimismo adotado nessa pesquisa. A partir do significado da palavra “resiliência”, apresenta a influência de elementos exteriores na conduta dos sujeitos.



Figura 05: Confiança e fé.

O texto da publicação aponta para a qualidade de superação das adversidades, a qual possibilita extrair novos recursos de cada experiência para valorizar os momentos de tranquilidade e fortuna.

Verificamos na imagem uma reparação da passagem bíblica sobre a tempestade: “Aproximando-se dele, despertaram-no dizendo: ‘Mestre, mestre, estamos perecendo!’. Ele, porém, levantando-se, conjurou severamente o vento e o tumulto das ondas; apaziguaram-se e houve bonança. Disse-lhes então: ‘Onde está a vossa fé?’” (Lc, 8 24-25). Estão contidos nessa ideia da fé os demais elementos de que trata o texto, a exemplo da flexibilidade no pensar – a bonança cede passagem à tormenta, que, por sua vez, também cederá a outros estados –, que leva ao otimismo e à possibilidade de estabelecer metas.

Também essa compreensão vai ao encontro do texto do Eclesiastes “observo que não há felicidade para o homem a não ser alegrar-se com suas obras: essa é a sua porção” (3,1-22), ilustrando o olhar presente na memória religiosa judaico-cristã acerca das conquistas e das mudanças a que os sujeitos podem passar.

Considerações finais

Para respaldar a hipótese de que as narrativas de otimismo em estudo materializam quadros referentes à memória religiosa, retomamos os resultados encontrados no estudo:

Verificamos as repetições da memória religiosa nos quatro elementos analisados: a ideia de acumular tesouros nos céus e não na terra; a ideia de alimentar os valores morais em lugar de elegância apenas estética; a ideia de oferecer atitudes pacíficas, que possam servir de bons exemplos aos que ainda agem com violência; a ideia de que a dor e as adversidades têm lições de força a oferecer.

No espaço democrático das redes sociais, a apropriação dessa linguagem – o compartilhamento de *posts* elaborados por comunidades específicas – reforça as ideias que devem ser lembradas pelos coletivos.

Reforça também a síntese de Shopenhauer sobre o otimista: o sujeito que sabe que a posse de bens materiais é instável e que as representações de *status* são demasiado efêmeras para oferecer felicidade aos indivíduos. Em lugar dessas opções, o otimista sabe que convém enriquecer é ao seu repertório moral e intelectual, pois trazem permanência e tranquilidade, liberdade e alegria.

Concluimos, ainda que diante de resultados parciais da pesquisa, que a repetição da memória religiosa se fez comprovada na pequena amostra de *posts* de otimismo coletada junto à comunidade virtual selecionada.

Referências

BIBLIA de Jerusalém. São Paulo: Edições Paulinas, 1985.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Loyola, São Paulo, Brasil, 1996.

HALBWACCS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004^a

_____. **Los marcos sociales de la memoria**. Traducción: Manuel A. Baeza y Michel Mujica. Rubí (Barcelona): Anthropos Editorial; Concepción: Universidad de la Concepción; Caracas: Universidade Central de Venezuela, 2004b.

LEMONS, Andre. **Cibercultura, tecnologia e vida social na cultura contemporânea**. Porto Alegre: Sulina, 2004

SCHOPENHAUER, Arthur. **Aforismos para a sabedoria de vida**. 2. ed. São Paulo: Wmf Martins Fontes, 2009

**QUEM FOI ESCALADO PARA COMPOR O ELENCO? ANÁLISE DA
REPRESENTAÇÃO DE ATORES SOCIAIS NO DISCURSO DE POSSE DA
PRESIDENTA DO BRASIL EM 2015**

F. Cordelia Oliveira da SILVA⁶⁹

Rodrigo dos Santos CAMILO⁷⁰

Resumo: Este artigo apresenta um estudo da representação dos atores sociais no discurso de posse da Presidenta da República do Brasil, Dilma Rousseff, no ano de 2015. A análise toma como referência as categorias de Representação dos Atores Sociais propostas por van Leeuwen (1998) e se apoia também nos pressupostos da Análise de Discurso Crítica (ADC), de Fairclough (1992, 2003). As representações dos(as) atores/ atrizes sociais, realizadas por meio do discurso, revelam como a prática política constrói e legitima representações, papéis sociais e identidades para os integrantes de uma sociedade.

Palavras-chave: Ator(es)/Atriz(es) Sociais. Representação. Identidade. Análise de Discurso Crítica (ADC).

Abstract: *This article presents a study of the representation of the social actors in Brazilian President Dilma Rousseff's inaugural address in the year 2015. The analysis utilizes the categories of Representation of Social Actors proposed by van Leeuwen (1998) and is based on Fairclough's (1992, 2003) theories of Critical Discourse Analysis (CDA). The representation of the social actors, performed by means of discourse, reveal how political practice builds and legitimizes representations, social roles and identities for members of a society.*

Keywords: *Social actors. Representation. Identity. Critical Discourse Analysis (CDA).*

⁶⁹ Professora Adjunta do Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas da Universidade de Brasília (UnB). Brasília, Distrito Federal, Brasil. cordelia.prof@gmail.com.

⁷⁰ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Brasília (UnB). Brasília, Distrito Federal, Brasil. rodrigoccamilo@hotmail.com.

Compreendendo a proposta

As atuais sociedades, na era da pós-modernidade, utilizam a prática política para formar e organizar a vida de seus integrantes, tanto no nível das questões coletivas quanto das individuais. Esse processo é marcado por movimentos, mudanças e tensões que geram, em muitos atores sociais, uma omissão na atuação significativa de seus papéis como cidadãos no âmbito político e, conseqüentemente, com isso, não muitos sujeitos atuam ativamente e nem colaboram para melhorias relativas às questões que compõem o meio em que vivem.

Considerando esse contexto e amparando-nos nos pressupostos da Análise de Discurso Crítica (ADC), proposta por Fairclough (2001; 2003), analisaremos o discurso de posse da atual Presidenta da República, entendendo-o como fruto de atuações e representações nas (e por meio das) práticas sociais. Nossa análise objetiva nos posicionar criticamente diante das representações que líderes políticos realizam de si mesmos e dos seus eleitores.

A partir disso, suscitamos alguns questionamentos:

- a) Como a chefe de governo, eleita por voto popular, representou-se em seu discurso de posse no ano de 2015?
- b) que atores sociais foram incluídos no discurso da Presidenta?
- c) Como a presidenta construiu, naquele discurso, a representação dos atores sociais que compõem a sociedade brasileira?

Das teorias

O desenvolvimento dessa investigação depende da apropriação das contribuições da Análise de Discurso Crítica (ADC), concebidas por Norman Fairclough (2001; 2003), e da Teoria da Representação dos Atores Sociais, na perspectiva de Theo van Leeuwen (1998).

A ADC é concebida como instrumento que pode ser utilizado para promover a pesquisa social crítica. Desse modo, podemos compreender a estrutura, o funcionamento, as tentativas de equilíbrio que as sociedades produzem para sobreviver e a ocorrência de falhas nessas ações que geram desequilíbrio. Dessa forma, poderemos interferir e agir para manter o equilíbrio e a manutenção das sociedades (FAIRCLOUGH, 2003, p. 216).

A ADC analisa a relação dialética entre discurso (compreendendo todas as formas de manifestação da linguagem) e os elementos que compõem as práticas sociais. Seu foco principal se direciona ao comportamento, às ações e às interações discursivas com outros elementos

sociais dentro de ligações entre práticas, considerando que o discurso se apresenta de três formas no interior das práticas sociais. Ele se constitui como integrante da ação realizada em um meio social inerente à prática, manifesta-se em representações, nas quais sujeitos se portam como atores sociais, representando outras e suas próprias práticas e formando identidades (idem. p. 219-220).

A teoria social do discurso, de Norman Fairclough, baseia-se na análise linguística e social do discurso, com o propósito de ser um instrumento de verificação e de estudo da pesquisa social crítica. O autor sintetizou sua concepção em um quadro tridimensional (reproduzido abaixo) que esboça a relação que a produção textual, a prática discursiva e a prática social mantêm.

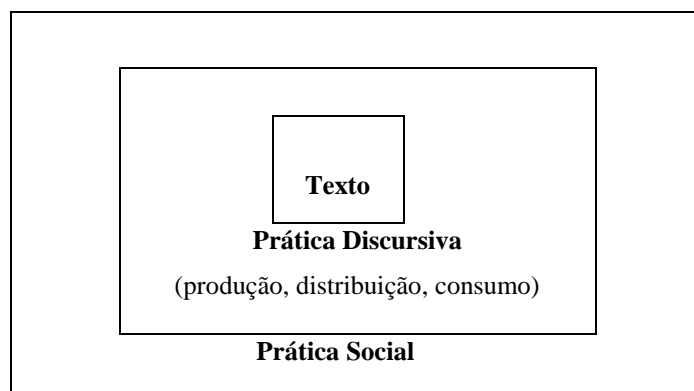


Figura 1– Fairclough, 2001.

Com esse quadro, entendemos que o discurso se constitui como manifestação da linguagem em suas várias formas, tornando-se uma forma de prática social. É uma ação que as pessoas praticam para se expressar, para agir e para se tornar notórias no mundo, sob a influência da estrutura social que, por meio das relações, intenções, classes dominantes e de interesses, produz e modifica o discurso. Essa é a essência do processo de formação dos componentes da estrutura social e contribui também para a construção da identidade dos sujeitos, nas relações entre eles e na composição dos sistemas de conhecimento (FAIRCLOUGH, 2001, p. 90-91).

A prática social pode ser concebida como espaço no qual o discurso é direcionado de acordo com uma orientação, que pode ser: econômica, política, cultural ou ideológica. A teoria em discussão se fundamenta na prática política e ideológica. O discurso, na prática política, forma, mantém e modifica relações de poder e outras estruturas geradas com base nessas relações. Na prática ideológica, o discurso tem como função gerar, consolidar, atuar e

transformar os significados produzidos por cada integrante nas relações de poder (FAIRCLOUGH, 2001, p. 94-95).

As práticas sociais se posicionam em um ponto de interseção entre as estruturas e os eventos sociais. Podemos conceber que estruturas sociais são grandes organizações que dispõem de vários recursos e alternativas. Os eventos sociais não são apenas os resultados da ação desses recursos e alternativas, mas também a ação das práticas sociais que estão dispostas por ligações, atuando no molde e na regulação dos eventos sociais (FAIRCLOUGH, 2003, p. 21-22).

As práticas discursivas referem-se a como os textos serão fabricados, oferecidos a quem estão destinados, como essa produção será aceita e interpretada conforme o tipo de discurso e os efeitos sociais que estão sob eles. Assim, “A prática discursiva [...] envolve processos de produção, distribuição e consumo textual, e a natureza desses processos varia entre diferentes discursos de acordo com fatores sociais” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 106).

Os textos causam efeitos não só discursivos, mas também extradiscursivos, ocasionando, assim, efeitos que vão além das esferas das palavras. Possuem uma pluralidade de interpretações que serão diferenciadas pelo contexto, ocasionado pelo tipo de discurso e a prática social na qual estão inseridos. (idem. p. 106-113).

Considerando essa exposição teórica inicial sobre a ADC, nossa intenção, neste trabalho, é realizar uma análise do texto proferido pela atual Presidente da República em seu discurso de posse do segundo mandato (2015), considerando-o como um texto resultante de uma produção coletiva, visto que revela o posicionamento da vencedora das eleições e também dos partidos políticos que ela representa e que, supomos, tenha sido escrito por (uma equipe de) assessores com a anuência da Presidenta.

Ainda na prática discursiva, o texto a ser analisado foi distribuído inicialmente na sua leitura oral, durante o evento de posse amplamente divulgado via mídias sociais, mas, em momentos posteriores, foi reproduzido e, por vezes, retextualizado em jornais (escritos e televisionados), revistas, *sites*, *blogs* e outros. Com isso, seu consumo é amplo e extremamente variado.

Quanto à prática social, o texto ancora-se no cenário político, em eventos relacionados aos preceitos da prática política democrática e republicana que norteiam nosso país.

Nosso interesse por textos/discursos oriundos dessa prática social, relaciona-se à ideia apresentada no início desse texto: a política norteia vida das pessoas, práticas sociais e discursivas do âmbito político têm capilaridade por todos os eventos sociais e os sujeitos sociais

são representados nesses textos/discursos/práticas. Nosso questionamento aqui, então, é: quem é representado e como?

Concluída, essa primeira etapa, passemos à apresentação da Teoria de Representação dos Atores Sociais, porque, com base nesses apontamentos, balizaremos nossa análise.

A representação dos atores sociais

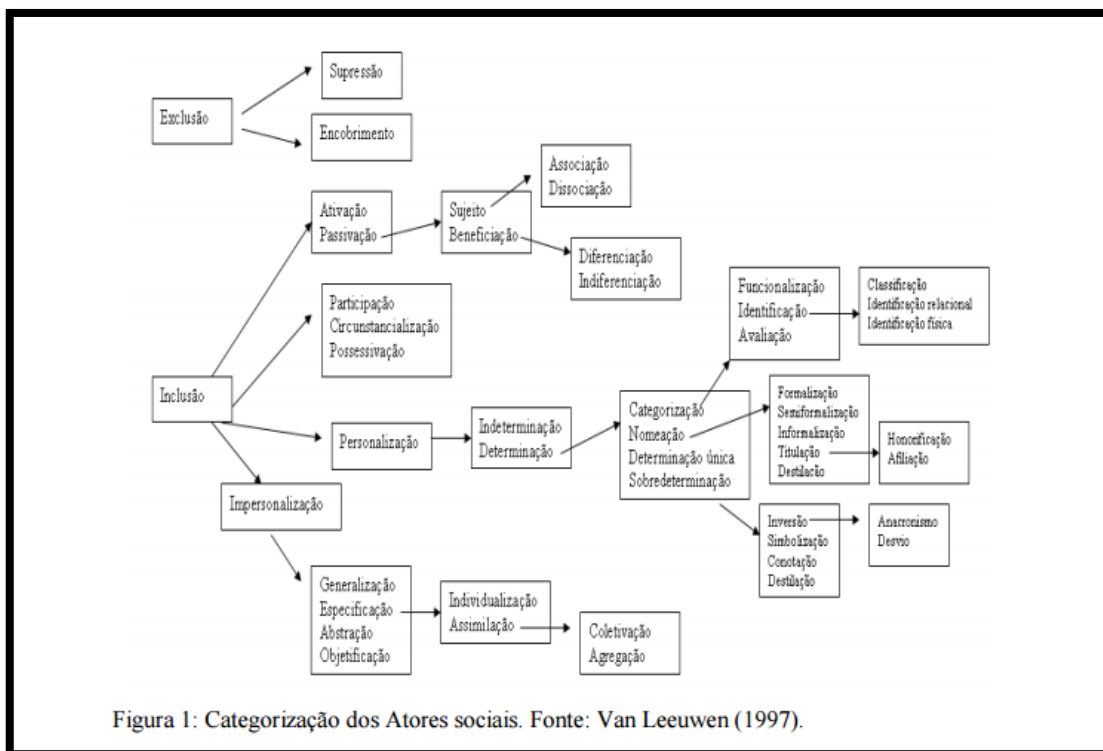
Theo van Leeuwen (1998) apresenta um modelo analítica para auxiliar estudiosos do texto a responder sobre quais os modos como os atores sociais podem ser representados no discurso e, para isso, toma como exemplo, a língua inglesa. Inicialmente, o autor centra seu estudo das representações dos atores sociais em dois grandes grupos: inclusão e exclusão.

As representações promovem a *inclusão* ou a *exclusão* dos atores sociais conforme as motivações e os propósitos em relação aos leitores a quem se direcionam os textos/discursos. A ação de exclusão pode parecer “inocente” ou decorrente da pressuposição de que alguns fatos já são conhecidos ou são irrelevantes para os leitores, mas também pode ter motivações ideológicas.

Em relação ao processo de *inclusão*, é nesse modo que se encontra a grande força política da representação dos atores sociais, pois, no discurso, não há uma relação direta com os papéis que eles desempenham na realidade, nas práticas sociais e os papéis gramaticais que lhes são conferidos no discurso (idem. *ibidem.*).

Passemos à descrição sucinta das categorias propostas pelo autor. A exclusão é o apagamento do sujeito, que não é mencionado no texto/discurso. E a inclusão é a menção do sujeito no texto e pode acontecer de várias formas (como apresentamos esquematicamente⁷¹ a seguir e detalhadamente logo após):

⁷¹ Imagem extraída de Oliveira (2012, p. 5)



Na distribuição de papéis, processo de inclusão de atores sociais, temos a representação de agente e paciente. O agente (ator) é representado como uma força ativa em uma atividade; e o paciente (finalidade) é representado submetido à atividade ou receptor dela. As representações podem realizar redistribuição de papéis e organizar as relações sociais entre os indivíduos (VAN LEEUVEEN, p. 185-187). Vejamos, então, como pode ser realizada a inclusão:

1. A *Ativação* ocorre quando os atores sociais são representados como forças ativas e dinâmicas em relação à determinada atividade.
2. A *Passivação* ocorre quando os atores sociais são representados submetendo-se a uma atividade.
3. A *Genericização* constrói uma referência genérica aos atores, o que pode ocorrer, por exemplo, na forma de classes em que os sujeitos são tidos apenas como espécimes daquelas classes. A genericização pode ser marcada linguisticamente pelo uso de plural sem uso de artigo ou singular com artigo definido ou indefinido.

4. A *Especificação* é o oposto da genericização, com ela os sujeitos representados são especificados e identificados em um mundo específico e concreto (idem. p. 190-194). Pode ser marcada linguisticamente pelo uso de numerativo.

5. A *assimilação* caracteriza-se pela forma como os sujeitos são incluídos no texto. Pode ocorrer das seguintes formas:

5.1. *Individualização* ocorre quando os atores são mencionados como indivíduos, logo opera por meio da singularização.

5.2. *Assimilação* ocorre quando os atores são mencionados como grupos, logo opera por meio da pluralidade. Linguisticamente, pode ser marcada pelo uso de substantivos contáveis ou de substantivos que denotem grupos de pessoas (por exemplo, nação). A Assimilação acontece de duas formas:

5.2.1. *Agregação*: quantifica grupos de participantes, apresentando-os como dados estatísticos. Linguisticamente, realiza-se por meio da presença de um quantificador definido ou indefinido. Ela é usada, muitas vezes, para regulamentar práticas e para produzir consensos.

5.2.2. *Coletivização*: por meio da ideia de pluralidade, indivíduos são reunidos em um grupo coletivo marcado por uma característica comum entre seus membros.

6. Na *Associação*, grupos de atores sociais (referidos claramente ou não) não são classificados no texto, mesmo que os demais atores ou grupos que integram essa ação possam ser nomeados ou categorizados. Esse processo pode ser realizado, na língua, pelo uso de pronomes possessivos ou orações possessivas.

7. A *Dissociação* opera de modo inverso, separando os atores sociais (idem. p. 197-198).

8. Na *indeterminação*, os atores sociais são representados na forma de indivíduos ou grupos não especificados ou anônimos. Ocorre tipicamente pelo uso de pronomes indefinidos, mas pode acontecer também por meio de referência exofórica generalizada.

8.1. Já a *determinação* manifesta-se especificando a identidade dos indivíduos ou de grupos em relação a outros, ressaltando diferenças (VAN LEEUVEEN, 1998, p. 198).

9. A *diferenciação* diferencia explicitamente um ator social individual ou um grupo de atores sociais de um ator semelhante a ele, criando uma separação entre o “eu” e o “outro” ou entre “nós” e “eles/os outros”.

10. A *nomeação* manifesta-se quando atores são nomeados em função de suas identidades individuais, e esse processo imputa poder e *status* ao sujeito nomeado. Acontece por meio do uso de nomes próprios e pode ocorrer de modo formal, semiformal ou informal

11. A *categorização* se dá pela representação dos atores com base em funções ou identidades que partilham com outros sujeitos; com isso, é gerado um agrupamento em forma de categorias (idem. ibidem.)

12. A *funcionalização* ocorre, segundo van Leeuwen (1998, p. 202-208), quando atores são referidos em termos da função e ocupação que realizam em uma atividade.

13. A *identificação* representa atores por meio de categorias que definem aquilo que eles são, como sexo, faixa etária, classe social.

14. A *personalização* representa atores sociais como seres humanos, instaurando, nas representações, características humanas.

15. Na *impersonalização*, atores são representados por meio não humanos. A impersonalização pode subdividir-se em:

15.1. A *abstração*, representações, que avaliam e interpretam, geradas por qualidades expressas por substantivos abstratos;

15.2. Na *objetivação*, atores são concebidos a partir da relação deles com um local ou coisa ligada a sua pessoa (idem. p. 208- 211).

16. Na *sobredeterminação*, atores são representados participando, ao mesmo tempo, de duas ou mais práticas sociais. Essa categoria possui seis subdivisões, e a que mais nos interessa é a *simbolização*. Nela, atores ou grupos ficcionais representam outros atores e grupos não ficcionais.

Concluído esse levantamento das categorias de análise da representação de atores sociais, traremos, para esse estudo, sucintamente uma explanação sobre o conceito de identidades, pois consideramos que o estudo das representações nos leva a compreender as identidades instituídas nos textos/discursos.

A constituição das identidades se dá pelas contribuições das áreas de conhecimento, das organizações, da memória coletiva e de aspectos pessoais. Essas contribuições são assimiladas pelos indivíduos, pelos grupos sociais e pelas sociedades para a formação de suas próprias significações (CASTELLS, 2006, p. 23).

Em sentido amplo, podemos entender que identidade é uma forma de aferir a significação e a vivência de um povo. E, em sentido ligado à noção de atores sociais, compreendemos que identidade é a geração de significado moldado e influenciado por força(s) cultural(ais). Um indivíduo ou ator social pode assumir várias identidades, o que pode causar instabilidades e incoerências em relação à sua posição e atividade social. Com isso, é preciso que se diferenciem identidades de papéis sociais. Estes podem ser entendidos como investiduras de funções por atores sociais e as identidades, a exteriorização da significação produzida pelos atores sociais (idem. p. 22-23).

A identificação, para Fairclough (2003, p. 169-170), pode ser considerada sob os fatores sociais e pessoais, classificando-se como identidade social e identidade pessoal. A identidade social constitui-se como a incorporação de papéis sociais moldados pela personalidade do indivíduo, imprimindo caráter diferenciado. A identidade pessoal está ligada à noção de que os indivíduos precisam transformar suas pré-disposições e o resultado final de suas ações e submeterem seus papéis sociais às suas especificações (op.cit.).

Do discurso para as representações

O texto a ser analisado é o discurso de posse da Presidenta da República, Dilma Rousseff, proferido no dia 1º de janeiro de 2015, e, posteriormente, publicado em vários *sites* de notícias *online* do Brasil na forma de texto escrito.

Inicialmente, constatamos que o discurso completo é muito extenso. Sendo assim, para realizar uma análise significativa, foram selecionados e serão apresentados neste artigo somente os trechos que correspondem aos nossos objetivos analíticos⁷².

Fundamentados na ADC, nos apoiaremos também nos fundamentos da Pesquisa Qualitativa, que, segundo Denzin (2006), é um espaço de investigação que permeia disciplinas, campos e temas. Nela pode-se verificar uma ligação de proposições, ideias e hipóteses. Constitui-se como uma ação desenvolvida sob um foco que visa direcionar o observador no mundo, formando uma organização de meios materiais e interpretativos que propiciam a visão do mundo, no anseio de entender melhor a temática que está próximo dele. Isso faz com que o mundo se torne um conjunto de representações. Por possuir essas características, a pesquisa qualitativa proporciona ao pesquisador averiguar as coisas em seus próprios ambientes, assimilando e compreendendo as significações que as pessoas atribuem a elas (op.cit.).

Com base na perspectiva da ADC (FAIRCLOUGH, 2001; 2003), a atriz social, Dilma Rousseff, apresenta-se como um dos sujeitos principais da prática política brasileira, atuando no evento social cerimônia de posse, no qual é investida no papel de Presidenta da República do Brasil.

Como fruto dessa prática, ela produz um discurso que expressa sua essência, suas crenças e seus conhecimentos a respeito dos constituintes das práticas e estruturas sociais, estabelece relações de poder e gera uma representação de si mesma, dos outros atores sociais e do mundo no qual estão inseridos. Passamos ao exame das representações dos atores sociais materializadas no discurso, analisando os fragmentos selecionados.

(1) Senhoras e Senhores, senhor presidente do Senado Federal, Renan Calheiros, senhor vice-presidente da República, Michel Temer, [...] senhoras e senhores representantes da imprensa, meus queridos brasileiros e brasileiras.

Em 1, há uma tentativa explícita de *incluir* todos os atores sociais que compõem a sociedade brasileira, temos, em termos de representação dos atores sociais (VAN LEEUWEN, 1998), uma *grande inclusão*, quando os atores sociais são referidos em função dos papéis que representam (presidente do senado, vice-presidente da república, representantes da imprensa, brasileiros e brasileiras); há ainda uma *funcionalização*, pois os atores são referidos a partir da

⁷² O texto completo pode ser consultado em <<http://g1.globo.com/politica/posse-de-dilma/segundo-mandato/os-discursos-das-poseses.html>>. Acesso em 18 mar. 2015.

atividade que exercem. E essa atividade que justifica sua presença no evento, assim como sua nomeação no discurso de posse.

Vale ainda ressaltar, em 1, a presença do termo "queridos" antecedendo "brasileiros e brasileiras". Note-se que este é o único elemento da saudação que aparece acompanhado de um adjetivo. Esse uso, a nosso ver, é intencional e marca o desejo de proximidade com o povo em oposição ao uso de Senhor/Senhoras/Senhores que marca a distinção dos cargos ocupados por outros sujeitos nomeados e a formalidade que o evento exige.

(2) Sinto alegria por ter vencido os desafios e honrado o nome da mulher brasileira. O nome de milhões de mulheres guerreiras, mulheres anônimas que voltam a ocupar, encarnadas na minha figura, o mais alto posto dessa nossa grande nação.

A presidenta começa a construção de sua representação como presidenta, como mulher e como *agente*.

Temos, em 2, a representação por *genericização*, que ocorre quando os atores sociais são mencionados de forma não específica (mulher brasileira, milhões de mulheres guerreiras). Nesse trecho, em sua fala, Dilma transmite às mulheres brasileiras a ideia de que elas e suas causas serão representadas pela Presidenta.

É revelador o fato de os primeiros atores a ser mencionados serem as mulheres, uma vez que a eleição de uma mulher, pela primeira vez na história do país, é extremamente representativa de uma mudança social. Dilma encarna, então, a representação de todas as essas mulheres, daí a importância dessa declaração. Disso também podemos começar a delinear uma identidade para Dilma: mulher que representa milhões de outras mulheres.

(3) Encarno, também, outra alma coletiva que amplia ainda mais a minha responsabilidade e a minha esperança. O projeto de nação que é detentor do mais profundo e duradouro apoio popular da nossa história democrática. Esse projeto de nação triunfou e permanece devido aos grandes resultados que conseguiu até agora, e que porque também o povo entendeu que este é um projeto coletivo e de longo prazo. Este projeto pertence ao povo brasileiro e, mais do que nunca, é para o povo brasileiro e com o povo brasileiro que vamos governar.

Nesse momento, a presidenta amplia sua representação como *agente* da prática política, como aquela que foi escolhida pela maioria dos votantes e por fazer parte do “povo brasileiro”

e de seus anseios, sua atuação é materializada por meio da responsabilidade e da capacidade que ela carrega.

Ao invocar para o seu discurso, por meio da *inclusão*, todos os integrantes da sociedade brasileira, há uma representação por *associação*, devido à união de vários grupos sociais. Essa *associação* fica evidente no uso dos termos "popular", "povo" e "povo brasileiro".

Em “povo brasileiro” e “projeto coletivo”, temos uma *assimilação* por *coletivização*, como também uma *identificação* por *classificação*. Ao utilizar essas construções nominais, a atriz, presidenta da república, tem o propósito de legitimar e de promover, junto a cada brasileiro, a aceitação, a aprovação e o apoio ao seu plano de governo (o qual engloba e expressa todas as ações e os resultados do desempenho do papel de governar da presidenta e dos demais atores que compõem essa prática).

Simultaneamente, coloca “povo brasileiro” como agente, ao expressar que a união dos atores que compõem esse grupo atuará na realização e no entendimento do “projeto de nação” e, por isso, ele será participante do governo da presidenta eleita; e como paciente, pois submete os componentes do grupo como recebedores dos resultados e das conquistas, representando-os, também, como a finalidade do “projeto de nação”.

De forma geral, podemos afirmar que todo o trecho 3 opera uma grande *indeterminação*, uma vez que o uso dos termos do campo semântica de "povo" insere todos os brasileiros nesse projeto de nação, mesmo aqueles que não votaram na presidenta.

(4) A partir do extraordinário trabalho iniciado pelo governo do presidente Lula, continuado por nós, temos hoje a primeira geração de brasileiros que não vivenciou a tragédia da fome.

Em “governo do presidente Lula”, há uma nova *inclusão*, desta vez por *funcionalização*, que ocorre por meio da menção ao cargo que Lula ocupava e uma *determinação*, na qual a identidade de Lula é especificada.

Essa *inclusão* serve para reforçar ideais e suscitar as características que marcaram o desempenho de Lula em seu papel de presidente (isso sob a ótica da produtora do discurso). Além disso, essa *inclusão* evidencia claramente a ideia de continuidade, por Dilma, das ações iniciadas no governo Lula. De outro lado, podemos entender essa *inclusão* também como uma forma de reconhecimento pelo apoio de Lula a Dilma durante a campanha eleitoral.

Com o uso de “por nós”, a atriz que discursa reafirma o seu posicionamento de concordância e de continuidade da prática política do governo Lula e, para isso, faz uso do

plural de modéstia, pois apresenta como coletiva uma decisão governamental de sua responsabilidade, uma vez que ela encarna o governo atual.

(5) Resgatamos 36 milhões da extrema pobreza e 22 milhões apenas em meu primeiro governo. Nunca tantos brasileiros ascenderam às classes médias. Nunca tantos brasileiros conquistaram tantos empregos com carteira assinada. Nunca o salário mínimo e os demais salários se valorizaram por tanto tempo e com tanto vigor. Nunca tantos brasileiros se tornaram donos de suas próprias casas.

Temos, nos dados numéricos, uma representação por *assimilação* em que sujeitos são agregados em grupos formados para legitimar uma ação. Podemos perceber que, com isso, os argumentos ganham força, porque os grandes números, como 36 milhões e 22 milhões, chamam muito a atenção e tornam-se dados quase incontestáveis.

Nesse caso, o termo "brasileiros", que antecedia os números, foi omitido e novamente há uma *indeterminação*, que se repete em "tantos brasileiros". Aliás, a repetição, com vistas à ênfase, é marca desse excerto. Podemos começar por evidenciar a repetição do adjetivo/advérbio "tanto", que aparece seis vezes no fragmento para destacar as ações empreendidas pelo governo Dilma. Em seguida, merece menção a repetição do advérbio de negação "nunca", repetido quatro vezes para enfatizar que as ações desenvolvidas no governo Dilma jamais foram realizadas anteriormente por qualquer outro governo/partido.

Considerando que este texto, por sua importância social, política e histórica, provavelmente, foi pensado, produzido e revisado a muitas mãos, repetições, como as acima mencionadas, são elaboradas para causar um efeito no ouvinte/receptor: são intencionais e têm uma função no texto. De acordo com Pedro (1997, p.28), "...os traços linguísticos [...] são o resultado de processos sociais, e, por esse motivo, conjunções motivadas de formas e conceitos e nunca conjuntos arbitrários de forma e significado". Com isso, entendemos que escolhas como as acima destacadas são intencionais e revelam aspectos ideológicos do produtor do texto.

(6) [...] Nunca as instituições foram tão fortalecidas e respeitadas e nunca se apurou e puniu com tanta transparência a corrupção.

Em “as instituições”, há representação por *associação* de grupos de atores sociais que compõem as instituições públicas do Brasil. Na referência “a corrupção”, temos uma representação por meio da *impersonalização* por *abstração*. Um grupo de atores políticos foi representado em relação à qualidade que os exprime, no caso analisado, opera-se pelo uso do substantivo abstrato “corrupção”. Mais uma vez, neste trecho, corroborando a análise realizado sobre o trecho 5, temos a repetição do advérbio nunca.

(7) Em nossos governos, cumprimos o compromisso fundamental de oferecer a uma população enorme de excluídos, de pessoas excluídas, os direitos básicos que devem ser assegurados a qualquer cidadão [...]

Na expressão “nosso governo”, ocorre novamente uma representação por *associação*, pois há referência a dois grupos de governo, o atual e o do ex-presidente Lula, ambos pertencem ao mesmo partido político.

Em “a uma população” e “de pessoas excluídas” há, no primeiro momento, *diferenciação* desse grupo de atores em relação aos demais da sociedade, e, por meio da característica de sua condição social, estabelece-se, em seguida, com a resolução dos problemas mais latentes, uma tentativa de **inclusão**, pois agora esses atores sofreram uma mudança em suas realidades.

(8) A população quis que ficássemos porque viu o resultado do nosso trabalho [...].Por isso, a palavra mais repetida na campanha foi mudança e o tema mais invocado foi reforma.

Mais uma vez, a autora representa todos os integrantes da sociedade por meio da *coletividade* (A população). Nesse caso, não especificou a identidade do grupo para fomentar, assim, a impressão de que “todos” a escolheram para presidir o Brasil. Em “nosso trabalho”, há uma representação por *associação*, referindo-se à atuação mútua de todos os grupos de atores da sociedade que, na perspectiva de Dilma, “participaram” de seu governo; e também faz menção à continuidade da prática política de seu antecessor.

(9) O povo brasileiro quer democratizar, cada vez mais, a renda, o conhecimento e o poder. [...] O povo brasileiro quer ainda mais transparência e mais combate a todos os tipos de crimes, especialmente a corrupção e quer ainda que o braço forte da justiça alcance a todos de forma igualitária.

O "povo brasileiro" é representado como agente do processo de transformação da realidade, é por meio da ação dele que a mudança ocorrerá. Assim, é repassado a cada integrante desse grupo responsabilidades e satisfação pelas ações realizadas.

Em "braço forte da justiça", temos uma representação por *personalização*, na qual é atribuída característica humana a um ente não humano, que, mesmo estando no campo de uma ação abstrata, comunica aos demais atores a ideia de poder e de confiança. Os atores que recebem essa ação são representados na forma de inclusão "todos", o que conduz ao entendimento de que a "justiça" não tem alcançado a todos.

(10) Amigos e amigas, tudo que estamos dizendo, tudo que estamos propondo converge para um grande objetivo: ampliar e fortalecer a democracia, democratizando verdadeiramente o poder.

Temos, mais uma vez, uma representação por *diferenciação* que expressa a ideia de companheirismo e cumplicidade a partir da escolha semântica de "Amigos e amigas".

Em "a democracia" e "o poder", ocorre uma representação por *impersonalização* do tipo *abstração*, na qual, por meio do uso desses substantivos abstratos, os atores que compõem essas práticas foram representados.

(11) Senhoras e Senhores, gostaria de anunciar agora o novo lema do meu governo. Ele é simples, é direto e é mobilizador. Reflete com clareza qual será a nossa grande prioridade e sinaliza para qual setor deve convergir o esforço de todas as áreas do governo. Nosso lema será: Brasil, pátria educadora! Trata-se de um lema com duplo significado. [...].

Nesse momento, a presidenta opera a *individualização* e a *diferenciação* para colocar, mais uma vez, em evidência a atuação especializada e diferenciada de seu papel de governo que é capaz de criar caminhos e soluções benéficas, os quais conduzirão a vida de cada brasileiro(a).

Assim, a chefe de nação promove a legitimação, a concordância e a confiança junto a cada ator ao incluí-los como participantes de sua prática de governo.

Em “Brasil, Pátria educadora”, a atriz social analisada representa seus eleitores e os demais sujeitos da sociedade brasileira por meio da *assimilação* do tipo *coletivização*, desse modo coliga todos os grupos formadores da sociedade, a fim de disseminar a ideia de consenso e efeito de homogeneidade.

Há, também, na última construção destacada, uma evidência que nos conduz ao entendimento de ser uma representação por *sobredeterminação*. Neste processo, além da coletivização, infere-se, também, o posicionamento dos atores brasileiros em duas práticas sociais. Na primeira, os sujeitos estão atuando em uma prática do letramento, recebendo e repassando formação e conhecimento, com forte marcação da inclusão e agregação.

Após esse primeiro passo, na segunda prática social, os atores são representados com papéis ativos e de diferenciação, na qual eles atuam como auxiliares do governo devido ao sucesso da aprendizagem a qual se submeteram, ou seja, aprenderão a viver e a encontrar caminhos e soluções para os problemas e as crises da vida social, a tal ponto que esses atores podem “educar” outros atores, por meio da comprovação de suas experiências.

Concluída a análise dos excertos selecionados para este trabalho, encaminhamo-nos para algumas considerações a respeito das apreciações aqui apresentadas.

Considerações finais

Como analistas críticos do discurso, sabemos que nossos estudos estão sempre permeados por nossos pontos de vista e por nossas ideologias. Partimos dessa certeza para refletir sobre a imensa representatividade do texto/discurso aqui analisado.

Esse texto marca a conclusão do processo democrático de eleições presidenciais e, ao mesmo tempo, inicia o período do mandato presidencial do candidato eleito pelo povo para representá-lo por quatro anos. Representação é a palavra que marca nosso olhar analítico sobre esse texto: quem é ou não representado em um texto tão significativo?

Para chegar a essa resposta, imergimos em uma concepção que nos conduz a tomar o discurso como meio de ação, de estabelecimento, de atuação e de manutenção crítica na/da realidade a qual estamos inseridos. Nessa perspectiva, podemos compreender nossa realidade social e as funções de nossos papéis nas várias práticas sociais e discursivas das quais participamos.

Por meio das análises, esse trabalho visou suscitar a importância de nos posicionarmos criticamente em relação ao modo como os atores políticos constroem representações de si mesmos e de seus eleitores.

Votando ao texto analisado, ponderamos que a representação da presidenta no texto analisado acontece em dois âmbitos: o pessoal e o governamental.

No plano pessoal, cumpre ressaltar que a Presidenta representou a si mesma como mulher e como representante da mulher brasileira, por ela caracterizada como guerreira, logo se representa a mulher brasileira guerreira, ela é também uma guerreira. Essa é, a nosso ver, a representação mais forte que a Presidenta traça para si mesma e, com isso, reforça a identidade de mulher que ultrapassa obstáculos (logo guerreira) e alcança vitórias antes inacessíveis.

No aspecto governamental, a presidenta representa-se como figura que personifica o governo e essa escolha fica marcada no uso de expressões como "meu governo", "nosso trabalho", "nosso lema", nas quais, mesmo usando a primeira pessoa do plural, chama para si ações governamentais que julga positivas.

De outro lado, ainda no âmbito governamental, representa-se como sucessora de Lula, uma vez que, no seu governo, são conduzidas as ações governamentais iniciadas por ele no mandato anterior.

Com relação aos demais atores sociais representados, o grande personagem do texto é o "povo brasileiro". Essa grande representatividade deve-se, provavelmente, ao fato de ser este o grande receptor das ações do governo e também o "termômetro" que avalia a aceitabilidade ou não dos governantes e de suas ações. Em última instância, é o povo que elege ou não.

Quanto às exclusões, sabemos que elas existem no texto e que, em uma análise mais aprofundada, poderíamos chegar a marcas dos apagamentos de sujeitos não mencionados. Esse trabalho não será aqui empreendido devido ao exíguo espaço de que dispomos.

Por fim, entendemos que as representações têm por finalidade cumprir propósitos de convencimento, manifestar ideologias, estreitar relações de poder e dominação e, dessa forma, propiciar incorporações de identidades sociais que não correspondem as nossas reais significações.

As identidades construídas (CASTELLS, 2006; FAIRCLOUGH, 2003) trazem em suas essências as características dos papéis sociais que cada ator desempenhou. A presidenta Dilma Rousseff, ao se colocar em papel ativo e capacitado em todo tempo, configurou sua identidade social em consonância com os destaques das qualidades de sua identidade pessoal, fortificando ambas, ao ponto de não mais dissociarmos a "mulher guerreira" e a "presidenta".

Efeito inverso foi promovido em relação aos demais atores da vida social, os brasileiros e as brasileiras. Para estes, foram fortalecidas as identidades sociais em detrimento das características de cada grupo, uma vez que as menções são sempre direcionadas à coletividade.

Essa estratégia, por um lado, é positiva porque, ao tratar o grupo sempre de forma coletiva, não se corre o risco de esquecer um ou outro grupo. De outro lado, é negativa porque, ao considerar o todo, não dá a devida atenção aos pequenos grupos. De toda forma, é uma estratégia que transpõe a ponderação que o momento do discurso exigia.

Referências

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. A era da informação: economia, sociedade e cultura. Vol2; São Paulo: Paz e Terra, 2006. Traduzido de: *The power of identity*. Maryland: Johns Hopkins: University Press, 1996.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna *et al.* **O Planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed. Ed. S.A., 2006

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Izabel Magalhães, coord. Da trad, ver técnica e prefácio. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001. Traduzido de: *Discourse and social change*, 1992.

_____. **Analyzing discourse: Textual analysis for social research**. London: Routledge, 2003.

OLIVEIRA, Edineia Aparecida Chaves de. O discurso sobre as mulheres fruta no jornal Folha de São Paulo: novas formas de comodificação do feminino na modernidade tardia. X ENCONTRO DO CELSUL – Círculo de Estudos Linguísticos do Sul UNIOESTE. 1. 2012. Cascavel (PR). **Anais do X ENCONTRO DO CELSUL – Círculo de Estudos Linguísticos do Sul UNIOESTE**. Cascavel: Universidade Estadual do Oeste do Paraná Cascavel-PR, 2012.

PEDRO, Emília Ribeiro. Análise crítica do discurso: aspectos teóricos, metodológicos e analíticos. In: PEDRO, E. R. (Org). **Análise Crítica do Discurso**. Lisboa: Caminho Editorial, 1997.

VAN LEEWEN, Theo. A representação dos atores sociais. In: PEDRO, Emília Ribeiro. (Org.) **Análise crítica do discurso: uma perspectiva sociopolítica e funcional** Lisboa: Caminho, 1998, p. 169 – 222.

“SIGNIFYIN(G)” COMO JOGO DE LINGUAGEM: REFLEXÃO SOBRE SENTIDO E CULTURA AFRO-AMERICANA

Luciana de Mesquita SILVA⁷³

Resumo: Este artigo tem como objetivo discutir algumas perspectivas dos estudos da significação, tais como a proposta por Ferdinand de Saussure, e relacioná-las ao pensamento de Henry Louis Gates, Jr, renomado crítico literário, acadêmico, escritor e editor estadunidense. Dessa forma, tomando-se como base a noção de “Signifyin(g)” proposta por Gates, busca-se analisar um exemplo que ilustra essa concepção. Com isso, pretende-se enfatizar a importância dessa teorização para os estudos sobre o sentido, especialmente por trazer à luz um universo historicamente marginalizado e oprimido pela cultura branca hegemônica.

Palavras-chave: Significação. Linguagem. Cultura afro-americana.

Abstract: *This paper aims to discuss some perspectives of the studies on meaning, such as the one proposed by Ferdinand de Saussure, and connect them with Henry Louis Gates Jr.’s thought, a renowned American literary critic, scholar, writer and editor. Therefore, taking the notion “Signifying” proposed by Gates as a basis, we seek to analyze an example that illustrates that conception. Hence, we intend to emphasize the importance of that theorization to the studies on meaning, especially because it brings to light a historically marginalized and oppressed universe by the hegemonic white culture.*

Keywords: *Meaning. Language. African-American culture.*

⁷³Docente de Língua Portuguesa e Língua Inglesa no Bacharelado em Turismo e no Mestrado em Relações Étnico-Raciais, CEFET-RJ, Petrópolis/RJ e Rio de Janeiro/RJ, Brasil, luciana.cefetrij@gmail.com.

A Significação [Signifyin(g)] é um jogo verbal – jogo sério que serve como instrução, diversão, exercício mental, preparação para interagir com amigos e inimigos no âmbito social. No vernáculo negro, a Significação [Signifyin(g)] é um sinal de que não se pode confiar nas palavras, de que até mesmo a afirmação mais literal abre espaço para a interpretação, de que a linguagem é tanto carnaval quanto campo minado.

John Wideman

Pensar em questões relativas à significação é mergulhar em um universo repleto de impasses e controvérsias. Isso porque não há uma única teoria do significado: diversas correntes que abordam o referido campo tratam de tópicos antigos e recalcitrantes que incluem os jogos entre sentido literal e sentido figurativo, escrita e fala, compreensão e interpretação, entre outros.

É interessante ressaltar que desde a Grécia Antiga (século V a.C.), a partir de estudos no âmbito da filosofia, verifica-se uma preocupação com o pensamento sobre a significação. Por um lado, os socráticos, relacionados a uma visão representacionista sobre a linguagem, defendem a ideia do significado como entidade fixa e objetiva, simbolizado pela palavra. As verdades prevalecem sobre o consenso e o discurso é centralmente declarativo, literal e universal e, portanto, estaria sujeito a ser verdadeiro ou falso. Nesse sentido, a linguagem é considerada como um instrumento presidido por uma razão exterior.

Por outro lado, os sofistas desafiam essa abordagem anti-relativista: iluminam a volatilidade da linguagem, que apresenta uma função constitutiva nos assuntos humanos, e rompem com a ideia da existência de verdades. Logo, há somente consenso, marcado por uma instabilidade, e o significado é circunstancial, uma vez que se vincula ao seu uso nas práticas sociais. Tais perspectivas encontram respaldo no senso comum até os dias de hoje, embora o paradigma da representação seja predominante no cenário em questão.

Neste artigo, será construído um breve panorama dos estudos acerca do significado, partindo de textos inaugurais no campo da ciência da linguagem e prosseguindo com teorizações nas áreas dos estudos lógicos, dos estudos cognitivos e dos estudos pragmático-discursivos em conjunto com os estudos pós-estruturalistas. Em seguida, será introduzido o pensamento de Henry Louis Gates Jr., que se reapropria do termo “signifying”, de Ferdinand de Saussure, e traz à superfície a expressão “Signifyin(g)”, referindo-se a um modo figurativo de linguagem fundamentalmente utilizado por negros nos Estados Unidos. Tal recurso linguístico, embora se traduza por uma multiplicidade de formas, é caracterizado por uma riqueza de efeitos de surpresa na arte do sentido. Por fim, com o apoio de diferentes vertentes

de estudos sobre o significado no universo teórico contemporâneo, busca-se lançar luz sobre um caso mencionado pelo autor em que se fazem evidentes embaraços em torno do sentido.

Breve panorama sobre os estudos da significação

No que diz respeito às reflexões vinculadas ao significado, estas passaram a ter um cunho científico a partir do final do século XIX. A Semântica, como uma disciplina instituída, caracteriza-se por pressupostos que englobam o laço indissolúvel entre a questão do sentido e a questão da verdade, a ascendência grega nas teorias contemporâneas do significado, o reconhecimento da resistência do significado à teorização, a hegemonia do paradigma da representação e o progresso dissimétrico da ciência da linguagem.

Nesse momento inaugural, os textos teóricos na referida área são marcados por uma cientificidade e buscam combater discursos pré-existentes sobre o assunto, oscilando entre o paradigma da representação e o paradigma da práxis. Michel Bréal, por exemplo, em um ensaio sobre semântica de 1897, afirma que “a linguística fala ao homem dele mesmo” (BRÉAL, 1992, p. 17), ou seja, a linguagem é um instrumento da civilização. Bréal aponta para a dimensão prática do fazer linguístico, retomando a ideia de norma no sentido ético e político, a partir de um pensamento historicista. O pensador em análise, desse modo, dissocia-se da ideia de que forma e sentido ocorrem em um vácuo, uma vez que a linguagem traz implícita a marca do sujeito.

Ferdinand de Saussure, por sua vez, situa-se no mesmo cenário de Bréal, sendo herdeiro de seus postulados. Seu pensamento está associado ao estruturalismo, à sincronia e à diacronia, entre outros aspectos. Além disso, ele questiona o paradigma da representação em seu *Curso de linguística geral*, publicado postumamente em 1916, ao afirmar o seguinte: “Há, inicialmente, a concepção superficial do grande público: ele vê na língua somente uma nomenclatura, o que suprime toda pesquisa acerca de sua verdadeira natureza” (SAUSSURE, [1916] 2000, p. 25). Dessa forma, Saussure reconhece a linguagem como um fato social. No entanto, o estudioso se distancia desse paradigma da práxis ao trazer à luz a concepção biplanar de signo, em que se subentende a ideia de que as representações mentais são geralmente as mesmas para todos os indivíduos, e o fato de que a langue, apesar de seu caráter histórico, trata-se de um sistema homogêneo com força coercitiva.

Outros intelectuais ligados a esse primeiro movimento nos estudos do significado são Leonard Bloomfield e Noam Chomsky. Bloomfield, a partir de *Language* (1933), enxerga a

linguagem como um conjunto de hábitos mentais, enquanto que Chomsky, em *Estruturas sintáticas* (1957), mostra-se afiliado a uma tradição racionalista, a partir da qual a linguagem é vista como parte do dote biológico humano.

No que tange ao âmbito dos estudos lógicos, encontram-se intelectuais como Gottlob Frege (“Sobre o sentido e a referência” – 1976) e Alfred Tarski (“A concepção semântica da verdade e os fundamentos da semântica” – [1994] 2006), os quais buscam destacar as imperfeições das línguas naturais em favor da expressão de um pensamento racional. Nesse cenário, há um privilégio de sentenças declarativas, uma vez que só podem ser verdadeiras ou falsas, e o estudo do significado só é válido em sua dimensão objetiva e pública. Assim, seria possível territorializar o sentido por meio das seguintes atividades: tradução de sentenças para uma metalinguagem lógica; estabelecimento de um modelo matemático da situação que a linguagem descreve e verificação do valor de verdade de uma sentença em relação à situação modelada (SAEED, 2008).

Na vertente dos estudos cognitivos, de acordo com os estudos da mente computacional, o significado é uma representação mental de alguma natureza. Steven Pinker, em *Como a mente funciona* (1997), estabelece uma analogia literal entre mente e computador, defendendo uma postura anti-relativista. Segundo o autor, a mente funciona como um mecanismo em que input e output são previsíveis, constitui-se de módulos que trabalham autonomamente, é equipada para o conhecimento, garantindo a universalidade das afecções da alma, e resulta de uma série de processos de seleção natural. Jerry Fodor dialoga com Pinker ao se debruçar em uma semântica mentalista, que relaciona os símbolos ao que eles representam: “Eu suponho que o sistema de representações mentais constitui uma língua (Mentalês) [...] As fórmulas em línguas naturais herdam suas propriedades semânticas daquelas das representações mentais que estão acostumadas a expressar” (FODOR, 2007, p. 2)⁷⁴. Ainda no conjunto dos estudos cognitivos, os estudos da mente literária, assentados no experiencialismo, priorizam o pensamento como algo encarnado: o significado está no corpo que se movimenta no mundo e se relaciona com o meio ambiente, e não na correspondência entre as palavras e as coisas. Essa é a visão de Lakoff e Johnson, para os quais “[a razão] é modelada crucialmente pelas peculiaridades de nossos corpos humanos, pelos detalhes notáveis da estrutura neural de nossos cérebros, e pela

⁷⁴ Texto original: “I assume that the system of mental representations constitutes a language (Mentalese) [...] Formulas in natural languages inherit their semantic properties from those of the mental representations that they are used to express.”

especificidade de nosso funcionamento diário no mundo” (LAKOFF e JOHNSON, 1999, p. 4)⁷⁵.

No campo dos estudos pragmático-discursivos, destaca-se um afastamento da visão de linguagem como representação e uma aproximação da concepção de linguagem como práxis. Ludwig Wittgenstein, em *Investigações filosóficas* ([1953] 1999), questiona o modelo linguístico de objeto-designação, uma vez que os diversos usos de uma palavra não se organizam de forma estável em torno de um núcleo comum de significado. Dessa forma, “imaginar uma língua é imaginar uma forma de vida” (§ 19), ou seja, a linguagem e a práxis formam uma unidade. Seguindo esse raciocínio, Wittgenstein propõe que um enunciado não é inteligível por si e por todas as pessoas da mesma forma: a linguagem é como um jogo, cujos participantes oferecem seus lances. Em suas palavras, “compreender uma frase significa compreender uma língua” (§ 199). Logo, uma sentença é o que ela faz e a linguagem caracteriza-se por regras. Estas irão determinar se o modo como uma expressão ou uma frase são compreendidas será aceito dentro de um contexto específico. A linguagem não se submete, portanto, a uma vontade individual, pois que “na *linguagem* os homens estão de acordo. Não é um acordo de opiniões, mas de forma de vida” (§ 241). Austin, no livro *Quando dizer é fazer* (1990), compartilha da visão anti-representacionista de Wittgenstein ao retirar a declaração do centro do campo da linguagem a partir da seguinte classificação: “sentence” (sentença – fragmento de linguagem), “statement” (declaração – uso da sentença para afirmar ou negar algo) e “utterance” (proferimento – ato concreto).

Ainda nessa cena teórica em que postulados essencialistas sobre a linguagem são questionados, fazem-se presentes pensamentos relacionados ao pós-estruturalismo. Nesse contexto, verificam-se respostas ao estruturalismo, não só para negá-lo, mas também para radicalizá-lo de uma forma extrema. É o que ocorre, por exemplo, no raciocínio de Jacques Derrida, que se apropria de alguns aspectos abordados por Saussure e os subverte. Como foi mencionado anteriormente, Saussure enxerga a linguagem no centro dos assuntos humanos a partir de uma rede homogênea entre as línguas e os falantes. Derrida, por sua vez, defende que tal rede não é igual para todos: um significante remete a outro significante continuamente. Nas palavras do autor:

⁷⁵ Texto original: “[reason] is shaped crucially by the peculiarities of our human bodies, by the remarkable details of the neural structure of our brains, and by the specifics of our everyday functioning in the world.”

“Significante do significante” descreve o movimento da linguagem: na sua origem, certamente, mas já se pressente que uma origem, cuja estrutura se soletra como “significante do significante”, arrebatase e apaga-se a si mesma na sua própria produção. (DERRIDA, 1973, p. 9)

No referido quadro, portanto, desafiam-se dicotomias como significado e significante e consideram-se os discursos como práticas descontínuas.

Por uma teoria de significação afro-americana

No livro *The Signifying Monkey: a theory of African-American literary criticism*, Gates (1989) amplia o cenário da crítica literária ao propor uma teorização notavelmente fundamentada no universo da literatura afro-americana. Nesse quadro, o autor aponta para uma tradição negra estadunidense marcada por uma subversão de valores hegemônicos brancos. Em seu pensamento, “enquanto que escritores negros com toda a certeza revisam textos na tradição ocidental, eles procuram fazê-lo frequentemente ‘de um modo autêntico’, com uma diferença negra, um senso convincente de diferença baseado no vernáculo negro” (GATES, 1989, p. xxii)⁷⁶. Em tal cenário, os textos dialogam entre si e apresentam como peculiaridade um trabalho com a linguagem que pretende ser caracteristicamente afro-americano, não só a partir da utilização do vernáculo negro, mas também por meio de estratégias estilísticas traduzidas, por exemplo, em uma escrita que busca reproduzir a oralidade.

Para desenvolver seus argumentos e, posteriormente, analisar obras que compõem um arcabouço literário negro nos Estados Unidos, tais como *Their eyes were watching God*, de Zora Neale Hurston, e *The color purple*, de Alice Walker, Gates lança luz sobre uma figura que permeia a herança cultural afro-americana: o “Signifying Monkey” (“macaco da significação”, em tradução livre). Esse personagem, ao lado do Leão e do Elefante, faz parte de um conjunto de histórias que supostamente se originaram no período da escravidão e se apresentam em diferentes versões, as quais geralmente começam da seguinte forma:

Deep down in the jungle so they say
There's a signifying motherfucker down the way.
There hadn't been no disturbin' in the jungle for quite a bit,
For up jumped the monkey in the tree one day and laughed,
“I guess I'll start some shit”. (GATES, 1989, p. 55)

⁷⁶ Texto original: “Whereas black writers most certainly revise texts in the Western tradition, they often seek to do so ‘authentically’, with a black difference, a compelling sense of difference based on the black vernacular.”

E têm este desfecho:

“Monkey”, said the Lion,
Beat to his unbooted knees,
You and your signifying children
Better stay up in the trees.
Which is why today
Monkey does his signifying
A-way-up out of the way. (GATES, 1989, p. 55)

Nessa narrativa, embora o Leão se considere o rei da selva, os animais sabem que a verdadeira majestade é o Elefante. Diante disso, o Macaco decide tomar uma atitude: insultar o Leão publicamente, denegrindo membros de sua família. O Leão fica irritado com o Macaco, o qual afirma que só estava repetindo o que o Elefante havia dito. Em seguida, o Leão desafia o Elefante e acaba sendo derrotado por ele. Furioso, o Leão resolve afrontar o Macaco. E mais uma vez é sobrepujado, já que o Macaco tem sucesso em sua estratégia de significação, denominado “the dozens”, na tradição afro-americana: trata-se de um jogo em que se busca derrotar o adversário por meio de ofensas dirigidas a seus familiares, notadamente a sua mãe.

Segundo Gates, esse enredo marca uma reversão irônica de uma imagem racista do negro em que o mesmo é comparado ao macaco. O “Signifying Monkey” representa a repetição na diferença, porque sua tática linguística, baseada em proferimentos advindos do Elefante, provoca um efeito de surpresa no Leão. Nesse caso, o Leão parece simbolizar uma visão de linguagem como representação, em que o significado é presidido por uma razão exterior, independentemente do sujeito que fala.

Na contramão dessa postura essencialista, “a poesia desses contos responde ao próprio jogo livre da linguagem, ao deslocamento de sentidos, exatamente porque ela chama a atenção para suas estruturas e estratégias retóricas e, desse modo, chama a atenção para a força do significante” (GATES, 1989, p. 53)⁷⁷. A partir dessa citação, pode-se estabelecer um diálogo entre Gates e Derrida, que opõe o logocentrismo ao jogo livre dos significantes. Na visão do estudioso em análise, o logocentrismo focaliza o logos, a racionalidade e a palavra. Desse modo, a essência de qualquer texto estaria em sua própria letra e o significado, universal, seria privilegiado com relação ao significante, variável. Por outro lado, no jogo livre de significantes, apoiado por ele e também iluminado por Gates, a linguagem se cria e cria mundos. O contexto nunca é absolutamente determinável: ele é ilimitado.

⁷⁷ Texto original: “The poetry of these tales turns upon the free play of language itself, upon the displacement of meanings, precisely because it draws attention to its rhetorical structures and strategies and thereby draws attention to the force of the signifier.”

Gates também propõe uma conversa com Saussure ao tomar como referência sua teoria do signo. Ele parte do vocábulo “Signification”, relacionado ao contexto afro-americano, e o diferencia de “signification”, vinculado ao universo do inglês padrão: tratam-se de significantes “iguais” até certo ponto, já que se aproximam e se distanciam a todo momento. Esse movimento vertiginoso pode ser traduzido da seguinte maneira: “a relação que o termo negro ‘Signification’ sustenta com o termo inglês ‘signification’ é, paradoxalmente, uma relação de diferença inscrita em uma relação de identidade” (GATES, 1989, p. 45)⁷⁸. Gates marca a identidade na diferença a partir do uso de letra maiúscula não só no vocábulo em questão, como também no termo “signifying”, o qual se destaca pelo fato de a letra “g” ser colocada entre parênteses para simbolizar a forma como os afro-americanos pronunciam a referida palavra. Daí o neologismo “Signifyin(g)”. Logo, Gates reapropria a teoria do signo de Saussure, ao manter o significante, mas substituir o significado por figuras retóricas. Isso porque, na tradição negra estadunidense, significar é se engajar em determinados jogos discursivos.

A significação é a principal figura de linguagem no contexto afro-americano, abrangendo estratégias linguísticas como “marking”, em que o falante, simulando uma representação teatral, imita as palavras e as ações de uma pessoa e faz alguns comentários sobre ela durante o processo, “rapping”, a partir do qual, através de um trabalho que requer uma improvisação com palavras em um esquema de rimas, um homem tenta conquistar uma mulher ou o emissor procura passar informações para o interlocutor, “loud-talking”, que ocorre quando o falante pronuncia uma sentença muito alto, de forma que ela seja ouvida e dirigida a quem está fora do contexto da conversa, podendo este escolher entre entrar nesse jogo de significação ou permanecer fora dele, e “the dozens”, que, conforme foi mencionado anteriormente, trata-se de um jogo em que os participantes provocam um ao outro com insultos a seus familiares (GREEN, 2002).

Trata-se, portanto, de um estilo de linguagem que, por si só, desafia dicotomias como sentido literal e sentido figurado e discurso ordinário e discurso literário, subvertendo uma visão essencialista sobre a significação, de forma que, nas palavras de Gates, “uma pessoa não Significa [Signify] alguma coisa; uma pessoa Significa [Signifies] de *alguma maneira*” (GATES, 1989, p. 78⁷⁹). A ilustração de tal jogo linguístico por meio da narrativa “The

⁷⁸ Texto original: “The relationship that black ‘Signification’ bears to the English ‘signification’ is, paradoxically, a relation of difference inscribed within a relation of identity.”

⁷⁹ Texto original: “One does not Signify some thing; one Signifies *in some way*.”

Signifying Monkey” será ampliada a seguir, a partir da análise de um caso citado por Gates caracterizado por surpresas em torno do significado.

Embaraços no campo do sentido: “The In Your Face Test of No Certain Skills”

Um dos exemplos sobre significação [Signifyin(g)] trazidos por Gates em seu livro se relaciona com o artigo “Test on street language says it’s not Grant in that tomb”, publicado no jornal *The New York Times*, em 17 de abril de 1983. O assunto abordado nesse texto se vincula a uma prova aplicada a alunos de ensino médio nos Estados Unidos com o objetivo de testar seus níveis de inteligência. Uma turma da escola Hill High (Carolina do Norte) que foi submetida a tal avaliação de múltipla escolha, elaborada pela organização McGraw-Hill, relatou ao professor Rob Slater suas grandes dificuldades na realização de um teste cujas questões padronizadas se distanciavam de sua realidade diária.

Sensibilizado com o posicionamento dos alunos, Slater acolheu a ideia que eles propuseram: fazer uma prova para testar o conhecimento do vocabulário falado nas ruas e aplicá-la aos funcionários da McGraw-Hill. O título escolhido foi “The in your face tests of no certain skills”, baseado em uma estratégia de significação [Signifyin(g)] em que há uma repetição na diferença. “In your face” se relaciona ao fato de alguém encarar o outro nos olhos ao se sentir confrontado (essa atitude pode ser observada no momento que antecede disputas esportivas, tais como lutas marciais), enquanto que a segunda parte do título remete, de forma paródica, aos próprios testes de inteligência aplicados aos alunos como, por exemplo, “The Iowa test of basic skills”.

No conjunto de questões da prova, repletas de diferentes formas de significação [Signifyin(g)], encontrava-se a seguinte pergunta, a que se refere o título do artigo: “Who is buried in Grant’s tomb?” (“Quem está enterrado no túmulo de Grant?”). Segundo o gabarito proposto pelos alunos, a resposta seria “Your mama” (“Sua mãe”). Esse jogo representado pela estratégia “the dozens” é comum não só na vida cotidiana, segundo Gates, como também no âmbito literário. É o que se pode perceber na passagem de um texto do renomado poeta afro-americano Langston Hughes:

And they asked me right at Christmas
If my blackness, would it rub off?
I said, ask your mama. (GATES, 1989, p. 44)

Retornando a “The in your face tests of no certain skills”, é interessante destacar que oito empregados da McGraw-Hill aceitaram se submeter ao teste e obtiveram como resultado os conceitos C e D. Esse caso, em que se manifestam surpresas com relação ao significado, conduz a algumas reflexões a partir de diferentes vertentes teóricas no campo do sentido.

Segundo os estudos lógicos, que privilegiam a sentença declarativa, a linguagem se estrutura logicamente e está fundamentalmente relacionada ao mundo. Nesse sentido, uma forma de transformar objetivamente a questão da prova mencionada em uma declaração poderia ser a seguinte: a) “Grant está enterrado no túmulo de Grant”. Trata-se de uma verdade óbvia, uma tautologia. No entanto, ao se acrescentar a resposta “correta” à pergunta, poderia ser formulada esta sentença: b) “Sua mãe está enterrada no túmulo de Grant”. Nesse caso, há uma verdade sintética, que só pode ser compreendida pela inspeção de fatos no mundo. A partir daí surgem algumas reflexões que desafiam essa visão lógica da linguagem. Uma vez que a objetividade do significado “é garantida pela uniformidade de assentimento entre os membros de uma comunidade” (OLIVEIRA, 2009, p. 20), ela se perde no contexto da prova mencionada: os alunos do High Hill não compartilham da mesma visão de mundo do que os funcionários da McGraw-Hill. Além disso, a frase “a”, supostamente verdadeira, passa a ser falsa nesse novo cenário.

Na percepção dos estudos cognitivos que focalizam a mente computacional, os processos mentais, assentados em uma perspectiva neo-racionalista, compõem um sistema representacional que é o mesmo para todas as pessoas. Tal sistema é denominado mentalês, já que “não se pensa em uma língua natural” (FODOR, 2007, p. 11)⁸⁰. Essas ideias podem ser questionadas a partir da pergunta inserida na prova em análise: as formas como a pergunta é representada no mentalês para o grupo de empregados da McGraw-Hill e pelos alunos da High Hill são diferentes. Isso significa que não há uma compreensão compartilhada da realidade. No que diz respeito à vertente da mente literária, o pensamento é encarnado e largamente inconsciente. O processo de entendimento da pergunta em análise, que apresenta diversos estágios nem sempre reconhecidos conscientemente, conduziu os funcionários da McGraw-Hill a uma resposta diferente da que os alunos propuseram.

⁸⁰ Texto original: “One doesn’t think in a natural language.”

No que tange aos estudos pragmático-discursivos, não há essência na linguagem. Dessa forma, compreender não é calcular para se chegar a um resultado específico: é saber dar o próximo lance no jogo da linguagem, o qual apresenta regras de acordo com a práxis. No contexto da “The in your face tests of no certain skills”, os empregados da McGraw-Hill não souberam dar prosseguimento ao jogo linguístico, caracterizado por uma natureza arriscada, sugerido pela pergunta feita pelos alunos, cujas regras determinam que as respostas que não sejam “Your mama” sejam excluídas do referido contexto. Ou seja, o contraste entre a visão dos funcionários e a dos estudantes sobre a questão citada ilustra as ideias de que “fazemos as coisas mais diferentes com as nossas frases” (WITTGENSTEIN, [1953]1999, § 27) e de que “a significação de uma palavra é seu uso na linguagem” (WITTGENSTEIN, [1953]1999, § 43).

Ainda nessa linha de pensamento, os estudos pós-estruturalistas apontam para a heterogeneidade da linguagem e subvertem a afirmação de que o significado possui uma essência que pode ser encontrada em um texto. O caso abordado por Gates ilumina esses postulados: a resposta dada à pergunta pelos alunos não seria a mesma dada pela maioria dos empregados da McGraw-Hill. Na verdade, ao tomarmos esse ponto de vista, não haveria uma única resposta à questão, uma vez que “o significado se encontra, sim, na trama das convenções que determinam, inclusive, o perfil, os desejos, as circunstâncias e os limites do próprio leitor” (ARROJO, 2003, p. 90). Nesse sentido, a escrita não é um espaço fechado, mas sim rastro de rastro, estando, portanto, sujeita a uma variedade de leituras influenciadas por aspectos históricos, culturais, sociais, entre outros.

Considerações finais

Conforme abordado ao longo deste artigo, as reflexões em torno do sentido são marcadas por uma gama de pensamentos. Desde a filosofia na Grécia Antiga, houve um contraste entre as percepções dos socráticos, que acabaram por influenciar fortemente o senso comum até os dias de hoje, e as dos sofistas, pensadores que também deixaram seu legado no mundo contemporâneo. Posteriormente, com o surgimento de textos de intelectuais como Saussure e Bréal, foi inaugurada a ciência da linguagem, proporcionando uma abertura para teorizações relativas à significação.

Entre essas teorizações, que incluem os estudos lógicos, os estudos cognitivos e os estudos pragmático-discursivos, que dialogam, de certa forma, com os estudos pós-estruturalistas, encontra-se o pensamento crítico-literário de Gates. Tal acadêmico promove a

visibilidade de um jogo de linguagem caracteristicamente afro-americano, marcado por uma riqueza de aspectos vinculados ao significado. Ao subverter o signo de Saussure e compartilhar a visão de Derrida, demonstrando uma repetição na diferença, Gates colabora na ampliação dos estudos sobre o sentido.

O caso dos alunos da escola High Hill trazido por Gates desvela alguns aspectos em torno do significado, os quais podem ser iluminados por diversas correntes teóricas. Independentemente da vertente de pensamento considerada, o que se evidencia no cenário em análise são surpresas no campo do sentido, surpresas essas que contribuem para o enriquecimento das discussões sobre perspectivas e impasses contemporâneos acerca da significação.

Referências

ARROJO, R. Desconstrução do logocentrismo e a origem do significado. In: ARROJO, Rosemary; RAJAGOPALAN, K. (Orgs.). **O signo desconstruído**. Campinas: Pontes, 2003. p. 36-41.

AUSTIN, J. L. **Quando dizer é fazer**. Tradução de D. M. de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

BLOOMFIELD, L. **Language**. New York: Henry Holt, 1933.

BRÉAL, M. **Ensaio de semântica: ciência das significações**. Tradução de Alda Ferrás et alli. São Paulo: EDUC, 1992.

CHOMSKY, N. **Estruturas sintáticas**. Tradução de Madalena Cruz Ferreira. Lisboa: Edições 70, 1957.

DERRIDA, J. O fim do livro e o começo da escritura. In: _____ (Org.). **Da gramatologia**. Tradução de por Miriam Schnaiderman e Renato J. Ribeiro. São Paulo: Perspectiva, 1973. p. 7-32.

FODOR, J. Semantics: an interview with Jerry Fodor. **ReVEL**, v. 5, n. 8, p. 1-12, 2007. Disponível em: <http://www.revel.inf.br/files/entrevistas/revel_8_interview_jerry_fodor.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2016.

FREGE, G. Sobre o sentido e a referência. In: _____ (Org.). **Lógica e filosofia da linguagem**. Tradução de Paulo Alcoforado. São Paulo: Cultrix, 1976. p. 59-86.

GATES, H. L., Jr. **The signifying monkey: a theory of African-American literary criticism**. New York/ Oxford: Oxford University Press, 1989.

GREEN, L. **African American English: a linguistic introduction**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. **Philosophy in the flesh**: the embodied mind and its challenge to western thought. New York: Basic Books, 1999.

OLIVEIRA, R. P. de. Semântica. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. (Orgs.). **Introdução à linguística**: fundamentos epistemológicos. São Paulo: Cortez, 2009. p. 17-45.

PINKER, S. **Como a mente funciona**. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SAEED, J. **Semantics**. New York/London: Routledge, 2008.

SAUSSURE, F. de. **Curso de linguística geral**. BALLY, C.; SECHEHAYE, A. (Orgs.). Tradução de Antônio Shelini, José P. Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, [1916], 2000.

TARSKI, A. A concepção semântica da verdade e os fundamentos da semântica. In: MORTARI, C. A.; DUTRA, L. H. de A. (Orgs.). **A concepção semântica da verdade**. Tradução de Celso Reni Braida. São Paulo: Unesp, [1944], 2006. p. 157-202.

WITTGENSTEIN, L. **Investigações filosóficas**. Tradução de José Carlos Bruni. São Paulo: Editora Nova Cultural, [1953], 1999.

TOPOGRAFIA DA CULTURA: UM CONCEITO DESCRITIVO ACERCA DA MATERIALIDADE COGNITIVO-DISCURSIVA

Marlúcia Mendes da ROCHA⁸¹

Camilla Ramos dos SANTOS⁸²

Resumo: Postula-se uma teoria materialista do discurso para constituir a sistematização de um nível de existência sócio-histórica e geopolítica, que coteja conceitos da Análise de Discurso, priorizando a materialidade cognitivo-discursiva. Neste estudo, é realizado um exercício topográfico como um dispositivo de análise descritiva, enfatizando o corpo cognoscente e o fenômeno do assujeitamento ideológico. Mediante os princípios teóricos das Geografias do Corpo, compreende-se que o corpo sistematiza uma metáfora orientacional, com funções cognitivas que constituem saberes em territórios narrativos onde pode estar ancorada a Ideologia, uma prática subjetiva que funciona como um complemento do imaginário e um paradigma da memória.

Palavras-chave: Análise de Discurso. Geografias do Corpo. Materialidade cognitivo-discursiva. Metáfora orientacional. Topografia da Cultura.

Abstract: *A materialist theory of discourse is postulated to constitute the systematization of a level of socio-historical and geopolitical existence, which contrasts concepts of Discourse Analysis, prioritizing the cognitive-discursive materiality. In this study, a topographic exercise is performed as a descriptive analysis device, emphasizing the knowing body and the ideological subjugation phenomenon. Through the theoretical principles of the Geographies of the Body, it is understood that the body systematizes an orientational metaphor, with cognitive functions that constitute knowledge in narrative territories where Ideology can be anchored, a subjective practice that works as a complement of the imaginary and a paradigm of memory.*

Keywords: *Discourse Analysis. Geographies of the Body. Cognitive-discursive materiality. Orientational metaphor. Topography from the Culture.*

⁸¹ Docente no Mestrado em Letras: Linguagens e Representações da Universidade Estadual de Santa Cruz (Uesc), Departamento de Letras e Artes, Ilhéus, Bahia, Brasil. Doutora em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). E-mail: malu.mm@gmail.com.

⁸² Mestre em Letras: Linguagens e Representações, pela Universidade Estadual de Santa Cruz (Uesc), Ilhéus, Bahia, Brasil. E-mail: camilla_ramos81@hotmail.com. Bolsista Capes.

Introdução

Quais são as condições de produção de um discurso? Esta é a primeira pergunta que um analista deve fazer a si próprio. A Análise de Discurso consiste em nomear um signo inscrito em uma memória, revelando uma forma que será pressuposta como uma identidade constituída como uma formação ideológica. Produzidas em dado contexto histórico, as formações ideológicas são determinadas por um modo de produção/reprodução/transformação das relações de produção de dada sociedade politicamente constituída. A compreensão das dinâmicas acerca do discurso, neste estudo, é conduzida por teorias que sustentam reflexões, mediante uma análise metodológica que funciona como um conceito descritivo. A partir disso, é possível teorizar um gesto de interpretação ao ser analisada a produção de sentido de um objeto simbólico, que esteja produzindo significância.

Segundo Pêcheux (1995; 1999), na materialidade linguística da memória discursiva - ou efeito de interdiscurso - inscreve-se o *locus* signatário que realiza a cadeia de sentido dos discursos: o pré-construído. Como o produtor do efeito de sentido que nomeia a forma-sujeito por meio da sua inscrição no intradiscurso - ou efeito transversal - o pré-construído é regido por um pré-constructo, sendo este último uma unidade simbólica relativa ao que Paveau (2007) denomina como a uma memória cognitivo-discursiva. Trata-se de um arquivo de quadros prévios da memória discursiva. No presente dispositivo, são utilizadas as suas definições para compor o que se denomina como uma *memória antropognóstica*.

A partir de teorias que consideram o território do saber como o centro de articulação da linguagem territorial, a iconicidade é conceituada como o traço delineador das percepções entre a nomeação, a prática ideológica e a coisa representada, que revela a origem de seu significante como um *tópos discursivo*. Compreende-se o *tópos* discursivo como o lugar discursivo comum que reverbera efeito de sentido na cadeia discursiva dos aparelhos ideológicos em diferentes níveis.

Considera-se o signo linguístico como uma evidência da língua popularizada pelo corpo como um comportamento, este último formatado a partir de efeitos de sentido passíveis de expressão a partir do pré-constructo formalizado pelo *tópos* de seus argumentos. Para Pêcheux (1995; 2012), os argumentos utilizados por um sujeito do discurso tratam-se de uma linguagem opaca e determinada por uma convenção. A partir do momento em que essa convenção encontra-se formalizada, a similitude do ícone convencionado como uma prática ideológica da materialidade da vida política adquire *status* como referência das expressões sintáticas a serem

analisadas como um discurso. A forma convencionada como um signo linguístico é motivada por índices de estrutura morfológica e fonética, transparecendo um tipo de relação natural entre a sua gramática e a sua semântica. Pêcheux (2012) salientou que as palavras, nos diferentes domínios da vida social, podem mudar de sentido de acordo com as posições sustentadas por aqueles que as empregam, avalizando o *status* de fenômenos da semântica como o produto e a produção contextual do discurso. De acordo com o filósofo, para a Teoria Geral da Linguística, a *teoria semântica*, uma *propriedade primária de sentido*, funciona como um prolongamento e o coroamento dos níveis inferiores⁸³ desta ciência multidisciplinar. A fala, o uso da língua, está diretamente vinculada ao meio social em que é articulada, seja sob sua forma política, literária, acadêmica, jurídica, estatal etc. Assim, corresponde a algo que supera a gramática, admitindo um comportamento para ser inscrita e compreendida como linguagem.

A memória antropognóstica representa a síntese de hologramas a serem vetorizados pelos indivíduos de dada sociedade e grupos correspondentes. Conforme Jena (2016), um holograma pode ser compreendido como um sinal completo de dada escrita, formado como uma descrição metodológica de um registro integral da informação em relevo e profundidade; prevê níveis de descrição dispersos, desnivelados e estratificados. Cada uma de suas partes representa a totalidade do conjunto, interpretado pela sua visualização a partir de dado ângulo restrito. As noções da Física indicam a composição dimensional da holografia como que disposta em três níveis subsequentes. Neste artigo, compreende-se que o fenômeno da materialidade do signo holográfico ocorre na conexão entre o pré-constructo, posto em uma dimensão zero apenas como um ponto de referência dinamizado pela linearidade de uma conjunção arbitrária, que compreenderá a primeira dimensão e o início do processo de vetorização. Os eixos que correspondem ao relevo, ou seja, as suas dimensões espaciais em paradigma vertical e horizontal no território narrativo, marcam a segunda dimensão e encontram completude em sua profundidade paradigmática quando é posto como um significante. As equações entre os níveis interdiscursivos e intradiscursivos compõem pontos de imbricações entre a convenção e a razão, que são compreendidas como materializações do próprio conhecimento.

Ao considerar a memória como uma referência nos efeitos de sentido, reproduzida no discurso, é admitida a necessidade da aplicação das teorias da Análise de Discurso. São utilizadas, ainda, conceitos das Geografias do Corpo, enfatizando o corpo como a escala e a unidade simbólica da produção das práticas de participação política e cultural. É evidenciada a

⁸³ O filósofo francês relaciona estes níveis à *fonologia, morfologia, e sintaxe*.

submissão do corpo à incorporação de processos de (des)naturalização e subordinação/assujeitamento ao âmbito em que a Cultura é produzida e compartilhada.

Os pressupostos teóricos do dispositivo de análise topográfica da Cultura: um conceito descritivo

Segundo Michel Pêcheux (1995), a partir de uma crítica de base teórica marxista-althusseriana, freudiana e lacaniana, e ao que postulou Foucault, uma formação discursiva, no que tange à Análise de Discurso, representa uma regularidade linguística em referência a signos; formada mediante atos que surgem como posicionamentos políticos, estes últimos analisados como formações ideológicas produzidas em condições históricas de existência nos aparelhos ideológicos. Pêcheux definiu que o sentido direcionado pelas formações ideológicas é balizado pela sua formação discursiva, sendo esse efeito de sentido compreendido como o discurso engendrado na materialidade histórica do uso da língua em função dialética, a partir do inconsciente.

Conforme Pêcheux (1995), a produção de sentidos é uma circunstância definida pela posição de onde são articuladas as expressões linguísticas, um posicionamento referente a uma formação ideológica. O sentido de uma dada formação ideológica refere a uma reprodução das posições ideológicas marcadas pelo seu contexto em dado processo sócio-histórico. As formações discursivas regulam o que pode e deve ser dito a partir de dada conjuntura sobrepondo-se como um fator determinante, sendo marcadas pela luta de classes e articuladas como expressão linguística. Segundo Pêcheux (1995), a materialidade do discurso e do sentido ocorre quando os indivíduos são interpelados em sujeitos-falantes pelas formações discursivas, transparecendo a existência de uma simetria de adequação ao posicionamento de dada formação ideológica. Ao admitir o caráter polissêmico da linguagem, considera-se que os sentidos são produzidos mediante uma relação estabelecida entre as possíveis inscrições de uma mesma formação discursiva.

Ao evidenciar o ente geopoliticamente localizado em dada temporalidade narrativa, Nunes (2014) compreende que o corpo, ao mesmo tempo em que é objeto, é também sujeito, é material e simbólico. Carrega em si marcas sociais de diferentes contextos históricos, sendo constituído de camadas de significado. O corpo corresponde à base existencial da Cultura, composto por concepções em diferentes domínios, sejam míticos, religiosos, filosóficos,

estéticos etc. Segundo Nunes (2014, p. 13), “escala elementar, primeiro território, mídia comunicacional, o corpo no seu duplo sentido é meio cognitivo e experiência vivenciada”.

As teorias da Análise de Discurso e das Geografias do Corpo oferecem um suporte para as investigações de evidências da individualidade concreta, estrutura da cultura subjetiva, da ordem geopolítica, além de histórica como é explicitamente exposto nas teorias de Michel Pêcheux. A memória discursiva, analisada mediante o seu efeito de interdiscurso, inclui um complexo com dominante de formações discursivas. O complexo com dominante pode ser compreendido como uma combinação de formações ideológicas que sintetizam uma prática ideológica dominante em dada Cultura.

Conforme Pêcheux (1995, p. 149), “a categoria do sujeito é a categoria constitutiva de toda ideologia”, uma existência histórica, concreta. A constituição do efeito de sentido relaciona-se com a constituição da forma-sujeito. A memória discursiva - ou interdiscurso - refere a um conjunto de formações ideológicas constitutivas pela forma-sujeito moderna que materializa um efeito de sentido e que traduz uma prática ideológica. De acordo com Pêcheux (1995), a relação entre a constituição de um efeito de sentido para o discurso e a constituição de um sujeito do discurso ocorre pela interpelação realizada pelo interdiscurso, que de acordo com Paveau (2007) deve constituir uma abordagem em quadros pré-discursivos coletivos, acerca da prática ideológica. Segundo Pêcheux (1995), a interpelação determina o vínculo entre o “sujeito de direito” e o “sujeito ideológico”, assujeitados ao pré-construído das formações discursivas articuladas em luta de classes nos respectivos Aparelhos Ideológicos de Estado.

Conforme Althusser (1980), a ideologia é uma representação da relação imaginária dos indivíduos com as suas condições de existência. Possui uma presença material ao prescrever práticas rituais por meio de Aparelhos Ideológicos de Estado. Segundo Althusser, complexo de realidade política limitada pelo poder repressivo do Estado, estes aparelhos funcionam necessariamente por meio da instituição de ideologias, alvo e local das lutas entre classes. Pêcheux (1995) esclareceu que a produção/reprodução/trans formação das relações de produção são processos objetivos, cujo mistério encontra-se nos trâmites da interpelação dos indivíduos em sujeitos pela Ideologia. Uma formação ideológica marca a sua existência como que pelo sujeito e para o sujeito, como uma inscrição de efeito de sentido nas formações discursivas.

Ao considerar o seu objeto, em síntese, como “práticas discursivas”, Pêcheux definiu que para a questão do discurso na forma-sujeito:

[...] toda prática discursiva está inscrita no complexo contraditório-desigual-sobredeterminado das *formações discursivas* que caracteriza a instância ideológica em condições históricas dadas. Essas formações discursivas mantêm entre si relações de determinação dissimétricas (pelos ‘efeitos de pré-construído’ e ‘efeitos transversos’ ou de ‘articulação’ [...] de modo que elas são o lugar de um *trabalho de reconfiguração* que constitui, segundo o caso, um trabalho de recobrimento-reprodução-reinscrição [...] a questão da prática discursiva levará necessariamente à questão do complexo das formações discursivas na forma-sujeito. Não se trata de dizer, porém, que uma prática (discursiva ou não) seja a *prática de sujeitos* [...] (PÊCHEUX, 1995, p. 213-214, grifos do autor).

Conforme Pêcheux (1995, p. 214), “todo sujeito é constitutivamente *colocado como autor* e responsável por seus atos”. As formações ideológicas, a partir de suas respectivas formações discursivas, determinam a interpelação do indivíduo em “sujeito-responsável”. Os *efeitos paradoxais* são induzidos por uma dinâmica de desdobramento da forma-sujeito, na qual é estabelecida uma relação entre a composição de um “sujeito da enunciação” e um “sujeito universal”.⁸⁴

A interpelação e o assujeitamento modulam o valor semântico e a alteridade determina o elo com a realidade. A intersubjetividade edifica o corpo cognoscente em seu discurso, inscrito como o próprio conhecimento. No presente dispositivo analítico, essa relação é considerada como um processo cujo fenômeno de produção de efeito de sentido para dado conhecimento-argumento-saber/ideologia decorre. A identidade e a memória de um indivíduo capacitam-no para vivenciar uma realidade em experiência.

A partir de princípios teóricos referentes à cognição, Nunes (2014, p. 05) descreve que uma prática epistemológica das Geografias do Corpo compreende o corpo como o objeto da experiência incorporada. Emerge da experiência humana na diferença. “A corporeidade abre um espaço de significação do mundo em um movimento no qual o sujeito e o mundo se interpretam mutuamente”. De acordo com Nunes, ao longo da história da civilização humana, o corpo tem sido alvo de representações. Nas sociedades ocidentais, as representações e processos de subjetivação estão estritamente interligados à evolução da técnica para a

⁸⁴ Pêcheux (1995) descreveu que esse desdobramento pode assumir duas modalidades evidentes: a superposição entre o sujeito da enunciação e o sujeito universal, de modo que a tomada de posicionamento discursivo realiza o assujeitamento do indivíduo sob a forma do *livre consentido do sujeito de direito*. Essa superposição indica um sujeito obediente ao Sujeito, o “bom sujeito” que representa a Ideologia do Estado. Interpelado pelo interdiscurso, o indivíduo tomará a forma de um sujeito ideológico determinado pelo efeito pré-construído; ou o sujeito da enunciação poderá voltar-se contra o sujeito universal e ser caracterizado como o “mau sujeito” e produzir um “contradiscurso”. Ao considerar as modalidades anteriores como uma identificação positiva ou negativa, o filósofo propôs a “desidentificação” do proletariado com as ideologias políticas ou científicas do Aparelho de Estado capitalista, conforme diretrizes de uma “tomada de posição não-subjetiva” a partir de conceitos do plano revolucionário marxista-leninista, incluindo as leituras de Louis Althusser.

instituição de imaginários coletivos e à representação e produção de sentidos da reprodução de estereótipos e imagens idealizadas do corpo.

Conforme Pêcheux (1995, p. 91), durante as suas análises, o linguista lida com a problematização do sistema linguístico, investigando o funcionamento da Língua com relação a si mesma. Porém, de acordo com a teoria do filósofo, o linguista deve considerar que a Língua apresenta-se como uma “base comum de processos discursivos diferenciados, que estão compreendidos nela”, na medida em que os processos ideológicos são simulados em outros processos, como o de identificação cultural. Segundo Pêcheux, os processos discursivos desenvolvem-se sobre as bases do sistema linguístico, enquanto um conjunto de estruturas fonológicas, morfológicas e sintáticas. Esse sistema é dotado de uma autonomia relativa que o submete a leis internas e que constituem o objeto da Linguística.

A partir de uma leitura crítica de Ferdinand Saussure [1857-1913], Pêcheux (2012, p. 126) postulou que a aplicação da Linguística deve agir como uma *análise das produções de um efeito metafórico*. Em sua máxima potência “ultrapassa o domínio do estudo de textos, e estende-se ao conjunto de objetos e comportamentos suscetíveis de revestirem uma estrutura”. Segundo Pêcheux, a Análise de Discurso deve considerar as teorias sobre a produção discursiva do sentido de um enunciado.

A referência do signo linguístico encontra-se suspensa em uma série de efeitos discursivos, desde narrativas político-culturais às narrativas mítico-historicistas. Conforme Pêcheux (2012), o sistema que rege a referência ocorre conforme um efeito da produção histórica induzida por uma metáfora. Segundo Pêcheux (2012, p. 152), a abrangência da Análise de Discurso considera como objeto de pesquisa as “formas de circulação que se instauram historicamente entre as diversas zonas discursivas e que se transformam consideravelmente ao longo do tempo”. O processo de produção de um efeito metafórico pode ser estudado a partir das noções acerca da materialidade discursiva, que constitui um nível de existência sócio-histórica. De acordo com Pêcheux, a materialidade discursiva remete às condições verbais de existência dos objetos, sejam esses científicos, estéticos, ou ideológicos etc., relacionados a uma dada conjuntura histórica. Pressupor os objetos de saber como evidências e considerar os processos discursivos nos quais eles são construídos constituem as prerrogativas da Análise de Discurso.

Segundo Pêcheux (2012), a referência discursiva do objeto é construída como formações discursivas, sejam técnicas, morais, políticas etc., que combinam o seu efeito de interdiscurso. Os objetos do saber não possuem uma região discursiva originária. Pêcheux

afirma, apenas, que possuem como origem de seu processo de produção a sua circulação entre as diferentes regiões simbólicas que produzem discurso. De acordo com o filósofo:

Nessa perspectiva, o interdiscurso, longe de ser efeito integrador da discursividade torna-se desde então seu princípio de funcionamento: é porque os elementos da sequência textual, funcionando em uma formação discursiva dada, podem ser importados (meta-forizados) de uma sequência pertencente a *uma outra* formação discursiva que as referências discursivas podem se construir e se deslocar historicamente [...]. (PÊCHEUX, 2012, p. 158, grifos do autor).

Pêcheux admitiu a leitura crítica de Althusser a Karl Marx [1818-1883] ao analisar a forma de inscrição de determinados discursos em relação à história do desenvolvimento capitalista. Teorizou que a forma-sujeito encontra-se materialmente dependente do suporte linguístico para articular formações discursivas inteligíveis, embutidas de formações ideológicas que produzam efeitos de sentido em dado contexto histórico marcado pela luta de classes. A partir da crítica marxista e dos conceitos de Althusser, Pêcheux (1995) determinou que os fundamentos de uma teoria materialista do discurso podem ser esclarecidos a partir das questões que envolvem as condições ideológicas da produção/reprodução/transformação das relações de produção. A Ideologia e as determinações socioeconômicas figuram como elementos dentro do quadro em que dadas condições são efetuadas. Conforme Althusser (1980), o Estado é o Aparelho (repressor) de Estado, diferenciando-se dos Aparelhos Ideológicos de Estado, no sentido de que os últimos não agem pela repressão e coerção, mas pela interpelação-assujeitamento do indivíduo, na ocupação de um posicionamento enquanto sujeito. De acordo com Althusser, o Aparelho (repressor) de Estado compreende o governo, a administração, as forças armadas, a polícia, os tribunais e as prisões. Segundo Pêcheux (1995, p. 145), os Aparelhos Ideológicos de Estado constituem, simultânea e contraditoriamente, “o lugar e as condições ideológicas da transformação das relações de produção”. As condições contraditórias são constituídas em um momento histórico dado e para uma formação social determinada pelo conjunto complexo dos Aparelhos Ideológicos de Estado que ela comporta. De acordo com Pêcheux:

Compreende-se, então, porque em sua materialidade concreta, a instância ideológica existe sob a forma de *formações ideológicas* (referidas aos Aparelhos Ideológicos de Estado), que, ao mesmo tempo, possuem o caráter ‘regional’ e comportam posições de classe: os objetos ideológicos são sempre fornecidos ao mesmo tempo que a maneira de se servir deles - seu sentido, isto é, sua orientação, ou seja os interesses de classe aos quais eles servem -, o que se pode comentar dizendo que as ideologias práticas são práticas de classes (de luta de classes) na Ideologia [...] O aspecto ideológico da luta para a

transformação das relações de produção se localiza, pois, antes de mais nada, na luta para impor, no interior do complexo dos Aparelhos Ideológicos de Estado, *novas relações de desigualdade-subordinação* [...] que acarretariam uma transformação do *conjunto* do ‘complexo dos Aparelhos Ideológicos de Estado’ em sua relação com o Aparelho de Estado e uma transformação do próprio Aparelho de Estado. (PÊCHEUX, 1995, p. 146-147, grifos do autor).

Conforme Pêcheux (1995), a desigualdade entre os níveis de formações discursivas, como a que há sob a dominação da ideologia (da classe) dominante, é descrita como inevitável, instável e necessária, para que a classe dominante assegure a dominação e a reprodução dessa dominação exercida sobre a minoria política. As relações de desigualdade e subordinação entre os diferentes Aparelhos Ideológicos de Estado constituem a cena da luta ideológica de classes. Segundo Pêcheux, o aspecto ideológico da luta para a transformação das condições de produção localiza-se, primeiramente, na luta para impor, no interior do complexo dos Aparelhos Ideológicos de Estado, novas relações de desigualdade-contradição-subordinação e de aliança.

Funcionando como um lastro para a validade e significação das formações ideológicas correntes em dado complexo sociocultural, os Aparelhos Ideológicos de Estado limitam as possíveis combinações da discursividade de uma forma-sujeito. A partir de Althusser:

Designamos por Aparelhos Ideológicos de Estado um certo número de realidades que se apresentam ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas [...] podemos desde já considerar como Aparelhos Ideológicos de Estado as instituições seguintes - O AIE religioso (o sistema das diferentes Igrejas), o AIE escolar (o sistema das diferentes escolas públicas e particulares), o AIE familiar, o AIE jurídico, o AIE político (o sistema político de que fazem parte os diferentes partidos), o AIE sindical, o AIE da informação (imprensa, rádio-televisão etc.), o AIE cultural (Letras, Belas Artes, desportos etc.). (ALTHUSSER, 1980, p. 42-44).

No presente dispositivo, os Aparelhos Ideológicos de Estado são polemizados como territórios do saber. O saber, produzido como um sinônimo da racionalidade, uma faculdade privilegiada na expressão da intersubjetividade, é suscitado por metáforas delineadoras de conceitos delimitados por um marcador pré-construído na forma de interdiscurso. Esse marcador é legitimado como linguagem dominante investida de efeito de sentido mediante mentalidades fixadas conforme um quadro modelar de cada Aparelho Ideológico de Estado. Salienta-se que a luta de classes não se restringe aos embates pela valência concêntrica de dada Ideologia, ou seja, pela legitimação de formações ideológicas no interior de dado Aparelho Ideológico de Estado e conseqüente produção das percepções acerca da Cultura. Após a posse de um território do saber delimitado na Ideologia correspondente, ocorre o embate excêntrico, fase em que o território do saber abrange a complexidade estrutural do Aparelho de Estado.

Não basta representar a Ideologia dominante em dado Aparelho Ideológico de Estado, pois, a definição da dominância no complexo subscreve a dominância entre os demais aparelhos. A Ideologia se realiza em práticas a serem reproduzidas como formações discursivas, mediante a prática de formações ideológicas. As ideologias encontram a sua materialidade simbólica quando incorporadas pela forma-sujeito: um corpo condicionado.

Mediante teorias do aporte epistemológico das Geografias do Corpo, a partir das formulações de Schlanger [1992], Mora (2009) descreve que a nomeação de um território do saber é instaurada pela construção de metáforas delineadoras de conceitos que operam a sua realização como marcadores, para a posse de um território a ser explorado. Consideradas em sua valência excêntrica, as metáforas funcionam como marcadores de separação entre territórios do saber. De acordo com Mora (2009), a delimitação entre os terrenos de conhecimento é acentuada e defendida por um imperativo da distinção de conceitos que, tomados pela sua valência concêntrica, operam como marcadores centrais. Viabilizam no interior de um território do saber o investimento de sentidos que sejam consonantes com o quadro do pensamento fixado. A mediação entre os territórios do conhecimento é engendrada através de embates, focados no alcance de um controle por meio da legitimação de sua linguagem como um território narrativo.

Conforme Pêcheux (1995), toda formação discursiva dissimula, mediante a transparência do sentido que lhe é atribuído, uma dependência com o “todo complexo com dominante” das formações discursivas. Caracterizando o complexo das formações ideológicas, esse “todo complexo com dominante” está submetido à lei da desigualdade-contradição-subordinação, o qual é definido pelo filósofo como interdiscurso. Segundo Pêcheux, a estrutura do interdiscurso determina materialmente o efeito do encadeamento pré-construído em redes de memória e o efeito de articulação das formações ideológicas. A ideologia realiza a sua função de interpelar indivíduos em sujeitos de seu discurso, pelo interdiscurso, fornecendo um sistema de evidências e de significações experimentadas. Assim, é determinada a exterioridade que condiciona a constituição do sujeito do discurso.⁸⁵ Conforme Pêcheux (1995), essa relação realiza-se como uma identificação imaginária que reinscreve o interdiscurso, processo de repetição subordinado pela paráfrase. Como uma dinâmica da linguagem, a paráfrase regula o necessário encadeamento de sentidos pré-construídos no interdiscurso.

⁸⁵ Pêcheux considerou o sujeito em uma perspectiva a partir do psicanalista francês Jacques Lacan [1901-1981].

De acordo com Pêcheux (1995), o interdiscurso determina a inscrição da formação discursiva dominante. A formação discursiva dominante veicula uma forma-sujeito. Conforme o filósofo, a dominância de uma forma-sujeito capitalista é determinada pelas relações de sentidos por meio da articulação de elementos imaginados subordinados ao efeito de sentido, uma presença circunstancial. Determinado pela circunstância que o inscreve, o efeito de sentido do interdiscurso articula outra determinante do funcionamento da linguagem: a polissemia. Dessa forma, é possível compreender o trajeto errante da construção simbólica, polivalente *a priori*. Segundo Pêcheux (1995), essa é a explicação acerca da deriva de sentidos que caracteriza todo processo de significação.

A valorização da mente narra o corpo identificando-o como o ensejo das percepções irracionais, como destaca e critica Mora (2009) quando descreve os processos de desnaturalização do corpo que, no presente estudo, denomina-se como *corpo cognitivo essencial*. Para ser racionalmente conduzido, o corpo age de acordo com condutas instituídas por várias regras, torna-se um *corpo cognitivo condicionado*. A partir de Mora (2009), essas regras são parte integrante dos *percursos topográficos da razão*. De acordo com Nunes (2014), as representações, conceitos e metáforas não são ações exclusivas do cérebro e da mente, são percepções construídas como experiência na integridade do corpo. Há um aumento na variabilidade de categorizações quando as percepções envolvem questões ético-estético-políticas. Segundo Nunes, os objetos são transformados pela Cultura em estímulos do espírito e as imagens perceptivas da corporeidade cognoscente correspondem às representações topograficamente organizadas da experiência. No presente dispositivo, esse processo refere à materialidade cognitiva em que é inscrita a discursividade.

Conforme Pêcheux (1995), em uma abordagem teórica materialista do funcionamento das representações e do pensamento nos processos discursivos, é possível examinar a relação do sujeito com aquilo que o representa. Postulou-se uma “teoria da identificação e da eficácia material do imaginário”. Neste ponto, encontra-se uma contradição, pois, há um caráter espontaneamente idealista, no sentido de que o objeto da análise, caracteristicamente linguístico, é analisado em paridade homogênea com o sujeito, numa relação de necessidade/contingência. O impasse pode ser resolvido, segundo o filósofo, a partir dos métodos amparados nos termos que inferem a intersubjetividade da forma-sujeito. A materialidade discursiva inscrita na ideologia assimilada constitui o ente como sujeito ativamente discursivo, exprimindo mais que ideias, mas uma dada lógica determinada a partir de saberes. Pêcheux (1995) deslocou o efeito ideológico de um sujeito idealista pautado na

subjetividade, determinando um efeito ideológico que impõe a intersubjetividade como uma teoria que em síntese pode ser chamada de “(não-subjetivista) da subjetividade”.

A materialidade do inteligível no corpo cognoscente depende da percepção preservada de uma consciência que denomine os estímulos do espírito, o que é teorizado como a materialidade simbólica referente a uma memória antropognóstica. Essa memória é marcada como uma percepção preservada das práticas antropomórficas definidas na intersubjetividade em dada sociedade. A memória, como um devir, situa a experiência da alteridade como a causa do conhecimento. Essa materialidade simbólica é pressuposta como uma memória coletiva que sintetiza e institui regras para o convívio social, como o assujeitamento ao Aparelho de Estado. É marcada como uma construção assimilada para a naturalização da metáfora do indivíduo produzida a partir do conhecimento. O indivíduo, corpo cognoscente, retoma, mediante a interpelação, representações simbólicas dispersas constituídas de significado para se espelhar numa forma-sujeito - a materialidade antropomórfica autorizada no processo de produção do sujeito do discurso, segundo o aporte da Análise de Discurso.

O conceito de memória antropognóstica pode ser ilustrado a partir das considerações de Paveau (2007) sobre *quadros pré-discursivos coletivos*. Conforme Paveau, a Análise de Discurso deve abordar dados ambientais como uma perspectiva da cognição social, associados às condições de produção discursiva, previstas por Michel Pêcheux. Dados ambientais, os quadros pré-discursivos, ou pré-discursos, são ilustrados como “pré-constructos” onde se misturam saberes compartilhados e arquivados como conhecimentos enciclopédicos, estereótipos postulados silenciosamente. De acordo com Paveau:

Os pré-discursos podem ser vistos como operadores na negociação do compartilhamento, da transmissão e da circulação do sentido nos grupos sociais: eu os defino como um conjunto de quadros pré-discursivos coletivos que têm um papel instrucional na produção e interpretação do sentido em discurso. São quadros de saber, de crença e de prática que não estão disponíveis apenas no espírito dos indivíduos e na cultura dos grupos (é sua natureza representacional), mas estão distribuídos, no sentido cognitivo desse termo, nos ambientes materiais da produção discursiva (sua natureza prática e mesmo técnica, como veremos). Os pré-discursos não são sequências discursivas identificáveis (discursos que teriam sido produzidos antes, o que os aproximaria do discurso relatado e do dialogismo), mas quadros prévios tácitos, assinalados nos discursos atuais por um certo número de fenômenos. (PAVEAU, 2007, p. 318).

Evidenciam-se determinações pré-linguísticas da transposição em palavras. De acordo com Paveau (2007, p, 317), a partir dessa “matéria-prima” intervém uma “modulação retórica” disposta como metáforas e desvios de sentido. Trata-se de uma “memória do sentido”. “O pré-constructo, como aliás o interdiscurso, não depende da materialidade discursiva e, por isso, não pode ser identificado como um conjunto de discursos concretamente proferidos, embora sendo linguisticamente passíveis de análise”. Está associado ao que Althusser denominou como prática ideológica ou normas práticas que materializam a ideia do sujeito. Conforme Paveau:

Trata-se, de fato, de uma memória cognitivo-discursiva que elabora as linhagens discursivas, as quais podem ser definidas como dispositivos representacionais internos e externos, permitindo acolher e transmitir conteúdos semânticos ligados aos saberes, crenças e práticas. Isso quer dizer que existem ‘lugares de memória’ discursivos e cognitivos. (PAVEAU, 2007, p. 325-326).

A partir de Paveau (2007), os pré-constructos constituem-se como lugares de memória cognitiva e indicam o conteúdo semântico da prática na ideologia. O pré-construído constitui um *nome de memória*, lugar de memória discursiva que transparece no intradiscurso como efeito de sentido, variando num plano social hierárquico. No presente dispositivo, é teorizado que ao identificar o pré-constructo referente ao pré-construído em análise, é identificado o que se nomeia como o *tópos* discursivo, um lugar discursivo comum que reverbera sentido nas cadeias discursivas em diferentes níveis. Por exemplo, ao analisar o Samba como um signo da identidade cultural da Música Popular Brasileira, tem-se como lugar de memória o sistema holográfico acerca do imaginário político nacional na consolidação da indústria fonográfica, uma memória antropognóstica dos anos 1930. A indicação do Samba como a principal mercadoria cultural desse contexto corresponde ao seu *tópos* discursivo.

A linguagem pode ser reproduzida, somente, mediante a representação de uma memória significada como um conhecimento. Influenciada por Pêcheux, Orlandi (1999) parte do pressuposto de que a formação discursiva constitui a materialidade da memória, que *a priori* é um signo social. O sentido do discurso instaura-se a partir das referências do imaginário que representam os signos discursivos como memória, estabelecendo uma dinâmica necessária de retomada de representações simbólicas dispersas, para a construção de um significado. Com isso, o sentido implícito em cada discurso não pode ser autônomo em relação a uma memória pré-existente. Assim, segundo Orlandi (1999), é possível compreender que a linguagem produz sentidos mediante formações discursivas que reverberam os sentidos já produzidos e que estão dispostos numa memória discursiva. Em síntese, essa memória constitui uma referência no ato

da produção de sentidos, materializada através das formações discursivas. A memória discursiva, um elemento simbólico, opera como um espaço de significância mediante o efeito de sentido das formações ideológicas delineadas por formações discursivas.

Descrição do fenômeno da metáfora do indivíduo/ente político

De acordo com Pêcheux (1999), investigar o papel da memória discursiva implica uma abordagem das condições e processos pelos quais um acontecimento histórico, descontínuo e exterior, está inscrito no espaço potencial de coerência próprio a uma memória. A memória discursiva, ordenada em construções simbólicas/icônicas, constitui um espaço de continuidade interna do fenômeno histórico e deve ser compreendida como uma memória social inscrita em práticas. O ícone possui uma eficácia simbólica, constitui o significante da imagem. Conforme o filósofo, a esfera do icônico opera como uma localização de traços distintivos, que mediante a significância representa uma inscrição da formação que remete a um fato discursivo. Um fato discursivo não conduz a uma universalidade ou a uma sintaxe do icônico, pois o seu trajeto é marcado por oposições. Fatos discursivos funcionam como a materialidade de uma memória discursiva.

Postula-se que as formações discursivas funcionam como marcadores de posições discursivas das classes que lutam na Ideologia, pela conquista de um território do saber, ou seja, a conquista de um Aparelho Ideológico de Estado. No presente dispositivo, é admitido que uma formação discursiva configura-se como uma *linguagem territorial*, que nos termos de Mora (2009), a partir de conceitos de Schlanger [1992], trata-se de uma linguagem que engendra o uso das várias metáforas do saber e da sua aquisição.

No universo simbólico acessado mediante uma memória discursiva e o seu efeito de interdiscurso encadeado como o pré-construído de uma linguagem territorial, sintagmas ganham a conotação como nomes que denotam um posicionamento discursivo. Esse processo marca o que compreendemos como uma metáfora do ente/indivíduo político. A partir de Lacan (1986)⁸⁶, compreende-se que o valor da palavra, enquanto ato de discurso, constitui um funcionamento coordenado com um sistema simbólico já estabelecido, imanente e dotado de variação semântica. De acordo com o psicanalista:

⁸⁶ Todas as traduções nossas.

[...] podemos captar, em qualquer caso, como este mundo se põe em movimento, como o imaginário e o real começam a estruturar-se, como se desenvolvem as cargas sucessivas que delimitam a variedade de objetos humanos, ou seja, nomeáveis. Todo este processo encontra o seu ponto de partida nessa primeira referência imagética constituída por uma palavra significativa, o que torna uma estrutura chave que, na lei da palavra, humaniza o homem. (LACAN, 1986, p. 03).⁸⁷

A partir de Lacan (1986), compreende-se que a realidade do sujeito é o mundo humanizado, simbolizado, constituído pela transcendência introduzida pelo símbolo na realidade primitiva, o real sem a mediação de uma leitura. O nascimento do eu ocorre na inscrição de um imaginário, o que evidencia uma dinâmica que articula o simbólico e o imaginário na construção da realidade. O imaginário e o real são compreendidos como materialidades distintas no processo de constituição do sujeito. A realidade é mediada pelo imaginário, que funciona como um ponto de correspondência com o real por meio da significação. Lacan descreveu o fenômeno de “etapa do espelho” como uma fase da identificação que pressupõe a referência imagética virtualmente constituída de valor, a partir de um objeto concreto, como uma realidade, pois constitui-se como a experiência que simula a constituição do corpo intersubjetivo. Trata-se de um processo que reside no domínio da linguagem como referência da existência.

A metáfora do ente político pode ser explicada, ainda, como um efeito interdiscursivo. A partir dos conceitos de Pêcheux, Courtine (2009) formula que o interdiscurso fornece as modalidades do assujeitamento que poderão ser analisadas. O interdiscurso pode ser compreendido como o conjunto de objetos pelos quais o enunciador irá conferir coerência à sua declaração. De acordo com Courtine, a formação discursiva domina a sequência discursiva produzida como enunciado no interdiscurso. A articulação dos significantes do objeto de identificação condicionada constitui o intradiscurso da formação discursiva. O intradiscurso encontra a sua materialidade a partir da inscrição do pré-construído nomeado como uma evidência do conhecimento e da linguagem. O interdiscurso constitui o pré-construído enunciado como produção de efeito de sentido no intradiscurso. Segundo Courtine (2009), a interpelação-assujeitamento do sujeito realiza-se pela identificação do sujeito universal da formação discursiva. As condições de produção de uma sequência discursiva efetuam-se na

⁸⁷ [...] podemos captar en todo caso cómo este mundo se pone en movimiento, cómo imaginario y real comienzan a estructurarse, cómo se desarrollan las cargas sucesivas que delimitan la variedad de los objetos humanos, es decir nombrables. Todo este proceso encuentra su punto de partida en este primer fresco constituido por una palabra significativa, que formula una estructura fundamental que, en la ley de la palabra, humaniza al hombre.

imbricação entre a formação discursiva e a formação ideológica - o encadeamento interdiscursivo.

A partir das assertivas de Pêcheux, Courtine (2009) descreve que o intradiscorso corresponde ao nível da formulação discursiva, à estratégia argumentativa. O intradiscorso aparece como o lugar onde se realiza a sequência dos elementos do saber, onde o desnivelamento interdiscursivo é linearizado numa superfície única de enunciações articuladas. Segundo Courtine, o intradiscorso constitui o lugar onde o imaginário é manifestado no discursivo, ou seja, onde o enunciador é produzido na enunciação como interiorização da exterioridade do enunciável.

Uma experiência do corpo cognoscente, a metáfora do indivíduo político pode ser enunciada, ainda, a partir dos conceitos de Nunes (2014), que descreve a cognição corporalizada como o *corpus* do conhecimento. Neste sentido, o processo também é evidenciado como um fenômeno no campo da linguagem. Conforme Nunes:

A cognição, a percepção e a representação são ações que decorrem da relação estímulo-resposta entre corpo e ambiente. A maneira como percebemos o mundo está inscrita em nossos corpos, o compartilhamento de significados e a significação do espaço configuram ações cognitivas, que apesar de se estenderem para além de nós, não podem ser encontradas separadamente de nossa corporalidade. (NUNES, 2014, p. 113).

De acordo com Nunes (2014), o corpo humano é um sistema aberto em relação de co-dependência com o ambiente e a separação entre a sua exterioridade e o seu interior exige uma atualização constante do mapeamento do corpo:

Cada um percebe e compreende ao seu modo uma realidade, mas a solução não é seguir para um “relativismo hermético” - em que o ambiente é concebido isoladamente pelo sujeito - compomos coletivamente domínios de realidades que integram o eixo das coexistências. O ambiente também é composto por percepções decorrentes de nossa estrutura cognitiva (individual, intransferível), que orienta o modo como percebemos a realidade, uma vez que não estamos separados dos fenômenos que observamos. (NUNES, 2014, p. 118).

Nunes (2014) descreve a *corporalidade do conhecimento* como a distinção entre a “cognição”, a “percepção” e a “representação”. Trata-se de uma crítica referente à questão ontológica instalada ante a ausência de um fundamento para guiar as nossas percepções, uma experiência exclusiva. As convenções cartográficas e as simbologias do fenômeno de aquisição da Cultura referem à atualização de estruturas da mente, que opera por meio da significância.

Submetida a uma tensão, a memória é atualizada mediante uma nova inscrição, que permanecerá como uma identidade, até que ocorra um novo fenômeno. Considera-se, a partir dos conceitos da corrente da Linguística Estruturalista, que o fenômeno de aquisição de memória ocorre a partir de um sistema de signos que constituem uma dinâmica de união em relações de solidariedade e dependência. Como um fenômeno de organização de unidades, mediante equações de delimitação de marcadores da razão, ocorrem modificações em encadeamento cronológico e geograficamente localizadas. Partem de uma matriz de coleção de variáveis linguísticas de um mesmo tipo, acessíveis como signos armazenados contiguamente. Valores simbólicos são delimitados numa inter-relação de elementos atualizados em forma de cadeia e que caracterizam ânimos. Enfatiza-se a emergência da corporeidade na expressão do ânimo, admitindo a topografia da constituição do sujeito forjada na arena política.

Conforme Nunes (2014), o corpo encontra-se estritamente relacionado à produção do conhecimento, inclui conceitos e a própria metáfora. A metáfora, por conseguinte, trata de um processo de organização cognitiva, dinamizada pela capacidade de representação da coisa e de seu próprio estado, adjetivo de sua plasticidade. No todo, o processo de constituição do sujeito refere à projeção de uma significância presente como um conceito posto para a representação. “Nossa construção conceitual se estabelece por meio de imagens perceptivas e de imagens evocadas, sendo as primeiras representações topograficamente organizadas da experiência, e as seguintes, interpretações de um passado vivenciado ou de projeções para o futuro” (NUNES, 2014, p. 128). A cognição articula a referência para a adaptação ao ambiente.

De acordo com Pêcheux (1995), não há propriamente uma subjetividade interagindo mediante atos advindos da cognição nos aparelhos, mas um ritual que produz uma “forma-sujeito ideológica”. Para a Análise de Discurso, a forma-sujeito corresponde a uma metáfora, produzida mediante a portabilidade da manifestação material do efeito de sentido de um dado signo articulado. Conforme Pêcheux (1995), a forma-sujeito recebe o nome do discurso enunciado como uma forma de identificação contingente, pois se trata do portador da representação anunciada como um signo no uso da língua como expressão de uma retórica incidental. A portabilidade do efeito de sentido do objeto em discurso corresponde à subordinação em relação ao estado conceitual da materialidade do mundo exterior da referência enunciativa.⁸⁸

⁸⁸ Pêcheux (1995) enfatiza que a identidade não funciona como um predicado e está exposta em uma oração subordinada substantiva apositiva explicativa ou restritiva, nos termos da Linguística.

Nunes (2014, p. 134) compreende o processo metafórico da constituição do ente como um conceito referente à cognição a partir de Lakoff e Johnson [1980]. Neste sentido, a metáfora assume uma função basilar no sistema conceitual humano e também na linguagem cotidiana, muito além de um mero artifício literário. A partir disso, evidencia-se a metáfora como um conceito que possui como atributos funções cognitivas. A aquisição de identidade em um discurso refere a uma metáfora cuja função cognitiva é “orientacional”, determinada “pelas experiências físicas e mais especificamente, culturais”; que organizam um sistema conceitual para poder conferir um sentido a um determinado conceito. A construção de metáforas orientacionais ocorre a partir de esquemas espaciais de oposição que são estabelecidos de acordo com a vivência de cada indivíduo. Conforme Nunes (2014, p. 136), “nossas experiências básicas de orientações espaciais dão origem a metáforas orientacionais, que estão diretamente associadas a essas experiências e organizam um sistema de conceitos associados a outro sistema de conceitos”.

Compreende-se que a abordagem teórica materialista pêcheuxtiana, descrita como a interpretação acerca do funcionamento das representações na prática discursiva, explica o papel da forma-sujeito como portadora do centro do sentido, mediante um processo de identificação produzido pela eficácia material do imaginário. Neste sentido, o imaginário, ao ser articulado como memória, torna a forma-sujeito portadora da representação assumida como uma identificação com o respectivo significante, mediante uma metáfora. O efeito de sentido que denota o conceito completo do signo, ou seja, a relação com um significado, encontra eficácia quando articulado como um posicionamento ideológico. O imaginário necessita dos atos de identificação do indivíduo como um complemento para a materialidade de sua existência histórica. Na metáfora do indivíduo, que se torna um sujeito do discurso, não há uma representação do signo acerca do ente cognitivo, mas uma representação do ente acerca do signo, numa perspectiva freudiana e lacaniana. Evidenciamos a forma-sujeito como o efeito de práticas discursivas, cuja base representa a Ideologia. Dessa forma, as nossas análises acerca do processo de aquisição da linguagem convencionada para atos da vida em sociedade, nos moldes modernos e subsequentes, delineiam detalhes cartográficos de um fenômeno relacionado à estrutura da cultura subjetiva.

Esteves (2015) propõe uma tese para a análise do funcionamento da noção de padrões constituídos como hábitos culturais como um efeito sintetizado em discurso. Considera que os argumentos, produzidos a fim de serem apropriados como saberes acerca do que constitui uma regra para a representação da constituição de um sujeito do discurso, são incorporados mediante

o assujeitamento ao aparelho respectivo da interpelação acerca de produções eruditas ou populares. A função desses enunciados refere ao controle do imaginário acerca dessa temática na formação social a que se destina histórica e geopoliticamente. Esteves determina uma relação entre a Cultura/Ideologia e o discurso, compreendendo ambos como *práticas subjetivas* - complementos do imaginário.

Considerações finais

As nossas análises, a partir de um quadro de disciplinas e teorias diversas, coadunam métodos da interpretação dos sentidos, da disposição de signos e possíveis interpretações considerando fatores sócio-históricos e geopolíticos. Compreendemos a cognição como um atributo, a percepção como uma capacidade e a representação como um fenômeno da linguagem. Isto posto, demonstramos o nosso dispositivo analítico para a Análise de Discurso e as Geografias do Corpo. O interdiscurso realiza a metáfora do indivíduo ao atribuir-lhe memória, percepções inteligíveis para que haja a materialidade de um efeito metafórico que transparece como intradiscurso e encontra-se significado por um valor simbólico latente num quadro pré-discursivo. A experiência do assujeitamento às formações discursivas imprime a representação de ideologias a partir de um território do saber, articulando uma linguagem territorial. O corpo cognoscente participa da luta entre classes como um sujeito do discurso, inscrevendo um posicionamento experimentado como a vivência política, histórica e cultural geopoliticamente localizada, mencionando argumentos que justificam os seus atos e definem o seu *status* ante *tópos* discursivos referentes ao seu Estado. Identificações com a Ideologia de Estado caracterizam uma entidade política que encontra o seu duplo numa forma antropognóstica reconhecida mediante subversões e associações do inconsciente. Propomos o conceito de que a materialidade discursiva possui função cognitiva.

Referências

- ALTHUSSER, L. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado**. Tradução de Joaquim José de Moura Ramos. 3. ed. Lisboa: Editorial Presença/Martins Fontes, 1980.
- COURTINE, J-J. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. Tradução de Cristina de Campos Velho Birck et. al. São Carlos: EdUFSCar, 2009.
- ESTEVES, P. M. da S. Comida e alimentação, enciclopédias e cultura: percurso de uma tese em análise do discurso. In: III SEMINÁRIO INTERNO DE PESQUISAS DO LABORATÓRIO ARQUIVOS DO SUJEITO, n. 3, p. 168-176, 2015. UFF, Niterói. **Anais do III Seminário Interno de Pesquisas do Laboratório Arquivos do Sujeito**. Disponível em: <<http://www.uff.br/las/periodicos/index.php/seminariointerno/article/download/51/62>>. Acesso em: 26 set. 2015.
- JENA, Carl Zeiss. Holografia. In: **Laboratório de ensino de Óptica**. Instituto de Física “Gleb Wataghin” Unicamp: 2016. Disponível em: <<http://sites.ifi.unicamp.br/laboptica/holografia-2/>>. Acesso em: 25 maio 2016.
- LACAN, J. [1953-1954]. La topica de lo imaginario. In: _____. **Los escritos tecnicos de Freud** (Seminário 1). Buenos Aires: Paidós Editores, 1986.
- MORA, T. O véu territorial da razão e o corpo como natureza-morta. In: AZEVEDO, Ana Francisca de. et al. **Geografias do corpo**: ensaios de geografia cultural. Portugal: Livraria Figueirinhas, 2009, p. 165-186.
- NUNES, C. X. **Geografias do corpo**: por uma Geografia da Diferença. 2014. 245 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2014. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/94741?locale=pt_BR>. Acesso: 20 maio 2015.
- ORLANDI, E. P. Maio de 1968: os silêncios da memória. In: ACHARD et al. **Papel da memória**. Tradução de José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999. p. 59-69.
- PÊCHEUX, M. [1938-1983]. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi et al. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.
- _____. Papel da memória. In: ACHARD et al. **Papel da memória**. Tradução de José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999. p. 49-57.
- _____. [1971]. **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi et. al. 3. ed. Campinas: Pontes, 2012.
- PAVEAU, M-A. Palavras anteriores. Os pré-discursos entre memória e cognição. Tradução de Norma Seltzer Goldstein. In: **Filologia e Linguística Portuguesa**, Brasil, n. 9, jun. 2007, p. 311-331. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/flp/article/view/59786/62895>>. Acesso em: 27 maio 2015.

UMA ANÁLISE DA PAUSA E DA DURAÇÃO SILÁBICA NA LEITURA DO ROMANCE *UM COPO DE CÓLERA*, DE RADUAN NASSAR

Daniela MENEZES 89

Vera PACHECO 90

Resumo: Este artigo descreve e analisa aspectos prosódicos do romance *Um copo de cólera*, de Raduan Nassar. Inicia-se com a apresentação dos marcadores prosódicos propostos por Cagliari (2002) para a aproximação entre língua oral e língua escrita literária. Em seguida, abordamos aspectos da estrutura do romance relacionados ao ato da leitura e ao posicionamento do leitor como falante/ouvinte. Procedemos então à análise acústica de trechos lidos da obra, focando-nos em dois correlatos físicos da produção rítmica: a pausa e o alongamento da sílaba tônica final das frases entoacionais.

Palavras-chave: Marcadores prosódicos. Ritmo. Raduan Nassar.

Abstract: *This paper describes and analyses the prosody of Raduan Nassar's novel Um copo de cólera. We begin with an introduction to the prosodic markers presented by Cagliari (2002) to link oral to literary language. After that, we deal with aspects of the Novel that are related to the act of reading and to the role of the reader as speaker/listener. We then proceed to an acoustic analysis of excerpts read from the novel, focusing on two physical correlates of rhythm: pauses and lengthening of the last stressed syllable in the intonational phrase.*

Keywords: *Prosodic markers. Rhythm. Accoustic analysis. Raduan Nassar.*

⁸⁹ Mestre em Linguística pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e doutoranda pelo programa de letras da Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: danielacdm@yahoo.com.br

⁹⁰ Professora-doutora do programa de pós-graduação em Linguística da Universidade Federal do Sudoeste da Bahia (UESB). E-mail: vera.pacheco@gmail.com

Introdução

Ao lermos um texto em voz alta, apresentamos variações de volume, de velocidade de fala e de entoação. Essas variações correspondem à prosódia do texto e podem ser semelhantes àquelas encontradas na fala espontânea. O leitor, ao se colocar na posição de falante, reestrutura as informações retiradas do texto escrito para melhor compreendê-las (CAGLIARI, 2002, p.4).

Alguns gêneros da escrita se destacam por possuir marcas prosódicas que os aproximam da língua falada. Dentre eles está a narrativa literária, cujo leitor, ao se transportar para a realidade da personagem, reproduz o contexto da fala para captar nuances de comportamento expressas, na língua oral, com variações prosódicas.

Uma pista utilizada pelo leitor para recuperar, no ato da leitura, a prosódia da fala são as menções ao modo de dizer das personagens. Embora o autor do romance possa utilizar a descrição para apresentar as personagens ao leitor, este passa a conhecê-las melhor tendo contato com o que elas dizem. Atitudes e sentimentos são representados não só pelo conteúdo semântico das falas, mas também pelos mecanismos que a escrita tem para sinalizar variações de volume, entoação e ritmo da fala.

Outros expedientes utilizados para dar vida à fala das personagens no texto narrativo são: a própria formatação do texto e o uso de sinais de pontuação que, juntamente com as indicações de pausa, velocidade e volume⁹¹, configuram o que Cagliari (1989) chamou de marcadores prosódicos da escrita.

Esses são, pois, os meios que a língua escrita tem para aproximar-se da fala. A partir dessa configuração textual, o leitor tem pista para depreender o comportamento das personagens.

Ao nos depararmos, contudo, com o romance *Um copo de cólera*, de Raduan Nassar, encontramos nessa obra estrutura que marca o estilo próprio do autor⁹²: os capítulos do livro não são divididos em vários parágrafos; há escassez de pontos finais, já que a obra se caracteriza por contar apenas com os pontos finais que encerram os capítulos; e há uso abundante de vírgulas, aspas, conjunções “e”.

⁹¹ Os indicadores referidos são lexicais e determinadas classes de palavras são bastante produtivas para expressar variações prosódicas. Destacam-se verbos como “gritar” e “sussurrar”, advérbios como em “falou baixinho”, interjeições e adjetivos como em “falou com voz nervosa”

⁹² O autor possui dois romances publicados: “Um copo de cólera” e “Lavoura arcaica”. A estrutura prosódica mencionada é comum aos dois romances.

Apesar da organização estrutural nada convencional, a leitura dessa obra está longe de ser caótica, como se pode pensar a uma primeira vista. É possível encontrar no romance certa cadência macro e micro textual que fornece pistas prosódicas sobre as falas e as atitudes de suas personagens.

Frente à singularidade das obras de Raduan Nassar, em especial do livro *Um copo de cólera*, perguntamo-nos: como o leitor, ao colocar-se na posição de falante, utiliza-se de pausas e alongamento silábico para estruturar prosodicamente sua leitura em voz alta?

Diante dessa pergunta, nosso objetivo, neste artigo, é avaliar os recursos gráficos, formatação do texto e escolhas lexicais usados por Nassar, bem como avaliar de que maneira os leitores implementam, na leitura em voz alta, o ritmo construído a partir desses recursos.

Nossa hipótese é a de que a marcação prosódica da obra *Um copo de cólera* se dá desde a composição e estruturação dos seus capítulos – a maioria é de capítulos curtos, combinados com um único capítulo longo (O esporro) – à escolha lexical e forma singular de usar os sinais de pontuação. Quanto à realização oral dessas marcas prosódicas na leitura em voz alta, a hipótese aqui testada é a de que o leitor usará pausas e duração silábica como estratégias no estabelecimento do ritmo de leitura.

Os resultados obtidos nessa pesquisa permitem conhecer um pouco mais a obra de Raduan Nassar, importante escritor brasileiro contemporâneo, além de trazer informações importantes sobre a relação escrita x prosódia, temática que vem sendo trabalhada dentro dos estudos linguísticos, especialmente pela Fonética e Fonologia.

Diante disso, acreditamos que os resultados aqui obtidos possam contribuir para o ensino de literatura brasileira, bem como para o ensino de leitura e produção de textos, além de trazer dados empíricos para as pesquisas em Literatura e Linguística.

Os marcadores prosódicos

Como já ressaltamos, vários recursos, na escrita, marcam aspectos prosódicos característicos da língua falada. Cagliari (2002, p.2) enumera os marcadores prosódicos da escrita: 1) a pontuação; 2) o uso de expressões que marcam o modo de dizer; 3) comentários do autor sobre o modo de dizer; 4) uso da formatação de texto; 5) uso de diferentes tipos de letras para marcar destaques. O autor também explicita quais elementos da língua oral são representados por marcadores prosódicos na escrita: qualidade da voz, entoação, volume, velocidade de fala, ritmo, tessitura e acento.

A pontuação é, no texto, a principal pista que o leitor tem para a delimitação de unidades, sejam elas sintáticas (os sintagmas) ou fonológicas (os grupos tonais, rítmicos ou acentuais)⁹³. Essas unidades também caracterizam blocos semânticos – os grupos tonais correspondem a diferentes atitudes do falante em relação ao conteúdo narrado. Desse modo, os enunciados declarativos com informação completa - delimitados por ponto final – terminam tipicamente com curva de frequência fundamental (F0) descendente (CAGLIARI, 2007; MADUREIRA, 1994), os enunciados declarativos com informação incompleta - delimitados por vírgula ou por dois pontos - podem terminar com curva de F0 descendente ou nivelada (CAGLIARI, 2007), e o ponto de interrogação suscita subida ou descida de F0 no final do enunciado, de acordo com o tipo de pergunta⁹⁴ (MADUREIRA, 1994).

Vocábulos e expressões pertencentes às categorias gramaticais verbo, substantivo, adjetivo e interjeição marcam o modo de dizer das personagens. Alguns verbos, como ‘exclamou’, ‘declarou’ e ‘perguntou’, são pistas para o leitor para a realização oral do trecho sob o seu escopo com determinados padrões entoacionais. Outros verbos, como ‘murmurou’ e ‘gritou’ fazem referência ao volume de voz. Já a qualidade de voz corresponde, semanticamente, às atitudes, emoções e sentimentos dos falantes. Ela precisa ser representada na escrita porque “dá um colorido especial ao texto, cria um maior envolvimento entre leitor e texto” (CAGLIARI, 1989, p.9).

A tessitura, definida por Cagliari (2002) como o intervalo entre o som mais agudo e o som mais grave na escala melódica de um falante, é outro elemento da fala registrado na escrita. Quando um falante se expressa em sua tessitura mais baixa, ele pode estar demonstrando a não importância daquilo que disse ou, pelo contrário, pode estar destacando um trecho do seu discurso (CAGLIARI, 2002). A variação na escala melódica destaca mudança de atitude, mas o correlato semântico-pragmático do uso de diferentes tessituras só pode ser apreendido no contexto da fala. Outras funções da tessitura são a diferenciação de turnos dialógicos (quando uma pessoa narra a fala de outros) e o realce de aspectos do tempo ou do espaço em que a história acontece.

O texto escrito tem como recursos o itálico, o sublinhado, o negrito e as letras em caixa alta para dar destaque a algumas passagens. Esses diferentes tipos de letras normalmente representam aumento de volume, tessitura ou mudança na qualidade de voz. As palavras

⁹³ Para uma análise acústica da pausa e duração silábica suscitada por diferentes sinais gráficos no português brasileiro, ver Pacheco (2007).

⁹⁴ Perguntas parciais (iniciadas por pronomes interrogativos) apresentam queda de F0 ao final do enunciado, enquanto perguntas totais terminam com subida da curva de F0.

também podem aparecer com suas sílabas separadas, sugerindo, de acordo com Cagliari (1989,2002), mudança de ritmo e de velocidade de fala.

A formatação do texto inclui, no caso de textos narrativos, a divisão em capítulos e parágrafos, e está fortemente associada à construção do ritmo. Parágrafos curtos podem refletir, por exemplo, um pensamento organizado. Já parágrafos longos podem indicar maior velocidade de fala ou atitude digressiva do escritor em relação ao conteúdo narrado. É importante ressaltar, contudo, que a interpretação sobre o significado do tipo de formatação não pode ser feita de maneira genérica, mas somente a partir do texto analisado.

Assim, a pergunta posta é a de que forma Raduan Nassar, em *Um copo de cólera*, organiza e explora as marcas e formatação textual para indicar ao seu leitor as variações melódicas e a de que forma a marcação rítmica, especificamente as pausas e a duração da sílaba tônica, concorrem para essa marcação.

Metodologia

Para execução desta pesquisa, foram adotados dois procedimentos metodológicos: descrição e análise da obra e análise instrumental da produção de pausas e de alongamento da sílaba tônica final nos trechos lidos em voz alta.⁹⁵

A descrição e a análise de *Um copo de cólera* constituem-se de caracterização do enredo, de exposição dos elementos prosódicos que compõem o ritmo da obra e de elucidação da inter-relação entre aspectos prosódicos e semânticos.

Para a análise acústica, selecionamos o primeiro capítulo do livro para a leitura em voz alta pelos participantes da pesquisa. Escolhemos solicitar a leitura do capítulo inteiro (com duração aproximada de uma página) para que o leitor lesse um texto com começo e fim, podendo assim perceber como o texto é organizado prosodicamente.

Os três participantes da pesquisa têm idade entre vinte e trinta anos, são naturais da Bahia e possuem nível universitário (graduação completa ou em curso). O sujeito 1 é do sexo feminino e os sujeitos 2 e 3 do sexo masculino⁹⁶. A nenhum deles foi dado conhecimento sobre o tema da pesquisa.

⁹⁵ Embora haja outros parâmetros físicos importantes para a análise do ritmo, como a intensidade e a frequência fundamental, a abordagem de todos fugiria ao escopo dessa pesquisa e constitui tema a ser exposto em trabalhos futuros.

⁹⁶ A diferença entre a leitura feita por indivíduos do sexo feminino e do sexo masculino não foi foco desta pesquisa. Objetivamos observar a implementação do ritmo de leitura independentemente do sexo do informante.

Aos informantes foi pedido que lessem o texto selecionado em voz alta cinco vezes⁹⁷. Entre uma leitura e outra, foram aplicadas tarefas distratoras feitas de perguntas sobre o texto ou sobre outros assuntos, e de outras pequenas leituras relacionadas ao material de análise. As gravações duraram, em média, trinta minutos para cada informante.

As gravações foram realizadas no Laboratório de Pesquisa e Estudos em Fonética e Fonologia (LAPEFF) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), em uma cabine acústica, utilizando-se o programa *Audacity 2.0.5*, a uma taxa de amostragem de 44.100 Hz.

O material coletado foi transferido para o software Praat 5.0 para análise acústica. Anotamos então o local das pausas, classificando o tipo de marcador presente entre as *intonational phrases*, doravante *IPs*⁹⁸. Para fins de análise, consideramos o valor da pausa relativa, obtida pela razão entre o valor da pausa e a duração total das *IPs* que as precederam, multiplicado por 100.⁹⁹ Os valores das pausas produzidas por cada sujeito foram separados por marcador¹⁰⁰ e transferidos para o programa Biostat 5.3.¹⁰¹ Foram calculadas as médias dos valores referentes a cada marcador e, em seguida, essas médias foram comparadas entre si por meio do teste Kruskal-Wallis¹⁰². Foram consideradas diferenças significativas entre as médias valores de $p \leq 0,05$, para $\alpha = 0,05$. Para a comparação entre quaisquer dois marcadores, utilizamos o teste de separação de médias Teste Dunn¹⁰³.

Para análise comparativa da duração silábica, medimos a duração da sílaba tônica em dois pontos de cada *IP*: a sílaba tônica inicial e a sílaba tônica final.¹⁰⁴ À semelhança da pausa, consideramos também a duração silábica relativa, obtida pela razão da duração da sílaba analisada sobre a duração total da palavra, multiplicado por 100. Os dados coletados foram transferidos para o programa Biostat 5.3. Avaliamos, primeiramente, as diferenças entre as

⁹⁷ O texto foi lido cinco vezes para que fossem coletados dados suficientes para análise estatística, como será posteriormente explicado.

⁹⁸ Utilizamos aqui a terminologia proposta por Nespor e Vogel (1986). Para as autoras, as *intonational phrases* constituem-se de blocos que possuem um acento frasal e podem ter como limite a pausa, o alongamento da sílaba tônica final ou o reset da curva entoacional.

⁹⁹ Foram consideradas pausas os intervalos entre as *IPs*, preenchidos ou não por sons de respiração.

¹⁰⁰ A relação dos marcadores será exposta no item Resultados e análises. Os marcadores prosódicos podem ser os sinais gráficos observados por Cagliari (2002), fronteiras sintáticas ou fronteiras fonológicas.

¹⁰¹ Quinta versão do programa estatístico gratuito desenvolvido por Manuel Ayres (UFPA), principalmente para estudantes de graduação e pós-graduação das ciências biológicas. Acesso em: mamiraua.org.br

¹⁰² Teste não-paramétrico que compara três ou mais amostras independentes. Neste trabalho, as amostras referem-se aos valores de pausa mensurados para cada um dos marcadores prosódicos identificados.

¹⁰³ Parte do teste de Kruskal-Wallis que identifica se há diferença estatisticamente significativa entre duas das amostras utilizadas no teste.

¹⁰⁴ A observação das sílabas tônicas iniciais e finais foi aferida de oitiva. Consideramos a produção de cada sujeito e não a tonicidade prevista por grades métricas.

médias de duração de todas as sílabas tônicas iniciais e finais a fim de verificar se havia diferença estatisticamente relevante entre elas. Posteriormente, comparamos as médias das sílabas tônicas iniciais e finais separadamente para cada marcador prosódico registrado. Foram utilizados também neste procedimento o teste Kruskal-Wallis e o teste de separação de médias Teste Dunn.

Resultados e análises

Apresentaremos nesta seção os resultados por nós obtidos, iniciando pela descrição dos marcadores prosódicos presentes em *Um copo de cólera* e terminando com os correlatos físicos da caracterização rítmica, especificamente pausa e duração das sílabas tônicas, em uma amostra de leitura em voz alta realizada por três leitores.

Descrição e análise prosódica do romance *Um copo de cólera*

O romance *Um copo de cólera* tem como enredo o encontro de um casal na fazenda e sua rotina na casa até o início da briga, que corresponde ao clímax da história. A ordem dos acontecimentos pode ser compreendida levando-se em consideração apenas o título dos seis primeiros capítulos – A chegada, Na cama, O levantar, O Banho, O Café da Manhã, O esporro. O sétimo e último capítulo – também nomeado *A chegada* – não é contado pelo mesmo narrador dos outros, mas pela personagem feminina.

O narrador descreve os pormenores da rotina na fazenda. Ações, intenções e descrições são apresentadas em sequência, separados por vírgula em um único parágrafo, como podemos observar neste trecho retirado do primeiro capítulo:

[...] tirei um tomate da geladeira, fui até a pia e passei uma água nele, depois fui pegar o saleiro do armário me sentando em seguida ali na mesa (ela do outro lado acompanhava cada movimento que eu fazia, embora eu displicente fingisse que não percebia), e foi sempre na mira dos olhos dela que comecei a comer o tomate, salgando pouco a pouco o que ia me restando na mão, fazendo um empenho simulado na mordida pra mostrar meus dentes fortes como os dentes de um cavalo, sabendo que seus olhos não desgrudavam da minha boca, [...] (NASSAR, 1999, p.10)

A abertura de parênteses tem o papel, no trecho acima, de deixar claro que houve uma mudança de perspectiva: o narrador interrompe o que estava contando para relatar o posicionamento dos participantes da cena diante dos acontecimentos. Essa mudança poderia ser

executada, em uma leitura em voz alta, com alteração de tessitura, de velocidade de fala¹⁰⁵ ou de qualidade de voz.

O segundo capítulo tem como tema a noite do casal. O que é narrado, contudo, não são os fatos da noite, mas o fluxo de consciência do narrador. As expectativas em relação ao que vai acontecer são apresentadas com a descrição de eventos passados. Suas memórias são expostas uma seguida da outra, sem mudança de parágrafo ou presença de ponto final.

Os próximos três capítulos são a narração dos momentos que sucedem a noite e a continuação do romance que aí se iniciou – o levantar, o banho, o café da manhã. O texto segue a estrutura dos capítulos precedentes – cada capítulo contém um parágrafo em que o estado de espírito das personagens e suas rotinas são descritas minuciosamente por frases separadas por vírgula e pela conjunção “e”. O tom suspensivo é mantido ao longo da história, tornando difícil precisar quando começa e quando termina uma unidade de informação.

Em alguns trechos, encontramos a descrição de elementos do cenário (a fazenda, a casa, o quarto, a mesa do café), feitas no mesmo parágrafo em que as ações são narradas. Essas descrições, separadas por vírgulas ou por conjunções, aparecem entre os trechos do relato. O correlato semântico-pragmático desse tipo de pontuação é a ausência de separação entre cena e acontecimento. Os dois aspectos participam conjuntamente da construção do enredo. Nessa obra, sentimentos, pensamentos, ambiente e ações estão intimamente relacionados.

A preocupação em apresentar detalhes do ambiente em que a história acontece, bem como em registrar os sentimentos e emoções das personagens, segundo Wood (2011), é um compromisso da narrativa moderna. O bom romancista faz com que o leitor se transporte para o universo das personagens, mas o crítico literário se questiona: “Será que algum de nós realmente veria tudo isso?” (WOOD, 2011, p.52). Para ele, o distanciamento que ocorre entre a personagem (que parece ver tudo) e o indivíduo comum se deve em parte ao fato de que o autor é ao mesmo tempo realista e estilista. Observemos o trecho inicial do capítulo intitulado “O esporro”:

O sol já estava querendo fazer coisas em cima da cerração, e isso era fácil de ver, era só olhar pra carne porosa e fria da massa que cobria a granja e notar que um brilho pulverizado estava tentando entrar nela, e eu me lembrei que a dona Mariana,[...] (NASSAR, 1999, p.29)

¹⁰⁵ Na literatura, o termo taxa de elocução aparece como correlato de velocidade de fala. Embora haja diferenciação entre o uso dos dois termos por alguns autores, optamos por não fazer essa distinção aqui. A escolha pelo termo velocidade de fala justifica-se por ser essa a denominação presente no referencial teórico que embasa a nossa análise.

Nesse trecho, podemos notar o uso de vocabulário bastante diferente da linguagem cotidiana. É pouco provável que olhássemos para o céu e disséssemos “O sol já estava querendo fazer coisas em cima da cerração”, ou que usássemos a expressão “carne porosa e fria” para descrever essa cerração, ou ainda, ao invés de dizer que o tempo pode abrir, disséssemos: “um brilho pulverizado estava tentando entrar nela”. A linguagem cotidiana é cheia de metáforas, mas não desse tipo. “Carne porosa e fria” é uma metáfora literária, sendo que o uso desse tipo de linguagem constitui uma aproximação entre cotidiano e lirismo na escrita de Nassar.

O capítulo “O esporro” tem como conteúdo o transbordar, em palavras, da cólera do narrador. O que o diferencia dos outros, estruturalmente, é a intensidade adquirida pela repetição do mesmo padrão prosódico. Embora possua aproximadamente cinquenta páginas, há apenas um ponto final e as frases continuam a ser separadas por vírgula.

A proximidade da linguagem usada pelo personagem à de um indivíduo na mesma situação (neste caso, em uma briga), pode ser identificada no uso de sintaxe e vocabulário típico da fala. Algumas palavras ditas pelo narrador personagem são registradas de maneira a mostrar a sua pronúncia na fala rápida, como as elisões: pros (para os), c’o (com o), c’as (com as) e c’um (com um). Em várias passagens, porém, o discurso do narrador se assemelha à oratória e não a um desabafo produzido no calor da hora – a linguagem é muito articulada, sem os ‘tropeços’ típicos da fala espontânea, como vemos no trecho a seguir:

[...]me sinto hoje desobrigado, é certo que teria preferido o fardo do compromisso ao fardo da liberdade; não tive escolha, fui escolhido, e, se de um lado me revelaram o destino, o destino de outro se encarregou de me revelar: não respondo absolutamente por nada, já não sou dono dos meus próprios passos, transito por sinal numa senda larga, tudo o que faço, eu já disse, é por um olho no policial da esquina, o outro nas orgias da clandestinidade[...] (NASSAR, 1999, p.57 e 58)

O último capítulo do livro apresenta um narrador diferente, mostrando o ponto de vista da mulher sobre o encontro do casal¹⁰⁶. O leitor encontra o mesmo tipo de marcadores prosódicos dos outros capítulos, evidenciando que eles não são marcas exclusivas do discurso do narrador, mas caracterizam o estilo do autor.

¹⁰⁶ O contraponto apresentado pela mudança de narrador no último capítulo sugere que o conflito machismo-feminismo é uma temática significativa da obra. Para uma análise de *Um copo de cólera* sob o viés das questões de gênero, ver Peixoto (2011).

Análise acústica

A partir da leitura de cada informante, dividimos o trecho selecionado da obra em *IPs*, de acordo com o modelo de Fonologia Prosódica proposto por Nespor e Vogel (1986). Segundo as autoras, a formação de *IPs* está relacionada a fatores sintáticos, semânticos e pragmáticos. No que diz respeito à sintaxe, há tipos de construções que tendem a constituir *IPs* próprias: expressões parentéticas, orações adjetivas não restritivas, vocativos, expletivos e elementos deslocados.

Nespor e Vogel (1986) ressaltam que a sintaxe tem um papel importante, mas não exclusivo, na formação de *IPs*. Os fatores relacionados à produção dos sons que mais influenciam a reestruturação de *IPs*, de acordo com as autoras, são o tamanho do enunciado e a velocidade da fala. Quanto maior for o tamanho do enunciado, maior a probabilidade de ele ser dividido em diversas *IPs*. Fatores individuais, como o estilo de leitura, também exercem influência a ser considerada.

Apresentaremos, primeiramente, os marcadores prosódicos observados na leitura dos três sujeitos. Em seguida, os resultados da análise acústica das pausas produzidas pelos informantes e, ao final, os resultados da análise da duração das sílabas tônicas finais.

Os marcadores prosódicos

Os marcadores prosódicos que mais se destacam nos romances de Nassar são os sinais gráficos, o uso de expressões e vocábulos que marcam modos de dizer e a estruturação de cada capítulo contendo apenas um parágrafo. O trecho selecionado para gravação, contudo, não apresenta referências a modos de dizer do narrador-personagem.

Os marcadores gráficos encontrados no texto (abre e fecha aspas, abre e fecha parênteses, vírgula e ponto de interrogação) se realizaram, nas leituras dos três sujeitos, como delimitadores de *IPs*. Os sujeitos também utilizaram outros critérios para delimitar *IPs* na ausência desses marcadores, que foram assim classificados: erro, consertando o erro, dúvida, sintaxe e extensão.

As categorias “erro”, “consertando o erro” e “dúvida” não foram consideradas na nossa análise por estarem associadas a duas causas: desconhecimento do texto, principalmente nas primeiras leituras, e problemas técnicos de leitura (perder uma linha, confundir letras ou palavras).

Foram compreendidas como decorrência de “extensão” as pausas provenientes de duas situações: quando o sujeito pausava após perder o fôlego durante a leitura de uma frase longa ou quando dividia uma frase em pedaços de tamanho relativamente igual, mesmo que com isso houvesse desrespeitado os limites sintáticos. Os marcadores foram classificados como “sintaxe” quando, na ausência de vírgula ou de outro marcador gráfico, ocorreram pausas que delimitavam constituintes sintáticos. O número significativo de pausas entre constituintes sintáticos, encontrado nas leituras feitas pelos três sujeitos, confirma a afirmação de Serra (2009), Selkirk (1984) e Nespor e Vogel (1986/2007), dentre outros, de que a sintaxe influencia o fraseamento prosódico das línguas.

A pausa

Como mencionado anteriormente, consideraram-se pausas os intervalos entre as *IPs*, preenchidos ou não por sons de respiração. Os dados referentes à mensuração de pausa estão dispostos na tabela 1.

Tabela 1: Valores médios das pausas relativas, em %, dos diversos marcadores prosódicos dos três sujeitos e respectivos valores de p

Sujeitos	Marcadores									p
	? e fecha ”	Abre “	Abre (Conjunção “e”	Fecha ”	Fecha)	sintaxe	extensão	vírgula	
S1	46,8 e	18,8 abf	22,4 aef	15,6 acf	40,4 cde	37,8 e	17 fg	11,3 ag	21,8 abd	<0,0001 s ⁽³⁾
S2	23,3	15,5	19,6	18,6	25,1	44,1	23,8	23,6	23,2	0,0730 ns ⁽⁴⁾
S3	53,5 a	25 b	27,7 cb	23,6 b	33,6 ab	45,8 ac	24,2 b	14,9 b	27,1 b	<0,0001 s

Fonte: elaboração própria.

Obs: (1) Letras diferentes indicam médias diferentes estatisticamente

(2) Letras iguais indicam médias estatisticamente iguais

(3) s= significativo para $p \leq 0,05$

(4)ns= não significativo para $p > 0,05$

Observando os valores da tabela 1, verifica-se que o valor de p para o sujeito 1 é < 0.0001 , o que significa que houve diferença significativa entre os valores das pausas médias relativas associadas aos diferentes marcadores. O marcador que suscitou as pausas médias mais longas foi o ponto de interrogação anterior ao fechamento de aspas (46,8%), seguido do fechamento simples de aspas (40,4%), do fechamento de parênteses (37,8%), abertura de parênteses (22,4%), vírgula (21,8%), abertura de aspas (18,8%), sintaxe (17%), a conjunção “e” (15,6%) e extensão (11,3%).

Usando o teste de separação de médias Teste Dunn, verificamos a existência de diferenças significativas entre as pausas vinculadas à abertura de aspas e àquelas vinculadas ao seu fechamento. O mesmo não aconteceu, no entanto, na comparação entre aquelas vinculadas à abertura e ao fechamento de parênteses.

Os marcadores que indicam fechamento de ideias – interrogação seguida de fechamento de aspas, fechamento de aspas e fechamento de parênteses – suscitam pausas relativas médias significativamente mais altas do que aqueles que indicam início ou adição de algo novo – abertura de aspas ou parênteses –, do marcador que indica tom suspensivo – vírgula – e também dos marcadores “extensão” e “sintaxe”. Estes resultados sugerem que, na ausência de ponto final no interior do capítulo, o leitor reconhece no fechamento de aspas e parênteses um indício de informação semântica completa.

O marcador “extensão” não se mostrou significativamente diferente de nenhum outro para este sujeito, assim como o marcador “conjunção e”. Já as pausas suscitadas pelo marcador “vírgula” foram significativamente maiores do que aquelas suscitadas pelo marcador “sintaxe”. Esse fenômeno pode decorrer do fato de que, na prosa de Raduan Nassar, todas as vírgulas estão localizadas entre diferentes constituintes sintáticos, se tornando assim uma dupla pista para a execução de pausa.

Não foram verificadas, para este sujeito, diferenças significativas entre as pausas médias associadas aos marcadores de abertura (abre aspas ou parênteses) e aquelas associadas aos marcadores “vírgula”, “sintaxe” e “extensão”. Agrupamos então os marcadores em dois grupos, como mostra o quadro 1:

Quadro 1: Intervalo de pausa e respectivos marcadores para S1¹⁰⁷

INTERVALO DE PAUSA	MARCADOR
Curto	abre aspas, abre parênteses, conjunção “e”, sintaxe, extensão, vírgula
Longo	? e fecha aspas, fecha parênteses, fecha aspas

Fonte: Elaboração própria.

Diferentemente do que foi observado para o sujeito 1, o sujeito 2 não produziu diferenças entre os valores das pausas médias relativas dos diferentes marcadores prosódicos que fossem estatisticamente significativas, haja vista que o valor de $p = 0.0730$.

Para o terceiro sujeito, no teste de Kruskal-Wallis obtivemos $p < 0.0001$, o que significa que houve diferença significativa entre os valores das pausas médias relativas associadas aos diferentes marcadores. O marcador que suscitou as pausas médias mais longas foi o ponto de interrogação anterior ao fechamento de aspas (53,5%), seguido do fechamento simples de parênteses (45,8%), do fechamento de aspas (33,6%), abertura de parênteses (27,7%), vírgula (27,1%), abertura de aspas (25%), sintaxe (24,2%), a conjunção “e” (23,6%) e extensão (14,9%).

Os marcadores “interrogação anterior ao fechamento de aspas” e “fechamento de parênteses” geram pausas médias relativas significativamente maiores do que os marcadores que trazem informação nova (abertura de parênteses ou aspas) e do marcador que indica continuidade (vírgula). Eles também apresentam diferenças significativas em relação à extensão e a sintaxe.

Não houve, na leitura do terceiro sujeito, diferenças significativas nas pausas médias relativas associadas à vírgula ou à sintaxe. Essas também não se diferenciaram significativamente da conjunção “e”.

A partir dos resultados descritos, agrupamos os marcadores, na relação com as pausas médias relativas a eles associadas, nos dois grupos registrados no quadro 2:

¹⁰⁷ Para o sujeito 1, pausas foram consideradas longas quando maiores de 30%, e baixas quando inferiores a essa porcentagem.

Quadro 2: Intervalo de pausa e respectivos marcadores para S3¹⁰⁸

INTERVALO DE PAUSA	MARCADOR
Curto	abre aspas, abre parênteses, conjunção “e”, sintaxe, extensão, vírgula, fecha aspas
Longo	? e fecha aspas, fecha parênteses

Fonte: elaboração própria

Comparando-se os resultados obtidos para os três sujeitos, foram observadas semelhanças entre as leituras dos sujeitos 1 e 3, mas o estilo do sujeito 2 divergiu do dos outros. Enquanto para os sujeitos 1 e 3 foram detectadas relações entre tipo de marcador prosódico e pausa, para o sujeito 2 não pudemos fazer tal distinção. Isso talvez se deva ao fato de que este sujeito fez leituras mais rápidas do texto, apresentando uma quantidade menor de pausas por leitura. Enquanto o sujeito 1 pausou em média 52,8 vezes por leitura, o sujeito 3 pausou 44,6 vezes e o sujeito 2 pausou apenas 39,2 vezes. A média do tempo gasto por leitura pelo sujeito 1 foi de 129,6 segundos, pelo sujeito 3 foi de 121,4 segundos, enquanto o sujeito 2 gastou em média 98 segundos por leitura.

Os sujeitos 1 e 3, na ausência de ponto final, fizeram pausas maiores na presença de ponto de interrogação e de fechamento de aspas ou parênteses. Não houve diferença entre o tamanho das pausas médias utilizadas nos limites da abertura de aspas ou parênteses e o tamanho das pausas associadas à vírgula, a conjunção “e”, à extensão e à sintaxe. Concluimos então que, para esses sujeitos, há uma relação direta entre tamanho de pausa e término de unidade de informação.

O alongamento da sílaba tônica final

Para o sujeito 1, ao compararmos a duração relativa das primeiras sílabas tônicas de cada *IP* à duração relativa das últimas, observamos que há alongamento significativo das sílabas tônicas finais. Como podemos observar na tabela 2, a média da duração relativa das primeiras sílabas tônicas foi de 12,04%, enquanto a das últimas foi de 17,57% (com $p < 0,0001$). Esse resultado indica que o primeiro sujeito usa o alongamento silábico como estratégia para a demarcação de frases entoacionais.

¹⁰⁸ Para o sujeito 3, pausas foram consideradas longas quando maiores de 40%, e baixas quando inferiores a essa porcentagem.

Para analisar se a presença de certos marcadores prosódicos suscita o alongamento da sílaba tônica final, comparamos a média das sílabas tônicas iniciais com a das finais, por marcador, e obtivemos a seguinte tabela:

Tabela 2: Valores médios da duração relativa, em %, das sílabas tônicas iniciais (DMRS 1) e finais (DMRS2), geral e por marcador, para o Sujeito 1

	Duração Média Relativa das Sílabas Tônicas		p
	DMRS 1	DMRS 2	
Geral	12,04	17,57	<0,0001 s ⁽¹⁾
Por marcador	DMRS 1	DMRS 2	P
? e fecha "	16,15	32,51	0,0002 s
Abre "	10,43	16,09	0,2148 ns ⁽²⁾
Abre (10,01	11,18	0,1707 ns
Conjunção "e"	12,44	22,7	<0,0001 s
Fecha "	28,86	43,01	0,0758 ns
Fecha)	11,54	28,48	0,0156 s
Ponto final	7,53	14,85	0,0090 s
Sintaxe	12,74	17,05	0,0004 s
Extensão	9,5	12,1	0,2332 ns
Vírgula	11,22	14,68	<0,0001 s

Fonte: elaboração própria.

Obs: (1) s = significativo

(2) ns= não significativo

Os dados revelam que, para o sujeito 1, o alongamento silábico ocorre na presença da maior parte dos marcadores analisados, mas não de forma estatisticamente relevante quando a pausa é gerenciada por abertura de aspas ou parênteses, por fechamento de aspas ou por extensão. A ocorrência de alongamento silábico concomitantemente a pausas geradas por vírgula, pela conjunção "e" ou por fronteiras sintáticas pode ser uma estratégia do leitor para mostrar ao ouvinte que o conteúdo informacional da mensagem ainda não está completo.

Já para o sujeito 2, nossos dados revelam que o alongamento da tônica final também está presente. Enquanto a média dos valores da duração relativa da primeira sílaba de cada IP foi de 9,33%, a média da duração da sílaba tônica final foi de 13,21% (com $p < 0,001$).

Os dados obtidos na comparação entre alongamento silábico inicial e final por marcador, para o sujeito 2, estão dispostos na tabela 3.

Tabela 3: Valores médios da duração relativa, em %, das sílabas tônicas iniciais (DMRS 1) e finais (DMRS2), geral e por marcador, para o Sujeito 2

	Duração Média Relativa das Sílabas Tônicas		P
	DMRS 1	DMRS 2	
Geral	9,33	13,21	<0,0001s ¹
Por marcador	DMRS 1	DMRS 2	P
? e fecha "	7,41	14,84	0,0233 s
Abre "	6,59	9	0,5127 ns ²
Abre (7,87	7,93	0,5453 ns
Conjunção "e"	9,85	13,16	0,4678 ns
Fecha "	10,91	16,41	0,0090 s
Fecha)	11,9	28,53	0,0469 s
Ponto final	8,92	12,78	0,0758 ns
Sintaxe	12,46	16,93	0,2354 ns
Extensão	11,18	11,68	0,8095 ns
Vírgula	8,35	11,51	0,0001 s

Fonte: elaboração própria.

Obs: (1) s = significativo

(2) ns= não significativo

Há associação entre marcadores que denotam fechamento de uma ideia (fecha aspas, fecha parênteses e ponto final) e alongamento da tônica final. Para os marcadores “abre aspas” e “abre parênteses”, o teste não encontrou relação estatisticamente significativa com alongamento silábico da tônica final.

Para os marcadores prosódicos que indicam pausas menores, apenas a vírgula criou contexto para o alongamento silábico. Não foi detectada relação estatisticamente válida entre a presença da conjunção “e” ou de fronteiras sintáticas (não seguidas de marcadores gráficos) e alongamento silábico.

Para o sujeito 3, a média da duração relativa das primeiras sílabas tônicas das *IPs* foi de 10,58%, enquanto a duração média das últimas sílabas tônicas foi de 15,45% (com $p < 0,0001$). A presença de alongamento silábico na fronteira de *IPs* também se confirmou aqui como estratégia de leitura.

Os dados obtidos na comparação entre alongamento silábico inicial e final por marcador, para o sujeito 3, estão dispostos na tabela 4.

Tabela 4: Valores médios da duração relativa, em %, das sílabas tônicas iniciais (DMRS 1) e finais (DMRS2), geral e por marcador, para o Sujeito 3

Geral	Duração Média Relativa das Sílabas Tônicas		P
	DMRS 1	DMRS 2	
	10,58	15,45	<0,0001s
Por marcador	DMRS 1	DMRS 2	P
? e fecha "	16,53	35,86	0,0002 s
Abre "	11,4	19,05	0,0328 s
Abre (9,09	7,67	0,1211 ns
Conjunção "e"	8,38	15,64	0,0163 s
Fecha "	18,51	19,84	0,6015 ns
Fecha)	13,09	26,68	0,0233 s
Ponto final	7,85	9,55	0,2087 ns
Sintaxe	11,99	17,53	<0,0001 s
Extensão	12,3	27,97	0,0283 s
Vírgula	8,85	11,04	0,0013 s

Fonte: elaboração própria.

Obs: (1) s = significativo

(2) ns= não significativo

Não foi verificada, para o sujeito 3, associação entre abertura ou fechamento de uma ideia e alongamento da sílaba tônica final, haja vista que o valor de p é significativo na abertura de aspas mas não na de parênteses, e no fechamento de parênteses mas não no de aspas.

Para os marcadores “vírgula”, “sintaxe”, “conjunção e” e “extensão”, há alongamento estatisticamente relevante da sílaba tônica final. Esse resultado pode ser um indício que o sujeito 3, assim como o sujeito 1, usa o alongamento silábico como estratégia para manter o tom suspensivo, mostrando ao ouvinte que não há término de unidade de informação.

Considerações finais

Considerando os objetivos da pesquisa e a pergunta que a norteou, pudemos constatar, na nossa leitura do romance de Nassar, duas funções importantes do uso de marcadores prosódicos em sua escrita literária: a recuperação de elementos da fala das personagens e a caracterização do estilo do autor.

Os elementos da fala das personagens são marcados, em *Um copo de cólera*, pelo uso de sinais gráficos e pela estruturação do texto em parágrafos e capítulos. A divisão do conteúdo do livro em capítulos, a separação em partes, e a presença de títulos nomeando os capítulos participam da construção do ritmo da obra.

A análise acústica feita a partir da leitura em voz alta de trecho da obra pelos três participantes da pesquisa demonstrou que os marcadores prosódicos mais utilizados para a

demarcação de *IPs* foram os sinais gráficos de pontuação. Como havia períodos longos sem a presença desses marcadores, ocorreram também pausas relacionadas à separação de sintagmas (critério sintático) e pausas decorrentes da necessidade de se cadenciar a fala (critério fonológico).

Os marcadores prosódicos registrados associaram-se de forma distinta aos dois correlatos rítmicos analisados neste trabalho: a pausa e o alongamento da sílaba tônica final. Ao depararem-se com as dificuldades impostas pelo trecho selecionado à leitura em voz alta, os participantes da pesquisa produziram falas com maior ou menor quantidade de pausas, a depender do estilo de cada um. A correlação entre o alongamento da sílaba tônica final e a presença de determinado marcador revelou padrões similares dos leitores, embora tenha havido variações de motivação idiossincrática. A língua determina, assim, um leque de opções a partir das quais os leitores vão imprimir seu estilo próprio.

Nosso trabalho reforça a hipótese de Cagliari (2002) de que a organização prosódica do texto escrito reflete características da fala. Outros correlatos importantes da prosódia da língua, como a curva melódica, a intensidade e a qualidade de voz não foram objeto deste trabalho, permanecendo um tópico aberto para investigação.

Referências

CAGLIARI, L.C. **Elementos de Fonética do Português Brasileiro**. 1. ed. São Paulo: Paulistana, 2007.

_____. A Estrutura Prosódica do romance A Moreninha. Oxford: Estágio Pós-Doutoral, 2002. 40 p. (**Relatório**).

_____. Breve História da Pontuação. In: VI CONGRESSO BRASILEIRO DE LINGUÍSTICA APLICADA, 1., 1995, Campinas. **Anais...** Campinas: Unicamp, 1995. p. 177-183.

_____. Marcadores prosódicos na escrita. In: ESTUDOS LINGUÍSTICOS XVIII, SEMINÁRIOS DO GEL, 1., 1989, LORENA. **Anais...** Lorena: GEL, 1989. p. 195-203.

MADUREIRA, S. Pitch Patterns In Brazilian Portuguese. In: 5th AUSTRALIAN INTERNATIONAL CONFERENCE ON SPEECH SCIENCE AND TECHNOLOGY, 1994, PERTH. **Proceedings of the 5th Australian International Conference on Speech Science and Technology**. Perth, Australia, 1994. v. 1. p. 156-158.

NASSAR, RADUAN. **Um copo de cólera**. 5. ed. São Paulo: Cia. Das Letras, 1992.

NESPOR, M; VOGEL, A. **Prosodic Phonology**. Dordrecht-Holland: Foris Publications, 2007.

PACHECO, V. Leitura e Prosódia: o Caso dos Sinais de Pontuação. In: SILVA, M.C. ; PACHECO, V. ; OLIVEIRA, A. S. **Em torno da Língua(gem): Questões e Análises**. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2007. p. 41-69.

PEIXOTO, A. P. M. **Nas tramas da trapaça: Uma análise de Um copo de cólera sob a perspectiva dos estudos de gênero**. 2011. 200f. Dissertação (Mestrado em Letras), Universidade Federal do Paraná, Curitiba. Disponível em: <http://dspace.c3sl.ufpr.br/>

SELKIRK, E. O. **Phonology and Syntax: The relation between sound and structure**. Cambridge: The M.I.T. Press, 1984.

SERRA, C. R. **Realização e percepção de fronteiras prosódicas no português do Brasil: fala espontânea e leitura**. 2009. 241f. Tese (Doutorado em Linguística) - Rio de Janeiro: UFRJ.

WOOD, J. **Como funciona a ficção**. 1. ed. São Paulo: Cosac Naify, 2011.